

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL**

GUILHERME AUGUSTO DA SILVA SOUZA

ECONOMIA, MIGRAÇÃO E EMPREGO. O ESPÍRITO SANTO NOS ANOS 2000.

**VITÓRIA
2015**

GUILHERME AUGUSTO DA SILVA SOUZA

ECONOMIA, MIGRAÇÃO E EMPREGO. O ESPÍRITO SANTO NOS ANOS 2000.

Dissertação apresentada Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Política Social.

Orientador: Prof. Dr. Rogério Naques Faleiros

**VITÓRIA
2015**

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

S729e Souza, Guilherme Augusto da Silva, 1984-
Economia, migração e emprego : o Espírito Santo nos anos
2000 / Guilherme Augusto da Silva Souza. – 2015.
192 f. : il.

Orientador: Rogério Naques Faleiros.
Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade
Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e
Econômicas.

1. Economia - Espírito Santo (Estado). 2. Desenvolvimento
econômico - Aspectos sociais. 3. Migração. 4. Mercado de
trabalho. I. Faleiros, Rogério Naques, 1978-. II. Universidade
Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Jurídicas e
Econômicas. III. Título.

CDU: 32

GUILHERME AUGUSTO DA SILVA SOUZA

ECONOMIA, MIGRAÇÃO E EMPREGO. O ESPÍRITO SANTO NOS ANOS 2000.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Política Social.

Aprovada em ____ de novembro de 2015.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Rogério Naques Faleiros
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientador

Prof. Dr. Maurício de Souza Sabadini
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Dr. Ednilson Silva Felipe
Universidade Federal do Espírito Santo

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, gostaria de agradecer ao professor Rogério Naques Faleiros, meu orientador, por sua infinita disponibilidade, por todos os ensinamentos, sempre auxiliando-me nas incontáveis dúvidas que surgiram durante a pesquisa, e por sua impecável condução deste meu trabalho.

Aos professores Ednilson Silva Felipe e Maurício de Souza Sabadini, que aceitaram compor minha banca de qualificação e de defesa e por suas sugestões e análises significativas, que, sem dúvidas, possibilitaram-me o aprendizado, o crescimento acadêmico neste processo de pesquisa.

Aos professores, funcionários e colegas do Curso de Pós-Graduação em Política Social, pelos momentos de intensos debates, aprendizado e solidariedade perante minhas dificuldades - que estarão para sempre em minha memória.

À Diretora de Gestão de Pessoas do Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes), Danusa Simon Robers, por sua confiança, pela oportunidade de trabalhar ao seu lado e por ser uma grande incentivadora na superação dos meus limites neste processo de intenso aprendizado.

Aos colegas de trabalho do Ifes, pela compreensão, pelo apoio e por fazerem parte desta minha trajetória.

Aos meus amigos, que sempre compreenderam a importância do mestrado para mim. Um agradecimento especial a Ana Paula Fagundes, por fazer parte desses momentos, sempre ajudando-me e incentivando-me.

Aos meus pais, irmãos, sobrinhos e a todos meus familiares, pelo apoio, pela motivação, confiança e a compreensão pela distância.

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é o de analisar o movimento migratório no Espírito Santo, entre os anos de 2001 a 2009, e a inserção dos trabalhadores imigrantes no mercado de trabalho capixaba. A fim de realizar essa análise, colocamos no centro desse debate a compreensão do modelo de desenvolvimento econômico, instituído no Brasil e no Espírito Santo, numa visão furtadiana e com enfoque nas desigualdades tecnológicas da indústria de transformação, na distribuição de renda e na constituição de uma economia heterogênea e periférica. A revisão de literatura se deu por meio de produções científicas que se aproximam do objeto desta pesquisa, tendo como principais referências os estudos realizados na área econômica, para o debate do (sub)desenvolvimento, e demográfica, no que se refere à abordagem e à tabulação dos dados sobre a migração. Para realizar essa pesquisa, tomamos como base os dados disponíveis pelo IBGE, com enfoque na PNAD (de 2001 a 2011) e Censo Demográfico (2000 e 2010); outra fonte consultada foi o Instituto Jones Santos Neves e seus relatórios e análises a respeito da economia capixaba e seus aspectos sociais. Dentre as variáveis estudadas, destacamos: sexo; anos de estudo; faixa etária; cor/raça; situação de domicílio; local de nascimento; e última UF de residência da população imigrante e emigrante. Outras informações abordadas são referentes: à população imigrante economicamente ativa, ocupada e desocupada; ao tipo de atividade, setor econômico, emprego (formal e informal); e ao rendimento dos imigrantes no Espírito Santo. A nossa preocupação foi, sob a ótica histórico-estrutural, destacar as desigualdades existentes entre as regiões do Brasil e o modelo de desenvolvimento que impulsionam os movimentos populacionais na busca por emprego e melhores condições de vida. Nesse sentido, o Espírito Santo se constitui com uma estrutura produtiva concentrada, tendo a inserção da população imigrante em ocupações de baixo rendimento.

Palavras-chave: Economia. Heterogeneidade Estrutural. Desenvolvimento. Migração. Emprego.

ABSTRACT

The objective of this research is to analyze the migratory movement in Espírito Santo State, between the years 2001-2009, and the inclusion of immigrant workers in the *capixaba* labor market. In order to perform this analysis, we put at the center of this debate the understanding of the economic development model, instituted in Brazil and in Espírito Santo, in a Furtadian perspective and with focus on the technological inequalities in the manufacturing industry, income distribution and the recognition of an heterogeneous and peripheral economy. The literature review was through scientific productions that approach the subject of this study, having as its main references studies carried out in the economic area, promoting a debate on the (under) development, and demography, as regards to the approach and tabulation of data on migration. To accomplish this research, we take as a basis the data available by IBGE, focusing on the National Household Survey (2001-2011) and Population Census (2000 and 2010); another source of information was the Institute Jones Santos Neves and its reports and analyzes of the state economy and its social aspects. Among the variables studied it is included: gender; years of study; age; color / race; household situation; birthplace; and the last Federation Unit of residence of both immigrant and emigrant population. Other pieces of information covered refer to: the economically active immigrant population, the employed and unemployed ones; the type of activity, economic sector, employment (formal and informal); and the income of the immigrants in Espírito Santo. Our concern was, under the historical-structural perspective, to highlight inequalities between the regions of Brazil and the development of model driving population movements in the search for employment and better living conditions. In this sense, Espírito Santo is constituted as a concentrated production structure, with the inclusion of the immigrant population in low-income occupations.

Keywords: Economy. Structural heterogeneity. Development. Migration. Employment.

LISTA DE FIGURA

Figura 1 – População imigrante no Espírito Santo, segundo distribuição municipal - Censo 2000 e 2010 (%).....	78
Figura 2 - Distribuição dos municípios do Espírito Santo, segundo participação no PIB Estadual – média para o período de 2001 a 2009 (%)	115
Figura 3 - Distribuição dos municípios do Espírito Santo, segundo participação do setor primário no VA Estadual – média para o período de 2002 a 2009 (%).....	116
Figura 4 - Distribuição dos municípios do Espírito Santo, segundo participação do setor secundário no VA Estadual – média para o período de 2001 a 2009 (%)	118
Figura 5 - Distribuição dos municípios do Espírito Santo, segundo participação do setor terciário no VA Estadual – média para o período de 2001 a 2009 (%).....	119

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – População imigrante residente no Espírito Santo – 2001 a 2009 (em mil)	66
Gráfico 2 - População imigrante no Brasil por UF de residência atual – 2000 e 2010	67
Gráfico 3 - Situação de residência atual da população imigrante no Espírito Santo – 2001 a 2009 (em %)	68
Gráfico 4 - Sexo da população imigrante residente no Espírito Santo – 2001 a 2009 (em %)	69
Gráfico 5 - Cor/ raça da população imigrante residente no Espírito Santo – 2001 a 2009 (em %)	71
Gráfico 6 - População imigrante no Espírito Santo segundo microrregião de residência atual – Censo 2000 e 2010 (%)	77
Gráfico 7 - População emigrante do Espírito Santo – 2001 a 2009 (em mil)	81
Gráfico 8 - População emigrante no Brasil por UF de residência atual – 2000 e 2010	82
Gráfico 9 - Sexo da população emigrante do Espírito Santo – 2001 a 2009 (em %)	83
Gráfico 10 - Cor ou raça da população emigrante do Espírito Santo – 2001 a 2009 (em %)	83
Gráfico 11 - Situação de residência atual da população emigrante do Espírito Santo – 2001 a 2009 (em %)	84
Gráfico 12 - Fluxos migratórios no Espírito Santo – 2001 a 2009 (em mil)	87
Gráfico 13 - Migração líquida no Espírito Santo – 2001 a 2009 (em mil)	88
Gráfico 14 - Índice de Eficácia Migratória no Espírito Santo – 2001 a 2009	91
Gráfico 15 - Índice de Eficácia Migratória UF – 2000 e 2010 (%)	92
Gráfico 16 - Índice de volume do PIB real do Brasil e do Espírito Santo – 2002 a 2009	113

Gráfico 17 - PO na indústria de transformação do Espírito Santo, segundo classificação tecnológica da OCDE – 2002 a 2009 (%)	123
Gráfico 18 - PO na indústria de transformação do São Paulo, segundo classificação tecnológica da OCDE – 2002 a 2009 (%).....	125
Gráfico 19 - Principais produtos exportados pelo Espírito Santo segundo classificação tecnológica da OCDE – 2002 a 2009 (US\$ bilhões/ dados anuais)	131
Gráfico 20 - Principais produtos importados pelo Espírito Santo segundo classificação tecnológica da OCDE – 2002 a 2009 (US\$ bilhões/ dados anuais)	132
Gráfico 21 - População imigrante em idade ativa (PIA) no Espírito Santo, segundo faixa de idade – 2001 a 2009 (em mil)	141
Gráfico 22- População imigrante economicamente ativa (PEA) no Espírito Santo, segundo faixa de idade – 2001 a 2009 (em mil).....	142
Gráfico 23 - População imigrante não economicamente ativa (PNEA) no Espírito Santo, segundo faixa de idade – 2001 a 2009 (em mil)	143
Gráfico 24 - População imigrante ocupada (PO) no Espírito Santo, segundo faixa de idade – 2001 a 2009 (em mil).....	144
Gráfico 25 - Taxa de Atividade da população imigrante no Espírito Santo – 2001 a 2009	145
Gráfico 26 - População imigrante desocupada (PD) no Espírito Santo, segundo faixa de idade – 2001 a 2009 (em mil).....	146
Gráfico 27 - Taxa de Desocupação da população imigrante no Espírito Santo – 2001 a 2009 (em %).....	147
Gráfico 28 - População imigrante ocupada no Espírito Santo, segundo sexo – 2001 a 2009 (em %).....	150
Gráfico 29 - População imigrante ocupada no Espírito Santo, segundo cor/raça – 2001 a 2009 (em %).....	152
Gráfico 30 - Proporção de imigrantes ocupados por setor econômico no Espírito Santo – 2001 a 2009 (em %)	158
Gráfico 31 - População imigrante ocupada no Espírito Santo, segundo trabalho formal e informal – 2001 a 2009 (em %)	163

Gráfico 32 - População imigrante no mercado informal capixaba, segundo contribuição previdenciária – 2001 a 2009 (em %)	164
---	-----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População residente no Espírito Santo, segundo UF de nascimento – 2001 a 2009	61
Tabela 2 – Data fixa segundo UF de residência cinco anos antes	62
Tabela 3 – População imigrante residente no Espírito Santo – 2001 a 2009	64
Tabela 4 – Divisão por sexo da população no Espírito Santo – 2001 a 2009 (em %)	69
Tabela 5 - Faixa etária atual da população imigrante residente no Espírito Santo – 2001 a 2009 (em %)	70
Tabela 6- Anos de estudo da população imigrante residente no Espírito Santo – 2001 a 2009 (em %)	72
Tabela 7 – Rendimento mensal da população imigrante residente no Espírito Santo, segundo todas as fontes de renda – 2001 a 2009 (em %)	73
Tabela 8 - Naturalidade da população imigrante residente no Espírito Santo – 2001 a 2009	74
Tabela 9 - UF de residência anterior da população imigrante que reside no Espírito Santo – 2001 a 2009	75
Tabela 10 – UF de residência anterior da população imigrante que reside no Espírito Santo – 2001 a 2009 (em %)	76
Tabela 11 - População natural do Espírito Santo, segundo UF de residência atual – 2001 a 2009	80
Tabela 12 - População emigrante do Espírito Santo – 2001 a 2009	81
Tabela 13 - Faixa etária atual da população emigrante do Espírito Santo – 2001 a 2009 (em %)	84
Tabela 14 - Situação de escolaridade atual da população emigrante do Espírito Santo – 2001 a 2009 (em %)	85
Tabela 15 - População emigrante do Espírito Santo, segundo UF de naturalidade – 2001 a 2009	85

Tabela 16 - População emigrante do Espírito Santo, segundo UF de naturalidade – 2001 a 2009 (em %)	86
Tabela 17 - População emigrante do Espírito Santo, segundo Região de residência atual – 2001 a 2009.....	86
Tabela 18 – Classificação do IEM segundo Baeninger (1999; 2000; 2008)	90
Tabela 19 - Classificação do IEM segundo Oliveira, Ervatti e O’neill (2011).....	90
Tabela 20 – Fluxos migratórios no Espírito Santo – 1940 a 1980	103
Tabela 21 - Taxa média anual de crescimento do PIB, Espírito Santo e Brasil (1960-1990)	111
Tabela 22 - Relações entre o Produto Interno Bruto, a preços de mercado, no Espírito Santo e Brasil - 2002-2009.....	113
Tabela 23 - PO na indústria de transformação do Espírito Santo, segundo classificação tecnológica da OCDE e rendimento mensal – 2002 a 2009 (%)	126
Tabela 24 - PO na indústria de transformação do São Paulo, segundo classificação tecnológica da OCDE e rendimento mensal – 2002 a 2009 (%)	127
Tabela 25 - Principais produtos exportados pelo Espírito Santo – 1996 a 2010	134
Tabela 26 - Participações percentuais de Bens (por fator agregado) nas exportações do Estado do Espírito Santo – 2002 a 2009	135
Tabela 27 - População imigrante economicamente ativa (PEA) e não economicamente ativa (PNEA) no Espírito Santo, segundo sexo – 2001 a 2009 (em %).....	149
Tabela 28 - População imigrante ocupada no Espírito Santo por setor econômico, segundo sexo– 2002 a 2009 (em %).....	151
Tabela 29 - População imigrante economicamente ativa (PEA) no Espírito Santo, segundo anos de estudo – 2001 a 2009 (em %).....	153
Tabela 30 - População imigrante ocupada, segundo anos de estudo – 2001 a 2009 (em %).....	154
Tabela 31 - População imigrante ocupada com 11 anos ou mais de estudos, segundo rendimento mensal do trabalho principal– 2001 a 2009 (em %)	155

Tabela 32 - População imigrante ocupada no Espírito Santo, segundo atividade/ramo de trabalho – 2002 a 2009 (em %)	157
Tabela 33 - População imigrante no Espírito Santo ocupada, segundo a quantidade de trabalho – 2001 a 2009 (em %)	159
Tabela 34 - População imigrante no Espírito Santo ocupada, segundo a horas semanais de trabalho – 2001 a 2009 (em %).....	159
Tabela 35 - Salário mínimo na data de referência da PNAD – 2001 a 2009	165
Tabela 36 - Rendimento mensal em dinheiro, da população imigrante no Espírito Santo ocupada – 2001 a 2009 (em %)	166
Tabela 37 - Total do rendimento mensal, da população imigrante no Espírito Santo ocupada – 2001 a 2009 (em %)	166
Tabela 38 - População imigrante ocupada por setor econômico no Espírito Santo, segundo rendimento mensal – 2002 a 2009 (em %)	167
Tabela 39 - População imigrante ocupada em atividades formal e informal no Espírito Santo, segundo rendimento mensal – 2001 a 2009 (em %).....	168
Tabela 40 - Classificação tecnológica OCDE, segundo divisão das atividades da indústria de transformação no Brasil	190
Tabela 41 - Classificação das atividades econômicas, segundo setor econômico .	191

LISTA DE SIGLAS

BANDES – Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A
BME - Banco Multidimensional de Estatísticas
CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CST – Companhia Siderúrgica de Tubarão
CVRD – Companhia Vale do Rio Doce
CONCLA - Comissão Nacional de Classificação
FUNDAP – Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias
FURES – Fundo de Recuperação Econômica do Espírito Santo
GERES – Grupo Executivo para a Recuperação Econômica do Espírito Santo
gvSIG - Sistema de Informação Geográfica
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ISIC-Rev.3 - Classificação Padrão Industrial Internacional de Atividades Econômicas
IEM - Índice de Eficácia Migratória
IJSN – Instituto Jones Santos Neves
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
NIC - Novos Países Industrializados
NCM - Nomenclatura Comum do Mercosul
OCDE - Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OIT - Organização Internacional do Trabalho
ONU – Organização das Nações Unidas
PD – População Desocupada
PEA – População Economicamente Ativa
PIA – População em Idade Ativa
PIB – Produto Interno Bruto
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNEA – População não economicamente ativa
PO – População Ocupada
RMGV – Região Metropolitana da Grande Vitória
SIDRA - Sistema IBGE de Recuperação Automática
SIUP - Serviços Industriais de Utilidade Pública
SPSS - Statistical Package for the Social Sciences

STATA – Data Analysis and Statistical Software

UF – Unidades da Federação

UNCTAD - Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento

VA – Valor Agregado

VAB – Valor Agregado Bruto

VTI – Valor da Transformação Industrial

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2 HETEROGENEIDADE ESTRUTURAL: PERSPECTIVA E IMPLICAÇÕES NO MODELO DE DESENVOLVIMENTO E MIGRATÓRIO NO BRASIL.....	26
2.1 Aspectos teóricos do (sub)desenvolvimento	34
2.2 Apontamentos da industrialização brasileira a partir do conceito de Heterogeneidade Estrutural e subdesenvolvimento	41
2.3 Os projetos de desenvolvimento com vista à industrialização: a consolidação de uma economia heterogênea.....	49
3 O MOVIMENTO MIGRATÓRIO NO ESPÍRITO SANTO: METODOLOGIA, FONTE DE DADOS E TÉCNICA DE ESTIMAÇÃO DO IMIGRANTE E EMIGRANTE.....	56
3.1 O imigrante no Espírito Santo, segundo o método direto.....	59
3.2 O emigrante no Espírito Santo, segundo o método direto	79
3.3 O saldo migratório no Espírito Santo, segundo o método direto	86
3.4 Índice de Eficácia Migratória no Espírito Santo.....	88
4 O CONTEXTO ECONÔMICO CAPIXABA NO SÉCULO XXI: UMA REGIÃO DE BAIXA RETENÇÃO MIGRATÓRIA	94
4.1 Breve histórico sobre o padrão de ocupação no solo capixaba	98
4.2 Apontamentos da industrialização capixaba a partir do conceito de heterogeneidade estrutural	104
4.2.1 A economia capixaba nos anos 2000: a configuração do terceiro ciclo econômico	111
4.3 A população ocupada no Espírito Santo, segundo a intensidade tecnológica	120
4.4 Exportação e importação no Espírito Santo, segundo a intensidade tecnológica	128
5 A INSERÇÃO DO IMIGRANTE NO MERCADO DE TRABALHO DO ESPÍRITO SANTO NOS ANOS 2000.....	137
5.1 Atributos e correlação com a inserção ocupacional do imigrante no Espírito Santo.....	147

5.2 O imigrante no mercado de trabalho capixaba.....	155
5.3 A inserção do imigrante no mercado de trabalho formal e informal capixaba	160
5.4 Rendimento do trabalhador imigrante no Espírito Santo.....	164
 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	169
 7 REFERÊNCIA	177
 ANEXOS	190

1 INTRODUÇÃO

Ao debatermos o fenômeno migratório, temos que ter em mente que o Brasil é um país de migrantes, ou seja, sua história é marcada por um intenso movimento populacional, internacional e nacional, que deram os contornos das dinâmicas econômica, social e cultural aos dias de hoje.

Desde a sua colonização pelos portugueses, passando pela inserção de mão de obra escrava, pelas expedições dos bandeirantes, pelo avanço das fronteiras agrícolas, até a chegada dos imigrantes europeus, o país povoou suas terras por meio da migração, criando um movimento que continua na atualidade, caracterizado por uma intensa rotatividade populacional interna entre as diversas regiões do país.

Elas [as migrações] foram decisivas para alinhar e integrar territorialmente a sociedade brasileira, na segunda metade do século XX. Com a expansão dos sistemas de transporte e de comunicação, os migrantes fluíram aceleradamente, contribuindo para a estruturação de um sistema de cidades de dimensão nacional, comandado pelos grandes aglomerados metropolitanos. A presença do Estado, no caso, foi preponderante, tanto nas políticas que condicionavam a alocação espacial dos investimentos públicos e privados, quanto na expansão da fronteira agrícola e mineral (BRITO, 2009, p. 13).

Esse movimento ocorreu com tanta intensidade no país, que, se em 1920, em torno de 10% da população vivia em áreas urbanas, no censo de 2000, este novo percentual chegou a quase 80%. No Espírito Santo, por exemplo, também se realizou um processo similar, porém, em período tardio, no qual, até os anos de 1950, 78,2% da população residia em área rural. Dessa maneira, somente a partir dos anos de 1960 foi que ocorreu uma alteração nos fluxos migratórios, tendo os anos de 1980 um percentual de 63,9% do total de residentes em áreas urbanas, em virtude da industrialização capixaba (RODRIGUES; DADALTO, 2013).

Prevalecia, assim, um movimento de “expulsão” populacional da zona rural para os entornos da capital (Vitória) e para as demais regiões do país, principalmente Rio de Janeiro e São Paulo, que perdurou até o fim da década de 1980. Contudo, somente a partir dos anos 2000 é que o estado apresentou um saldo positivo nos fluxos migratórios, o que está ligado ao bom desempenho da economia local, que, desde os anos de 1980, apresenta um crescimento acima da média nacional.

Logo, temos que ressaltar a particularidade da dinâmica migratória no Brasil, que difere dos movimentos populacionais de outros países. Um exemplo é o caso da China, que possui um sistema de controle populacional e até mesmo de estímulo à migração às regiões urbanas e industriais do país, o que, por sua vez, não ocorre no Brasil, já que tem um intenso fluxo populacional independente da ação do estado.

De acordo com Nabuco (2012), em 1958, a China estabeleceu um sistema de registro residencial - chamado *hukou*, em chinês - no qual os chineses deveriam possuir um registro do local de residência, com objetivo de controlar o fluxo populacional e, assim, promover um crescimento industrial sem a constituição de grandes centros urbanos. Porém, com o avanço da industrialização chinesa e, conseqüentemente, a crescente demanda por trabalhadores, esses mecanismos de controle foram flexibilizados, a partir de 1983, de acordo com o período e a região.

Entretanto, foge do escopo deste trabalho uma análise com abrangência e profundidade adequada à migração chinesa, embora seja importante frisar o fato de que não ocorreu efetivamente, e não há na atualidade, um mecanismo de controle populacional no Brasil, e, por conseguinte, no Espírito Santo. Ou seja, apesar de as dinâmicas migratórias brasileira e chinesa terem como condicionante a busca por emprego, a forma como este movimento ocorre em cada país possui particularidades, provenientes das formações social, econômica e cultural.

No caso particular do Espírito Santo, mesmo tendo implementado uma política focada na imigração europeia, esta teve como objetivo reverter o quadro de estagnação da economia local. Houve a princípio, um controle na divisão das propriedades dos imigrantes, com a instituição da pequena propriedade familiar, mas que não tinha os mesmos objetivos do sistema chinês, de controlar a constituição dos grandes centros urbanos. Assim, com o passar dos anos e em virtude das mudanças na economia local, intensificaram os movimentos populacionais tanto no interior do estado, entre municípios, como entre as demais regiões do país.

Desse modo, ao estudarmos a migração na atualidade, temos que ter em mente que as mudanças econômicas que ocorreram ao longo do processo histórico e as especificidades da formação econômica do Brasil, em particular as do Espírito Santo,

incidiram diretamente sobre a decisão de migrar. Assim, retomar o arcabouço teórico furtadiano, para compreendermos a estrutura economia vigente, é-nos primordial, já que se persiste, na atualidade, uma estrutura periférica e subdesenvolvida.

Logo, analisar o modelo de desenvolvimento, a situação de desigualdade no intercâmbio comercial e a divisão internacional do trabalho, que condiciona os países periféricos à produção de mercadorias com baixo valor agregado, são importantes para se compreender a alta rotatividade populacional interna no país, uma vez que estes movimentos estão relacionados com a dinâmica econômica nacional.

A formação do sistema econômico mundial apoiou-se, assim, tanto no processo de transformação das estruturas sociais como no processo de modernização do estilo de vida. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*, como expressão de estruturas sociais, viriam a ser as resultantes da prevalência de um ou outro desses dois processos. Cabe, portanto, considerar o desenvolvimento e o subdesenvolvimento como situações históricas distintas, mas derivadas de um mesmo impulso inicial e tendo a reforçar-se mutuamente. Quanto mais amplo fosse a divisão internacional do trabalho, mais profundas seriam as transformações sociais no centro do sistema e mais intensa a modernização das formas de vida em sua periferia. Portanto, para compreender as causas da persistência histórica do subdesenvolvimento, faz-se necessário observá-lo como parte que é de um todo em movimento, como expressão da dinâmica do sistema econômico mundial engendrado pelo capitalismo industrial (FURTADO, p. 27-28, 2000, grifos do autor).

De uma forma geral, o pensamento de Celso Furtado se constitui numa crítica às mazelas do subdesenvolvimento e na visão segundo a qual o desenvolvimento econômico praticado nas economias centrais poderia ser universalizado a todos os países da periferia. Logo, a ideia de que o consumo praticado pelos centros industriais seria acessível às grandes massas de população dos países periféricos constituiu “[...] uma prolongação do mito do progresso, elemento essencial na ideologia diretora da revolução burguesa, dentro da qual se criou a atual sociedade industrial” (FURTADO, 1974, p. 16).

Nesse sentido, foi-nos fundamental retomarmos alguns conceitos-chave da teoria furtadiana para interpretarmos a implementação industrial e o modelo de desenvolvimento instituído no Brasil e no Espírito Santo. Entre eles, podemos destacar: a concepção de desenvolvimento e subdesenvolvimento, a relação entre centro e periferia, a modernização dos padrões de consumo, o padrão tecnológico e, principalmente, o conceito de heterogeneidade estrutural, o que nos permitiu

compreender as especificidades econômicas num processo de industrialização que não conseguiu absorver a grande parte dos trabalhadores em atividades de maior rendimento e inserção tecnológica. Pelo contrário: o que temos é uma significativa fração dos empregados inseridos em ocupações de baixos salários.

Assim, a justificativa para o presente trabalho reside no fato de que, dadas as mudanças que ocorreram na economia capixaba após os anos de 1960, e a característica periférica da economia brasileira, novos desafios se apresentam para a compreensão da migração na atualidade, tanto no que se refere aos movimentos populacionais no interior do estado quanto em termos da migração entre os estados brasileiros.

Ao problematizarmos a migração no Brasil, e também no Espírito Santo, podemos atrelar este fenômeno às desigualdades regionais e sociais, ou seja, a heterogeneidade estrutural. Outro ponto que incide sobre a migração é o modelo de desenvolvimento adotado, que impacta profundamente na dinâmica populacional e no crescimento dos grandes centros urbanos do país. Dentro deste contexto, nossa leitura da migração terá uma abordagem *Histórico-Estrutural*, que compreende este processo como resultado das desigualdades entre as regiões brasileiras.

Isso posto, nossa hipótese é que o fenômeno migratório está relacionado diretamente às questões econômicas e à estrutura desigual entre as diversas Unidades Federativas do Brasil. Desse modo, as mudanças que ocorreram na economia capixaba a partir dos anos de 1960 e a constituição do que Caçador (2008) denomina de um terceiro ciclo econômico estariam promovendo a inserção dos trabalhadores imigrantes em atividades de baixa intensidade tecnológica e com baixos salários, ou seja, o Espírito Santo ainda mantém uma heterogeneidade estrutural.

Temos que ressaltar que, em virtude de um saldo migratório positivo no Espírito Santo, nos anos 2000, se compararmos as décadas passadas, e a grande rotatividade populacional que ocorreu entre os estados brasileiros, definimos que a periodização de nossa pesquisa será entre os anos de 2001 a 2009, intervalo este no qual houve altos investimentos na economia local, o que possibilitou ao estado uma expressiva participação no PIB nacional.

Dado o que se precede, o presente trabalho tem por objetivo analisar o fluxo migratório no Espírito Santo nos anos 2000, no contexto em que Caçador (2008) denomina de terceiro ciclo de desenvolvimento econômica e no qual o Espírito Santo estrutura seu perfil na produção de *commodities* destinadas à exportação e num cenário no qual ganham destaque os projetos de infraestrutura (portos), a indústria de petróleo, celulose e minério.

Entre os objetivos específicos, elencados para este estudo, destacamos a compreensão do conceito de heterogeneidade estrutural e o modelo de desenvolvimento instituído no Brasil e no Espírito Santo, a partir de uma interpretação cepalina. Este conceito, associado a compreensão de (sub)desenvolvimento, aos conceitos de centro e periferia e de dependência, da teoria furtadiana, serão fundamentais para se pensar no fenômeno migratório nos anos 2000, como resultado de uma estrutura econômica desigual.

Um segundo ponto será o estudo da dinâmica econômica capixaba, nos anos 2000, tendo em vista a compreensão de um terceiro ciclo de desenvolvimento econômico, no qual se constituiu a partir da ampliação dos denominados “grandes projetos” e no qual ocorre uma especialização da economia e uma concentração da produção e da renda. Será, também, analisada a pauta de exportação e importação, partindo da intensidade tecnológica, com vista a compreender o atual modelo de desenvolvimento instituído no nosso estado.

Outro objetivo é o de identificar a população imigrante e emigrante no Espírito Santo nos anos 2000, a partir dos dados da PNAD e do Censo Demográfico, e analisar a inserção dos imigrantes nas atividades econômicas do estado nos anos 2000. Com base na compreensão de uma estrutura econômica desigual, nosso desafio será o de compreender a dinâmica na qual os imigrantes foram inseridos, seja em termos de renda, atividades econômicas, tipo de trabalho (formal ou informal) e setores econômicos (primário, secundário e terciário).

Assim, o presente trabalho tem como foco o movimento migratório no Espírito Santo nos anos 2000 e sua inserção no mercado de trabalho. Mais concretamente, nossa

pesquisa busca analisar a migração à luz da heterogeneidade estrutural. Nesse sentido, nosso estudo se divide em duas partes, a saber: uma primeira, que aborda o desenvolvimento econômico do Brasil e Espírito Santo, numa visão cepalina e furtadiana, com enfoque nas desigualdades tecnológicas da produção, na distribuição de renda e na constituição de uma economia heterogênea, periférica e dependente.

Nessa parte do estudo, utilizamos de uma revisão literária que possibilitou um alcance maior das informações a respeito do (sub)desenvolvimento, da migração, bem como do debate sobre a heterogeneidade estrutural na economia capixaba. Um outro ponto foi o estudo em relação à intensidade tecnológica da indústria capixaba. Para tanto, foi realizado uma revisão bibliográfica, bem como um estudo metodológico a fim de que dessem suporte à classificação industrial do estado, segundo a intensidade tecnológica. Para este propósito, nos apropriamos da classificação tecnológica da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que divide a indústria de transformação em quatro eixos:

- Indústria de Alta Intensidade Tecnológica;
- Indústria de Média-Alta Intensidade Tecnológica;
- Indústria de Média-Baixa Intensidade Tecnológica;
- Indústria de Baixa Intensidade Tecnológica.

Numa segunda parte desse trabalho, dedicamo-nos à tabulação dos dados referentes à migração, à qual foram utilizadas as informações disponíveis pelo IBGE e as técnicas estabelecidas nos estudos demográficos para estipulação da população imigrante e emigrante. Portanto, as fontes de informação incluem os microdados do Censo (2000 e 2010) e PNAD (2001 a 2011), que compõem o banco de dados do IBGE e se caracterizam como fontes primárias. Outro órgão consultado foi Instituto “Jones Santos Neves” e seus relatórios e análises a respeito da economia capixaba e dos aspectos sociais, como uma fonte secundária de informações.

Na análise dos dados referentes aos movimentos populacionais no Espírito Santo, foi realizada, primeiramente, uma revisão da literatura demográfica sobre a migração,

com vistas a compreender as formas de tabulação dos microdados da PNAD e do Censo Demográfico. Esta etapa foi complexa, pois extrapolava a área de conhecimento do mestrado, e exigiu-nos um aprofundamento de conceitos demográficos que se referem à migração, mas que contribuiu para com a nossa pesquisa e possibilitou-nos um estudo mais detalhado deste fenômeno.

Assim, adotamos o denominado *método direto* para tabular os dados relativos à migração, ou seja, utilizamos os dados obtidos no questionário da PNAD e do Censo e que estavam diretamente relacionados à migração, entre eles: UF de última residência; UF de residência cinco anos antes; e UF de nascimento. Para tanto, foi utilizado o Banco Multidimensional de Estatísticas (BME) que nos possibilitou a tabulação das informações referentes a sexo, idade, escolaridade, renda e tipo de ocupação dos imigrantes residentes no Espírito Santo.

Cabe ressaltar, ainda, a confecção de cartogramas que demonstram a distribuição dos imigrantes no estado, bem com a participação municipal no valor adicionado do PIB. Para tal empreitada, foi necessário o estudo de manuais para a utilização do Sistema de Informação Geográfica (gvSIG), uma ferramenta indicada para o gerenciamento de informações geográficas, que permitiu analisar e gerenciar as informações a respeito da imigração e do PIB no estado.

Assim, nosso trabalho está estruturado em 04 capítulos. Logo no primeiro capítulo, serão abordados os aspectos teóricos do (sub)desenvolvimento, a partir das concepções cepalina e, principalmente, furtadiana. Apresentaremos os fatores históricos, sociais e estruturais desse processo, que, diferentemente dos países centrais, não desencadeou um desenvolvimento homogêneo no Brasil, mas sim uma estrutura desigual, híbrida e dependente, que detém um papel específico no contexto global. Alguns conceitos se fazem centrais para pensarmos o desenvolvimento e a industrialização no Brasil, e especificamente o Espírito Santo, dentre eles, destacamos os conceitos de desenvolvimento e subdesenvolvimento, centro e periferia, dependência, padrão de consumo e heterogeneidade estrutural; este último torna-se central para a compreensão dos movimentos migratórios.

Apresentaremos, também, alguns apontamentos sobre a industrialização brasileira, a

partir dos anos 1930, que deram base às novas configurações da economia nacional e que consolidou uma economia heterogênea. Estes aspectos incidiram diretamente no complexo movimento populacional que ocorreu ao longo deste período e que se faz presente nos dias atuais.

No segundo capítulo, optamos por apresentar a metodologia, fonte de dados e técnicas utilizadas para a estipulação da população imigrante e emigrante. Assim, esta parte do trabalho consiste em traçar o caminho percorrido para identificar a população imigrante e emigrante no Espírito Santo e seu perfil socioeconômico no período de 2001 a 2009. Apresentaremos, ainda, o saldo migratório no estado, bem como o Índice de Eficiência Migratória, para obtermos o padrão migratório e compreendermos melhor as mudanças nos fluxos populacionais no período em análise.

Faremos, nesse capítulo supracitado, um breve resgate histórico do processo de ocupação do solo capixaba de modo a compreendermos a migração no estado, pois o nosso objetivo será auferir as mudanças que ocorreram na dinâmica populacional, que, até a década de 1960, se encontrava centrada nas zonas rurais.

No terceiro capítulo, é feita uma análise do desenvolvimento econômico do Espírito Santo considerando-se os três momentos históricos, ou como denomina Caçador (2008), os três ciclos econômicos: o primeiro ciclo econômico que estava centrado na cafeicultura, sobretudo de bases familiar, e predominou entre meados do século XIX até fins da década de 1950; o segundo ciclo, caracterizado pela industrialização e pela implementação dos denominados “grandes projetos”, que predominou entre as décadas de 1960 a 1990; e, finalmente, o terceiro ciclo econômico, caracterizado pela diversificação das atividades econômicas e por uma ampliação dos serviços ligados ao comércio exterior, com o predomínio dos segmentos de *commodities* - este período se iniciou nos anos 1990 e vai até os dias atuais.

Outra questão a ser abordada nesse penúltimo capítulo é a ocupação e o rendimento do trabalhador capixaba na indústria de transformação, segundo a intensidade tecnológica. Esta classificação teve o objetivo de avaliar o grau tecnológico da indústria capixaba e observar a inserção da mão de obra no setor industrial, ou seja, retratar a heterogeneidade estrutural no estado. Também serão apresentadas as

exportações e importações do Espírito Santo, no período de 2001 a 2009, segundo a intensidade tecnológica.

No capítulo 4, nosso foco será na inserção da população imigrante no mercado de trabalho capixaba, segundo alguns critérios estabelecidos, dentre eles: população imigrante em idade ativa; população imigrante economicamente ativa; população imigrante não economicamente ativa; população imigrante ocupada; população imigrante desocupada; imigrantes ocupados por atividades; imigrantes ocupados por setor econômico, horas semanais do emprego, rendimento mensal e tipo de emprego (formal ou informal).

Apresentaremos, destarte, a divisão por sexo, cor/raça, anos de estudo dos imigrantes ocupados no Espírito Santo, demonstrando as distorções no mercado de trabalho, como reflexo de uma economia desigual. Ou seja, a inserção dos trabalhadores imigrantes ocorre numa estrutura desigual e que proporciona baixos rendimentos salariais.

2 HETEROGENEIDADE ESTRUTURAL: PERSPECTIVA E IMPLICAÇÕES NO MODELO DE DESENVOLVIMENTO E MIGRATÓRIO NO BRASIL

[...] A tendência ao crescimento do trabalho autônomo precário, de remuneração incerta e baixa, se acentua. Multiplica-se o número de camelôs, de vendedores ou pedintes situados nas esquinas das ruas de maior movimento das metrópoles, do “trabalho” associado à distribuição da droga e ao crime organizado. No âmbito do desfrute dos endinheirados, cresce o “volume do emprego”, seja com o surgimento de novas especializações, com o passeador de cachorros, o *personal trainer*, o *personal stylist*, seja pela expansão e complexificação de antigas (por exemplo, os novos seguranças que têm de saber manejar bem armas muito sofisticadas, novas empresas de carros blindados). Portanto o que chamamos elementos de resistência e mecanismos de acomodação submergem, agora, na avassaladora onda de globalização (MELLO; NOVAIS, 2009, p. 97).

Ao pensarmos as economias da América Latina, e, principalmente, o caso do Brasil e do Espírito Santo, uma de suas especificidades consiste no fato de que o processo de desenvolvimento liderado pela industrialização não foi capaz de absorver uma parte significativa da população economicamente ativa nas ocupações de maior produtividade e renda. Pelo contrário, houve uma expressiva inserção de trabalhadores em ocupações de baixa produtividade e remuneração ao longo do processo de desenvolvimento e modernização das estruturas produtivas destes países (PORTUGAL JUNIOR, 2012).

A necessidade de compreender as particularidades destas economias, que se diferenciavam dos grandes centros econômicos, culminou na criação da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL)¹, que desenvolveu um pensamento especializado no estudo das tendências econômicas e sociais da própria América Latina. O enfoque histórico, instrumentalizado pela teoria estruturalista, constituiu o método de análise, com o intuito de examinar o modo particular de como ocorria a industrialização nestas economias, cujos novos processos produtivos se instalavam sobre uma estrutura econômica e institucional subdesenvolvida, herdada de períodos anteriores (BIELSCHOWSKY, 2000).

¹ A Comissão Econômica para a América Latina foi constituída em 1948, por uma decisão da Assembleia Geral das Nações Unidas de 1947. A criação ocorreu no contexto das queixas latino-americanas de exclusão com relação ao Plano Marshal e de falta de acesso aos “dólares escassos”, que dificultava a reposição dos desgastados aparelhos produtivos da região. Apesar desse “incentivo” transitório, a percepção generalizada à época parecia ser a de que a nova organização estaria fadada a tornar-se mais uma entre as inúmeras agências internacionais inexpressivas e burocratizadas já existentes. Com Prebisch, no entanto, sua história viria a ser muito distinta (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 26).

[...] na análise econômica cepalina o estruturalismo é essencialmente um enfoque orientado pela busca de relações diacrônicas, históricas e comparativas, que presta-se mais ao método “indutivo” do que a uma “heurística positiva”. Daí resultam fundamentos essenciais para a construção teórica da análise histórica comparativa da CEPAL: as estruturas subdesenvolvidas da periferia latino-americana condicionam - mais que determinam - comportamentos específicos, de trajetórias *a priori* desconhecidas. Por essa razão, merecem e exigem estudos e análises nos quais a teoria econômica com “selo” de universalidade só pode ser empregada com qualificações, de maneira a incorporar essas especificidades históricas e regionais (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 21).

Consideramos que a riqueza do método cepalino proporcionou diversos conceitos que são fundamentais para a compreensão das economias latino-americanas. Entre eles, podemos destacar a oposição entre centro e periferia, desenvolvimento e subdesenvolvimento, o conceito de dependência e Heterogeneidade Estrutural.

O conceito de Heterogeneidade Estrutural, associado ao método histórico estrutural, foi fundamental para compreendermos a migração no Brasil e, especificamente, no Espírito Santo. Pois as desigualdades regionais são determinantes que explicam os deslocamentos populacionais, em busca de trabalho e melhores condições de vida, estando estes atrelados ao processo de industrialização das economias. Nesse sentido, a motivação econômica ganhou grande destaque em relação a outros determinantes - pessoais, culturais e sociais -, e materializa-se na busca por emprego e melhores condições de vida.

Conforme destaca Moreira e Sabadini (2011, p. 4-5), “[...] A visão histórico-estrutural rompe, portanto, com o caráter a-histórico das análises ortodoxas, tratando a migração como processo social, envolvendo necessariamente grupos sociais e não apenas indivíduos com decisões maximizadoras”².

Nesse sentido, podemos considerar que as migrações internas são sempre

² Contudo, os autores ressaltam que “[...] A dinâmica da migração surge como uma forma social advinda do capital [...]. Quer seja uma migração cíclica, não-cíclica, temporária, definitiva, rural-urbana, urbano-urbano, todas naturalmente com suas próprias particularidades, seus movimentos são determinados pela natureza centralizadora do capital, que se utiliza do valor de uso da força de trabalho para gerar riqueza. Assim, a lógica da acumulação capitalista subordina as relações sociais de produção de acordo com seus objetivos, provocando um processo de integração e desintegração, estruturação e desestruturação das relações capital-trabalho e de seu entorno. Dialeticamente, estrutura, por um lado, espaços de acumulação e, ao mesmo tempo, gera outros desestruturados e periféricos. Paralelamente, surgem os exércitos industriais de reserva e ativos, onde as fileiras dos desempregados, dos trabalhadores informais, o *lumpemproletariado* e os trabalhadores migrantes exercem suas funcionalidades na reprodução capitalista [...]” (MOREIRA; SABADINI, 2011, p. 8-9).

condicionadas historicamente a um processo global de mudanças do qual não devem ser separadas. A industrialização no sistema capitalista não consiste apenas numa alteração das técnicas de produção e na diversificação da produção, mas numa profunda alteração da divisão social e espacial do trabalho. Nos países periféricos, as migrações constituem um fenômeno historicamente atrelado às condições específicas, não sendo possível explicar este movimento a partir de uma visão do centro, mas sim compreendendo as próprias especificidades destas economias (SINGER, 2012).

Se se admite que a migração interna é um processo social, deve-se supor que ele tenha causas estruturais que impelem determinados grupos a se pôr em movimento. Estas causas são quase sempre de fundo econômico – deslocamentos de atividades no espaço, crescimento diferencial da atividade em lugares distintos e assim por diante – e atingem os grupos que compõem a estrutura social do lugar de origem de um modo diferenciado. Assim, se numa determinada área a mecanização da agricultura reduz a sua demanda por mão de obra, os desempregados têm de migrar para outras áreas em busca de meios de vida. Estes desempregados que migram são, em sua grande maioria, ex-assalariados, diaristas, peões, isto é, constituem um grupo que não possui direitos de propriedade sobre o solo [...] (SINGER, 2012, p. 52-53).

De forma análoga, podemos pensar o movimento migratório associado ao processo de industrialização no qual ocorre uma concentração industrial em determinadas regiões, promovendo o deslocamento de um grande quantitativo de trabalhadores em busca de emprego. Ou seja, em virtude de uma heterogeneidade regional, os fluxos migratórios no Brasil constituíram-se e ainda persistem na atualidade de forma diferente, sem, contudo, romper a lógica de migrar com vista aos melhores empregos e renda.

Conforme aponta Ferreira (2006), o atual dinamismo do mercado de trabalho promove uma procura pelas localidades fora das grandes aglomerações urbanas, nas quais há um processo de idas e vindas, um movimento que, diferente de outros tempos, tem um caráter reversível e temporário.

O descolamento da relação migração-industrialização, migração-fronteira agrícola, migração-desconcentração industrial, migração-emprego, migração-mobilidade social no contexto atual da economia e da reestruturação produtiva, em anos recentes, induziu um novo dinamismo às migrações no Brasil, onde os fluxos mais volumosos são compostos de idas-e-vindas, refluxos, re-emigração, outras etapas – que pode ser mesmo o próprio local de origem antes do próximo refluxo para o último destino-, onde as migrações assumem um caráter mais reversíveis (Domenach e Picouet, 1990) do que nas explicações que nos pautávamos até o final do século XX.

Essa reversibilidade diz respeito tanto às áreas de origem, com um crescente vai-e-vem, como às de destino, com o incremento da migração de retorno (BAENINGER, 2008, p.5).

Assim, resgatamos o conceito de Heterogeneidade Estrutural para pensarmos sobre a condição periférica do Brasil, e especificamente do Espírito Santo, e compreender o movimento migratório que acompanhou todo o processo de industrialização brasileira e capixaba. Este conceito explica a condição desigual da estrutura produtiva que comporta um expressivo parque industrial, mas que opera em baixos níveis de produtividade e renda.

A heterogeneidade e sua persistência, ainda que contemple diferenciações de produtividade perduráveis, tem de produzir efeitos sobre a distribuição de renda e, por essa via, sobre os padrões de demanda. Os diferentes (tipos) estilos e seus respectivos funcionamentos foram desenvolvidos por Pinto, devendo ser relidos à luz das transformações ocorridas desde então, buscando preservar as dimensões que ainda apresentam potencial explicativa da realidade nacional (CAMPOLINA; SILVEIRA, 2013, p. 253).

Assim, é importante salientar que, Aníbal Pinto³ foi o primeiro autor a definir o conceito de Heterogeneidade Estrutural, na década de 1960, quando destacou sua relevância para a compreensão do subdesenvolvimento e dos problemas da distribuição de renda e da inserção da força de trabalho nos países periféricos. Para o autor, o processo de industrialização “[...] não eliminava a Heterogeneidade Estrutural, apenas modificava seu formato”, e, então, “[...] o subdesenvolvimento era um processo que dava mostras de perpetuar-se, apesar do crescimento econômico” (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 43).

Já nos desdobramentos do pensamento cepalino, a noção de Heterogeneidade Estrutural é definida, de modo geral, pela condição periférica, ou seja, as particularidades de uma estrutura produtiva constituída e transformada ao longo das etapas de seu desenvolvimento econômico, condição esta da economia brasileira e capixaba. Quanto à sua internacionalidade, a Heterogeneidade aparece em termos da disparidade tecnológica entre os países do centro e da periferia e na forma de absorção de progresso técnico, o que leva a um resultado de distintas possibilidades

³ [...] Partiu da constatação de que os frutos do progresso técnico tendiam a concentrar-se, tanto no que se refere à distribuição da renda entre classes, como no que diz respeito à distribuição entre setores (“estratos”) e entre regiões dentro de um mesmo país (Pinto, 1966). Posteriormente, refinou essa análise com o argumento de que o processo de crescimento na América Latina estava tendendo a reproduzir de forma renovada a velha heterogeneidade estrutural prevalente no período agrário-exportador (Pinto, 1970, *apud* BIELSCHOWSKY, 2000, p. 43).

de desenvolvimento (PORTUGAL JUNIOR, 2012).

Esse conceito está presente no pensamento cepalino ao expor a dualidade nas economias, seja via o conceito de centro e periferia, de Prebsh (2000), o de subdesenvolvimento e desenvolvimento, de Furtado (2000), ou o de dependência, de Cardoso e Faletto (2000). Em todos estes autores, paira a ideia de desigualdade econômica, social e distributiva, que é uma das especificidades da formação econômica dos países periféricos.

Nosso objetivo é focar no dualismo interno das economias brasileira e capixaba, nas disparidades entre regiões, no que se refere à industrialização e concentração de renda, para assim explicar o movimento migratório no Espírito Santo nos anos de 2000, que será exposto nos próximos capítulos. Buscamos em Furtado as bases para a compreensão da Heterogeneidade Estrutural que molda a economia brasileira e capixaba e que se faz presente na atualidade, como veremos mais adiante.

Neste sentido, por mais que tenha avançado o processo de industrialização, com a inserção de novas tecnologias e a diversificação produtiva, estas não foram capazes de alterar o quadro econômico e a condição de dependência do Brasil. Persistem as disparidades regionais e os movimentos de trabalhadores se fazem presentes com maior ou menor intensidade entre as mais diversas localidades.

De modo geral, a estrutura econômica dos países centrais é diversificada e homogênea em termos da produtividade, enquanto as estruturas produtivas dos países periféricos são especializadas, principalmente em *commodities* de exportação, são heterogêneas, com diferenças marcantes nos níveis da produtividade do trabalho. Estas desigualdades ocorrem porque o progresso técnico se difunde de forma desigual não apenas entre países, mas também no interior das economias periféricas. Desigualdades estas marcantes nas economias periféricas, nas quais o progresso técnico se concentra em alguns setores e em poucas firmas, contribuindo para esta disparidade, uma característica da América Latina e em particular dos estados brasileiros (SILVA; PORCILE, 2013).

A incorporação de novas tecnologias amplia a heterogeneidade estrutural da economia. A redução do multiplicador de emprego e o maior impacto do

desemprego tecnológico intensificam o desemprego estrutural. O esforço para acompanhar o alucinante ritmo de modernização dos padrões de consumo das economias centrais acirra a concentração funcional da renda. O progressivo descompasso entre as crescentes exigências de escala mínima do progresso técnico e a limitada capacidade de consumo da sociedade periférica exacerba a tendência à estagnação, colocando em pauta o risco de um processo irreversível de regressão das forças produtivas. O controle avassalador das empresas transnacionais sobre as forças produtivas das economias periféricas enraíza a dependência externa. A revolução nas comunicações e nos transportes leva o mimetismo cultural ao paroxismo. A adaptação passiva das economias latino-americanas à maior especialização da divisão internacional do trabalho compromete o processo de industrialização e estimula um movimento perverso de revitalização do latifúndio, acirrando a tendência a desequilíbrios externos (SAMPAIO JUNIOR, 2013, p. 78).

Assim, destacamos que o objetivo central do conceito de Heterogeneidade Estrutural é apontar as diferenças existentes em termos econômicos, sociais, políticos, tecnológicos e culturais entre os países centrais e periféricos. Esse conceito deve ser utilizado para uma análise e estudo das especificidades de cada realidade econômica e sociopolítica e as diferenças entre as sociedades desenvolvidas e subdesenvolvidas. Podemos constatar esta manifestação na estrutura produtiva, no nível produtivo, na distribuição de renda, no consumo, na distribuição de poder, entre outros fatores (GUSSO; NOGUEIRA; VASCONCELOS, 2009).

Assim, o conceito de HE constituiu pilar essencial de um programa de pesquisa que procure explicar tanto a origem e a persistência das profundas desigualdades econômicas e sociais quanto as dificuldades de se estabelecer processo consistente de desenvolvimento nos países então chamados de “periféricos”. A ideia de que as desigualdades observadas em diversos contextos nestes países (sociais, de representação política, econômicas, culturais, de direitos etc.) se entrecruzam fortemente em suas estruturas produtivas é evidentemente intuitiva. Todavia, sua transposição para uma construção explicativa concreta – ou concretizável – esbarra em severas dificuldades, que poderíamos classificar em três níveis distintos: conceitual, analítico-explicativo e instrumental (GUSSO; NOGUEIRA; VASCONCELOS, 2009).

Nos países periféricos, as estruturas produtivas são caracterizadas pela existência de atividades cuja produtividade do trabalho é elevada e outras, mais reduzidas, onde coexistem setores de alta inserção tecnológica e setores com baixa inserção de tecnologia, uma vez que há uma desigual distribuição da renda e uma variação gritante dos salários. Dessa maneira, são economias híbridas convivendo com velhas e novas formas de produção, o que será observado na economia capixaba no capítulo IV.

Há também uma disparidade interna entre as regiões dos países latino-americanos,

que promove um constante movimento de trabalhadores em busca dos melhores salários. Os desequilíbrios nos fatores de produção e o superávit da força de trabalho em regiões com baixo desenvolvimento industrial intensificam as migrações internas e a concentração populacional nos grandes centros urbanos e industriais.

Este descompasso entre a modernização dos bens de consumo e dos meios de produção, a concentração de renda, a industrialização voltada para a exportação, em contraposição ao chamado de setor de subsistência e a elasticidade da oferta de mão de obra, levam ao fenômeno da Heterogeneidade Estrutural que se manifesta em desequilíbrios setoriais, sociais e regionais e que são características que marcam a economia brasileira e a coloca no que Furtado (1963) denomina Economia subdesenvolvida.

Em primeiro lugar, a Heterogeneidade Estrutural, ao gerar má-distribuição de renda, pode dificultar a continuação do processo de desenvolvimento por restringir o crescimento da demanda interna, desincentivando novos investimentos. Essa configuração estrutural dificulta o crescimento do nível de capital por trabalhador, prejudicando a produtividade média da economia doméstica. Em segundo lugar, uma vez que o desenvolvimento das economias subdesenvolvidas é guiado pelas necessidades de importação das economias desenvolvidas, o setor de maior produtividade (moderno) é principalmente focado na produção de bens de baixo teor tecnológico, especialmente matérias primas e recursos naturais para abastecer as indústrias e o consumo das economias desenvolvidas. Em terceiro lugar, mas não menos importante, observa-se a necessidade de importação de bens de capital para a ampliação da produção doméstica, uma vez que as indústrias produtoras desses bens se encontram nos países desenvolvidos. Esse último ponto é de extrema importância, uma vez que impossibilita o crescimento “endógeno” da produção doméstica. Como já mencionado, a grande necessidade de importações (até mesmo de matérias primas) para dar continuidade à modernização da produção cria uma tendência a verificação de déficits no balanço de pagamentos, o que prejudica a continuidade do processo de crescimento (ROMERO, 2011, p. 30-31).

Assim, a Heterogeneidade Estrutural assegura-se como um traço marcante na formação das economias subdesenvolvidas. Pois o processo de industrialização na América Latina não foi capaz de expandir a todos os setores, e criou economias híbridas, com setores avançados e outros atrasados, coexistindo pacificamente sem que se tenha um impulso para a superação dessa condição. As melhores rendas nos setores avançados não são capazes de gerar uma mudança estrutural na economia (ROMERO, 2011), porque, enquanto nas economias centrais a industrialização promove uma repartição da renda, no caso específico da economia brasileira, temos uma crescente concentração da riqueza e graves problemas sociais provenientes

desta disparidade.

O Brasil constitui, presentemente, um caso de eleição para o estudo do subdesenvolvimento. O setor moderno de suas manufaturas, muito provavelmente, é o mais diversificado e mais amplo parque industrial do chamado Terceiro Mundo, ao mesmo tempo que sua agricultura, fonte de emprego de metade da população, apresenta baixíssimos índices de produtividade. O Estado tem ampla participação nas decisões econômicas e constitui, de longe, a fonte principal do processo de acumulação; mas, como a tecnologia que se utiliza é importada em sua quase totalidade, a capacidade nos setores mais dinâmicos da economia faz-se principalmente em benefício dos grupos estrangeiros que detêm o controle dessa tecnologia. O principal problema com que se defronta o país é o de gerar fontes de emprego para sua numerosa e crescente população, grande parte da qual vegeta em setores urbanos marginalizados ou na agricultura de subsistência (FURTADO, 1975, p. 7-8).

A Heterogeneidade Estrutural em sua dimensão regional, setorial e ocupacional é uma característica marcante na industrialização brasileira. Ela está na base da concentração da renda e na formação da pobreza massiva, nas disparidades entre regiões e também na concentração urbana (MEDEIROS, 2004).

Mais do que nunca, faz-se presente na atualidade, mesmo com a melhora da renda e o aumento do emprego nos últimos anos, estes fatores não foram capazes de resolver as disparidades entre as classes sociais no Brasil e nem de resolver o problema da distribuição de renda. Outros aspectos que apontam a atualidade do conceito é a discrepância na inserção tecnológica entre setores produtivos, a concentração industrial em determinadas regiões, bem como a concentração urbana e as disparidades entre as zonas rurais e urbanas.

Em síntese, o desenvolvimento brasileiro ocorre numa estrutura desigual, com grande concentração da renda, numa economia fortemente dependente dos países centrais e vinculado ao capital estrangeiro, e que procura reproduzir em seu interior o padrão de consumo externo por parte de uma pequena parcela da população, questões estas que procuramos apresentar mais adiante ao abordar o modelo de desenvolvimento instituído no Brasil e alguns apontamentos dos projetos de industrialização nacional.

O avanço tecnológico no setor produtivo aumenta produtividade, que, por sua vez, eleva ainda mais o desemprego, o que gera, conseqüentemente, um movimento interno de trabalhadores em busca de emprego e melhores remunerações. Numa estrutura com uma grande elasticidade da força de trabalho em vez de um ganho real

dos salários, temos uma inversão deste mecanismo. Destarte, os salários são rebaixados ao mesmo tempo em que ocorrem ganhos gigantescos na produtividade industrial e agrícola, provenientes de novas tecnologias.

Concomitantemente, percebemos uma estrutura em constante movimento populacional, que, ao longo dos anos, acompanha os processos de industrialização, movimento este que não tende a cessar. Outro aspecto da industrialização brasileira é o papel preponderante do Estado na sua configuração, seja tanto na implantação da indústria pesada como financiador dos grandes empreendimentos empresariais na atualidade. Sob este prisma teórico, buscaremos entender o processo de migração no Espírito Santo em período recente a partir de 1990.

2.1 Aspectos teóricos do (sub)desenvolvimento

Ao analisarmos a industrialização no Brasil a partir de 1930, o que se percebe é um incremento da produtividade proveniente da inserção de novas tecnologias, movimento este que desencadeou um processo de desenvolvimento econômico pautado em novas formas de acumulação de capitais distintas da agroindústria cafeeira. Contudo, a inserção tecnológica e o aumento da produtividade não foram capazes de proporcionar ganhos salariais e muito menos promover a distribuição da renda entre as diferentes classes sociais. Pelo contrário, houve uma concentração de renda e a manutenção dos baixos salários, ou seja, uma estrutura heterogênea.

Neste contexto, que configura a economia brasileira a partir da década de 1930, cabe refletir algumas questões a respeito do modelo econômico, do processo de industrialização e da modernização da economia. Temos que pensar no porquê de não termos um desenvolvimento nos moldes dos países centrais, ao mesmo tempo pensar as nossas especificidades econômicas, que permitem que os ganhos de produtividade levem a uma concentração da renda e à manutenção de uma Heterogeneidade Estrutural.

Para pensar estas questões, buscamos no pensamento teórico da CEPAL os conceitos fundamentais para compreensão do subdesenvolvimento. Nosso foco

teórico será pautado em Furtado, dado que parte da ideia de que a desigualdade na distribuição da renda é uma das responsáveis pela orientação da estrutura produtiva no país. O processo de industrialização - pouco empregador de mão de obra -, à medida que avança, promove uma modernização do consumo e dos setores produtivos, sem, contudo, promover a distribuição da renda. O autor também analisa as distorções entre as regiões e de como a modernização vai dando novos contornos à economia e cria uma estrutura híbrida (BIELSCHOWSKY, 2000).

O método analítico de Furtado consiste em identificar os elementos estruturais que permitem, num corte temporal, captar a realidade social num sistema em que se aplicam os instrumentos da análise econômica. Seu esforço consiste em desvendar a lógica que rege a reprodução nos países periféricos, movimento este que levou o autor “[...] a explicitar a estrutura técnica, o substrato social e os valores culturais que sobre determinam a modernização dos padrões de consumo [...]” (SAMPAIO JUNIOR, 1999, p. 199).

Sua reflexão evidencia, portanto, a subordinação industrial dos países periféricos ao processo de modernização do consumo que abre espaço para uma lógica de utilização do excedente que conduz à manutenção da situação de subdesenvolvimento.

[...] Trata-se de uma forma “irracional” de incorporação do progresso técnico que prioriza: (a) o presente em detrimento do futuro; (b) a demanda e as aspirações das elites privilegiadas, em detrimento das necessidades mais elementares da população; (c) o consumo imitativo em detrimento da criatividade cultural; (d) a incorporação de tecnologias que sobreutilizam recursos escassos, em detrimento de outras que permitiriam um aproveitamento racional de recursos abundantes na região; e, finalmente, (e) a capacidade de adaptação da economia aos requisitos do processo de modernização, em detrimento do fortalecimento da capacidade de inovação tecnológica (SAMPAIO JUNIOR, 1999, p. 199).

Diante dessas questões apontadas, nossa escolha teórica pelo Furtado decorre do fato de que há uma Heterogeneidade Estrutural que incide diretamente sobre os movimentos migratórios no Brasil, criando um país de migrantes. Esse fenômeno tem como consequência direta a acumulação de renda e as distorções regionais que o processo de industrialização e a modernização do setor agrário promoveram.

Num processo de desenvolvimento econômico, a introdução de novas tecnologias e a combinação de novos fatores de produção tendem a aumentar a produtividade do trabalho, o que possibilita o aumento da renda real social, ou seja, a quantidade de bens e serviços à disposição da população. Por consequência, este ganho nos rendimentos provoca uma modificação no padrão de consumo populacional e uma ampliação na oferta de produtos e serviços. Conforme salienta Furtado (1963), o aumento da produtividade faz crescer a renda real e promove um aumento da produção, o que faz com que se modifiquem as estruturas de produção.

[...] o desenvolvimento econômico resulta, em última instância, da introdução de combinações mais produtivas dos fatores de produção. Essas novas combinações traduzem inovações tecnológicas mas exigem, via de regra, uma oferta de fatores em proporções distintas das que antes prevaleciam. Essa alteração nas proporções em que entram os fatores nas novas combinações faz-se na direção de maiores doses de capital por unidade de mão-de-obra ou recursos naturais [...] (FURTADO, 1963, p. 94).

No decorrer do desenvolvimento econômico, a inserção tecnológica e a acumulação de capital levam a um movimento de liberação de trabalho e terra, provenientes das melhorias técnicas e das novas combinações dos fatores de produção, capital, terra e trabalho, que permitem o aumento da produtividade do capital. Por sua vez, esses fatores são absorvidos por outros setores, em decorrência do aumento da produtividade. Assim, ao alterar a proporção dos fatores de produção, as melhorias técnicas permitem novas combinações que não mais necessitam de um grande contingente de terra e trabalho (Furtado, 1963).

Ocorre na economia uma expansão de novos setores, em virtude do aumento da renda social e dos investimentos em novas tecnologias. Há um impulso por parte do consumo, que promove a expansão industrial e de serviços. Podemos pensar neste movimento como um ciclo que se expande para todos os setores da economia. Nesta perspectiva, a tecnologia teria o papel de desencadear o desenvolvimento e, por sua vez, aumentar a renda e a acumulação do capital, que estaria à disposição de reinvestimento na economia (FURTADO, 1963).

Assim, ideia de desenvolvimento estaria calcada em, pelo menos, três dimensões:

[...] a do incremento da eficácia do sistema social de produção, a da satisfação de necessidades elementares da população e a da consecução de objetivos a que almejam grupos dominantes de uma sociedade e que

competem na utilização de recursos escassos. A terceira dimensão é, certamente, a mais ambígua, pois aquilo a que aspira um grupo social pode parecer para outros simples desperdício de recursos. Daí que essa terceira dimensão somente chegue a ser percebida como tal se incluída num discurso ideológico. Assim, a concepção de desenvolvimento de uma sociedade não é alheia à sua estrutura social, e tampouco a formulação de uma política de desenvolvimento e sua implantação são concebíveis sem preparação ideológica (FURTADO, 2000, p. 23).

Mas, ao contrário do que significou a revolução industrial nos países centrais⁴, onde ocorre uma elevação na produtividade via aceleração do progresso tecnológico e ampliação do mercado, nos países periféricos isto não acontece.

[...] A elevação da produtividade e a modificação nas formas de consumo, sem assimilação concomitante de progresso tecnológico, nos processos produtivos, constituía em realidade o ponto de partida da formação das estruturas subdesenvolvidas [...] (FURTADO, 1975, p. 10).

Logo, os países subdesenvolvidos, entre eles o Brasil, têm como característica fundamental a desigualdade na assimilação do progresso tecnológico, que desde o início serviu muito mais para uma modernização nos hábitos de consumo de uma pequena parte da população em vez da transformação dos processos produtivos. O subdesenvolvimento, portanto, é um produto do desenvolvimento, ou seja, uma consequência dos impactos que os processos técnicos e a divisão internacional do trabalho geram.

Há uma relação de dependência entre os dois tipos de sociedades: as desenvolvidas, dos países centrais, e as subdesenvolvidas, dos países periféricos. Essa relação, num primeiro momento, estava apoiada na divisão internacional do trabalho, tendo os países centrais o papel de produzir manufaturas advindas de um processo de inserção tecnológica, em contrapartida, aos países produtores de matérias-primas. Num segundo momento, a dependência resulta do controle por parte de grupos dominantes de países centrais sobre as atividades produtivas na periferia (FURTADO, 2003).

O desenvolvimentismo e o subdesenvolvimento são, portanto, duas características de um mesmo processo histórico, que se vinculam enquanto criação e forma de inserção

⁴ A expressão “centro-periferia” foi cunhada por Raúl Prebisch para caracterizar a economia mundial, pondo em relevo certas especificidades das economias que mais tarde viriam a ser denominadas subdesenvolvidas. Trata-se de um esforço de compreensão dos condicionantes do desenvolvimento econômico dos países latino-americanos no pós-guerra por parte do autor (PORTUGUAL JUNIOR, p. 15, 2012).

tecnológica, acumulação de capital, distribuição de renda e consumo. Mas, para os países subdesenvolvidos, o desdobramento do modelo econômico consiste muito mais numa modernização do padrão de consumo da elite do que a transformação dos processos produtivos⁵. Isto restringe o avanço tecnológico a todos os setores da economia, já que tem como alvo os padrões de uma determinada classe - classe alta -, que visa a copiar os hábitos de consumo dos países centrais (FURTADO, 1975).

[...] na medida em que o consumo da minoria de altas rendas deve acompanhar a evolução do consumo dos grupos de rendas médias e altas de países muito mais ricos – processo que é facilitado pela posição dominante das firmas internacionais na introdução de novos produtos e na direção da propaganda – os limitados recursos disponíveis para investimento tenderão a ser absorvidos na diversificação do consumo da referida minoria, em prejuízo do referido processo de difusão. Em consequência, a aceleração do crescimento do consumo dos grupos de altas rendas terá como contrapartida a agravamento do subdesenvolvimento, na medida em que este significa disparidade entre os níveis de consumo de grupos significativos da população de um país [...] (FURTADO, 1975, p. 31).

Não podemos cair na armadilha de pensar que as condições de uma economia agroexportadora seriam superadas com o advento da industrialização e modernização dos padrões de consumo. Tem-se que ter o cuidado de não pensar o desenvolvimento numa visão “etapista”, que possibilita a recuperação econômica mediante saltos no grau de desenvolvimento das forças produtivas. Conforme salienta Furtado (1975), o subdesenvolvimento apresenta-se como uma transformação no padrão de consumo, mesmo que este afete uma pequena parte da população dos países periféricos e proporcione mudanças técnicas concentradas em alguns setores, não abarcando toda a cadeia produtiva de modo homogêneo.

Na interpretação de Celso Furtado [...] O subdesenvolvimento surge quando, ignorando tais diferenças, as elites que monopolizam a apropriação do excedente impõem, como prioridade absoluta do processo de acumulação, a cópia do estilo de vida dos países centrais, impedindo assim a integração de parcela considerável da população no padrão de vida material e cultural proporcionado pelo capitalismo (SAMPAIO JÚNIOR, 1999, p. 171).

Portanto, a industrialização do Brasil, e, neste caso, do Espírito Santo, não ocorre de forma a romper com a tradicional divisão internacional do trabalho e as relações estabelecidas entre centro e periferia, mas sim de forma a perpetuar e aprofundar esta

⁵ [...] a Revolução Industrial significou elevação de produtividade, isto é, maior eficácia na utilização dos recursos numa ampla área, que tenderia a abranger todo o planeta. Esse aumento de produtividade teve duas origens básicas: a aceleração do processo tecnológico e a ampliação do mercado [...] (FURTADO, 1975, p. 9).

condição, o que iremos abordar mais adiante. Poderíamos até pensar no rompimento com a divisão internacional do trabalho, mas, na verdade, a industrialização substitutiva foi muito mais uma consequência do que uma opção dos países periféricos. Ganhou grande destaque por conta da prolongada desorganização dos mercados internacionais após a crise de 1929, mas não foi capaz de romper com a condição de dependência (FURTADO, 2003). Modifica a forma, mas não o conteúdo, de uma relação de dependência e subordinação aos países centrais.

Desse modo, a substituição de importações constituiu, nas economias periféricas, uma das características marcantes do processo de industrialização. Outro ponto a se destacar é a peculiaridade na assimilação tecnológica pelos países subdesenvolvidos, que diferentes das economias centrais, engendram grandes problemas. Não há uma relação positiva entre a produtividade dos fatores e as remunerações dos trabalhadores. Dessa maneira, a inserção tecnológica aumenta a produtividade do trabalho, ao mesmo tempo em que poupa mão de obra, formando uma relação que, para os países periféricos, representa um aumento do desemprego e da informalidade.

[...] Os dados para a América Latina indicam que entre 1938 e 1948 o crescimento de 1 por cento da população industrial; a mesma relação, no decênio dos cinquenta, foi de 1 para 0,26. Dada esta última relação, para que a mão-de-obra empregada no setor industrial crescesse numa taxa de 3 por cento anual, a produção do setor deveria estar aumentando a uma taxa de cerca de 12 por cento. Como 3 por cento era a taxa de crescimento demográfico, infere-se que mesmo uma taxa de crescimento acumulada de 12 por cento no setor industrial não afetaria diretamente a estrutura de emprego (FURTADO, p. 98, 2003).

Enquanto nas economias centrais as inovações tecnológicas e os fluxos de novos produtos são fundamentais ao funcionamento da economia capitalista, em termos globais, estes dois fatores operam no sentido da manutenção das relações de dominação e dependência que são características marcantes ainda hoje no contexto internacional. O fundamento da dependência está assentado na ideia de que a divisão internacional do trabalho e a especialização das economias as colocam nesta situação, tendo a industrialização o papel de romper com esta lógica. Na realidade, o sistema industrial é um processo que se encontra em constante mutação. Nesse quadro, basta o controle das grandes indústrias para que se mantenham as condições estruturais de dependência.

[...] Como os sistemas industriais dos países subdesenvolvidos nasceram para *substituir importações* e passaram, em seguida, a reproduzir, ainda que em miniatura, o fluxo de novos produtos das economias desenvolvidas, as novas formas de dependência surgiram e se consolidaram sem encontrar maiores resistências. As filiais das grandes empresas internacionais já dispunham, ao nascer, de um código genético que as capacitava a realizar com eficiência a substituição de importações, e se beneficiavam diretamente das mutações que iam ocorrendo na casa matriz [...] (FURTADO, 1975, p. 14).

Numa estrutura centro-periferia, a incorporação do desenvolvimento tecnológico não resulta no desenvolvimento das forças produtivas, mas num processo de modernização dos padrões de consumo via incorporação do progresso técnico.

[...] De um lado, as economias de escala propiciadas pela participação especializada no sistema capitalista mundial tornam possível separar a geração de excedente social de transformações na divisão social do trabalho. De outro, a difusão do progresso técnico ocorre de modo desigual, criando um descompasso entre modernização dos bens de consumo e modernização dos meios de produção (SAMPAIO JÚNIOR, 1999, p. 175).

Neste sentido, o avanço tecnológico é assimilado de forma extremamente desigual, já que é o progresso tecnológico que conduz a acumulação de capital e que é o aumento da renda por pessoa ocupada que permite a transformação das formas de produção. Assim, o desenvolvimento ocorre nas áreas em processo de industrialização. O aumento da produtividade e a modificação nas formas de consumo, sem assimilação do progresso técnico no sistema produtivo, constitui na realidade o ponto de partida para a formação das estruturas subdesenvolvidas (FURTADO, 1975). A característica essencial das estruturas subdesenvolvidas está na assimilação desigual das formas básicas de progresso tecnológico.

[...] o processo de modernização, isto é, a assimilação do progresso tecnológico nos padrões de consumo, já alcançou elevado nível – pelo menos no que respeita a uma minoria da população – e continua a avançar rapidamente. Para acompanhar esse avanço a industrialização deve apoiar-se em intensa capitalização, o que não se compatibiliza facilmente com o nível médio de renda de um país subdesenvolvido. A solução que se tem encontrado, consiste, na prática, em realizar a industrialização em benefício de uma minoria da população, o que, salvo casos excepcionais, restringe as dimensões do mercado, com reflexos negativos na produtividade industrial (FURTADO, 1975, p. 11).

Na relação entre países centrais e periféricos, os fluxos de novos produtos e a intensidade das inovações tecnológicas são fatores fundamentais para preservação da relação de dominação e dependência. Num primeiro momento, a visão que prevalecia era a de que a estrutura imposta às economias exportadoras, de matérias-primas, pela divisão internacional do trabalho, seria superada pelo processo de

industrialização. Contudo, não se observavam que os fatores responsáveis por este processo são exógenos, sendo, assim, bastaria o controle destes fatores para que o estabelecimento de uma estrutura de dependência tão ou mais intensa quanto às relações no sistema de divisão internacional do trabalho (FURTADO, 1975).

Nesta situação, as filiais das grandes empresas nos países periféricos já dispõem de um código genético que as conduzem ao processo de substituição de importação e as beneficiam das mudanças que ocorrem nas suas matrizes. Quanto mais se reproduz, com um curto intervalo de tempo - o fluxo de produção e diversificação que ocorre nos países centrais -, mais necessária se torna a relação dependência (FURTADO, 1975).

2.2 Apontamentos da industrialização brasileira a partir do conceito de Heterogeneidade Estrutural e subdesenvolvimento

O Brasil constituiu numa economia que avançou no processo de industrialização sem, contudo, abandonar as características de uma economia agrária. Também apresenta grandes disparidades entre as áreas urbanas e rurais, concentração de renda, uma massa de trabalhadores com baixos salários e na informalidade. Logo, é uma economia que se constitui a partir de uma heterogeneidade no processo produtivo com setores de alta tecnologia associado a setores de baixa inserção tecnologia, instaurando uma estrutura que comporta a pequena indústria, a produção de bens voltados para exportação e uma concentração industrial e populacional em determinadas regiões, características estas apresentadas no tópico acima de uma economia subdesenvolvida e periférica.

Diante desse quadro, nosso objetivo é pensar as características da industrialização que deram base, a partir da década de 1930, às novas configurações da economia brasileira que, até então, estavam centradas na produção e exportação do café. Buscamos pensar nos fatores históricos, sociais e estruturais que dão início a este processo, que, diferentemente dos países centrais, não foi capaz de promover um desenvolvimento que atendesse aos anseios de toda população, no que diz respeito a melhores salários, acesso aos bens de consumo, moradia, educação e saúde.

Temos um desenvolvimento que atende às necessidades de uma pequena parte da população e ao capital internacional, o que reforça a concentração da renda e a reprodução do padrão de consumo das economias centrais.

Neste período, uma nova estrutura produtiva com base na industrialização, urbanização e o fim da hegemonia agrária cafeeira surgiram no Brasil. Se antes a indústria se centrava na produção de bens destinados à produção, beneficiamento e transporte do café, a partir da década de 1930 orientou-se de forma a dinamizar o mercado interno (NAKATANI; FALEIROS; VARGAS, 2012).

Neste novo contexto, temos que ressaltar que a produção industrial, a princípio, não foi capaz superar a produção agrária, o que ocorreu somente na década de 1950, mas destacamos as mudanças que este processo instaurou no Brasil. Nesse período, estava em curso uma nova correlação de forças sociais, a reformulação do aparelho e da ação estatal, a regulamentação do mercado de trabalho com a instauração de leis trabalhistas, lá na década de 1940. Este processo, por um lado, teve uma tendência a mudar o padrão econômico agrário-exportador, e, por outro, abriu espaço para a criação das condições institucionais para a expansão das atividades ligadas ao mercado interno (OLIVEIRA, 2003).

A crise do comércio internacional de 1929 abriu caminho para uma série de processos que possibilitam o aprofundamento da industrialização brasileira. Apoiada no colapso do Estado Nacional, que se apoiava tradicionalmente num equilíbrio de forças e a deslocação da oligarquia cafeeira, que, até então, exercia hegemonia economia e política, promoveu uma abertura de espaço para o revigoramento do poder central no Brasil e uma transformação do Estado nacional, em virtude de não haver uma hegemonia de uma região ou de um determinado grupo de interesses (FURTADO, 1975).

Mas é um equívoco imaginar que foi o impulso principal da ação do Estado que fomentou a industrialização brasileira, mas sim as próprias forças econômicas, que, em virtude da crise naquele período, deram o impulso principal. O que houve, na

realidade, foi uma ação do Estado⁶ às tensões criadas neste contexto de crise, tendo como resultado um favorecimento ao processo de industrialização. Claro que o papel do Estado na industrialização brasileira foi preponderante, sendo até o início da década de 1990 o grande responsável pela implantação da grande indústria, detendo o controle de importantes setores da economia, como a mineração, siderurgia, telefonia, indústria elétrica, os bancos e entre outros setores.

A redução das importações na década de 1930, o elevado custo das mercadorias importadas e a inexistência de peças obrigaram a indústria nacional a economizar e a incentivar mecânicos e engenheiros locais na sua produção interna. Para além deste processo, a crise no comércio exterior afetou gravemente as fontes de financiamento do Estado, que foi levado a utilizar da inflação para compensar suas perdas. Por ora, a inflação beneficiava a indústria interna e servia como proteção adicional contra as importações, que tinha seus preços relativos aumentados por conta da depreciação da moeda nacional (FURTADO, 1975).

Estes fatores foram importantes, mas não os determinantes para a constituição de um setor produtivo industrial. Muito antes deste período, no auge da produção do café, já havia iniciado o processo de industrialização, com o prolongamento e diversificação do capital cafeeiro. Por outro prisma, ao pensar na constituição das forças produtivas, especificamente capitalistas - que são capazes de instaurar a dominância do capital industrial no processo global de acumulação -, este somente foi constituído na década de 1950 com a entrada decisiva do Estado e das empresas internacionais (TAVARES, 1986).

Neste período de industrialização, pela primeira vez na história da economia brasileira, combinam-se dois fatores contraditórios que permitem identificar uma nova dinâmica de crescimento. O primeiro é que o processo de expansão industrial comanda o movimento de acumulação de capital, em que o segmento urbano da renda é o determinante principal das condições de demanda efetiva, vale dizer da realização dos lucros. O segundo resulta de que o desenvolvimento das forças produtivas e os suportes internos da acumulação urbana são insuficientes para implantar a grande indústria de base necessária ao crescimento da capacidade produtiva adiante da própria demanda. Assim, a estrutura técnica e financeira do capital continua dando os limites endógenos de sua própria reprodução ampliada, dificultando a

⁶ Como analisou Oliveira (2003), a industrialização brasileira só foi possível graças à ação estatal que resultou na transferência de renda da agroindústria para os setores industriais.

“autodeterminação” do processo de desenvolvimento (TAVARES, 1986, p. 103).

Tavares (1986) considera que os fluxos do comércio e do capital internacional não foram determinantes para a dinâmica de acumulação neste período. Eles articularam e modificaram, a partir de dentro, mudanças que já estavam em curso na estrutura produtiva e no padrão histórico de acumulação. O desenvolvimento industrial ocorreu a princípio no setor de bens de produção, não sendo este o setor dominante do processo de acumulação do industrial, já que sua capacidade produtiva era insuficiente para manter e atender às necessidades de funcionamento da economia. Esse setor não foi capaz de manter uma taxa produtiva crescente.

Portanto, a dinâmica do crescimento ocorreu com o crescimento do setor de bens de consumo assalariado que já existiam na economia e que se estendia para o setor de bens de produção. Enfim, esses segmentos se beneficiaram da proteção externa com o advento da substituição das importações que se manteve até fins da Segunda Guerra Mundial.

Neste sentido, um dos elementos dinâmicos do processo de industrialização nos anos que se seguem após a crise de 1929 foi o mercado interno. A alta nos preços dos produtos importados gerou estímulos à produção interna de produtos indispensáveis à subsistência dos trabalhadores, bem como a constituição de um mercado de trabalho capitalista e o consumo de bens saláris. Associado a estes, temos o baixo custo da mão de obra, acesso à matéria-prima, alta nos preços dos produtos importados, a vinda de filiais estrangeiras para produção de produtos a baixo custo e as altas taxas alfandegárias.

O que vale ressaltar não é o caráter substitutivo da produção industrial, mas que este processo, associado à nascente indústria, proporcionou, pela primeira vez na história brasileira, a reprodução conjunta da força de trabalho e parte do capital constante industrial, num movimento interno de acumulação que modificou as estruturas de produção (TAVARES, 1986). Esse período marcou a mudança e a intensificação do processo industrial brasileiro, e, claro, seu papel dependente aos grandes centros industriais.

Oliveira (2003) aponta que num primeiro momento, a indústria brasileira passou a produzir internamente bens de consumo não duráveis, destinados ao consumo das classes populares, e não o contrário, como se é de pensar. Num segundo momento, a produção é deslocada para a fabricação de bens de consumo duráveis, por conta da crise no comércio internacional.

Neste desenvolvimento, quem se beneficiou foi a indústria local, com a chamada “substituição de importação”⁷, que teve como objetivo expandir a produção de produtos manufaturados em detrimento das importações. Este processo abriu espaço para a importação de novos produtos e equipamentos cada vez mais complexos, necessários para a produção das mercadorias que estavam sendo substituídas, ou seja, é no próprio processo de industrialização que encontramos os mecanismos de substituição⁸ (FURTADO, 1975).

[...] No período compreendido entre 1933 e 1955 adentra-se à fase da industrialização restringida, uma vez que a capacidade de importar permanecia reduzida em função das guerras e dos reduzidos preços das exportações nacionais. Convivendo com crescentes problemas nas contas nacionais, o Brasil iniciou o aprofundamento de seu esforço industrialista a partir da sobreutilização da capacidade instalada, da ampliação da jornada de trabalho e da substituição de importações. Evidentemente, a manutenção de tal esforço passava necessariamente pela produção voltada à exportação e o governo se empenhou na criação de mecanismos de manutenção da renda interna que demandavam algum tipo de política de valorização e defesa do preço do café, o que foi empreendido até 1937 (NAKATANI; FALEIROS; VARGAS, 2012, p. 7).

A expansão da agricultura de alimentos, o trabalho assalariado e a criação de economias regionais promoveram uma diversificação da produção para o mercado interno brasileiro. Mesmo antes da Primeira Guerra Mundial, constituía-se, no Brasil, de forma embrionária, um sistema bancário nacional que, associado à existência de

⁷ Oliveira (2003) defende que a industrialização brasileira não ocorreu pela substituição de importações, mas sim pela possibilidade de acumulação. A regulação das leis trabalhistas, a intervenção do Estado na economia, o papel da agricultura, a constituição do setor industrial, o crescimento do setor terciário e a ocupação do espaço urbano são elementos que o autor procura demonstrar para sustentar sua tese.

⁸ [...] a fabricação de bens de consumo duráveis, não se deve a nenhum fetiche ou natureza dos bens, a nenhum “efeito-demonstração”, mas à redefinição das relações trabalho-capital, à enorme ampliação do “exército industrial de reserva”, ao aumento da taxa de exploração, às velocidades diferenciais de crescimento de salários e produtividade que reforçaram a acumulação. Assim, foram as necessidades da acumulação e não as do consumo que orientaram o processo de industrialização: a “substituição de importações” é apenas a forma dada pela crise cambial, a condição necessária, porém não suficiente (OLIVEIRA, 2003, p. 50-51).

uma infraestrutura de transportes, permitiu uma transformação na economia brasileira, proporcionando a construção de uma indústria nacional.

Antes mesmo à crise de 1930, já havia um processo de diversificação produtiva agrícola e industrial, desvinculada da economia cafeeira, de tal modo que a economia nacional foi capaz de reagir mais rapidamente ao período de crise (TAVARES, 1999). Apesar de a crise comercial de 1929 alavancar um processo de industrialização no Brasil, já havia indícios deste processo na economia, o que foi impulsionado pelo novo contexto internacional da época.

Esse foi na verdade o período em que, uma vez mais devido à guerra europeia, o Brasil começou a desenhar, a partir de um Estado nacional autoritário, um projeto nacional de desenvolvimento relativamente autônomo. Como é sabido, a revolução de 30 não foi do ponto de vista político verdadeiramente burguesa, mas uma recomposição do pacto oligárquico regional com forte participação das classes médias urbanas e forte dissidência militar interna, que nos levou à beira da guerra civil, evitada, porém, com a derrota política de São Paulo, onde se centrava a grande burguesia cafeeira, em 32 [...] (TAVARES, 1999, p. 460).

Desde o seu início, a estrutura industrial brasileira adaptou-se a uma discrepância entre os diferentes padrões de consumo de massa e de uma minoria da sociedade. A elasticidade da mão de obra, o avanço tecnológico e, conseqüentemente, os incrementos de produtividade colocaram em marcha um processo adicional de concentração de renda. O desenvolvimento assume, aqui, um papel de modernização do consumo para uma pequena minoria da sociedade, ou seja, uma reprodução do padrão de consumo das economias centrais e não o investimento do capital acumulado no processo produtivo (FURTADO, 1975).

Outro fator importante a se destacar é que, no Brasil, diferente dos países centrais, onde ocorreu a formação de uma burguesia industrial nacional, a composição do grupo industrial estava dividido em três segmentos: o setor privado nacional, composto por um limitado número de dirigentes de grandes firmas e dos pequenos empresários; o setor privado estrangeiro, constituído de dirigentes alienígenas e nacionais ou filiais internacionais; e, por fim, o setor formado por empresas públicas. Nesta situação, as suas atividades eram muito mais complementares do que competitiva.

[...] as empresas controladas diretamente pelo Estado têm a exclusividade de certas áreas e predominam em atividades infraestruturais ou criadoras de economias externas, as quais requerem grandes imobilizações de capital e

não são afetadas pelo progresso tecnológico ligado à constante inovação de modelos; o grupo privado nacional controla as atividades de construção, certas manufaturas tradicionais e opera amplamente como subcontratista das grandes empresas estatais e das ligadas aos grupos internacionais; estas últimas têm o controle quase total das indústrias de bens duráveis de consumo, químico-farmacêutica e equipamentos em geral, que em conjunto formam o bloco em mais rápida expansão e onde mais significativa é a penetração do progresso tecnológico. Cabe acrescentar que existem empresas que são empreendimentos conjuntos de outras integrantes de dois ou mesmo três setores indicados e que é crescente o número de quadros de direção com experiência e vinculações igualmente variadas (FURTADO, 1975, p. 35).

Esta composição do grupo industrial é a que deu os contornos do desenvolvimento brasileiro. Com a abertura comercial a partir de 1990, o processo de privatização e o avanço do capital financeiro na economia brasileira ganham cada vez mais espaço o capital estrangeiro e sua participação e controle sobre a economia. Há uma associação e subordinação, cada vez maior, do capital nacional ao empresariado estrangeiro e uma redução da participação do Estado do setor produtivo industrial.

Claro que, neste processo de industrialização, temos que destacar o papel do Estado enquanto agente industrial e financeiro nesta empreitada. Sua atuação, num primeiro momento, estava ligada à siderurgia, ao petróleo e à distribuição de energia elétrica. Em relação ao setor financeiro, o Estado estava presente na figura do Banco do Brasil, Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, dos bancos regionais e na instituição de agências governamentais de intervenção econômica (MELLO; NOVAIS, 2009). Havia uma estruturação da economia, numa forte atuação estatal para promover a industrialização brasileira, processo este que estava avançado nas economias centrais.

Tavares (1999) aponta que a criação da Siderúrgica Nacional, a Fábrica Nacional de Motores, a Petrobras e o BNDE constituíram parte do denominado Projeto Nacional Desenvolvimentista, que ocorre no segundo governo de Getúlio Vargas. Este não se constitui de um projeto autônomo da burguesia nacional, mas sim por um núcleo industrial estatal forte, que congregava tanto o capital estrangeiro como o nacional.

A expansão capitalista brasileira foi, portanto, apenas “associada” do ponto de vista de complementariedade tecnológico-produtiva com o capital estrangeiro, cuja concentração notória se deu nas montadoras dos complexos metal-mecânico e elétrico e em alguns segmentos da agroindústria alimentar. A entrada do capital financeiro externo no período 1950/70 foi insignificante, o financiamento da produção fez-se pela via dos bancos nacionais, públicos e privados, e a expansão das filiais multinacionais

deu-se sobretudo por reinvestimentos de lucros. Do ponto de vista do financiamento privado da indústria nacional, a reforma do mercado de capitais do governo Castelo Branco, que optou por copiar o modelo americano de sistema financeiro, nunca foi bem-sucedida. A tentativa de Roberto Campos de utilizar o sistema bancário nacional segmentado, associando o capital financeiro internacional através de bancos de investimentos fracassou (TAVARES, 1999, p. 465).

A modernização também ocorreu na agricultura, com inserção de tratores sofisticados, crédito, adubos e inseticidas que tiveram papel fundamental no deslocamento rural dos pequenos proprietários, posseiros e assalariados em busca de sua sobrevivência. Neste novo cenário que se configurava, nas zonas rurais do Brasil, duas alternativas restavam as famílias: aventurar-se nas regiões de fronteiras agrícolas ou as cidades mais próximas⁹ (BRITO, 2000).

Esta reconfiguração no setor rural, promoveu um movimento migratório que estava centrado na ida para as regiões de São Paulo e Rio de Janeiro, uma verdadeira explosão demográfica que deu origem aos graves problemas urbanos atuais nas grandes cidades brasileiras. Não podemos esquecer que este movimento contribuiu para a constituição de um excedente de força de trabalho nos grandes centros urbanos que, junto à legislação trabalhista da época, pressionava negativamente os salários, anulando qualquer possibilidade positiva de uma relação capital/trabalho (NAKATANI; FALEIROS; VARGAS, 2012). Para além de São Paulo e Rio de Janeiro, outras regiões também tiveram papel importante no que se refere à atração de trabalhadores migrantes.

[...] Nos anos 50, o trabalho na agricultura do norte do Paraná atraiu muitos migrantes, bem como a “abertura” de terras em Goiás e no que seria hoje o Mato Grosso do Sul. Depois, nos anos 60 e 70, intensificou-se o movimento em direção à fronteira norte, ao Mato Grosso, Rondônia, Amapá, sul do Pará e sul do Maranhão. Mas, na fronteira, aqueles pobres migrantes se encontrariam sempre com a habitual violência dos grandes proprietários ou dos “grileiros”, cheios de capangas, protegidos pelos governos, prontos para desencorajá-los, para jogá-los para terras mais distantes (MELLO; NOVAIS, 2009, p. 20-21).

⁹ Até a Primeira Guerra Mundial, o Rio de Janeiro configurava no principal destino da migração nacional. Mesmo com a baixa na produção cafeeira e industrial, o Rio de Janeiro conseguiu expandir e diversificar suas atividades urbanas terciárias, recebendo um grande contingente de migrantes advindos das regiões Norte, Nordeste, e dos estados do Espírito Santo e Minas Gerais. Já São Paulo, até 1920, recebeu um grande contingente de imigrantes europeus e japoneses. Com a guerra e o crescimento da indústria norte-americana, houve uma limitação deste fluxo de migrantes para São Paulo que passa a receber imigrantes de outras regiões do Brasil (CANO, 2008).

Mas a industrialização e urbanização das cidades como São Paulo - o centro dinâmico do processo industrial -, Rio de Janeiro e Belo Horizonte criaram novas oportunidades de investimento e trabalho. Os investimentos exigiam maior ou menor grau de capital e tecnologias e estavam centrados na indústria, no comércio, na construção civil, no sistema financeiro, educacional, saúde, transporte e entre outros. As oportunidades de trabalho variavam em relação à remuneração e poderiam ser ofertados tanto pela iniciativa privada quanto pública. Mas esta nova estrutura que estabelecia no país estava calcada em grandes desigualdades e numa urbanização que ocorreu com base nos imigrantes estrangeiros, o migrante rural e o negro que vivia nos centros urbanos e seus descendentes, que vão se inserir de forma diferenciada no processo de industrialização (MELLO; NOVAIS, 2009).

2.3 Os projetos de desenvolvimento com vista à industrialização: a consolidação de uma economia heterogênea.

Ao pensarmos sobre os projetos de desenvolvimento no Brasil, deparamo-nos com diversos planos econômicos¹⁰ que têm em seu interior a industrialização e geração de emprego e o crescimento econômico, principalmente nas décadas de 50, 60 e 70. Marca na economia brasileira uma forte presença do Estado na elaboração e execução, sendo decisivos para o comportamento da nossa economia ao longo de sua trajetória (MATOS, 2002).

O Projeto de Desenvolvimento Nacional, no governo de Juscelino Kubitschek (1956-60), se baseava no Plano de Metas¹¹ com o lema “50 anos em 5”. Seu objetivo era

¹⁰ Entre os diversos planos econômicos podemos citar: Plano Salte (1950-1951); Plano de Metas (1956-1961); Plano Trienal (1963-1964); Plano de Ação Econômica do Governo (1964-1967); Plano Decenal (1967); I Orçamento Plurianual de Investimentos (1968-1970); Programa Estratégico de Desenvolvimento (1968-1970); Plano Metas e Bases Para a Ação do Governo (1970-1973); I Plano Nacional de Desenvolvimento (1972-1974); II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979); III Plano Nacional de Desenvolvimento (1980 – 1985); I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República; Plano de Ação Governamental (1987-1991) (MATOS, 2002).

¹¹ O Plano de Metas tratava de “nacionalizar” os programas setoriais de infraestrutura da falecida Comissão Mista Brasil-EUA com financiamento fiscal de um adicional de imposto de renda e mais tarde o imposto único de combustíveis e lubrificantes. Do ponto de vista ideológico, depois do entrevista de Roberto Simonsen travado com Gudin, o *establishment* paulista continuava sob a influência liberal no seu horror ao Estado, enquanto no Rio de Janeiro o Iseb fornecia a ideologia do nacional-desenvolvimentismo. A Cepal no BNDE continuava pregando o seu programa de industrialização por substituição de importações, que só em Vargas tivera alguma audiência (TAVARES, 1999, p. 463).

implantar no país setores industriais mais avançados, entre eles a indústria elétrica pesada, a química, a indústria farmacêutica, a de máquinas e equipamentos mais avançados, a indústria automobilística e naval para avançar nas indústrias estratégicas para o país como a do aço e petróleo¹². Os investimentos destes setores, de grande capital, estavam relegados às multinacionais e ao capital estatal (MELLO; NOVAIS, 2009). Ou seja, parte do investimento era com base no capital estrangeiro, o que garantia a reprodução de uma economia dependente do capital externo.

[...] O Plano de Metas, através dos seus grupos setoriais sediados no BNDE, contemplava a montagem de “complexos industriais”, sobretudo o metal-mecânico, que ia da indústria automobilística à indústria naval, com predomínio do capital europeu e japonês nas montadoras e metalurgia, mantendo-se a indústria de autopeças e de bens de capital por encomenda preponderantemente nacionais (TAVARES, 1999, p. 464).

Oliveira (2003) destaca que não havia interesse do capital internacional hegemônico - Estados Unidos da América - no desenvolvimento da economia brasileira. Este pautava sua política na antiga divisão internacional do trabalho, em que o Brasil estava fadado à posição de produtor de matérias-primas para exportação. O autor considera que foi nas brechas do capitalismo internacional, principalmente dadas pelo Mercado Comum Europeu e pelo Japão, que foi possível a aceleração da industrialização brasileira.

Para Tavares (1999), o crescimento econômico ocorreu de forma complementar com o capital estrangeiro, do ponto de vista econômico-produtivo, cuja concentração ocorreu nos setores metal mecânico, elétrico e em alguns segmentos da agroindústria alimentar, no período de 1950-1970. A entrada de capital estrangeiro foi pequena e o financiamento do processo industrial ocorreu com capital nacional, público e privado, e com reinvestimentos dos lucros das multinacionais.

Já no período de 1967-1980, a política econômica focava na expansão e diversificação produtiva, aceleração e diversificação das exportações, o chamado projeto “Brasil potência”. O elevado crescimento econômico que se manifestou neste

¹² Conforme Costa (1997, p. 21), o Plano de Metas [...] não foi capaz de resolver os graves desequilíbrios sociais e econômicos da nação. Ou melhor, dedicou-se pouca atenção às transformações estruturais do setor agrário, bem como preocupou-se apenas de maneira marginal com os problemas sociais e somente em 1959, com a criação da Sudene, procurou-se dar alguma atenção aos problemas regionais.

período conseguiu atingir todos os setores produtivos e boa parte do territorial nacional. Houve uma intensificação da urbanização, e do movimento migratório, por conta do emprego, o que constituiu um importante amortecedor social (CANO, 2008). O país foi considerado uma ilha de prosperidade diante das crises que o cercava em todos os lados.

Em termos de ocupação populacional, o período de 1970-1980 marca um processo de reorientação da migração devido a esta nova dinâmica da economia brasileira e a política de industrialização do país. O Rio de Janeiro, até então um grande centro de atração, começava a perder sua importância nacional e Minas Gerais, que, até a década de 60, era um importante centro exportador de mão de obra, com as políticas de industrialização e modernização agrícola, passa a configurar como um novo centro econômico. As políticas de expansão da fronteira agrícola para novas regiões do país associado à inserção de novas tecnologias na agricultura, aumentavam a produção ao mesmo tempo em que dispensava emprego no campo, promovendo um deslocamento para os centros urbanos (BRITO, 2000).

A manutenção da estrutura fundiária também tinha um papel importante nesta nova trajetória, já que não avançava a reforma agrária, mantendo-se a concentração fundiária. No governo militar, houve iniciativas à concentração da terra em níveis até então não verificadas nas zonas de expansão das fronteiras agrícolas, sediadas na região amazônica.

[...] o Projeto Jari, idealizado pelo norte-americano Daniel Ludwig na divisa dos estados do Pará e do Amapá, com vistas à produção de celulose, cujas propriedades somavam 3,6 milhões de hectares, uma área superior a países como a Holanda e o Líbano (Martins, 1982, p. 139). Os latifúndios no Nordeste pareciam minifúndios perto das fazendas amazônicas. Uma área como essa, num cálculo grosseiro, poderia dar emprego a 1 milhão de famílias, cerca de 5 milhões de pessoas (Idem). Evidentemente, a grande propriedade no Brasil tradicionalmente não tem interesse na produção de alimentos para o mercado interno, optando pela exportação de uma produção especializada protegida por amplos subsídios e benefícios fomentados por um governo ávido por entrada de divisas, o que distorcia ainda mais a realidade da propriedade da terra no Brasil: em 1975, ao fim do “milagre”, as grandes fazendas, acima de 3 mil hectares, tinham apenas 3% de sua área destinada às lavouras de alimentos (Martins, 1982, p. 40). Caracterizando ainda melhor essa realidade, nesse mesmo ano 52% dos estabelecimentos rurais possuíam menos de dez hectares e abrangiam apenas 2,8% da área total (NAKATANI; FALEIROS; VARGAS, 2012, p. 227).

Assim, a modernização verificada na agricultura nos anos de 1960 e 1970 não teve a intenção de promover uma reforma agrária, mas sim um desenvolvimento capitalista com vista à manutenção de uma estrutura fundiária centralizadora, que excluía parcela significativa da população da terra e dos ganhos de produtividade e acentuaria a migração do campo numa escala ainda mais avassaladora¹³ (NAKATANI; FALEIROS; VARGAS, 2012). Cabe ressaltar que as políticas de transporte e telecomunicações provocaram um enorme progresso na integração produtiva e o crescimento populacional pressionava esta nova dinâmica de ocupação do território nacional (BRITO, 2000).

Na década de 1980, a reduzida participação do Estado no plano nacional e regional, com debilitação do investimento privado na indústria, afeta diretamente a dinâmica industrial e principalmente o núcleo dinâmico industrial paulista, o que estagnou os efeitos impulsionadores da desconcentração industrial (CANO, 2008).

Com o agravamento da competição internacional, a constituição dos chamados Grandes Blocos (Estados Unidos-Canadá, União Europeia e Japão-Sudeste Asiático) ampliou ainda mais os gigantescos fluxos de capitais “Norte-Norte” (Estados Unidos/Japão/Mercado Comum Europeu) durante a década de 1980, mantendo ainda em níveis elevados os fluxos para a Coreia e o Sudoeste Asiático. Com isso, disseminaram, no mundo, um novo neologismo econômico – a globalização dos mercados – tentando vender a falsa ideia de que o “paraíso seria para todos”. Ao mesmo tempo, porém, praticamente cessaram os fluxos para a África, a América Latina e para parte da Ásia, o que agravaria a crítica situação dessas áreas (CANO, 2008, p. 25).

O avanço do receituário neoliberal, a partir dos anos de 1990, submeteu ainda mais os países periféricos à Nova Ordem, ideário contido no chamado “Consenso de Washington”, em que abdicaremos de nossa soberania nacional para a implantação da política econômica assentada em duas questões: financeira e produtiva. A primeira impõe a quebra da soberania nacional como forma de liberar seus movimentos internacionais e permitir a valorização do capital. A segunda exige dos países subdesenvolvidos a uma reestruturação produtiva e comercial semelhante à ocorrida nos países centrais (CANO, 2008).

¹³ Mais reveladora ainda é a distribuição pessoal da renda. Em 1960, por exemplo, os 10% mais ricos da população tinham uma participação no produto correspondente a 39,66%, percentual que se elevou de maneira extraordinária para 46,8% em 1984 [...]. Outro dado curioso que ilustra de maneira mais severa a concentração de renda no País é, por exemplo, a participação do grupo situado na faixa de 1% dos mais ricos. Em 1960, esse segmento participava com 12,1% do produto nacional; em 1984, já estava com 13,7% do produto, um percentual maior que o dos 50% mais pobres [...] (COSTA, 1997, p. 26).

Estes novos contornos também refletiram no processo migratório brasileiro. A redução no crescimento da economia nos anos 80, as crises internacionais e internas, o início do processo de desconcentração industrial e a contenção nos gastos públicos, promoveram uma queda significativa na geração de emprego. A abertura comercial também foi outro fator a impactar no deslocamento populacional aos grandes centros urbanos, mesmo estes perdendo força de atração de mão de obra. Porém, é claro que São Paulo continua sendo um centro econômico importante, uma vez que se percebe um movimento de retorno da população migrante. Ou seja, a economia brasileira foi se moldando numa estrutura desigual, características estas apontadas no tópico acima ao abordamos os aspectos do subdesenvolvimento.

Logo, temos que associar este processo ao crescimento populacional, ao custo de habitação e a reestruturação produtiva que instaura no país principalmente nos anos 1990, com a inserção de novas tecnologias poupadoras de força de trabalho, o que gera um aumento na informalidade (BRITO, 2000).

Se na década de 1980 houve uma estagnação no processo de industrialização, os anos de 1990 nos impôs um cenário ainda mais perverso. Enquanto os países centrais se reestruturavam produtivamente, se articulavam com outras economias e consolidava a implantação da revolução tecnológica, os países periféricos se distanciavam ainda mais dos níveis de produtividade e competitividade internacional destas economias (CANO, 2014).

As políticas de estabilização e as reformas implementadas constituíram um todo articulado que permitiu a funcionalidade de um modelo econômico que abarca ampla liberdade para o capital financeiro estrangeiro e nacional. Neste processo, houve uma reforma no sistema financeiro nacional para tornar o país mais compatível com a velocidade exigida pelos novos fluxos externos e sua diversificação.

Assim, a abertura comercial e de serviços; a flexibilização das relações de trabalho para reduzir ainda mais o custo da força de trabalho; as reformas previdenciárias; a reforma do estado nacional, como forma de reduzir o tamanho e a ação estatal; a renegociação das dívidas dos Estados e Municípios junto ao governo federal foram medidas tomadas com vistas a adequar a economia ao modelo neoliberal que

imperava na década de 1990 (CANO, 2008).

Essas medidas neoliberais trouxeram, já acopladas, as políticas de valorização cambial e o pesado ônus fiscal decorrente dos elevados juros sobre o débito externo e interno do país, que, conseqüentemente, afetou as finanças públicas e implicou no baixo investimento, público e privado, e no baixo crescimento. A alta taxa de juros interna passou a constituir como centro de atração do capital para suportar as perdas de divisas causadas nas contas externas (CANO, 2014).

Neste cenário de reconfiguração das políticas econômicas, Cano (2014) considera que há um processo de desindustrialização no Brasil a partir dos anos 1990¹⁴. Entre as causas deste processo, o autor cita a política de valorização cambial, associada às políticas de estabilização e às altas taxas de juros, que promovem a perda de competitividade da indústria nacional frente ao mercado internacional. A abertura comercial associada às quedas nas tarifas e aos mecanismos protecionistas da indústria nacional, tornou frágil nossa economia diante da concorrência internacional. Os investimentos diretos estrangeiros, bem como a desaceleração das economias centrais a partir de 2007, são determinantes para o baixo desempenho da economia brasileira.

[...] a política neoliberal, iniciada por Collor em 1990 e aprofundada por Fernando Henrique Cardoso e mais tarde por Lula, conseguiu diminuir ainda mais a taxa média anual de crescimento do PIB. A enxurrada de importações, as privatizações e os juros elevados completam o quadro para que o investimento privado se mantivesse baixo. A profunda deterioração das finanças públicas e a elevada carga de juros no orçamento deprimiram, por sua vez, o investimento público (CANO, 2008, p. 210).

Como resultado desta reconfiguração do modelo econômico brasileiro, presenciamos a ampliação das desigualdades sociais, o aumento do desemprego, a queda dos salários, corte nos gastos das políticas sociais e o aumento da violência, tanto no

¹⁴ No caso dos países subdesenvolvidos, a UNCTAD a denominou de “desindustrialização *precoce* ou *negativa*” Isto porque, suas indústrias, ainda que continuassem a crescer, o faziam a taxas reduzidas, diminuindo suas participações na produção mundial, reduzindo a taxa de investimento, sofrendo estagnação ou queda da produtividade, perda de competitividade externa e interna e flagrante queda na participação de suas exportações de manufaturados. A própria UNCTAD mostra as poucas exceções, como os NICs asiáticos que se incorporaram à dinâmica da China, ou do México com sua indústria maquiladora na base de trabalho barato. Mas nem o México conseguiu se manter, não resistindo ao “efeito China”, perdendo inclusive parte de suas exportações para o mercado norte-americano (CANO, 2014, p.10).

campo como nos centros urbanos (CANO, 2008). Acentua-se o crescimento e concentração de riqueza em algumas regiões e a estagnação e a pobreza em outras, ou seja, uma estrutura heterogênea, cujo movimento populacional, impulsionada pelo capital, reproduz desigualdades locais, promovendo um grande fluxo populacional de trabalhadores em busca de emprego e sobrevivência (MOREIRA; SABADINI, 2011).

É importante salientar que a expansão econômica no Brasil acontece sob fortes riscos de crises, isto devido ao fato de que nosso crescimento é voltado parcialmente para “fora” e alimenta os chamados setores “tradicionais”. A concentração de renda numa pequena parcela da população, o aparecimento da especulação como forma de acumulação são elementos que tornam nossa economia muito mais vulnerável em relação há outros tempos históricos. Outra característica da nossa economia é a expansão do capitalismo sobre a introdução de novas relações no arcaico e a reprodução de relações arcaicas no novo (OLIVEIRA, 2003).

Como aponta Moreira e Sabadini (2011), os deslocamentos populacionais internos no Brasil acompanham a própria dinâmica capitalista, na busca de novos espaços de produção, e na nova divisão territorial do trabalho. As indicações de um refluxo da migração para determinadas regiões mais desenvolvidas como São Paulo e a fixação dos trabalhadores em regiões tradicionalmente exportadoras de mão de obra, Minas Gerais e Nordeste, podem ser transitórias, dependendo dos interesses e da viabilidade destas regiões para acumulação do capital.

3 O MOVIMENTO MIGRATÓRIO NO ESPÍRITO SANTO: METODOLOGIA, FONTE DE DADOS E TÉCNICA DE ESTIMAÇÃO DO IMIGRANTE E EMIGRANTE

Nossa pesquisa pretende caracterizar os movimentos populacionais ocorridos no período de 2001-2009 no Espírito Santo. Nesta tarefa, utilizamo-nos de bases de dados, que apresentam uma riqueza muito grande de informações e amplas possibilidades de estudos, que, dentre essas, destacamos a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e o Censo Demográfico.

Cabe ressaltar que, a PNAD foi implementada progressivamente no Brasil a partir de 1967, com objetivo de produzir informações básicas para o estudo do desenvolvimento social e econômico do país. É um sistema de pesquisas por amostra domiciliar que investiga diversas características socioeconômicas da população, dentre estas: educação, trabalho, rendimento, habitação, migração, fecundidade, nupcialidade, saúde, nutrição, entre outros temas que podem ser incluídos no sistema conforme a necessidade de informações para o país (IBGE, acesso em: 3 de março de 2015b).

O Censo Demográfico produz informações que permitem estudos sobre a distribuição territorial e as principais características das pessoas e dos domicílios no Brasil. Por ser uma pesquisa que abrange a todos os domicílios do país, ele se constitui como a única fonte de referência para o conhecimento das condições socioeconômicas da população em todos os municípios (IBGE, 2011). Porém, é realizado a cada dez anos¹⁵, uma desvantagem em relação a PNAD, que tem sua realização anual, o que permite a obtenção de resultados mais recentes.

Por outro lado, a PNAD é feita com um universo de domicílios mais restrito, uma amostra representativa da população brasileira. Esta limitação não ocorre com o Censo, que é uma pesquisa que busca abranger a totalidade da população residente no Brasil. Mesmo dividido em duas partes, no qual uma é respondida por todos os domicílios do Brasil e a outra respondida apenas por uma amostra da população, no

¹⁵ Os últimos foram feitos nos anos de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010. O Censo de 1991 era para ter sido feito no ano de 1990, mas por problemas operacionais acabou sendo realizado com um ano de atraso (GOLGHER, 2004).

entanto, o Censo é uma pesquisa muito mais abrangente do que a PNAD (GOLGHER, 2004).

A grande vantagem do Censo sobre as PNADs é que ele permite estudar localidades menores, como pequenos municípios ou partes de município, o que não dá para fazer com a PNAD. Como esta última é feita com amostras muito menores, ela é utilizada para fazer análises em áreas com maior população como estados e regiões metropolitanas (GOLGHER, 2004, p.8).

Entretanto, o fato de conter limitações nas fontes de dados tanto da PNAD como do Censo não impede que os mesmos sejam utilizados como instrumentos de informações demográficas. Dessa maneira, compreendemos que, apesar de existir limitadores, estes não comprometem a nossa análise dos movimentos populacionais.

Assim, os dados utilizados nesta pesquisa são provenientes da PNAD, no período de 2001 a 2009, e do Censo, 2000 e 2010. Outro órgão consultado foi o Instituto Jones Santos Neves (IJSN) e seus relatórios e análises a respeito da economia capixaba e os aspectos sociais, uma fonte secundária de informações.

O período entre 2001-2009 foi estabelecido em nossa pesquisa por consideramos que este momento histórico carece de maiores estudos e análises, tanto no que se refere aos movimentos populacionais quanto ao desenvolvimento econômico, isto pois esta dinâmica recente no estado denominaremos, de terceiro ciclo econômico capixaba, que será abordado no próximo capítulo.

Uma questão importante no estudo sobre a migração é a definição que será adotada para os termos migrante, imigrante e emigrante. Uma definição muito utilizada nos estudos demográficos é o migrante como aquele que morava em um determinado município/UF e passa a residir em outro município/UF distinto de sua primeira residência (GOLGHER, 2004). Ou seja, o indivíduo que morava no Espírito Santo em 2001 e passa a residir em Minas Gerais em 2003. Ressaltamos que os deslocamentos que ocorrem dentro de uma mesma UF não serão considerados nesta pesquisa, apenas os deslocamentos populacionais entre UF distintas. Outra distinção é: entre a migração interna; entre as UF do Brasil; e a internacional entre o Brasil e os demais países. Nessa nossa pesquisa, o foco será somente a migração interna brasileira, especificamente no estado do Espírito Santo.

Desse modo, o migrante que sai de uma determinada localidade e vai para outra será classificado como imigrante ou emigrante, dependendo da situação de origem e destino. Quando o indivíduo sai de uma região, seu local de origem, e passa a residir em outra localidade, ele é um emigrante. Quando ocorre o inverso, o indivíduo vai para uma região que não é seu local de origem ele é um imigrante. Como exemplo: a pessoa morava em Minas Gerais, local de origem, e passa a residir no Espírito Santo, local de destino, é um migrante. Contudo, para Minas Gerais, seu local de saída, esse indivíduo é um emigrante. Já para o Espírito Santo, local de chegada, ele é um imigrante (GOLGHER, 2004).

O próximo passo foi estabelecer os critérios para determinar a população migrante no Espírito Santo. Num levantamento bibliográfico a respeito da metodologia aplicada para a estimar a migração, identificamos a existência de duas possibilidades utilizadas nos dados da PNAD e Censo: uma, é a forma indireta; e a outra, é a forma direta. A primeira estima a migração com base no resultado líquido do saldo migratório de um determinado período. Não considera as pessoas que saíram após a data inicial, e que retornaram antes da data final, muito menos aquelas pessoas que entraram após o início do período e retornaram antes do seu final (RIGOTTI, 1999).

Na técnica indireta, a migração é estimada através da diferença entre a população esperada, fechada, e aquela observada no Censo/PNAD seguinte. O grande trabalho fica por conta de estimar a população esperada. Conforme Carvalho (1982, p. 533), por “[...] mensuração indireta deve-se entender o tratamento de dados não diretamente ligados à migração e que, adotadas certas hipóteses ou pressupostos, permite obter, geralmente por resíduo, estimativas de migração”.

A estimação da migração pela técnica indireta é a diferença entre a população esperada e a efetivamente observada, numa segunda amostra de dados do Censo/PNAD. Nesse caso, é necessário supor a ausência de erros na declaração de idade, a perfeita cobertura da pesquisa e o uso correto das funções de mortalidade e fecundidade (CARVALHO, 1982).

Todavia, a técnica indireta é confiável para as variáveis “sexo” e “idade”, o que não ocorre, por exemplo, com as variáveis “nível educacional” e “distribuição de renda”,

pois estas podem mudar com o tempo, o que dificulta os cálculos similares. Portanto, uma saída para este problema é utilizar as informações diretas contidas nas PNADs e Censos, o que permite a obtenção das características dos imigrantes e emigrantes de uma determinada área e período (CUNHA, 2002).

Nesta forma de estimar a migração, são utilizados diferentes quesitos apresentados na PNAD/Censo, como, por exemplo, “lugar de última residência”, “tempo de residência na UF” e “UF de nascimento”. De modo geral, este método é mais simples do que a forma indireta, pois ocorre através da combinação de variáveis que permitem a identificação da população migrante por UF de residência atual (RIGOTTI, 1999).

[...] por mensuração direta entenda-se aquela que lida com dados obtidos como resposta a quesitos diretamente ligados à migração, como por exemplo os relacionados com tempo de residência no município ou Unidade da Federação (UF), UF de última residência, UF de nascimento [...] (CARVALHO, 1982, p. 533).

Golgher (2004) salienta que, para utilizar a técnica direta, é necessário ter conhecimento a respeito de programas específicos para manipular as bases de dados, bem como noção de matemática e estatística, pois são utilizadas informações contidas nos questionários das PNADs e dos Censos – microdados - que fornecem informações sobre a migração.

O cruzamento de duas ou mais variáveis, na PNAD e no Censo, permite ao pesquisador identificar a população migrante bem como estabelecer o perfil social e econômico. Dessa forma, partiremos da metodologia que utiliza a forma direta para estimar a população migrante do Espírito Santo no período de 2001 a 2009.

3.1 O imigrante no Espírito Santo, segundo o método direto

Na PNAD e no Censo, podemos identificar a origem da população migrante através de três formas diferentes:

- *UF de nascimento;*
- *UF de residência anterior; e*
- *UF de residência cinco anos antes.*

Utilizando a variável *UF de nascimento*, conseguimos identificar a origem da população migrante em um determinado espaço geográfico. Contudo, esta variável não permite identificar o momento da migração, pois ela apenas apresenta a composição populacional de uma UF em relação à naturalidade. Para uma análise mais precisa sobre o período do deslocamento – data -, ela não atende.

No caso da “UF de nascimento”, a condição de migrante seria definida para aqueles indivíduos cuja UF onde foi entrevistado fosse distinta daquela de seu nascimento. Claro está que utilizando este quesito se teria apenas o que se chama de “migrantes acumulados” (*lifetime migrants*), ou seja, todos aqueles que chegaram à UF analisada independentemente do tempo de residência. Assim sendo, mais que em qualquer situação, a utilização desse quesito exige um controle pelo tempo de residência, sob pena de analisar coortes migratórias muito dispersas no tempo e, portanto, muito distintas em termos de processos (CUNHA, 2002, p. 5).

Na tabela 1, é apresentada a composição populacional no Espírito Santo, a partir da variável *UF de nascimento*, não se levando em consideração a data de deslocamento dos indivíduos. Os dados foram extraídos das tabelas sínteses da PNAD para o período de 2001 a 2009.

Com a variável *UF de residência anterior*, podemos estabelecer a última residência da pessoa, o que permite traçar um quadro mais atualizado em relação à *UF de nascimento*. Associado ao quesito tempo, é possível estimar de forma mais apurada a migração e subdividi-la entre imigrantes, emigrantes e saldo migratório.

Dessa maneira, conseguimos separar a população que já residia no estado, antes de uma determinada data, daqueles que não residiam, ou seja, o migrante e o não migrante. Pela literatura pesquisada, é indicado utilizar um intervalo de tempo com uma variação entre 5 a 10 anos, denominada de data fixa¹⁶, mas é claro que este método tem seus limitadores, principalmente por não conseguir identificar as migrações que ocorrem dentro do intervalo de tempo selecionado¹⁷.

¹⁶ Combina espaço (município e UF) e tempo (cinco anos atrás) e permite determinar a residência em uma data fixa no passado, especificando, ao contrário do quesito anterior, um período exato e local inequívoco para a migração (CUNHA, p. 41, 2012).

¹⁷ Deve-se alertar, no entanto, que, ao utilizar esta informação, deixa-se de ter dados sobre a migração dos menores de 5 anos que, obviamente, não haviam nascido no momento para o qual se refere a pergunta. Este problema não se constitui grande limitação já que a migração nesta idade é bem pouco significativa e quando ocorre, dá-se, obviamente, na companhia de familiares, o que implica em ínfimas perdas no que se refere às tendências migratórias (CUNHA, 2007, p.6).

[...] o quesito sobre “UF de residência cinco anos antes”, assim como a informação anterior, permite que se conheçam movimentos mais recentes dos indivíduos. Contudo, com a particularidade de fixar claramente um período para a migração (ou seja, cinco anos), isso implica vantagens para cálculos demográficos, como taxas de migração, saldos migratórios etc. [...]. De qualquer maneira, a utilização dessa informação tem a desvantagem de desconsiderar todos os movimentos realizados pelo indivíduo dentro do período (CUNHA, 2002, p. 6).

Tabela 1 – População residente no Espírito Santo, segundo UF de nascimento – 2001 a 2009

Regiões e UF de nascimento	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Norte	8.219	11.661	11.414	11.279	12.662	12.541	15.226	14.301	13.136
Rondônia	2.741	6.064	5.232	3.290	6.566	3.253	6.662	7.628	4.691
Acre	-	1.399	950	470	469	-	2.379	-	1.877
Amazonas	914	467	-	1.410	468	1.856	951	1.430	-
Roraima	456	-	-	470	-	928	-	-	-
Para	4.108	3.731	5.232	5.639	5.159	6.504	4.758	4.766	6.099
Amapá	-	-	-	-	-	-	476	477	-
Tocantins	-	-	-	-	-	-	-	-	469
Nordeste	162.975	184.713	175.059	160.703	178.213	182.091	156.042	168.299	201.233
Maranhão	1.370	1.399	3.331	3.760	2.814	5.110	6.184	4.768	5.630
Piauí	1.826	2.798	2.378	1.410	1.876	3.253	1.903	477	2.345
Ceará	8.217	7.931	5.710	7.989	8.442	12.543	12.845	6.196	13.137
Rio Grande do Norte	3.196	1.866	4.758	2.350	1.876	3.716	3.805	1.906	1.407
Paraíba	4.110	6.065	6.661	939	2.345	1.858	2.380	4.769	2.345
Pernambuco	5.020	7.466	6.185	9.397	5.159	7.431	4.757	7.627	9.381
Alagoas	4.110	3.263	8.086	2.819	3.283	5.576	9.514	4.770	4.690
Sergipe	4.109	4.199	4.757	2.819	2.344	3.717	2.854	1.431	4.221
Bahia	131.017	149.726	133.193	129.220	150.074	138.887	111.800	136.355	158.077
Sudeste	2.999.370	3.032.004	3.098.268	3.156.145	3.194.202	3.252.106	3.217.070	3.235.818	3.235.711
Minas Gerais	274.798	278.477	313.017	287.546	287.478	316.337	269.279	274.629	269.714
Espírito Santo	2.579.873	2.610.324	2.616.855	2.738.442	2.743.988	2.776.437	2.808.873	2.823.878	2.820.576
Rio de Janeiro	109.096	118.475	131.284	109.949	114.429	121.708	116.561	109.659	110.706
São Paulo	35.603	24.728	37.112	20.208	48.307	37.624	22.357	27.652	34.715
Sul	15.065	9.330	9.989	14.566	6.566	16.258	11.894	10.967	15.015
Paraná	11.869	5.597	6.185	10.336	4.221	7.896	5.710	7.629	7.508
Santa Catarina	1.371	933	1.901	470	938	1.394	476	477	1.407
Rio Grande do Sul	1.825	2.800	1.903	3.760	1.407	6.968	5.708	2.861	6.100
Centro-Oeste	7.303	9.793	9.037	15.034	13.130	6.968	8.085	13.350	8.443
Mato Grosso do Sul	913	3.730	1.428	1.409	3.752	1.858	950	2.383	938
Mato Grosso	912	933	2.377	2.820	-	-	1.427	1.430	-
Goiás	2.739	3.731	1.903	7.516	3.281	1.858	1.901	7.153	3.283
Distrito Federal	2.739	1.399	3.329	3.289	6.097	3.252	3.807	2.384	4.222
Pais Estrangeiro	4.564	-	2.852	4.699	7.973	4.182	5.709	4.768	6.098
Sem Declaração	-	-	476	-	-	-	-	-	-

Fonte: Elaborado a partir do IBGE, Síntese de indicadores da PNAD 2001 a 2009.

A partir da variável *UF de residência cinco anos antes*, um dos quesitos pesquisados na PNAD, associada à naturalidade e à idade da população, maior ou igual a 5 anos, conseguimos com maior precisão levantar os dados a respeito dos imigrantes no Espírito Santo para o período de 2001 a 2009. Neste caso, a data fixa será sempre cinco anos antes do levantamento da PNAD, conforme a tabela 2. A população

imigrante com idade menor a cinco anos foi excluída da contagem, bem como não aparecem os movimentos que ocorreram dentro destes intervalos, para cada ano de referência.

Tabela 2 – Data fixa segundo UF de residência cinco anos antes

Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Período	96-01	97-02	98-03	99-04	00-05	01-06	01-07	03-08	04-09

Fonte: Elaboração do Autor.

Antes de prosseguirmos, temos que ressaltar o instrumento utilizado para tabular os dados da PNAD e do Censo Demográfico. As informações foram extraídas do Banco Multidimensional de Estatísticas (BME), que disponibiliza uma ferramenta de manuseio das informações estatísticas sob forma de dados coletados nos questionários das pesquisas, ou seja, os microdados.

O Banco Multidimensional de Estatísticas "BME", é uma base de dados formada por microdados originados nas pesquisas estatísticas efetuadas pelo IBGE e pela metainformação associada a sua produção. Apesar do contínuo desenvolvimento das pesquisas, no BME procura-se harmonizar as informações e planos de classificação para formar, quando possível, séries temporais dos dados pesquisados.

Os microdados correspondem aos dados existentes nos questionários das pesquisas. Cada questionário vai constituir um ou mais registros de informações, sendo, portanto, a informação mais desagregada possível para a pesquisa estatística. Para facilitar o manuseio dos microdados são, também, acrescentadas algumas outras variáveis derivadas.

A interface web do BME é de manuseio bastante simples, sendo capaz de resolver diversas questões para evitar uma falha de consulta, deixando o usuário escolher livremente as variáveis de seu interesse, o espaço geográfico e o período temporal de referência das informações (IBGE, Acesso em: 3 de março de 2015).

Cabe ressaltar que, diferente dos programas de tabulação de dados como o SPSS, STATA e entre outros, o BME apresenta os microdados de modo que as variáveis já estejam inseridas no programa. Desse modo, as devidas ponderações são realizadas pelo programa, que calcula automaticamente os pesos e apresenta as variáveis já expandidas. Este ponto é interessante, já que a PNAD é uma pesquisa por amostragem e seus dados agrupados em forma de microdados, havendo a necessidade de programas específicos para sua tabulação.

Apesar da facilidade na consulta, o BME não apresenta dados quando os mesmos são considerados muito pequenos, o que na sua metodologia poderia interferir no resultado. Isso ocorre por que o desenho de uma amostra implica num tamanho

mínimo para sua expansão. Dados provenientes de pesquisas amostrais são estimados considerando um intervalo de confiança compatível com o valor expandido. Assim, um pequeno número de observações não permite a expansão de variáveis.

Neste caso, as tabelas agregadas apresentam um símbolo (X), que representa dados restritos devido ao pequeno número de amostra, comprometendo a precisão da estimativa. Pode ocorrer, também, que os dados para determinado quesito não estejam disponíveis, neste caso é apresentado o símbolo (-), que representa dados numéricos não disponíveis. Mesmo com estes limitadores, consideramos o BME uma fonte importante a ser consultada, principalmente pelo fato de agregar mais de um bilhão de registros de informações sobre o Brasil¹⁸, sem contar que o tamanho da amostra para o Espírito Santo é pequeno, o que interfere em alguns resultados, como é o caso da migração.

Desse modo, para chegarmos ao resultado da tabela 3, foram utilizadas as combinações das variáveis abaixo, informações disponíveis na PNAD para cada ano de referência:

- **Ocorrência espacial:** Brasil;
- **UF de residência:** Espírito Santo;
- **Idade:** ≥ 5 anos;
- **Morador de outra UF cinco anos antes da data de referência da pesquisa:** Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará, Amapá, Tocantins, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás, Distrito Federal;
- **Naturalidade, UF/país:** Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará, Amapá, Tocantins, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de

¹⁸ O acesso é gratuito, mas restrito a algumas informações e pode ser feito através do endereço <www.bme.ibge.gov.br>. Para realizar cruzamentos de dados, é necessário adquirir uma assinatura junto ao IBGE, e, neste caso, o serviço é pago (IBGE, acesso em: 3 de março de 2015).

Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás, Distrito Federal.

Com base nestas combinações, levantamos informações a respeito do perfil do imigrante como sexo, anos de estudo, faixa etária, cor/raça, situação de domicílio, local de nascimento e último domicílio. Ressaltamos que foram desconsiderados da amostra os imigrantes estrangeiros ou do Brasil sem UF especificada na pesquisa. Também foram desconsiderados os residentes em países estrangeiros ou do Brasil sem UF especificada. Nossa pesquisa foi limitada aos imigrantes de nacionalidade brasileira e que residiam em outra UF do Brasil. Desse modo, a tabela 4 apresenta a população imigrante no período de 2001 a 2009, a partir do método data fixa e da forma direta de estipulação.

Tabela 3 – População imigrante residente no Espírito Santo – 2001 a 2009

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Pessoa (s)	119.947	131.921	125.161	108.190	147.466	139.018	73.477	87.898	111.011
Amostra	258	278	259	227	310	296	148	176	225

Fonte: Microdados da PNAD. Elaboração do Autor.

Ao depararmos com as informações disponibilizadas na *Síntese dos indicadores sociais do Espírito Santo* (IJSN, 2012) e na nota técnica *Demografia: Indicadores Socioeconômicos do Espírito Santo - PNAD 2009* (CASTRO et al., 2011), ambas do IJSN, percebemos que os dados sobre a migração no Espírito Santo divergem das informações levantadas nesta pesquisa. No entanto, ao analisarmos as diferenças das informações para cada ano e a tendência deste movimento no período de 2001 a 2009, percebemos que não há uma discrepância que invalide nossa análise nem o método adotado.

O IJSN utiliza da mesma metodologia da data fixa para quantificar os movimentos migratórios no estado. Utilizam as variáveis *UF de residência atual* e *UF de residência cinco anos antes* da data de referência da pesquisa para identificar os imigrantes, emigrantes e determinar o saldo migratório (CASTRO et al., 2011). Assim, as diferenças nas informações decorrem da forma de processá-las, ou seja, nos ajustes estatísticos que são realizados para validar e evitar possíveis distorções nas informações.

Desde 1977, nos volumes de divulgação das PNADs, o IBGE fornece tabelas contendo os coeficientes de variação para ordens de grandeza de valores selecionados. No entanto, estas tabelas não incorporam o erro proveniente do modelo de crescimento demográfico utilizado na expansão da amostra. Para estimar o erro de amostragem proveniente da seleção dos elementos da amostra, o usuário procura encontrar nessas tabelas a região e o tipo de variável de seu interesse. Em seguida, tenta identificar a linha da tabela cuja ordem de grandeza mais se parece com o número de pessoas encontradas com uma determinada característica. Lê na coluna apropriada o coeficiente de variação e assim calcula o erro padrão da estimativa (FLETCHER; RIBEIRO, p. 21. Acesso em: 10 de março de 2015).

Temos que destacar que a PNAD é uma amostra da realidade de cada UF brasileira proporcional ao tamanho de sua população. Ela permite um processo de expansão extremamente simples e o cálculo direto dos erros das estimativas a partir da amostra, com informações representativas para cada UF¹⁹ (FLETCHER; RIBEIRO, acesso em: 10 de março de 2015).

Outro elemento que pode causar algum tipo de preocupação refere-se à expansão da amostra que, como se sabe, é feita com base em projeções demográficas e que, portanto, pode levar a imprecisões nas estimativas (ou maiores erros, já que nem mesmo o Censo pode ser considerado como exato). Contudo, considera-se tal questão de menor importância, tendo em vista que o mais relevante seriam as tendências sugeridas pela fonte em termos das intensidades, direções e características dos fluxos migratórios. (CUNHA, 2002, p.3).

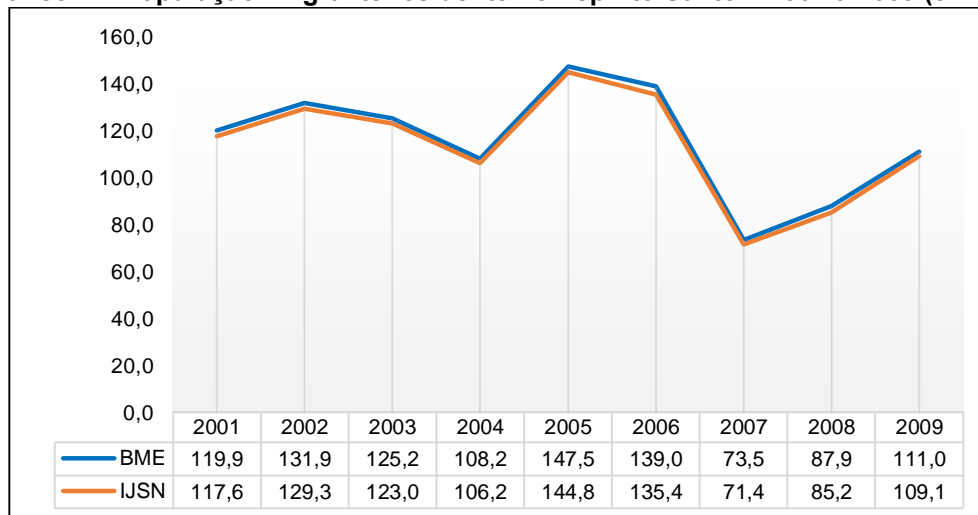
O desenho amostral da PNAD incorpora todos os aspectos que configura um “plano amostral complexo”: a estratificação das unidades de amostragem, a seleção da amostra em vários estágios, as probabilidades desiguais de seleção em um ou mais estágios e os ajustes dos pesos amostrais para calibrar com os totais populacionais conhecidos.

Assim, considerando a complexidade das informações geradas pela PNAD, os dados obtidos não podem ser tratados como se fossem observações independentes e identicamente distribuídas, como se tivessem sido gerados por amostras aleatórias simples com reposição, tal qual fazem os procedimentos usuais de análise dos pacotes estatísticos disponíveis, uma vez que necessitam de tratamento estatístico para que suas tabulações não sejam enviesados (SILVA; PESSOA; LILA, 2002).

¹⁹ Quando são considerados nos cálculos os pesos das unidades amostrais (fornecidos nos arquivos de microdados), as estimativas obtidas para os parâmetros populacionais correspondentes são não viciadas. A incorporação dos pesos na estimação de medidas descritivas, como as citadas acima, pode ser feita com simplicidade empregando-se as opções de ponderação disponíveis nos pacotes e sistemas estatísticos padrão, tais como SAS, SPSS, SPLUS, STATA e muitos outros (SILVA; PESSOA; LILA, 2002, p. 660).

Desse modo, mesmo que exista diferença no resultado, eles apresentam a mesma tendência em relação ao movimento migratório no Espírito Santo para o período de 2001 a 2009, segundo o gráfico 1.

Gráfico 1 – População imigrante residente no Espírito Santo – 2001 a 2009 (em mil)



Fonte: Microdados da PNAD e IJSN. Elaboração do Autor.

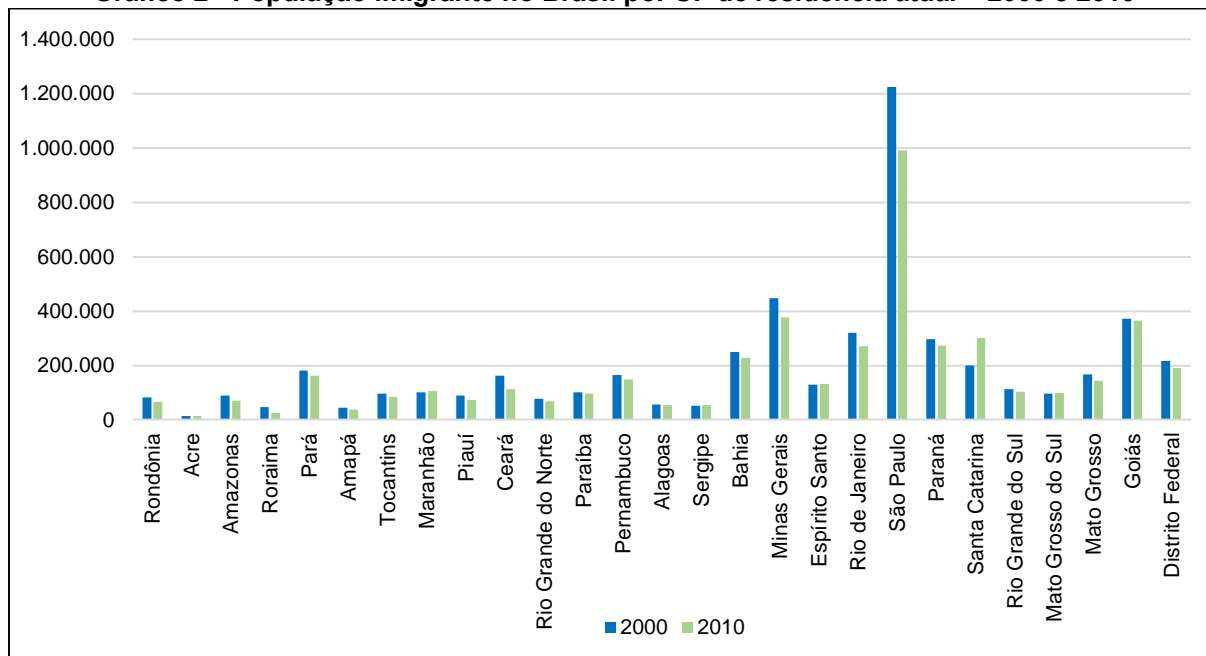
Um outro banco de dados consultado para obter informações a respeito da migração foi o Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), que contém dados agregados de estudos e pesquisas realizados pelo IBGE. Atualmente, estão disponíveis neste banco de dados, planos tabulares de 33 pesquisas, totalizando quase 600 milhões de dados agregados. O sistema permite a consulta, pesquisa, personalização das tabelas, geração de gráficos e visualização de cartogramas (IBGE, acesso em 11 de março de 2015).

Com o SIDRA é possível consultar dados na forma de séries temporais, acompanhando seu comportamento ao longo do tempo, bem como ter os mesmos disponibilizados por níveis territoriais desagregados, como município, distrito e bairro, de modo a facilitar o conhecimento da realidade municipal (IBGE, acesso em 11 de março de 2015).

No gráfico 2, agrupamos as informações referentes a população imigrante no Brasil para o ano de 2000 e 2010. Os dados são referentes ao Censo e utilizam a metodologia da data fixa, ou seja, população residente em outra UF cinco anos antes. Percebe-se que a imigração para estes dois períodos no Espírito Santo manteve-se quase que inalterado, o que não ocorre, por exemplo, em São Paulo, que teve uma queda na imigração em 2010 em relação a 2000. Rio de Janeiro e Minas Gerais também apresentam a mesma tendência de queda. Em contrapartida, Santa Catarina

obteve ganho na imigração em relação a 2000. O que se percebe é que algumas UF mantêm estagnado o fluxo migratório, como o caso de Alagoas e Sergipe.

Gráfico 2 - População imigrante no Brasil por UF de residência atual – 2000 e 2010

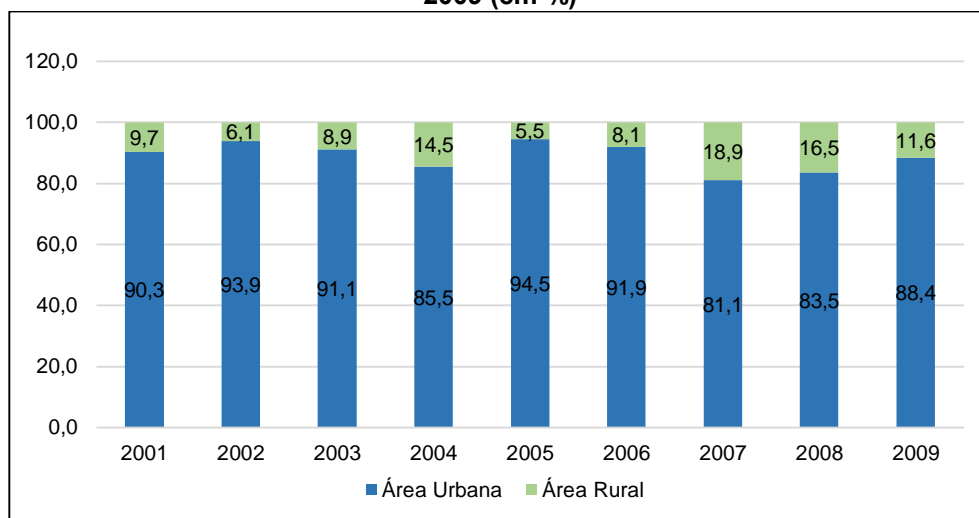


Fonte: IBGE, SIDRA. Elaboração do Autor.

Ao observarmos a situação de residência atual do imigrante no Espírito Santo, esta informação identifica os locais de chegada do imigrante, se é numa área urbana ou rural. No entanto, a PNAD não fornece informações sobre a área de última residência. O setor de domicílio na PNAD é classificado segundo a localização em relação ao perímetro urbano, linha divisória dos espaços juridicamente distintos de um distrito, estabelecida por lei municipal. Logo, a área urbana será interna ao perímetro urbano e a área rural, externa a este.

O gráfico 3 revela a situação de residência dos imigrantes no estado no período estudado. É importante ressaltar que no ano de 2004 houve uma alta na imigração para a área rural, ou seja, 18,9%. Contudo, a maior parte dos imigrantes encontram-se na área urbana, uma variação média entre 80% a 95% para o período. Isso ressalta a atração que os centros urbanos têm sobre a população e a tendência de esvaziamento das áreas rurais, movimento este que ocorre desde os anos de 1960 no estado. Uma observação é que a PNAD não faz um levantamento por município, os dados são referentes aos imigrantes de outra UF do Brasil, e os movimentos migratórios internos, rural-urbano, não foram captados.

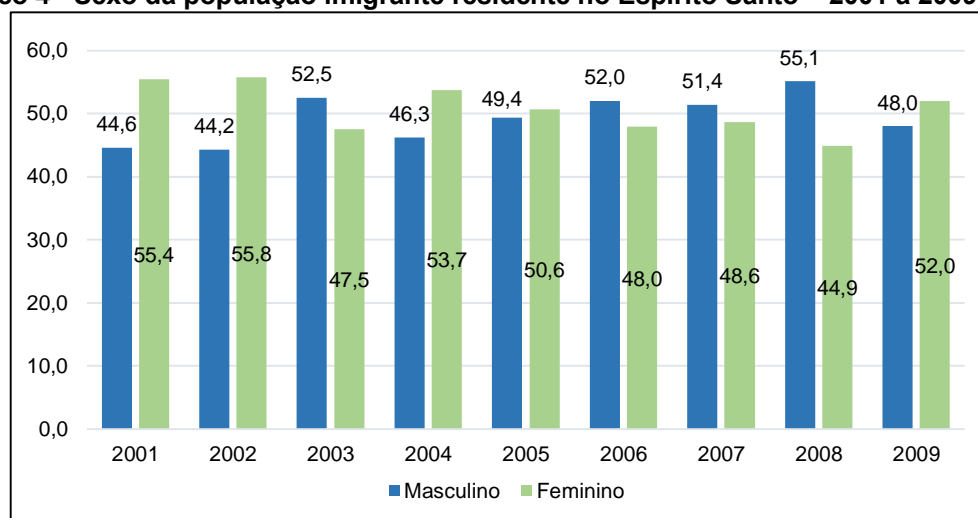
Gráfico 3 - Situação de residência atual da população imigrante no Espírito Santo – 2001 a 2009 (em %)



Fonte: Microdados da PNAD. Elaboração do Autor.

Outro fator presente na análise sobre a migração é a divisão por sexo. Neste quesito, Cunha (2007) argumenta que, de modo geral, as mulheres são mais propensas a este movimento, contudo, o autor ressalta a necessidade de termos cuidado em afirmar que esta é uma tendência ou mesmo um fato anormal, pois se a composição populacional por sexos demonstrar que a população feminina é maior, não seria de se estranhar uma presença maior desta no movimento populacional.

Quando analisamos a imigração por sexo no estado, gráfico 4, observamos que a presença feminina, de modo geral, é maior que a masculina. Entretanto, existe uma variação entre ambos os sexos ao longo dos anos, tendo os anos de 2001, 2002 e 2008 uma diferença em torno de 10% entre os sexos, nos demais anos a variação percentual é inferior. Em 2002 temos a presença feminina na casa dos 55,8%, maior percentual observado no período e a masculina em 44,2%.

Gráfico 4 - Sexo da população imigrante residente no Espírito Santo – 2001 a 2009 (em %)

Fonte: Microdados da PNAD. Elaboração do Autor.

Mas isto não significa que a população imigrante feminina é predominante, já que a composição populacional do estado apresenta a mesma tendência, com a predominância do sexo feminino, tabela 4. Outro ponto observado é que, em 2003, 2006, 2007 e 2008, a imigração masculina foi superior a feminina. O que podemos concluir que há uma relativa igualdade na imigração no quesito sexo.

Tabela 4 – Divisão por sexo da população no Espírito Santo – 2001 a 2009 (em %)

Sexo	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Masculino	48,7	48,5	49,8	48,9	49,1	49,1	48,4	48,9	49,1
Feminino	51,3	51,5	50,2	51,1	51,0	50,9	51,6	51,2	50,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Microdados da PNAD. Elaboração do Autor.

Como a razão por sexo não difere consideravelmente daquela observada na população global, analisaremos os dados referente a faixa etária²⁰ do imigrante, um dos fatores que incide sobre a imigração. Golgher (2004) argumenta que as pessoas mais jovens tendem a uma maior mobilidade em relação ao restante da população. Para o autor, a maior parte dos imigrantes encontram-se na faixa etária entre 20 e 29 anos, em idade para procriar e trabalhar, o que pode alterar a estrutura etária dos locais de origem e o destino desta população.

²⁰ Idade calculada, em anos completos, na data de referência da pesquisa, com base no dia, mês e ano do nascimento da pessoa, e idade presumida da pessoa que não sabe a data de nascimento. As pessoas que não declaram a data de nascimento nem a idade presumida são reunidas no grupo "idade ignorada" (BME, acesso em: 09 de março de 2015).

Para uma observação mais detalhada da composição dos imigrantes, segue a tabela 5 com a relação dos imigrantes por sexo e faixa etária. Entre as mulheres, observamos que a maior parte concentra na faixa etária entre 20 e 29 anos, seguindo da faixa etária entre 10 e 19 anos. Entre os homens, observamos a mesma tendência, no entanto, a proporção de homens na faixa etária entre 10 e 19 anos é relativamente maior que as mulheres. Nesse sentido, podemos induzir que, em torno de 50% da população imigrante é composta por jovens entre 10 e 29 anos, uma tendência observada em outras regiões do país, conforme salienta Golgher (2004).

Esta é uma característica normalmente apresentada na análise da migração, apesar de ser importante considerar que este movimento varia segundo as características das regiões de origem e destino, podendo ocorrer uma alteração do perfil do imigrante. No entanto, nas regiões de maior desenvolvimento urbano, os imigrantes são, principalmente, a população em idade produtiva entre 15 a 29 anos (CUNHA, 2007), situação esta observada no Espírito Santo.

Tabela 5 - Faixa etária atual da população imigrante residente no Espírito Santo – 2001 a 2009 (em %)

Sexo	Faixa Etária	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Masculino	05 a 09 anos	6,2	4,7	X	X	10,3	5,7	X	6,2	5,3
	10 a 19 anos	7,0	9,7	13,9	10,6	7,4	8,8	11,5	13,1	10,7
	20 a 29 anos	13,2	9,7	14,3	11,5	10,3	16,9	10,8	13,1	12,4
	30 a 39 anos	7,0	7,9	7,7	10,1	10,6	7,1	11,5	7,4	12,9
	40 a 49 anos	5,4	6,5	X	7,9	5,5	8,8	9,5	9,1	X
	50 anos ou mais	5,8	5,8	9,3	X	5,2	4,7	X	6,2	X
	Total	44,6	44,2	45,2	40,1	49,4	52,0	43,3	55,1	41,3
Feminino	05 a 09 anos	8,1	6,5	6,2	5,7	6,1	4,7	X	6,2	5,3
	10 a 19 anos	14,3	14,4	6,6	13,7	7,4	10,1	11,5	13,1	10,7
	20 a 29 anos	13,2	12,9	15,1	14,5	16,8	12,2	10,8	13,1	12,4
	30 a 39 anos	8,5	7,6	6,2	10,1	8,7	8,4	11,5	7,4	12,9
	40 a 49 anos	4,3	7,2	5,8	5,3	5,5	6,4	9,5	9,1	X
	50 anos ou mais	7,0	7,2	7,7	X	6,1	6,1	X	6,2	X
	Total	55,4	55,8	47,5	49,3	50,6	48,0	43,3	55,1	41,3

Nota: (X) dados restritos devido ao pequeno número de observações na amostra.

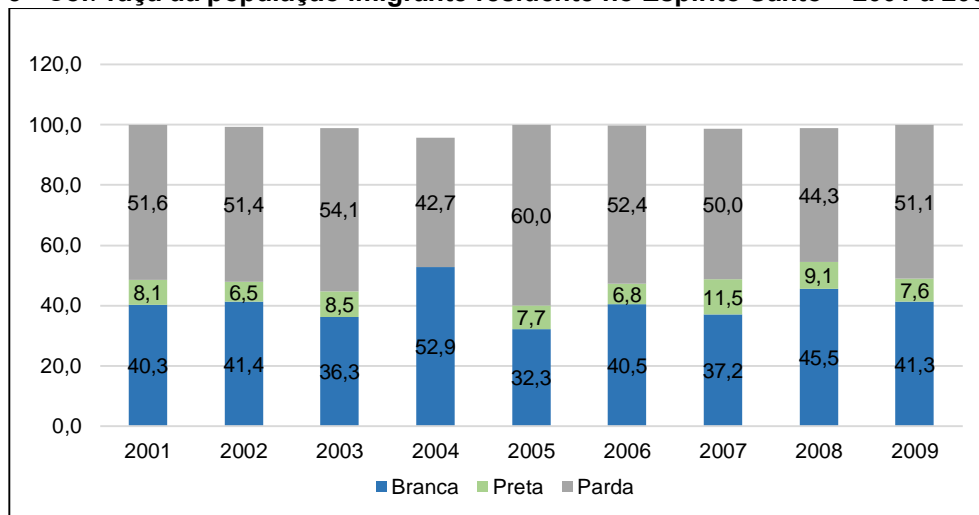
Fonte: Microdados da PNAD. Elaboração do Autor.

Outro quesito que a PNAD dispões é a variável cor/raça²¹ da pessoa. Conforme gráfico 5, a maior concentração de imigrantes se declara como pardos, tendo somente

²¹ Informação referente à raça ou cor da pessoa. Na década de 1980, a pergunta se referia à cor da pele e, na de 1990, à cor ou raça do informante, sendo a informação registrada conforme declaração do informante. Quando a declaração não corresponde a uma das alternativas consideradas pela

nos anos de 2004 e 2008 uma queda no percentual apresentado. Em seguida, os indivíduos que se declaram brancos, seguido daqueles que se declaram negros. Devido à restrição e à indisponibilidade de dados na amostra para alguns anos, não temos informações sobre os imigrantes que se declaram indígenas e amarelos.

Gráfico 5 - Cor/ raça da população imigrante residente no Espírito Santo – 2001 a 2009 (em %)



Nota 1: Dados para pardos em 2004 não disponível devido ao pequeno número de observações na amostra.
Fonte: Microdados da PNAD. Elaboração do Autor.

A tabela 7 mostra a população imigrante de acordo com o número total de anos de estudo que frequentam ou que já frequentaram em estabelecimento de ensino. Cada série concluída com aprovação corresponde a 1 ano de estudo²². Esta informação é calculada para pessoas com idade igual ou maior que dez anos.

Na PNAD, podemos identificar a classe de anos total concluída pela população imigrante, dado que ela é estabelecida em função da série e do grau mais elevado, considerando o último nível concluído com aprovação (BME, acesso em: 09 de março de 2015). Para a população adulta, esta variável é muito menos afetada pelo tempo e

pesquisa, a pessoa é informada sobre a classificação utilizada para optar pela categoria que julgue mais adequada (BME, acesso em: 09 de março de 2015).

²² Em 1 ano, a partir da primeira série concluída com aprovação de curso de ensino fundamental, de primeiro grau ou do elementar; em 5 anos de estudo, a partir da primeira série concluída com aprovação de curso de médio primeiro ciclo; em 9 anos de estudo, a partir da primeira série concluída com aprovação de curso de ensino médio, de segundo grau ou de médio segundo ciclo; em 12 anos de estudo, a partir da primeira série concluída com aprovação de curso superior. As pessoas que não declararam a série e o nível ou grau, ou com informações incompletas ou que não permitem a sua classificação, são reunidas no grupo de anos de estudo não-determinados ou sem declaração (BME, acesso em: 09 de março de 2015).

pela mudança de residência, pois considera a escolaridade atual da pessoa na data de referência da pesquisa e não os cinco anos antes (CUNHA, 2002).

Assim, percebemos que a maior parte da população imigrante residente no Espírito Santo estavam na classe de 4 a 7 anos de estudo, sendo observado nesta faixa um decréscimo ao longo do período em detrimento ao aumento das faixas posteriores. Ainda, segundo a tabela 6, os imigrantes com 10 anos ou mais que não possuíam instrução apresentaram recuo ao longo do período, de 9,3%, em 2001, para 7,1%, em 2009. Cabe salientar que o quantitativo de imigrantes com mais de 8 anos de estudos subiu de 34,9%, em 2001, para em torno de 48,5%, no ano de 2009.

Tabela 6- Anos de estudo da população imigrante residente no Espírito Santo – 2001 a 2009 (em %)

Classe	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Sem Instrução / Menos de 1 ano	9,3	6,8	7,0	7,9	5,8	6,8	X	8,0	7,1
De 1 a 3 anos	9,7	15,5	10,8	12,8	8,4	10,5	10,8	15,9	13,3
De 4 a 7 anos	30,2	32,0	28,2	22,5	25,2	26,7	21,6	24,4	19,6
De 8 a 10 anos	15,1	14,8	16,6	15,4	11,9	14,5	16,2	15,3	15,6
De 11 a 14 anos	15,1	14,4	20,1	22,9	23,9	24,0	28,4	19,9	22,7
15 ou mais anos	4,7	5,0	6,6	9,3	8,4	7,1	9,5	6,8	10,2
Total	84,1	88,5	89,3	90,8	83,6	89,6	86,5	90,3	88,5

Nota 1: (X) dados restritos devido ao pequeno número de observações na amostra.

Nota 3: Pessoas com idade => 10 anos.

Fonte: Microdados da PNAD. Elaboração do Autor.

De acordo com Golgher (2004), as pessoas com maior escolaridade e renda tendem a um maior deslocamento em relação aos demais indivíduos. Isto pois, além de absorverem melhor o custo da migração, participam de um mercado de trabalho mais amplo em relação as pessoas com menores rendas. Em termos de escolaridade, podemos inferir que os imigrantes com 8 anos ou mais tem um crescimento considerável.

No entanto, em relação à renda mensal²³, percebemos que a grande concentração está na faixa entre 1 a 3 salários-mínimos. Desse modo, dizer que uma renda maior

²³ Rendimento mensal de todas as fontes do imigrante. Soma os rendimentos provenientes do trabalho com os rendimentos não provenientes do trabalho, normalmente recebido de aposentadoria paga por instituto de previdência ou pelo governo federal; complementação ou suplementação de aposentadoria paga por entidade seguradora ou decorrente de participação em fundo de pensão; pensão paga por instituto de previdência, governo federal, caixa de assistência social, entidade seguradora ou fundo de pensão; pensão alimentícia; abono de permanência; aluguel; e doação ou mesada (proveniente de pessoa não-moradora na unidade domiciliar); de aplicação financeira (juros de papel de renda fixa e de caderneta de poupança, dividendos etc.), parcerias etc (BME, acesso em: 9 de março de 2015).

está promovendo a imigração para o Espírito Santo carece de uma análise mais apurada, já que os dados da tabela 7, apresentam uma concentração nas rendas até 3 salários-mínimos.

O que chama atenção é o aumento da população na faixa de até 1 salário-mínimo, saltando de 17,1%, em 2001, para 21,3%, em 2009. Há uma tendência de crescimento da faixa 5 salários ou mais, mas esta é inferior ao rendimento de até 3 salários-mínimos, estando em torno de 8%, em 2009.

Tabela 7 – Rendimento mensal da população imigrante residente no Espírito Santo, segundo todas as fontes de renda – 2001 a 2009 (em %)

Classes	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Sem rendimento	33,3	40,3	34,0	29,1	26,4	33,1	32,4	35,2	31,1
Até 1 salário mínimo	17,1	16,9	17,4	16,7	16,1	16,6	11,5	18,7	21,3
Entre 1 a 3 salário mínimos	23,6	18,0	22,8	23,3	24,5	24,7	31,1	23,3	23,1
Entre 3 a 5 salário mínimos	5,4	4,7	5,4	7,0	8,1	5,4	X	7,4	5,3
Mais de 5 salários mínimos	5,4	8,6	10,0	13,7	8,1	9,5	12,2	X	8,0
Total	84,9	88,5	89,6	89,9	83,2	89,2	87,2	84,7	88,9

Nota 1: (X) dados restritos devido ao pequeno número de observações na amostra.

Nota 2: Pessoas com idade ≥ 10 anos.

Nota 3: Rendimento mensal de todas as fontes expresso em classes do salário mínimo vigente no mês de referência da pesquisa da PNAD.

Fonte: Microdados da PNAD. Elaboração do Autor.

Ao fazermos o cruzamento entre as variáveis *UF de residência atual* versus *UF de residência anterior* versus *UF de nascimento*, podemos captar os últimos movimentos populacionais bem como a origem do imigrante. De acordo com Cunha (2002), estas informações permitem conhecer mais de uma origem do imigrante, ou seja, descrever com maiores detalhes a trajetória dos indivíduos, o que denomina de “migração por etapas”.

Na tabela 8, o que mais chama atenção é que existe uma concentração dos imigrantes provenientes da região sudeste. Apesar das restrições de dados por parte do BME, é interessante notar que a parte mais significativa são naturais da Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo. No caso dos imigrantes nascidos no Espírito Santo, demonstra-se um movimento de retorno. Contudo a grande concentração está na população natural dos estados da Bahia e Minas Gerais.

Tabela 8 - Naturalidade da população migrante residente no Espírito Santo – 2001 a 2009

UF de Naturalidade	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Rondônia	X	X	X	X	X	X	-	X	-
Acre	-	X	-	-	-	-	-	-	-
Amazonas	-	X	-	X	X	X	X	X	-
Roraima	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pará	X	X	X	X	X	X	-	-	X
Amapá	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tocantins	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Maranhão	X	-	-	X	X	X	X	-	X
Piauí	-	-	-	-	X	-	-	-	X
Ceará	X	X	X	-	X	X	X	X	X
Rio Grande do Norte	-	-	X	X	-	X	-	-	-
Paraíba	X	X	X	X	-	X	-	-	X
Pernambuco	X	X	X	X	-	X	X	X	X
Alagoas	X	-	X	-	X	X	X	-	X
Sergipe	X	X	X	X	X	X	-	-	-
Bahia	28.361	23.251	26.093	20.972	27.114	19.730	10.425	18.477	25.164
Minas Gerais	39.055	31.785	34.798	31.457	39.965	42.740	23.332	17.483	22.697
Espírito Santo	19.524	35.120	18.846	23.354	37.577	26.298	13.902	24.463	28.617
Rio de Janeiro	12.554	24.204	20.297	14.296	19.027	23.011	12.909	13.984	10.854
São Paulo	10.690	5.221	9.181	X	11.418	9.395	X	X	11.346
Paraná	X	X	-	X	X	X	-	X	X
Santa Catarina	-	-	-	-	-	-	-	-	X
Rio Grande do Sul	-	X	X	-	-	X	X	X	-
Mato Grosso do Sul	-	X	X	-	X	X	-	X	X
Mato Grosso	-	X	-	-	-	-	X	-	-
Goiás	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Distrito Federal	X	X	-	X	X	X	-	X	-
Total	110.184	119.581	109.215	90.079	135.101	121.174	60.568	74.407	98.678

Nota 1: (X) dados restritos devido ao pequeno número de observações na amostra.

Nota 2: (-) dados numéricos não disponíveis.

Fonte: Microdados da PNAD. Elaboração do Autor.

Já na tabela 9, apresentamos os dados da última residência dos migrantes cinco anos antes de residirem no Espírito Santo. Seja pela proximidade geográfica, pelos vínculos comerciais, pelo papel histórico no processo de ocupados do solo capixaba, principalmente por mineiros e fluminenses, o que percebemos é a vinda de migrantes, em sua maioria, oriundos dos estados de Minas Gerais, Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo. Juntos eles significam mais de 80% do volume total dos migrantes interestadual para o Espírito Santo no período analisado.

Tabela 9 - UF de residência anterior da população imigrante que reside no Espírito Santo – 2001 a 2009

UF	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Rondônia	X	7.120	X	X	7.133	-	X	7.989	X
Acre	-	X	-	-	-	-	-	X	-
Amazonas	-	-	X	X	X	X	X	X	-
Roraima	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pará	7.437	X	-	X	X	X	X	-	X
Amapá	-	-	-	-	-	-	-	-	X
Tocantins	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Maranhão	-	-	-	-	X	X	X	X	-
Piauí	-	-	-	-	-	-	-	-	X
Ceará	X	X	X	-	-	X	-	-	X
Rio Grande do Norte	-	-	X	-	-	-	-	-	-
Paraíba	-	X	-	-	-	X	-	X	-
Pernambuco	-	X	X	X	-	X	-	X	X
Alagoas	-	-	X	-	X	X	X	-	X
Sergipe	X	-	X	X	-	X	-	-	-
Bahia	27.432	22.776	26.093	24.307	35.198	20.668	9.929	22.972	28.617
Minas Gerais	36.729	38.908	39.146	35.748	46.622	48.847	21.345	15.983	28.125
Espírito Santo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rio de Janeiro	26.966	39.867	27.544	22.873	31.399	34.284	22.840	23.470	19.242
São Paulo	11.620	15.185	14.498	7.149	14.750	15.027	X	X	17.267
Paraná	X	-	-	X	X	X	-	X	X
Santa Catarina	X	-	-	-	-	-	-	X	X
Rio Grande do Sul	-	X	X	X	-	X	X	X	X
Mato Grosso do Sul	-	X	-	-	X	X	X	-	-
Mato Grosso	-	-	X	-	-	-	X	X	-
Goiás	-	X	-	X	X	-	X	-	-
Distrito Federal	X	X	X	-	X	X	X	X	X
Total	110.184	123.856	107.281	90.077	135.102	118.826	54.114	70.414	93.251

Nota 1: (X) dados restritos devido ao pequeno número de observações na amostra.

Nota 2: (-) dados numéricos não disponíveis.

Fonte: Microdados da PNAD. Elaboração do Autor.

No contexto histórico brasileiro os estados de Minas Gerais e do Nordeste desempenharam as principais áreas emigrantes do país. O estado mineiro representou a mais importante área de origem dos imigrantes que se instalaram no Espírito Santo ao longo do século XX (IJSN, 2003). A imigração fluminense para o Espírito Santo teve início no século XIX, na expansão das fronteiras agrícolas no sul do estado para produção do café. Ao mesmo tempo em que estabeleceu importantes vínculos econômicos, esta proporcionou a vinda de um grande contingente de imigrantes fluminenses, até 1940, que ocuparam o solo capixaba.

Do ponto de vista da emigração, o Rio de Janeiro representou a principal área de destino dos migrantes capixabas, reforçando a percepção do papel central desempenhado pela economia fluminense no entendimento da dinâmica socioeconômica capixaba, especialmente até 1970, quando o estado aumenta seus vínculos com as economias mineira e paulista (IJSN, 2003, p.31).

Isto posto, percebe-se que em termos de movimento populacional, o Espírito Santo continuou a receber parcelas significativas de pessoas provenientes dos estados

historicamente emitentes de população, Bahia, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Claro que as relações econômicas são distintas de outros tempos, principalmente pelo fato de que a economia capixaba não é mais pautada somente pelo café, mas dinamizou e diversificou seus setores de produção. Assim, ao pensarmos na atração populacional, é necessário analisar novos elementos, ou mesmo identificar as possíveis causas deste processo na atualidade.

Enquanto os mineiros representaram em média de 30% do total de imigrantes para o período estudado, segue o Rio de Janeiro com uma média de 24%, Bahia 20% e São Paulo 10%, para o período de referência, tabela 10.

Tabela 10 – UF de residência anterior da população imigrante que reside no Espírito Santo – 2001 a 2009 (em %)

UF	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Bahia	22,9	17,3	20,8	22,5	23,9	14,9	13,5	26,1	25,8
Minas Gerais	30,6	29,5	31,3	33,0	31,6	35,1	29,0	18,2	25,3
Rio de Janeiro	22,5	30,2	22,0	21,1	21,3	24,7	31,1	26,7	17,3
São Paulo	9,7	11,5	11,6	6,6	10,0	10,8	X	X	15,6
Total	85,7	88,5	85,7	83,3	86,8	85,5	73,6	71,0	84,0

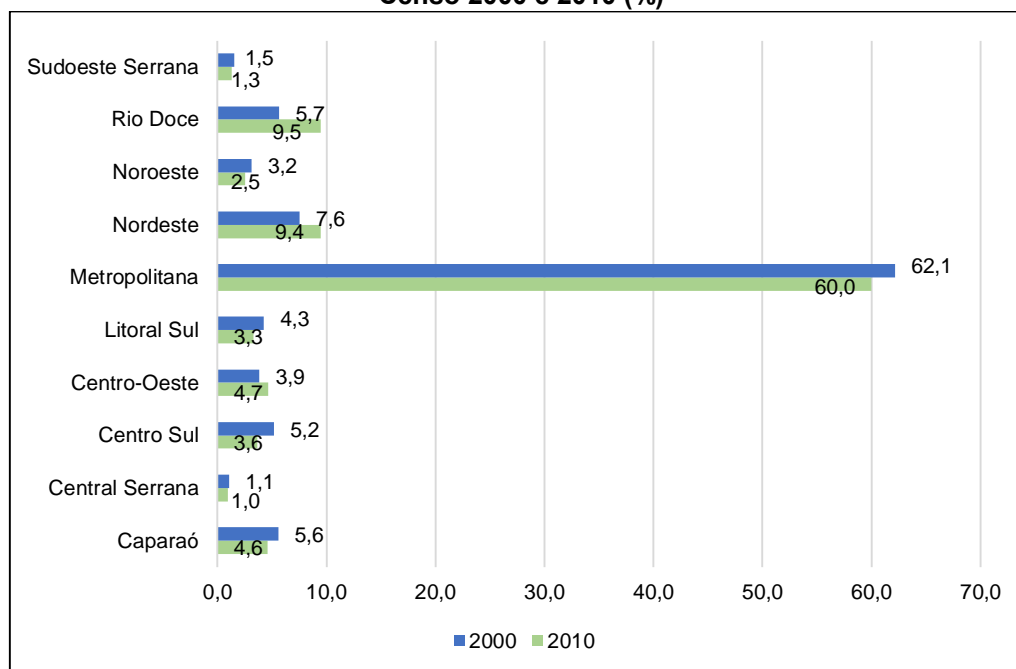
Nota 1: (X) dados restritos devido ao pequeno número de observações na amostra.

Fonte: Microdados da PNAD. Elaboração do Autor.

Como a PNAD não aborda os dados de residência por município, devido ao tamanho da amostra, recorremos ao Censo de 2000 e 2010 para examinarmos a concentração dos imigrantes por microrregião do Espírito Santo. No gráfico 6, verificamos que 60% dos imigrantes estavam concentrados na microrregião Metropolitana no ano de 2010, seguido do Rio Doce com 9,5% e Nordeste com 9,4%.

No entanto, percebe-se uma queda no percentual de imigrantes nas microrregiões Sudoeste Serrano, Noroeste, Litoral Sul, Centro Sul, Central Serrana, Caparaó e Metropolitana. Na contramão deste movimento temos as microrregiões do Rio Doce, Nordeste e Centro-Oeste que apresentaram ganhos migratórios se compararmos os censos de 2000 e 2010.

Gráfico 6 - População imigrante no Espírito Santo segundo microrregião de residência atual – Censo 2000 e 2010 (%)



Fonte: Censo Demográfico de 2000 e 2010. Elaboração do Autor.

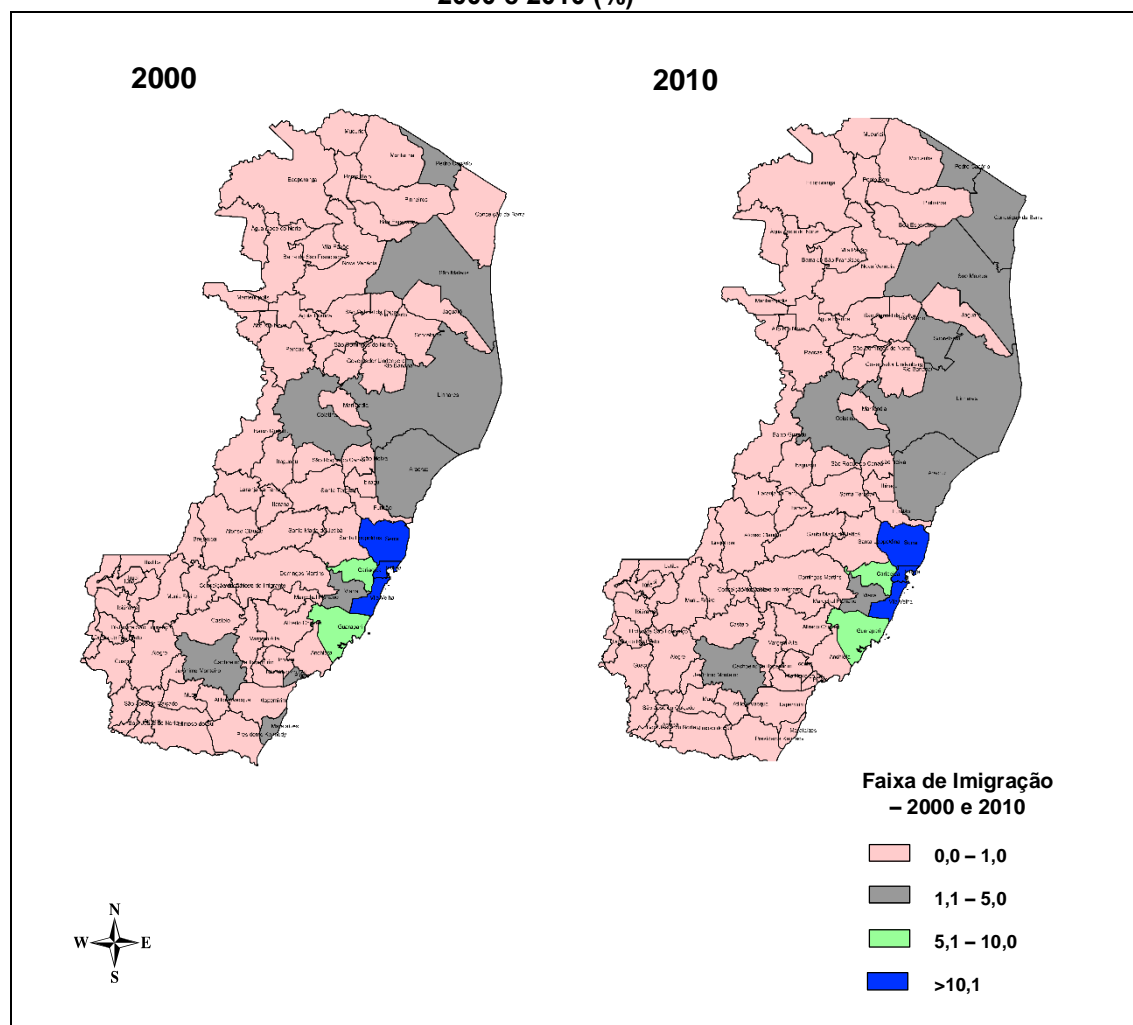
Para se ter uma dimensão do movimento migratório nos municípios do Espírito Santo, a figura 1 apresenta os dados do censo de 2000 e 2010. É possível perceber uma pequena alteração na composição migratória, entretanto, o que transparece é uma continuidade dos principais locais de destino, principalmente para a RMGV, que mesmo apresentando uma leve queda percentual teve os municípios de Serra, Vila Velha, Vitória juntos, um ganho migratório, saltando de 45,9% em 2000 para 46,4% em 2010. O que demonstra uma concentração e um poder de atração populacional destas localidades, o que se justifica por serem o centro dinâmico da economia capixaba, concentrando grandes investimentos e tendo o principal peso no PIB estadual, como veremos no capítulo IV.

Entre outros municípios que apresentaram ganhos migratórios podemos destacar Conceição da Barra (saltando de 0,8% em 2000 para 1,2% em 2010), São Mateus (saltando de 3,1% em 2000 para 3,7% em 2010), Aracruz (saltando de 2,0% em 2000 para 2,4% em 2010), Linhares (saltando de 2,5% em 2000 para 5,0% em 2010) e Sooretama (saltando de 0,7% em 2000 para 1,3% em 2010).

Na contramão deste movimento, percebemos uma queda percentual de imigrantes principalmente nos municípios localizados a oeste do estado, em detrimento do ganho

verificado nos municípios localizados próximo ao litoral capixaba. Destacamos a queda no percentual de imigrantes nas cidades de Marataízes (caindo de 1,4% em 2000 para 0,7% em 2010) e Piúma (caindo de 1,1% em 2000 para 0,9% em 2010).

Figura 1 – População imigrante no Espírito Santo, segundo distribuição municipal - Censo 2000 e 2010 (%)



Fonte: Censo Demográfico de 2000 e 2010. Elaboração do Autor.

Ao observarmos estas informações, cai por terra nossa hipótese de que haveria uma inversão do movimento migratório em direção às regiões do interior do estado, dado que apenas 40% dos 130.817 mil imigrantes de outras UF, em 2010, movimentaram-se para as regiões do interior do estado. Mesmo o Espírito Santo apresentando 43 dos 78 municípios com uma taxa de crescimento imigratória, este movimento não representou uma desconcentração populacional, muito menos uma inversão no fluxo migratório, conforme demonstra a supracitada tabela, o que perpetua, assim, a lógica

concentradora nos grandes centros urbanos, segundo os dados apresentados para RMGV.

É claro que existe um movimento para o interior, mas este representou somente 40% do total de imigrantes para o estado, que foi distribuído entre os 71 municípios desse interior do estado, desconsiderando os 7 municípios que compõem a microrregião metropolitana (Vitória, Serra, Vila Velha, Cariacica, Guarapari, Viana e Fundão). Ou seja, em apenas sete cidades houve uma concentração imigratória na ordem de 60%, conforme o Censo de 2010; cidades aquelas que se configuram como o grande centro econômico estadual.

3.2 O emigrante no Espírito Santo, segundo o método direto

Para estimarmos a emigração capixaba, a metodologia segue a mesma apresentada para o imigrante. A partir da variável *UF de nascimento* versus *UF de residência atual* – como demonstra a tabela 11 -, temos a UF de residência atual da população natural do Espírito Santo. Contudo, essa informação não apresenta o momento da emigração, mas somente o total acumulado de emigrante nascidos no estado e a UF de residência na data de referência da pesquisa.

Dessa maneira, para estipularmos a população emigrante, utilizamos a combinação das variáveis abaixo, disponíveis na PNAD, para cada ano do período de 2001 a 2009. Esta será a nossa forma de determinar a população emigrante no Espírito Santo, bem como as informações a respeito do sexo, da cor/raça, dos anos de estudos e da área de residência.

- **Ocorrência espacial:** Brasil
- **Idade:** ≥ 5 anos
- **Morador de outra UF cinco anos antes da data de referência da pesquisa:** Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará, Amapá, Tocantins, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa

Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás, Distrito Federal.

- **Naturalidade, UF/país:** Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará, Amapá, Tocantins, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás, Distrito Federal.

Tabela 11 - População natural do Espírito Santo, segundo UF de residência atual – 2001 a 2009

Regiões e UF de residência atual	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Norte	73.872	72.328	69.792	111.690	115.386	115.089	109.530	127.382	111.659
Rondônia	34.916	38.807	35.940	71.936	67.356	71.839	62.067	66.145	62.409
Acre	146	584	302	972	939	471	1.648	406	1.092
Amazonas	1.468	1.763	1.508	2.148	1.606	636	2.184	1.787	1.619
Roraima	175	553	480	498	1.527	887	1.302	346	334
Para	36.031	29.037	29.364	35.918	43.299	40.363	41.222	56.186	43.500
Amapá	496	0	647	0	221	216	2	696	-
Tocantins	640	1.584	1.551	218	438	677	1.105	1.816	2.705
Nordeste	33.630	35.533	37.871	29.395	33.330	31.410	51.846	36.917	38.713
Maranhão	3.839	5.659	3.233	797	4.016	828	3.511	1.757	3.581
Piauí	526	-	-	-	2.064	515	-	-	-
Ceará	2.418	1.984	1.317	2.166	1.585	3.459	1.563	983	2.798
Rio Grande do Norte	-	966	950	936	886	1.410	-	472	489
Paraíba	463	442	968	905	-	461	-	2.492	502
Pernambuco	950	1.167	841	938	500	731	2.242	1.363	1.836
Alagoas	1.437	-	1.387	909	-	957	525	561	-
Sergipe	680	317	327	1.003	662	-	646	-	-
Bahia	23.317	24.998	28.848	21.741	23.617	23.049	43.359	29.289	29.507
Sudeste	2.946.294	2.996.696	3.007.618	3.173.229	3.150.267	3.136.584	3.002.829	3.000.421	3.207.786
Minas Gerais	87.858	104.487	99.162	108.044	106.647	105.259	107.256	97.601	118.182
Espírito Santo	2.579.873	2.610.324	2.616.855	2.738.442	2.743.988	2.776.437	2.808.873	2.823.878	2.820.576
Rio de Janeiro	213.255	221.151	237.257	235.604	243.111	202.288	21.329	23.829	216.547
São Paulo	65.308	60.734	54.344	91.139	56.521	52.600	65.371	55.113	52.481
Sul	23.270	23.489	13.498	16.474	15.438	25.087	19.550	21.399	32.093
Paraná	21.659	18.650	11.317	15.844	13.477	21.678	15.828	16.215	26.934
Santa Catarina	-	3.434	1.144	-	1.170	1.737	1.816	2.618	1.791
Rio Grande do Sul	1.611	1.405	1.037	630	791	1.672	1.906	2.566	3.368
Centro-Oeste	28.984	29.543	26.641	27.490	26.250	24.641	36.410	36.116	20.929
Mato Grosso do Sul	4.188	3.432	3.893	2.775	2.470	2.139	3.151	3.426	3.677
Mato Grosso	12.530	15.527	12.056	15.508	12.914	10.958	16.937	14.289	1.107
Goiás	4.880	5.010	4.737	3.450	3.714	763	6.611	6.707	4.928
Distrito Federal	7.386	5.574	5.955	5.757	7.152	10.781	9.711	11.694	11.217

Fonte: Elaborado a partir do IBGE, Síntese de indicadores da PNAD 2001 a 2009.

Visando a alcançar o resultado dos emigrantes capixabas – como consta na tabela 12 -, foram considerados somente os moradores que residiam no estado cinco anos antes da data de referência da pesquisa, ou seja, o método de data fixa. Neste caso, a ocorrência espacial foi estipulada como “Brasil”. A lógica é identificar a UF de residência da população que residia cinco anos antes da data da pesquisa, neste

caso, o Espírito Santo, pois, reiterando, o emigrante será a pessoa que morava no estado cinco anos antes da data de referência da PNAD e que reside em outra UF.

Salientamos, ainda, que foram desconsiderados da amostra os emigrantes estrangeiros ou do Brasil sem uma UF especificada, pois nossa pesquisa foi limitada aos emigrantes que portam nacionalidade brasileira e que residiam no estado. Cabe frisar que, devido ao tamanho da amostra, ocorreu a indisponibilidade de informações, que, neste caso, não foram contabilizados, uma vez que o total percentual foi inferior a 100%.

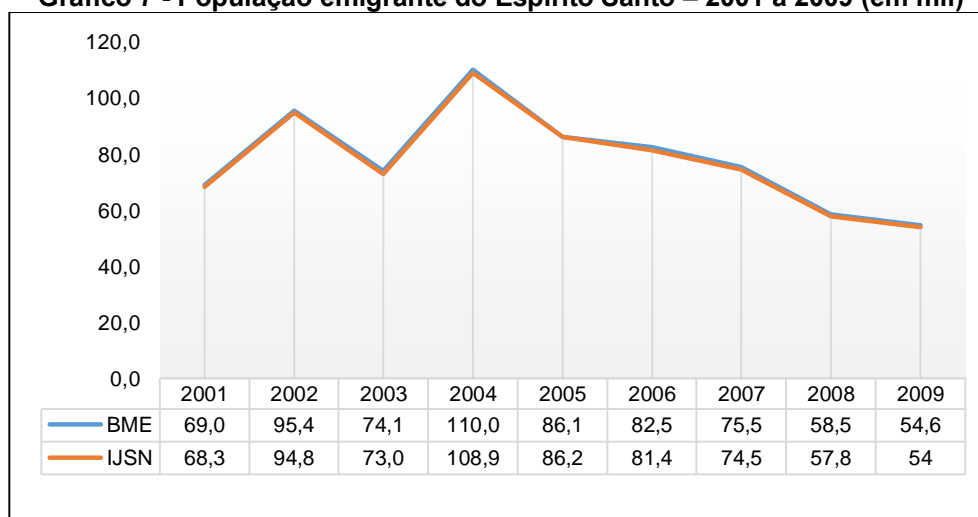
Tabela 12 - População emigrante do Espírito Santo – 2001 a 2009

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Pessoa (s)	69.037	95.420	74.085	110.036	86.062	82.504	75.480	58.514	54.602
Amostra	155	193	154	223	179	167	145	114	105

Fonte: Microdados da PNAD. Elaboração do Autor.

No gráfico 7, abaixo, apresentamos uma comparação entre as informações do IJSN e do BME, banco de dados utilizado nessa nossa pesquisa. Percebemos que a emigração é análoga nas duas fontes de dados, à medida que elas apontam dois picos no movimento de saída, em 2002 e 2004, e uma tendência de queda a partir de 2004.

Gráfico 7 - População emigrante do Espírito Santo – 2001 a 2009 (em mil)



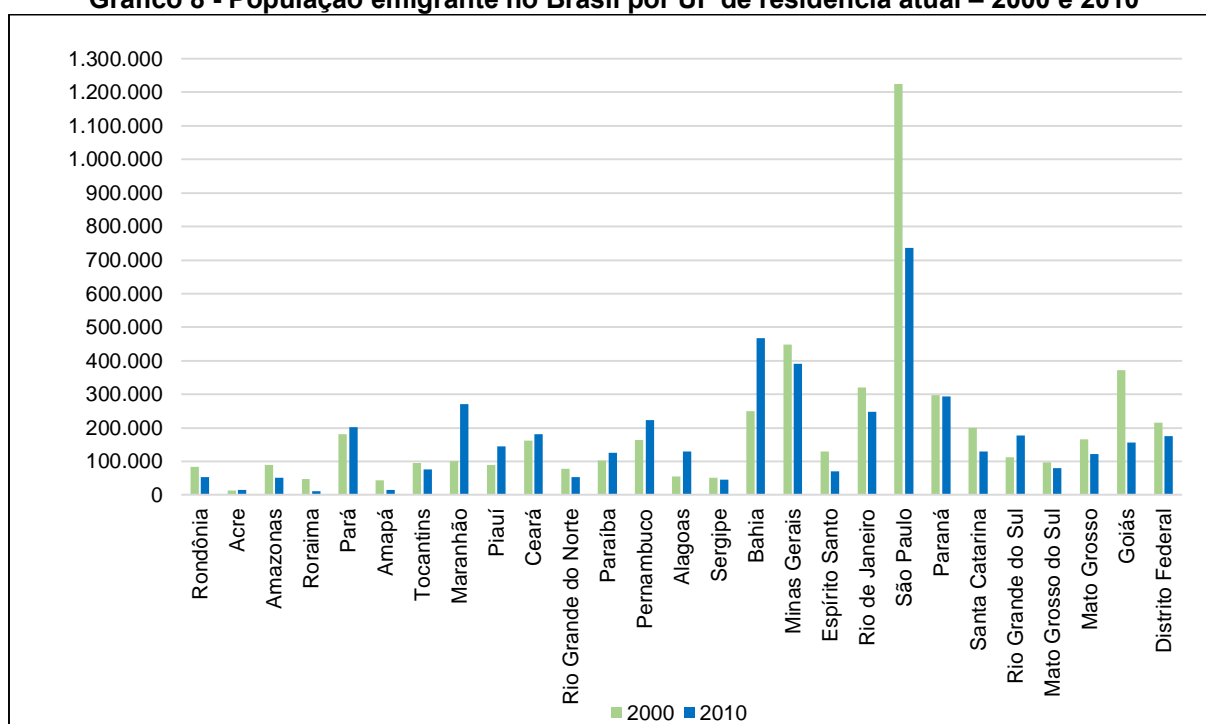
Fonte: Microdados da PNAD e IJSN (SÍNTESE, 2012). Elaboração do Autor.

Em termos do movimento de expulsão populacional, o Espírito Santo apresenta uma queda, se compararmos os dados do Censo de 2000 e 2010, como constará no gráfico

8 citado à frente. Outras regiões que apresentam a mesma direção são os estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Goiás.

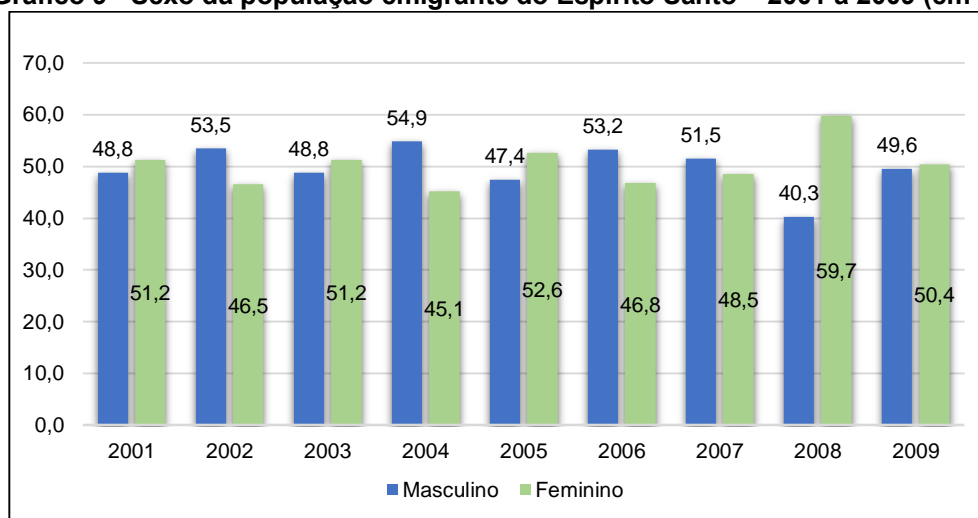
Pode-se observar que os estados que mais perdem população para outras regiões do país são Bahia, Maranhão, Pernambuco, Piauí, Alagoas e Rio Grande do Sul. Não cabe aqui aprofundar nossa análise sobre a emigração no Brasil, pois nosso objetivo é estudar o Espírito Santo. No entanto, o gráfico 8 serve de parâmetro para nosso estudo, já que expõe uma comparação deste movimento no cenário nacional.

Gráfico 8 - População emigrante no Brasil por UF de residência atual – 2000 e 2010



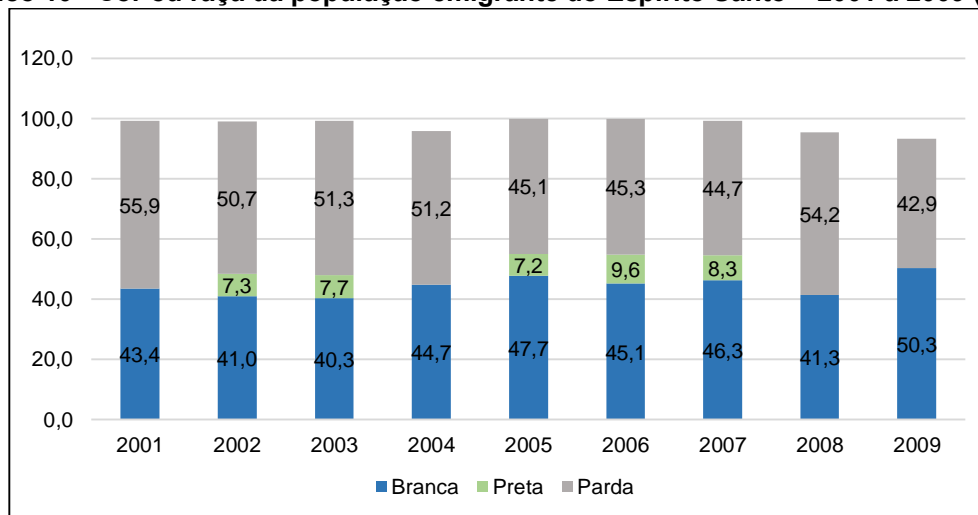
Fonte: IBGE, SIDRA. Elaboração do Autor.

Em termos da emigração por sexo, o gráfico 9 aponta uma proximidade entre homens e mulheres. Contudo, em alguns momentos, a emigração de um determinado sexo é relativamente superior à outra. Entretanto, há uma predominância do sexo feminino. Como no conjunto da população capixaba, o quantitativo de mulheres é relativamente superior ao dos homens, e isto explica o porquê de a emigração feminina ser maior que a masculina.

Gráfico 9 - Sexo da população emigrante do Espírito Santo – 2001 a 2009 (em %)

Fonte: Microdados da PNAD. Elaboração do Autor.

Em relação à cor/raça da população emigrante, a maior parte dos emigrantes se declaram pardos, seguidos das pessoas que se declararam brancas e negras, como aponta o gráfico 10. Em relação ao tamanho da amostra, não temos dados para os declarantes como indígenas e amarelos.

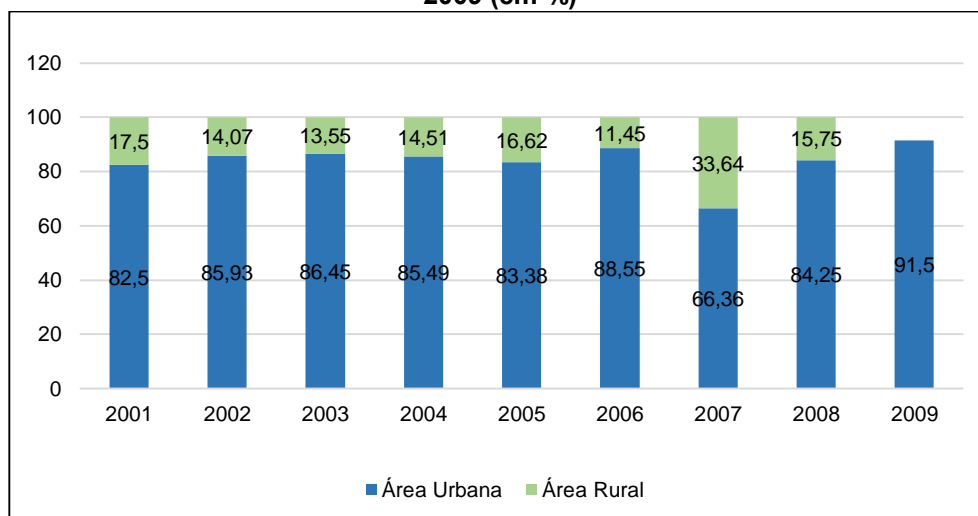
Gráfico 10 - Cor ou raça da população emigrante do Espírito Santo – 2001 a 2009 (em %)

Nota 1: Dados para pardos em 2001, 2004, 2008 e 2009 não disponíveis devido ao pequeno número de observações na amostra.

Fonte: Microdados da PNAD. Elaboração do Autor.

Diante dos limitadores da PNAD, não temos como identificar a área de origem dos emigrantes no Espírito Santo, se é urbana ou rural. No entanto, percebemos que há uma concentração dos emigrantes em áreas urbanas do país, saltando de 82,5%, em 2001, para 91,5%, em 2009.

Gráfico 11 - Situação de residência atual da população emigrante do Espírito Santo – 2001 a 2009 (em %)



Nota 1: Dados para área rural em 2009 não disponível devido ao pequeno número de observações na amostra.
Fonte: Microdados da PNAD. Elaboração do Autor.

Ao analisarmos os emigrantes segundo a faixa etária, presente na tabela 13, nota-se que boa parte da população se encontra na faixa de 10 a 29 anos, para o ano de referência da pesquisa. Para uma população jovem e em idade produtiva, a mesma informação apresentada para os imigrantes. Devido ao tamanho dos dados, não dividimos os emigrantes por sexo, mas podemos supor que a divisão por sexo segue a mesma distribuição em termos de faixa etária, o que é esperado para migração.

Tabela 13 - Faixa etária atual da população emigrante do Espírito Santo – 2001 a 2009 (em %)

Faixa Etária	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
05 a 09 anos	5,9	10,3	10,7	11,8	13,1	11,7	19,2	5,7	X
10 a 19 anos	24,8	20,0	25,5	22,2	19,7	23,6	20,7	18,7	17,7
20 a 29 anos	26,5	22,6	26,1	24,9	23,3	26,0	21,4	27,2	35,4
30 a 39 anos	19,2	21,5	15,8	19,4	19,5	17,9	18,7	14,6	19,2
40 a 49 anos	11,8	13,3	14,6	11,3	9,9	11,5	6,7	17,3	13,5
Mais de 50 anos	11,8	12,3	7,4	10,4	14,4	9,3	13,4	16,5	X
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	85,8

Nota 2: X dados restritos devido ao pequeno número de observações na amostra.
Fonte: Microdados da PNAD. Elaboração do Autor.

No quesito “anos de estudo”, supõem-se que a migração será maior entre as classes superiores de ensino. Para a imigração, percebemos que a concentração estava concentrada na faixa de 4 a 7 anos de estudos, o que é próximo a situação do emigrante. Os dados mostram que, em torno de 30% dos emigrantes, no período estudado, se encontram entre 4 a 7 anos de estudo, apesar da queda neste percentual, vide a tabela 15. Entretanto, há um crescimento da população entre 11 a 14 anos de estudo, saltando de 14,4%, em 2001, para 21,4%, em 2009.

Tabela 14 - Situação de escolaridade atual da população emigrante do Espírito Santo – 2001 a 2009 (em %)

Anos de estudo	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Sem Instrução / Menos de 1 ano	11,9	12,3	8,9	6,9	4,6	7,3	X	X	12,4
1 a 3 anos	12,3	14,1	11,2	10,6	14,9	13,4	9,5	11,6	10,0
4 a 7 anos	36,2	24,6	26,5	32,5	34,1	26,2	28,5	19,6	25,6
8 a 10 anos	14,6	16,0	15,9	13,9	17,9	14,5	13,6	12,5	X
11 a 14 anos	14,4	17,4	21,3	16,7	9,7	23,9	18,1	36,0	21,4
15 ou mais anos	X	5,3	5,5	7,7	5,6	2,9	X	9,2	15,3
Não aplicável	X	10,3	10,7	11,8	13,1	11,8	19,2	X	X
Total	89,4	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	88,9	88,9	84,6

Nota1: Seleção por expressão conjuntiva.

Nota 2: X dados restritos devido ao pequeno número de observações na amostra.

Fonte: Microdados da PNAD. Elaboração do Autor.

No quesito emigração por naturalidade, segundo a tabela 15, verificamos que a maior parte são naturais do Espírito Santo, em média 46% para o período pesquisado. Em seguida, temos os naturais de Minas Gerais, com uma média de 25%, Bahia, em 12%, e Rio de Janeiro, em 8%. Esta é uma porcentagem média para o período pesquisado, podendo variar ano a ano.

Tabela 15 - População emigrante do Espírito Santo, segundo UF de naturalidade – 2001 a 2009

Naturalidade	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Rondônia	X	X	X	X	X	-	X	X	X
Acre	-	X	X	-	X	-	X	-	-
Amazonas	-	-	-	-	-	X	-	-	-
Roraima	-	-	-	-	-	X	-	-	-
Pará	X	X	-	X	X	X	X	X	-
Amapá	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tocantins	-	X	-	-	-	-	-	-	X
Maranhão	X	-	-	-	X	-	-	X	X
Piauí	-	-	-	X	X	X	-	-	-
Ceará	X	X	-	X	X	X	-	-	-
Rio Grande do Norte	-	-	X	X	-	-	-	-	-
Paraíba	-	-	-	-	X	X	-	-	-
Pernambuco	X	-	-	X	X	-	-	X	-
Alagoas	-	-	X	X	-	-	X	-	-
Sergipe	-	-	-	X	-	X	X	X	X
Bahia	X	14.666	12.180	7.470	5.346	8.940	9.738	X	X
Minas Gerais	24.356	23.022	18.462	23.318	16.987	19.599	15.181	12.681	15.700
Espírito Santo	26.132	45.437	27.834	57.073	44.778	34.231	38.608	23.809	25.884
Rio de Janeiro	X	6.713	4.792	5.708	5.787	8.693	X	5.486	5.706
São Paulo	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Paraná	X	X	X	-	-	-	X	X	-
Santa Catarina	-	X	-	X	-	-	-	X	-
Rio Grande do Sul	-	-	X	-	X	-	X	-	X
Mato Grosso do Sul	X	X	X	X	-	-	-	X	-
Mato Grosso	-	-	-	X	-	-	-	X	-
Goiás	X	-	-	-	X	X	-	-	X
Distrito Federal	X	X	X	-	X	X	-	X	X
Total	50.488	89.838	63.268	93.569	72.898	71.463	63.527	41.976	47.290

Nota 1: X dados restritos devido ao pequeno número de observações na amostra.

Nota 2: (-) dados numéricos não disponíveis.

Fonte: Microdados da PNAD. Elaboração do Autor.

Uma observação interessante é que o movimento de saída dos mineiros que residiam no Espírito Santo foi decrescendo ao longo dos anos, em torno de 35,3%, em 2001, mas caindo para 28,8%, em 2009; movimento contrário ao dos capixabas, que cresce de 37,9%, em 2001, para 47,4%, em 2009, segundo a tabela 16, o que reforça a ideia de que os mineiros estão ocupando o estado e fixando residência nesta região, não sendo apenas um movimento temporário.

Tabela 16 - População emigrante do Espírito Santo, segundo UF de naturalidade – 2001 a 2009 (em %)

UF	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Bahia	X	15,4	16,4	6,8	6,2	10,8	12,9	X	X
Minas Gerais	35,3	24,1	24,9	21,2	19,7	23,8	20,1	21,7	28,8
Espírito Santo	37,9	47,6	37,6	51,9	52,0	41,5	51,1	40,7	47,4
Rio de Janeiro	X	7,0	6,5	5,2	6,7	10,5	X	9,4	10,5
Total	73,1	94,2	85,4	85,0	84,7	86,6	84,2	71,7	86,6

Nota 1: X dados restritos devido ao pequeno número de observações na amostra.

Fonte: Microdados da PNAD. Elaboração do Autor.

Devido às restrições de informações na PNAD e a complexidade para tabular este dado, não identificamos a UF de residência atual da população, contudo, podemos observar, na tabela 17, que a grande parte dos emigrantes do Espírito Santo estão concentrados na região sudeste, seguido da região nordeste, norte e centro-oeste. Os dados demonstram que a emigração ocorre principalmente para outras UF do Sudeste, bem como a imigração.

Tabela 17 - População emigrante do Espírito Santo, segundo Região de residência atual – 2001 a 2009

Regiões do país	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Região Norte	5.350	6.483	2.631	5.263	6.880	5.938	4.604	2.801	X
Região Nordeste	11.163	16.340	18.856	18.662	18.247	18.248	19.915	9.097	5.605
Região Sudeste	48.139	65.916	48.816	83.789	54.948	53.381	47.303	42.910	40.011
Região Sul	X	5.805	X	X	X	X	X	X	X
Região Centro-Oeste	3.165	X	X	X	2.915	X	X	X	X
Total	67.817	94.544	70.303	107.714	82.990	77.567	71.822	54.808	45.616

Nota: X dados restritos devido ao pequeno número de observações na amostra.

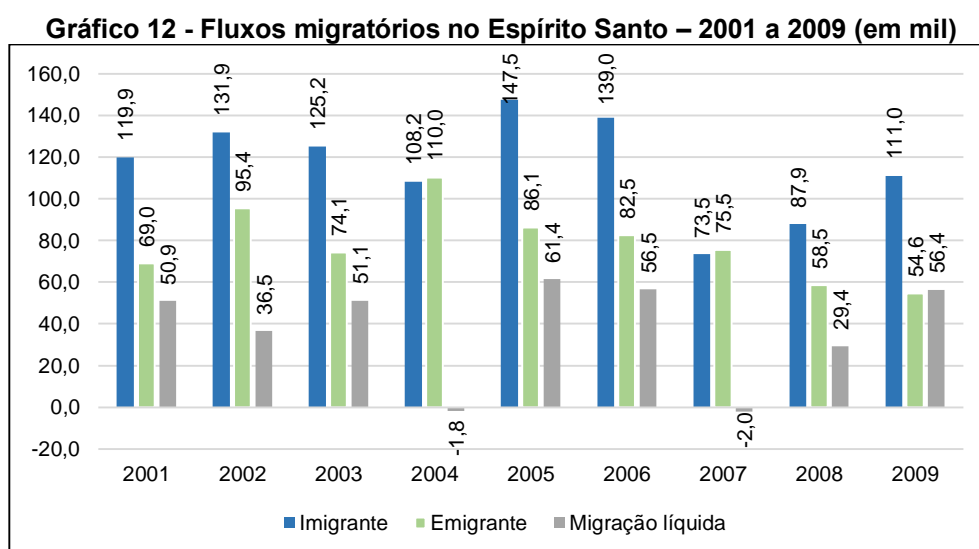
Fonte: Microdados da PNAD. Elaboração do Autor.

3.3 O saldo migratório no Espírito Santo, segundo o método direto

O saldo migratório constitui, para um determinado período de referência da pesquisa, o resultado entre a diferença de imigrantes e emigrantes de datas fixas e leva em consideração os efeitos indiretos deste movimento, pois ele “[...] mede a contribuição

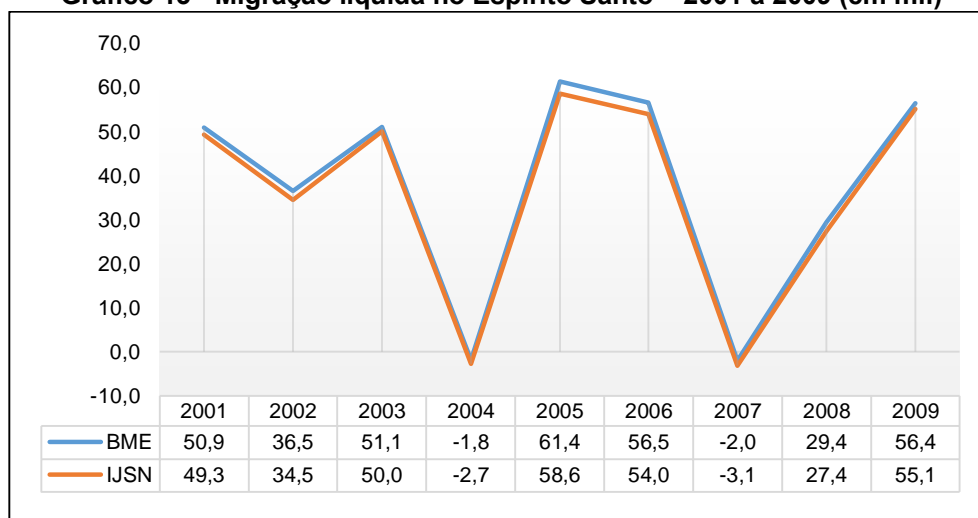
das migrações ao crescimento populacional do período” (CARVALHO & RIGOTTI, 1998). Este indicador permite uma interpretação a respeito do padrão migratório, identificando as localidades atrativas, com saldos positivos, e repulsivas, com saldos negativos.

Os saldos migratórios foram obtidos a partir da diferença entre o número de imigrantes e emigrantes para cada ano de referência, segundo os gráficos 12 e 13. Logo, a diferença entre os dois corresponde ao ganho líquido populacional da UF em questão. Para tanto, não foram incluídas as crianças com menos de cinco anos de idade, nem o resultado dos fluxos migratórios internacionais. Assim, o saldo migratório (diferença entre imigração e emigração) dá conta do impacto que a migração tem sobre o crescimento demográfico regional ou da UF (BRITO; CARVALHO, 2006).



Fonte: Microdados da PNAD. Elaboração do Autor.

Como se percebe no gráfico 13, houve um saldo negativo de 1,8%, em 2004, e 2,0%, em 2007. Para os demais períodos, o saldo migratório é positivo, o que representa um ganho populacional. Diferente do que ocorreu em outros tempos, quando a emigração era superior, observa-se um movimento de atração populacional para o Espírito Santo. No gráfico abaixo, apresentamos as informações do IJSN, que demonstram a mesma tendência da nossa pesquisa.

Gráfico 13 - Migração líquida no Espírito Santo – 2001 a 2009 (em mil)

Fonte: Microdados da PNAD e IJSN (SÍNTESE, 2012). Elaboração do Autor.

Dentre os diversos motivos para tal comportamento, podemos pensar no bom desempenho da economia local e os movimentos de desconcentração industrial que ocorre no Brasil. Claro que a desigualdade entre as UFs e a procura por melhores renda e condições de vida, incidem sobre este resultado, já que consideramos que a migração é fruto da heterogeneidade estrutural no país e em suas diversas regiões, conforme argumentado no capítulo II. A própria mudança nos fluxos migratórios brasileiros indica que as regiões tradicionalmente atrativas estão perdendo forças, o que pode ajudar a explicar este movimento no Espírito Santo.

3.4 Índice de Eficácia Migratória no Espírito Santo

Entre os vários índices de análise da migração, sugeridos pela ONU no *Manual VI: Manuais de métodos de estimativa de população*²⁴, o Índice de Eficácia Migratória (IEM) é o responsável por medir a eficiência da migração interna, como um processo de redistribuição populacional. Com este índice, podemos obter o padrão migratório e seu direcionamento, além de compreendermos melhor as mudanças nos fluxos populacionais em relação ao tempo e espaço (CUNHA, acesso em: 24 de fevereiro

²⁴ ONU - UNITED NATIONS. *Methods of Measuring Internal Migration*. MANUAL VI. Manuals on methods of estimating population. POPULATION STUDIES, n. 47. New York: 1970.

de 2015), dado que o IEM também é considerado uma medida estatística padronizada para fins comparativos e de avaliação

A forma de cálculo do IEM é: a razão entre o saldo migratório se dá pelo “total de imigrantes menos o total de emigrantes” dividido pelo “volume total de migrantes (imigrantes mais emigrantes)” de uma determinada área territorial analisada ou localidade.

$$IEM = \frac{I - E}{I + E}$$

Onde:

I – Representa o total de imigrantes

E – Representa o total de emigrantes

O resultado varia entre -1 e 1. Quanto mais próximo de 1, maior a capacidade de absorção de população. Ao contrário, quando o indicador for próximo de -1, isso significa uma maior evasão populacional. Valores próximos a zero indicam a ocorrência de rotatividade migratória. Através do IEM, é possível caracterizar os estados de acordo com a potencialidade migratória, identificando se são áreas de evasão, rotatividade ou absorção migratória (SOUZA, 2012).

Já na tabela 18, apresentamos a classificação do IEM proposto por Baeninger (1999; 2000; 2008), que o divide em sete níveis de potencialidades. O primeiro modelo foi apresentado em sua tese de doutorado, em 1999, e alterado posteriormente para adequar melhor a realidade brasileira, nos anos 2000. Conforme a autora, a compreensão dos movimentos migratórios internos conduz a uma substituição de conceitos historicamente adotados como “[...] a) áreas de evasão por *áreas de perdas migratórias*; b) áreas de atração ou absorção por *áreas de retenção migratória*; e c) áreas de origem e destino por *áreas/etapas constituintes dos processos de rotatividade migratória*” (Baeninger, 2008, p. 15).

Tabela 18 – Classificação do IEM segundo Baeninger (1999; 2000; 2008)

Classes do IEM	Classificação da potencialidade migratória
-0,51 a -1,00	Área de forte perda migratória
-0,30 a -0,50	Área de média perda migratória
-0,13 a -0,29	Área de baixa perda migratória
-0,12 a 0,12	Área de rotatividade migratória
0,13 a 0,29	Área de baixa retenção migratória
0,30 a 0,50	Área de média retenção migratória
0,51 a 1,00	Área de forte retenção migratória

Fonte: BAENINGER (1999, p. iii; 2000, p. 10-11; 2008, p. 13-15).

Para compreender a capacidade de atração ou expulsão populacional das UFs, Oliveira, Ervatti e O'Neill (2011) estipularam uma outra classificação do IME, constante na tabela 3. Utilizam como base os estudos de Baeninger (1999; 2000; 2008) e mantiveram a quantidade de categorias, alterando alguns intervalos de classe do índice, como aponta a tabela 19. Esse indicador permite a comparação entre os estados, independentemente do volume absoluto da imigração e da emigração.

Tabela 19 - Classificação do IEM segundo Oliveira, Ervatti e O'Neill (2011)

Classes do IEM	Classificação da potencialidade de absorção migratória
-0,51 a -1,00	Área de forte evasão migratória
-0,30 a 0,50	Área de média evasão migratória
-0,10 a -0,29	Área de baixa evasão migratória
0,09 a -0,09	Área de rotatividade migratória
0,10 a 0,29	Área de baixa absorção migratória
0,30 a 0,50	Área de média absorção migratória
0,51 a 1,00	Área de forte absorção migratória

Fonte: OLIVEIRA; ERVATTI; O'NEILL (2011, p. 31).

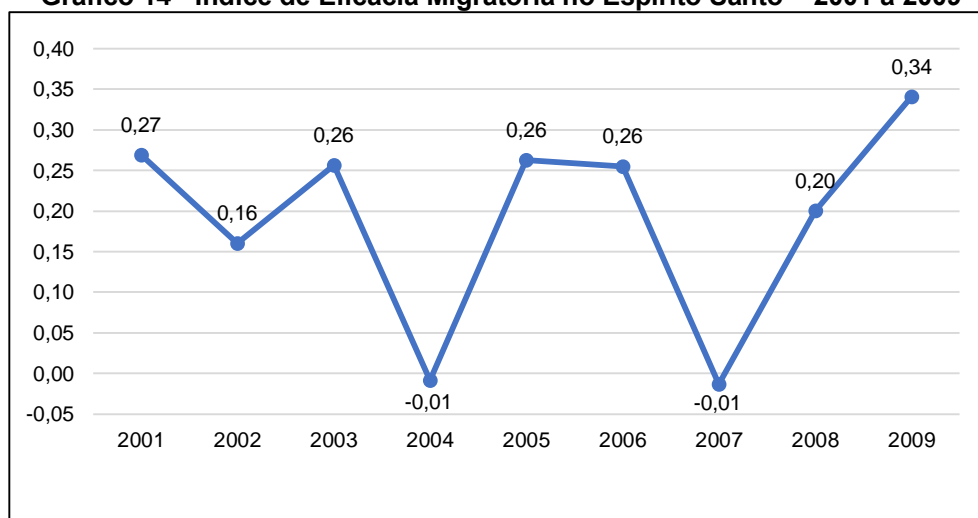
Cabe ressaltar que a metodologia utilizada nas duas classificações é bem próxima, o que não invalida a análise a partir destes referenciais. É apontável que existe outras classificações, mas não é nosso objetivo o estudo destas, embora somente almejemos demonstrar a sua existência. Esta é mais uma ferramenta para interpretarmos a migração no Espírito Santo. A escolha destas duas metodologias ocorre pelo fato de basearem no mesmo princípio classificatório – em sete níveis -, contendo algumas adaptações.

Reiteramos: por meio deste indicador, podemos medir a capacidade de atração, evasão ou rotatividade da população migrante, uma vez que este permite a comparação entre as UFs, independentemente do volume absoluto da imigração e da emigração.

Ao examinarmos o gráfico 14, constatamos que o Espírito Santo se encontra numa área de baixa retenção migratória, na faixa de 0,13 a 0,29, segundo a classificação de Baeninger (2008). No entanto, nos anos de 2004 e 2007, o estado apresenta IEM negativo, ficando na faixa de -0,12 a 0,12, uma área de rotatividade migratória. Mesmo apresentando resultados negativos em dois anos, de modo geral, o estado mantém sua capacidade de retenção migratória. Os dados do Censo, como consta na tabela 16, também apontam nesta direção, no qual o IEM saltou de 0,15, em 2000, para 0,30, em 2010, o que configura uma área de média retenção migratória.

Se formos analisar o IEM pela classificação de Oliveira, Ervatti e O'Neill (2011), por sua vez e de modo geral, o estado encontra-se na faixa de 0,10 a 0,29, o que configura uma área de baixa absorção migratória. Para os anos de 2004 e 2007, a classificação segue a mesma de Baeninger (2008), com uma área de rotatividade migratória. A mesma observação é feita em relação ao Censo no qual se caracteriza para o ano de 2010, com uma área de média absorção migratória.

Gráfico 14 - Índice de Eficácia Migratória no Espírito Santo – 2001 a 2009

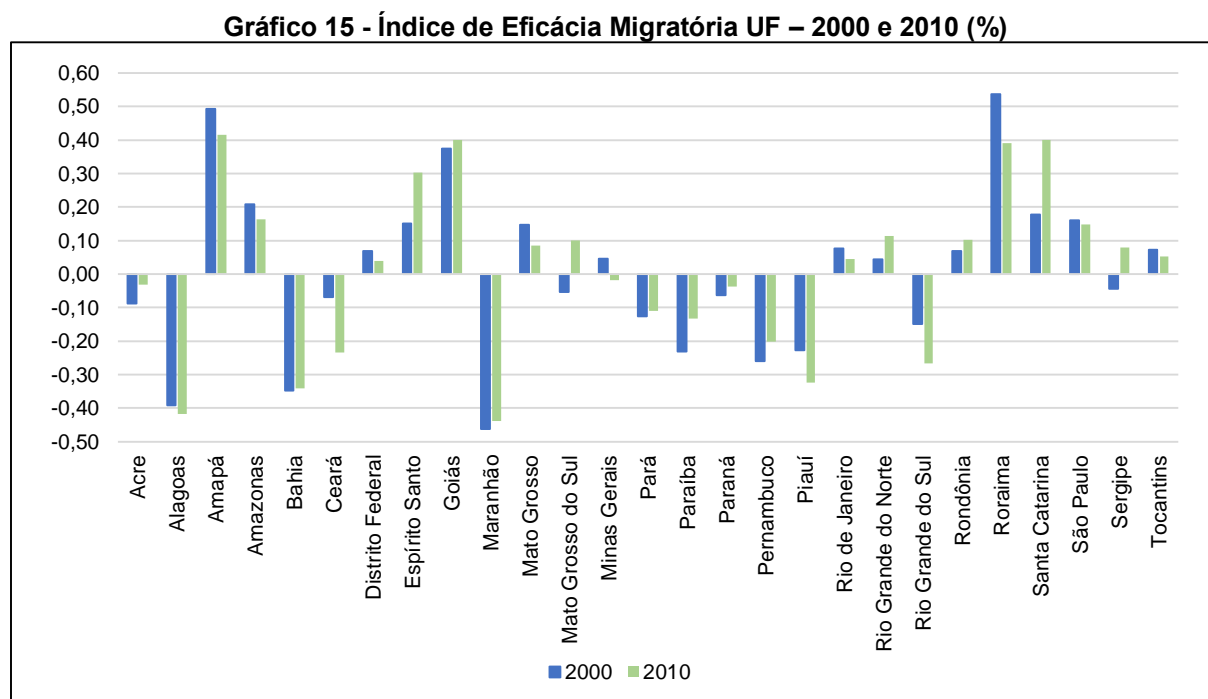


Fonte: Microdados da PNAD. Elaboração do Autor.

Ao examinarmos o IEM para o ano de 2010 - gráfico 15 -, constatamos que o país vivencia uma intensa mobilidade populacional, com o aumento das áreas de rotatividade migratória, entre -0,12 a 0,12 (Baeninger, 2008), ou entre 0,09 -0,09 (Oliveira, Ervatti e O'Neill, 2011). Em 2010, não havia áreas de grande retenção migratória e nem de elevada perda migratória.

Utilizando a classificação de Baeninger (2008), as UF's com IEM entre -0,12 e 0,12, de rotatividade migratória, para o ano de 2010, são: Rondônia, Tocantins, Rio Grande do Norte, Sergipe, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul, Distrito Federal, Minas Gerais, Paraná, Pará, Acre e Mato Grosso, num total de doze estados.

Os Estados com capacidade de média de retenção migratória, IEM entre 0,30 a 0,50, para o ano de 2010, totalizam apenas cinco estados, são estes: Roraima, Amapá, Espírito Santo, Santa Catarina e Goiás. Na contramão deste movimento, os quatro estados no qual o IEM está entre -0,30 a -0,50, média de perda migratória são: Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Sul.



Fonte: Censo Demográfico de 2000 e 2010. Elaboração do Autor.

Cabe destacar que na região sudeste houve importantes alterações no comportamento migratório. Minas Gerais, por exemplo, uma região de grande evasão

populacional, apresenta-se como sendo de rotatividade migratória, mesmo com a queda no IEM de 0,05, em 2000, para -0,02, em 2010. O Rio de Janeiro, uma região de absorção migratória, encontra-se, em 2010, em uma área de rotatividade migratória, e apresenta também uma queda no índice de 0,08, em 2000, para 0,04, em 2010. São Paulo, apesar da queda no índice de 0,16, em 2000, para 0,15, em 2010, configura-se ainda numa área de baixa absorção migratória.

A exceção está no Espírito santo, que apresentou uma alta no IEM, chegando a 0,30, em 2010, tornando-se uma área de média absorção migratória e formando um movimento contrário ao observado para as demais UFs da região sudeste. O estado recebeu grandes quantidades de imigrantes, principalmente, provenientes de Minas Gerais, Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo, o que demonstra sua capacidade na retenção populacional, o que não era observado em décadas passadas, quando se configurava num espaço de evasão populacional.

4 O CONTEXTO ECONÔMICO CAPIXABA NO SÉCULO XXI: UMA REGIÃO DE BAIXA RETENÇÃO MIGRATÓRIA

Ao debatermos o fenômeno da migração, temos que ter em mente que este processo não é algo novo, que ocorre na atualidade, pois “[...] é um fenômeno social que, sob diferentes formas, aparece ao longo da história humana [...]” (GONÇALVES, 2009, p. 23). São desdobramentos do processo social do trabalho, ou seja, mobilidade dos trabalhadores diante do processo produtivo em cada momento histórico, não se resumindo apenas a fluxos populacionais (PELIANO, 1990).

Claro que as formas, os motivos e seus determinantes são distintos em cada momento histórico da humanidade, e no caso da sociedade capitalista não seria diferente. Não podemos desconsiderar que na sociedade capitalista este processo passa a ser diferenciado de outros modos de produção. Como salienta Peliano (1990), o capitalismo separa o homem da terra, promovendo historicamente os deslocamentos populacionais na busca de novas condições de trabalho, ao mesmo tempo em que gera um excedente populacional produzindo novos processos migratórios.

Nessa perspectiva, à liberdade de vender a sua força de trabalho, acrescenta-se a liberdade de se mover no espaço ou de migrar. Em outras palavras, a migração, ou a mobilidade espacial da força de trabalho, é considerada, por definição, inerente ao próprio mercado de trabalho capitalista. Trata-se de uma condição que se desenha desde os primeiros estágios do capitalismo, quando da subordinação formal do trabalho ao capital (BRITO, 2009, p. 18).

Captar esse fenômeno não é uma tarefa fácil, pois são necessários anos de estudos para, talvez, traçar um perfil e teorizar sobre este complexo movimento, embora, na literatura, tenhamos algumas teorias e autores que buscam explicar esse movimento, como é o caso de Singer (2012), Becker (1962), Sjaastad (1962), Todaro (1969), Ravenstein (1885), Stark (1982)²⁵, entre outros.

Contudo, ainda há divergências em relação ao método de análise, não podendo estabelecer um único ponto de vista para a interpretação desse processo migratório. Dessa forma,

²⁵ Conforme apresenta Lima (2013) em sua tese “Desenvolvimento regional e fluxos migratórios no Brasil: uma análise para o período 1980-2010”.

A reflexão, com pretensões à elaboração teórica, requer algo mais de um fenômeno, como as migrações, que não é neutro. Pelo contrário, é um processo social que encerra em si toda a complexidade da sociedade na qual ela está inserida. Pela importância que têm para a sociedade brasileira, as migrações não podem ser compreendidas independentemente dela. E, de acordo com essa mesma sociedade, estão em constante transformação, deixando marcas no passado, estruturando o presente e projetando-se para o futuro (BRITO, 2009, p. 05).

Nesse sentido, partiremos de uma perspectiva crítica para analisarmos o contexto atual da sociedade brasileira, dando enfoque ao padrão de desenvolvimento econômico que se reproduz no Espírito Santo desde dos anos de 1960, quando se intensificou o processo de industrialização capixaba. Com um desenvolvimento calcado na produção de *commodities*²⁶ e na logística para exportação, o estado conseguiu diversificar seus setores produtivos, mas não foi capaz de promover um desenvolvimento²⁷ homogêneo em toda sua extensão territorial.

Logo, o estado mantém as especificidades estruturais de uma economia subdesenvolvida e dependente dos grandes centros internacionais. Pode-se dizer que, então, a implantação dos grandes projetos a partir dos anos de 1970 e o avanço econômico que o Espírito Santo tem conseguindo nas últimas décadas, por si só, não foram capazes de romper com a lógica subdesenvolvida e dependente em que o país se encontra. E isso se reitera, uma vez que o subdesenvolvimento não é uma fase, estágio ou mesmo uma etapa a uma situação superior, mas sim uma condição estrutural com grandes capacidades de persistência e reprodução (BRANDÃO, 2013).

²⁶ Segundo Magalhães (2011), o termo *commodities* serve para classificar bens em estado bruto ou com pequeno grau de industrialização, de qualidade quase uniforme, produzidos em grande quantidade e por diferentes produtores. Basicamente, o termo equivale a produtos padronizados, no qual o preço não é definido pelo produtor, o que faz com que sua estrutura de produção possa ser razoavelmente aproximada a partir de um mercado. Conforme assinala Puga (2008), a definição do termo *commodities* não é consensual. A princípio, ele engloba os produtos intensivos em recursos naturais, padronizados e com tecnologia de produção amplamente conhecida, sendo geralmente associado a bens negociados em Bolsa de Mercadorias. No entanto, esse conceito pode ser mais abrangente, acrescido por bens como: minério de ferro, aço, extração de petróleo, combustíveis e alimentos industrializados que, embora não sejam padronizados e nem negociados em Bolsa, guardam semelhança com as *commodities* nos demais aspectos. Neste estudo, adotaremos esse conceito mais abrangente de *commodities*.

²⁷ A teoria do desenvolvimento de Celso Furtado em sua essência [...] consiste na construção dos nexos orgânicos que vinculam o aumento da riqueza da sociedade à reprodução de mecanismos endógenos de distribuição da renda entre salário e lucro. É a sistemática transferência de ganhos na produtividade do trabalho para salário real que gera uma simbiose virtuosa entre inovação e difusão do progresso técnico – processo que constitui a mola propulsora do desenvolvimento endógeno. [...] Furtado define os nexos de mútuo condicionamento entre expansão das forças produtivas, relações sociais e identidade cultural que permitem que os aumentos na eficiência econômica sejam acompanhados de elevação na capacidade de consumo da sociedade (SAMPAIO JUNIOR, 2013, p.70).

O Subdesenvolvimento é face e não fase do processo de desenvolvimento. Não é uma etapa no percurso predefinido de um caminho/marcha uniforme de um país “em desenvolvimento”. É uma face do processo global, inserido no contexto mais geral das transformações na escala mundial de expansão do sistema capitalista. É uma conformação, ou deformação constituinte e singular. Não há tão somente um atraso. Há uma retardação, no sentido constitutivo-genético, de o *ser* subdesenvolvido portar deformidades estruturais dificilmente superáveis (BRANDÃO, 2013, p. 239-240).

Cabe ressaltar a importância desta compreensão para estudarmos o fenômeno da migração na atualidade, pois temos como base a teoria que relaciona a migração às questões estruturais, econômicas e históricas, ou seja, o pensamento Histórico Estrutural, pensamento este apresentado no capítulo II e que retomamos para a compreensão da economia capixaba.

Esta corrente teórica compreende a migração como o resultado das desigualdades econômicas entre as regiões, no qual haveria um deslocamento para as localidades mais desenvolvidas em busca de emprego e melhores salários. Tentam compreender a migração num contexto global das economias capitalistas e suas relações entre centro e periferia (GONÇALVES, 2009).

Destacam o processo de desenvolvimento adotado pelas economias capitalistas como sendo um dos principais aspectos que explicariam as migrações (SANTOS, 2010). Assim, o desenvolvimento desigual das estruturas regionais representa um dos determinantes dos movimentos migratórios no Brasil, dado que

[...] as migrações, justamente por serem produtos específicos do capitalismo, se manifestam por vários tipos de fluxos e direções de deslocamentos e, mais ainda, são geradas e, portanto, caracterizadas pelas transformações nas relações de produção espacial e diferenciadamente estabelecida na sociedade [...] (PELIANO, 1990, p. 132).

Portanto, numa economia com uma estrutura heterogênea, com desequilíbrios regionais e sociais, o movimento populacional - mudança de localidade -, tem transformado a sociedade brasileira e capixaba ao longo do seu processo histórico, conforme apontado no capítulo II. A princípio, esse movimento estava associado à perda de produtividade das áreas rurais e a intensificação do processo de industrialização - um fluxo rural-urbano. Na atualidade, a principal rota de migração é a urbana-urbana, que ocorre tanto entre as Unidades da Federação (UF) do país quanto entre os municípios.

São poucos os brasileiros que não realizaram, pelo menos, uma etapa migratória. Não se trata de nenhum exagero afirmar que migrar faz parte da cultura brasileira, está incluído, como possibilidade, no projeto de vida de cada cidadão. Para boa parte da população, a emigração acabou se transformando na única alternativa de mobilidade social oferecida pela sociedade. Sair de seu município, percorrer distâncias, curtas ou longas, na busca de uma melhoria de vida, nem sempre conseguida, tornou-se uma sina para milhões de brasileiros (BRITO; CARVALHO, 2006, p. 441).

De uma forma geral, as desigualdades entre as regiões urbanas e rurais no Brasil foram os grandes motores do movimento populacional no passado. O avanço do processo industrial, a partir dos anos 1930, bem como a introdução de novas tecnologias no campo, fizeram com que parcelas significativas da população buscassem novas regiões, acelerando ainda mais a migração interna no país.

Outro ponto a se destacar, foi a ausência de bases materiais no país, capazes de proporcionar os padrões de consumo das economias centrais (SAMPAIO JUNIOR, 2013). Condição está fundamental na estrutura brasileira, que dividiu a sociedade entre ricos e pobres, intensificando os movimentos migratórios, pois

[...] o subdesenvolvimento resulta da discrepância entre as sofisticadas exigências de modernização das classes dominantes e a precariedade do grau de desenvolvimento das forças produtivas das economias latino-americanas. É a assimilação de uma tecnologia “inadequada” para as necessidades históricas do capitalismo dependente que perpetua as características fundamentais das economias subdesenvolvidas: a *heterogeneidade estrutural* – existência de uma expressiva parcela do parque produtivo operando com baixíssimos níveis de produtividade do trabalho; o *desemprego estrutural* – impossibilidade de absorver o conjunto da força de trabalho em atividades produtivas de elevada produtividade; a *heterogeneidade regional* – presença de grandes contrastes na distribuição da riqueza econômica entre as regiões no interior de cada região; e a situação de dependência externa – comercial, produtiva, financeira e, sobretudo cultural -, a qual impede a sociedade latino-americana de controlar plenamente os fins e os meios do desenvolvimento econômico (SAMPAIO JUNIOR, 2013, p. 73).

A estrutura econômica que se constitui no Brasil e no Espírito Santo manteve a produção e a reprodução do capital calcadas em formas de dominação arcaicas que perpetuam ao longo dos contextos histórico, social e cultural. Destarte, há uma constante desconexão entre acumulação de capital e a diversificação produtiva, com inovação e conteúdo tecnológico autônomo. Aspectos estes estudados pelo pensamento cepalino e apresentado neste trabalho como condicionantes de economia periférica e dependente.

A diversificação, aqui, incide sobre o padrão de consumo da sociedade e não na acumulação reprodutiva, o que aprofunda as heterogeneidades estruturais no conjunto da sociedade brasileira. Esse mecanismo retira da população a possibilidade de desfrutar dos benefícios do progresso técnico-material, que fica centrado apenas ao núcleo modernizado, situação esta observada pela CEPAL e analisada por diversos autores - entre eles Furtado -, conforme debatido no capítulo II. Em função do avanço da acumulação por parte de um grupo minoritário, cria-se a ilusão de uma sociedade com consumo generalizado, mas estes têm sua limitação (BRANDÃO, 2013).

[...] o estilo de vida criado pelo capitalismo industrial sempre será o privilégio de uma minoria. O custo, em termos de depredação do mundo físico, desse estilo de vida, é de tal forma elevado, que toda tentativa de generalizá-lo levaria inexoravelmente ao colapso de toda civilização, pondo em risco as possibilidades de sobrevivência da espécie humana [...] Mas como negar que essa ideia [de desenvolvimento] tem sido de grande utilidade para mobilizar os povos da periferia e leva-los a aceitar enormes sacrifícios, para legitimar a destruição de formas de culturas arcaicas, para explicar e fazer compreender a necessidade de destruir o meio físico, para justificar formas de dependência que reforçam o caráter predatório do sistema produtivo? Cabe, portanto, afirmar que a ideia de desenvolvimento econômico é um simples mito (FURTADO, 1974, p. 75).

4.1 Breve histórico sobre o padrão de ocupação no solo capixaba

Desde o início de sua constituição, a ocupação populacional no Espírito Santo sempre esteve atrelada ao movimento migratório, tanto nacional como internacional. O processo de ocupação do estado foi caracterizado por uma formação multicultural com influência de diversas etnias, que, ao longo de sua história, conformaram a especificidade do território.

O que chama atenção na história do Espírito Santo é o fato de que foram necessários mais de três séculos para se romper com a situação de isolamento, constituída em virtude da exploração aurífera na região de Minas Gerais. A Vila da Vitória se transformou numa proteção natural às minas, com fortificações e efetivo militar mantidos pelo Governo Central. Com a proibição da navegação, pelo rio Doce, e abertura de estradas em direção à região marítima, havia uma dificuldade no processo

de ocupação das terras capixabas, que somente foi alterada com a inserção do cultivo do café pelo sul do estado e pelas políticas de migração europeia (CELIN, 1984b).

[...] a descoberta de ouro em abundância na Colônia contribuiu sensivelmente para a ascensão do Rio de Janeiro como centro de decisões do País, paradoxalmente, para o Espírito Santo, constituiu-se em um empecilho ao crescimento econômico da capitania. Nesta, sequer implantou-se uma ourivesaria artesanal, como em Minas Gerais. Entre as repercussões da grande incidência de ouro na Colônia, restou ao Espírito Santo a construção e remodelação das fortificações de Vitória, a ampliação do destacamento militar e a proibição rigorosa da abertura de estradas que ligassem o litoral à rica Capitania das Gerais. Claras medidas de estratégia da Metrópole, temerosa de ataques estrangeiros e, sobretudo, contrabando pelo litoral mais próximo, do Espírito Santo. Aliás, litoral do próprio território minerador, se respeitados os limites iniciais da Capitania de Vasco Fernandes Coutinho (BITTENCOURT, 1987, p. 46).

A expansão da fronteira agrícola norte-fluminense intensificou o processo de ocupação das terras capixabas. A região sul do estado, num primeiro momento, apareceu como uma nova área para expansão do café, que mais tarde caminhou para as terras mais ao norte (CELIN, 1984a). Logo, o cultivo do café proporcionou ao estado a tão esperada ligação ao mercado nacional e internacional e que promoveu o desbravamento das matas virgens, com a vinda de imigrantes de outras regiões do país, para a fixação de imigrantes europeus em seu interior.

O fluxo migratório para o Espírito Santo começa em 1847 com a fundação de Santa Izabel por 163 alemães e termina em 1985 com o ato do Governo Italiano proibindo a emigração para o Espírito Santo. De 1880 a 1891 sofreu uma parada, sendo retomado em seguida. Nos últimos anos, são os italianos que chegaram em maior número, totalizando aproximadamente 80 % dos europeus que chegaram ao Estado (CELIN, 1984a, p. 39-40).

Este processo permitiu uma nova dinâmica na economia local, que levou a construção de estradas, portos, a navegação e a implantação de ferrovias que ligavam o estado a outras regiões do país (BITTENCOURT, 1987). Desse modo, o cultivo do café conduziu uma nova lógica de ocupação territorial e o avanço da agricultura pelo sul do estado desencadeou um movimento de interiorização e concentração populacional, dentro de uma estrutura heterogênea, tendo na produção do café e na pequena propriedade familiar o seu dinamizador.

Porém, esses fatores dificultavam o estabelecimento de um processo consistente de desenvolvimento local, pois, mesmos com as iniciativas industriais que surgem antes de 1960, foram em virtude da produção, beneficiamento e escoamento do café. Estavam ligadas direta ou indiretamente à produção deste produto e não

diversificavam a economia a outros setores produtivos. Logo, a produção do café não conseguiu gestar as condições necessárias para a constituição e consolidação de um complexo econômico capaz de assegurar o desenvolvimento de formas de produção mais avançadas.

Debruçada sobre esta base fundiária formada por pequenas propriedades autossuficientes a acumulação ocorria em ritmo muito lento (em função da pequena dimensão deste mercado) sendo o processo de concentração e centralização do capital retardatário em relação às províncias cafeeiras mais dinâmicas. O ponto é que a transição ao assalariamento – no limite a própria transição ao capitalismo – permaneceu inconclusa nos moldes da economia agroexportadora capixaba, não sendo a cafeicultura local capaz de generalizar as relações mercantis (FALEIROS, 2010, p. 31)

A pequena propriedade baseada no trabalho familiar, associada ao baixo nível de assalariamento, ajuda a compreender as dificuldades em promover um processo de diversificação na estrutura produtiva, a partir da produção do café (MACEDO, 2013). Não era possível desenvolver novos setores numa economia que tinha sua base produtiva montada na pequena propriedade familiar.

Assim, o baixo grau de assalariamento da força de trabalho criava uma barreira ao desenvolvimento do mercado interno e impedia a diversificação da economia regional, situação diferente a que aconteceu em São Paulo. Estes aspectos são fundamentais para compreendermos o modelo de desenvolvimento no estado, mas estão focados unicamente nas relações de produção. Dessa forma, é necessário pensarmos o “atraso” na industrialização e a posição de dependência do Espírito Santo em relação a outras regiões do país, principalmente com o Rio de Janeiro, com um olhar no processo global de reprodução do capital (FALEIROS, 2010).

[...] a cafeicultura capixaba era tributária do capital comercial fluminense e carioca, que comandava a comercialização e o financiamento da produção, “estrangulando” ainda mais esta formação econômica. Apesar dos esforços no sentido de desenvolver uma malha de transportes mais eficiente, [...], as iniciativas foram insuficientes para desbancar a posição do capital do Rio de Janeiro já estabelecido na região desde a escravidão, cabendo às Casas Comerciais locais uma posição secundária nos negócios envolvendo o “Vitória tipo 7”, classificação dada ao café capixaba. Esta característica drenava para praças mais dinâmicas parcela significativa da acumulação auferida na cafeicultura do Espírito Santo, obstando o desenvolvimento econômico neste estado (FALEIROS, 2010, p. 32).

Como aponta Faleiros (2010), a condição de uma economia com predominância na pequena propriedade familiar, e até mesmo na autossuficiência, não eram razão suficiente para estagnar toda uma cadeia produtiva, muito menos travar a

diversificação de mercadorias, já que haveria necessidades em buscar no mercado alguma mercadoria necessária a reprodução. Até mesmo o avanço da fronteira agrícola poderia gerar um mercado interno, bem como a ampla oferta de alimentos incentivaria o assalariamento.

Nesse contexto, mediante algum sistema de concentração do excedente, via comércio, poderia ocorrer a instalação de alguma indústria, e à medida que os meios de transportes fossem modernizados e a urbanização avançasse, poderia ocorrer o avanço e a diversificação das atividades industriais. Entretanto, não havia capital suficiente para tal empreitada, pois a praça comercial fluminense drenava para si o pouco excedente produzido em terras capixabas, situação essa que perpetuou até os anos de 1960, quando ocorreu uma mudança na estrutura economia.

[...] ocorre no Espírito Santo uma especialização ao nível da produção e as fatias mais rentáveis do negócio agroexportador são transferidas para os comerciantes fluminenses ou para as firmas de representação internacionais lá localizadas. Os desdobramentos desta formação econômica são os seguintes: a) se estabelece a atividade produtora de café (atividade nuclear); b) constitui-se agricultura produtora de alimentos e matérias-primas; c) a atividade industrial (equipamentos de beneficiamento do café, indústria de sacarias, bens de consumo não duráveis, notadamente têxteis) se vê obstada, dada as escalas de capitais dos produtores e o fato de estas indústrias já terem se estabelecido em outros lugares, como Rio e São Paulo; d) tardia implantação e desenvolvimento do sistema ferroviário, portos de maior escala, armazéns e sistema de comunicações ; e) marginalização da capital Vitória, que permanecesse meramente como capital política; f) caráter raquítico do sistema bancário; g) a atividade do comércio de importação e exportação são desterritorializadas; h) a urbanização, pequena, não é capaz de diversificar as demandas; i) Estado com pequena capacidade de gasto (FALEIROS, 2010, p. 33).

A citação acima evidencia uma estrutura periférica e dependente no Espírito Santo, ou seja, uma periferia da periferia, que marca todo um modelo de desenvolvimento instituído no estado, fatores estes que abordamos no capítulo II quando nos referimos ao desenvolvimento da América Latina. Assim, ao retomar o debate sobre a ocupação do solo capixaba, é importante destacar o processo de imigração estrangeira, uma estratégia do governo com vistas ao povoamento do estado, bem como seus aspectos econômicos que moldaram a estrutura do estado.

Temos também que destacar que a política de migração teve dois momentos: o primeiro, de 1847-1887, que corresponde a migração orientada para a ocupação do território. O segundo, pós-Abolição, que foi o de maior entrada de imigrantes, voltados

para a substituição da mão de obra escrava liberta nas fazendas, e também para atender à política de colonização que continuou a existir no estado (MACEDO, 2013).

O propósito da imigração europeia era reverter o quadro de estagnação da província do Espírito Santo com a política de colonização do território. Nesse sentido, não havia espaço para as grandes propriedades, mas sim um processo de ocupação baseado em pequenos lotes estruturados em dois setores de produção: o de subsistência, que garantia a produção de alimentos, produtos para o uso diário e o café. E o setor articulado ao mercado nacional e internacional, que gerava divisas aos imigrantes, mas que era intermediado pelo capital mercantil sediado na capital Vitória, e principalmente do Rio de Janeiro. Em ambos casos, cabe ressaltar que o trabalho era baseado na mão de obra familiar, característica esta predominante até os anos de 1960 (MACEDO, 2013).

Mesmo visando a um movimento de ocupação das terras capixabas, temos que salientar que a política de ocupação se destinava exclusivamente aos imigrantes europeus, não contemplando os residentes no estado desprovidos de terras. As ocupações não ocorreram de forma pacífica, ao mesmo tempo em que muitos imigrantes enfrentavam o isolamento e a ausência de meios de comunicação, doenças desconhecidas, quebras contratuais, falsas expectativas criadas pelos aliciadores na Europa e conflitos com a administração pública, o que matava ou promoveu o retorno de muitos colonos que não resistiam às adversidades do período migratório (BITTENCOURT, 1987).

No transcorrer da expansão da cafeicultura, o estado começou o processo de urbanização, caracterizado, sobretudo, pela proliferação de pequenos núcleos. Por exemplo, com o avanço das fronteiras agrícolas fluminenses pela região sul capixaba, a imigração europeia permitiu o avanço da ocupação populacional para a região central e mais tarde ao norte do estado.

Contudo, a partir dos anos de 1950, houve uma mudança na lógica migratória no Espírito Santo, tornando-se uma região “expulsora” de mão de obra, por não dispor mais do amortecedor social que possibilitava o avanço da fronteira fundiária. Assim, o estado apresentou saldos negativos nos fluxos migratórios, que intensificaram nos

anos 1960, 1970 e 1980, quando chegou ao percentual de 25,9% de emigrantes, conforme tabela 20. Então, esta fuga foi resultado direto das políticas de erradicação dos cafezais que promoveram um esvaziamento relativo do interior do estado. Isto promoveu o deslocamento de uma massa de trabalhadores para as regiões do Rio de Janeiro e Vitória (MACEDO, 2013).

Tabela 20 – Fluxos migratórios no Espírito Santo – 1940 a 1980

Ano	A	B	C	D	E
	Entrada	Saída	Saldo (A-B)	Entrada/ Pop. Total (em %)	Saída/ Pop. Total (em %)
1940	106.063	59.093	46.970	13,9	7,5
1950	92.787	127.385	(34.598)	9,6	13,2
1960	132.293	193.792	(61.499)	9,3	13,6
1970	205.592	392.470	(186.878)	12,9	24,5
1980	332.151	523.158	(191.007)	16,4	25,9

Fonte: Macedo (2013, p. 42).

É importante destacar que até a década de 1940, havia um movimento migratório no Espírito Santo no sentido rural-rural, que possibilitou a colonização das terras ao norte e retardou o processo de explosão demográfica, o que seria inevitável quando essa fronteira encontrasse seus limites naturais (MACEDO, 2013).

A migração rural-urbano, que se instaurou nos anos 1960 para outras Unidades da Federação (UF) e em direção à região da capital, mostra o esgotamento do modelo vigente na agricultura capixaba e se apresentou como um movimento de inversão dos fluxos populacionais até então pertinente a esta data. Marca, também, o início de um processo de concentração econômica e demográfica, que se verificou na região de Vitória a partir de então e que foi reforçado pelos investimentos industriais de grande porte e o incentivo estadual para atrair capital (MACEDO, 2013).

Graças à maturação dos grandes projetos, iniciados no II Plano Nacional do Desenvolvimento (PND), à desconcentração produtiva no país, à “guerra fiscal” e aos incentivos federais que contemplavam o estado, na década de 1980, o Espírito Santo conseguiu expandir os setores produtivos e a sua urbanização. Logo, houve uma inversão no movimento de expulsão populacional.

As saídas foram em torno de 13 mil pessoas em 1990, contra 107 mil em 1980,

causadas predominantemente pelos fortes retornos dos capixabas, que haviam migrado para o Norte e Rio de Janeiro. As entradas foram, em média, 10% acima em relação à década de 1980, provenientes sobretudo de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Nordeste (CANO, 2008).

Entre 1991 e 2000, as entradas de imigrantes - 127,9 mil pessoas - foram praticamente iguais às dos anos anteriores. Embora a participação de nordestinos aumentasse para 45%, houve uma queda dos mineiros para 25% e dos fluminenses para 15%. Contudo, as saídas voltaram a crescer, em torno de 34 mil pessoas, e tiveram como principal destino Minas Gerais (35%), Norte e Nordeste (26%) cada um (CANO, 2008).

4.2 Apontamentos da industrialização capixaba a partir do conceito de heterogeneidade estrutural

Ao longo dos anos, a economia espírito-santense rompeu com uma estrutura, predominantemente, agrícola e de bases no trabalho familiar, mas que não foi capaz de assegurar um desenvolvimento homogêneo entre os municípios, muito menos proporcionar uma diversificação econômica capaz de transpor a lógica de especialização regional.

De produtores de café, o estado do Espírito Santo se tornou um grande exportador de *commodities*, produção esta que, em sua grande parte, possui baixa inserção tecnológica, e emprega grande parte dos trabalhadores em ocupações de baixa remuneração. Condição aquela que foi observada por Furtado (1974), ao discorrer sobre as condições e os entraves de uma economia periférica e que abordamos no capítulo II ao analisarmos as condições de uma economia (sub)desenvolvida.

Neste sentido, as iniciativas que visavam a ultrapassar a condição de uma economia pautada na produção de matérias-primas, ou, no caso da capixaba, de *commodities*²⁸,

²⁸ Produtores de *commodities*: extração de petróleo e serviços relacionados; extração de minerais metálicos; fabricação de papel e celulose; metalurgia básica; fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares e fabricação de álcool; extração de carvão mineral (CAÇADOR; GRASSI, 2009, p. 13).

via industrialização, não ocorreu de forma plena, e no caso específico da economia estadual houve uma especialização e uma estruturação dentro de uma lógica de produção e exportação de produtos com baixa inserção tecnológica.

Desse modo, o Espírito Santo se constituiu numa economia híbrida, na qual se acomodam a pequena e grande indústria, a concentração populacional e de imigrantes nas localidades de maior participação no PIB estadual, a concentração industrial, principalmente na RMGV, em detrimento das regiões que constituíram suas economias na produção de bens e serviços.

Diante desse quadro, faremos um resgate histórico sobre os principais aspectos da economia capixaba, como uma forma de compreendermos as mudanças estruturais que ocorreram nas últimas décadas. Para ajudar na sistematização do cenário econômico capixaba, optamos por uma divisão temporal, que classifica a economia estadual em três momentos históricos e compreende estes como períodos do desenvolvimento socioeconômicos centrados nas principais atividades da economia. Esta classificação foi elaborada por Caçador (2008), e vai ao encontro do nosso objetivo, que é o de ilustrar o modelo de desenvolvimento capixaba.

Isso posto, temos que o primeiro momento da economia capixaba, ou o que Caçador (2008) denomina de ciclo de desenvolvimento econômico²⁹, estava centrado na cafeicultura de base familiar, que predominou entre os meados do século XIX e os fins da década de 1950. Nesse período, a economia espírito-santense era basicamente agrícola, calcada em relações de trabalho familiares e unidades produtivas com pouca

²⁹ O termo é semelhante ao empregado no planejamento estratégico do Espírito Santo “ES 2025”. Contudo, a periodização apresentada, pelo autor, é diferente nos dois últimos ciclos. Enquanto que no “ES 2025”, o segundo ciclo durou entre 1960 e 2005 e o terceiro ciclo se iniciou em 2005, o autor considerou o início do terceiro ciclo a partir dos anos 1990. Esta alteração metodológica ocorreu, tendo em vista que fatores como a abertura comercial (que impulsionou as exportações e importações do estado), a privatização da CST e CVRD, o renascimento da indústria petrolífera e o fortalecimento de setores locais (rochas ornamentais, móveis, confecções e metal-mecânico), proporcionaram uma dinâmica diferente da verificada no segundo ciclo de desenvolvimento econômico capixaba. A partir dos anos de 1990, a economia está mais diversificada, e ao mesmo tempo mais concentrada na produção de *commodities* (CAÇADOR, 2008).

inserção tecnológica e de baixa monetização, tendo na produção do café a principal atividade econômica³⁰ e fonte de renda (GOMES, 2008).

Macedo (2002) ressalta que esta estrutura impediu a concentração do capital e a divisão do trabalho, aspectos estes fundamentais para um processo de diversificação econômica. Desse modo, a condição periférica e subordinada da economia capixaba, postergava um processo de industrialização nos moldes que ocorriam em outras regiões do país, como Rio de Janeiro e São Paulo. Ou seja, a produção com bases na pequena propriedade não permitia uma acumulação de capitais em grandes escalas e muito menos criava um amplo mercado de bens salariais, apesar de existir um processo muito incipiente de industrialização local (FALEIROS, 2010).

[...] o baixo dinamismo da cultura do café impediu a formação de excedentes que servissem de base à diversificação daquela estrutura e um salto para o desenvolvimento estadual. Tal círculo reforçava a baixa monetização e esta, por sua vez, a estrutura vigente, não se constituindo elementos que intensificassem a divisão do trabalho de forma a gerar novas oportunidades de investimentos (MACEDO, 2013, p. 27).

Logo, somente a partir dos anos de 1960, ou no início do segundo ciclo econômico, que intensificou o processo de industrialização no estado, ciclo este que se dividiu em duas fases: a primeira, entre 1960 a 1975, e que se baseou no crescimento e na instalação de pequenas e médias empresas no estado; e a segunda fase, entre 1975 a 1990, que estava fundamentada no crescimento e na instalação dos denominados “grandes projetos”³¹.

Para a literatura econômica do Espírito Santo, os anos de 1960 foram considerados um marco na reorganização das atividades produtivas, por apresentar uma série de fatores determinantes para a diversificação da estrutura produtiva e o crescimento

³⁰ Além de ser o responsável pelo crescimento da economia capixaba até os anos 1960, a produção do café determinava a dinâmica das atividades dos setores secundário e terciário, à medida que seu beneficiamento e sua comercialização geravam incrementos de renda na pequena estrutura industrial do estado e nos setores de comércio e serviços (MACEDO, 2002).

³¹ Investimentos de grande porte que na literatura econômica capixaba se referem às plantas industriais produtoras de *commodities*. Entre elas, temos: a construção do Porto de Tubarão pela CVRD – Companhia Vale do Rio Doce –, em 1966; a instalação de cinco usinas de politização de minério de ferro, entre 1969 e 1979; a instalação da usina de politização SAMARCO em 1978 e a construção de seu porto e minero-duto em Ubu; a implantação da Aracruz Celulose em 1972, sendo que suas atividades começaram em 1979; a construção do gasoduto da Petrobras para o abastecimento de gás natural para as empresas CVRD e Aracruz; a instalação da CST em 1983, e a formação de um complexo minero-metalúrgico com consideráveis vantagens locacionais (GOMES, 2008).

industrial. Dessa maneira, Macedo (2013) destaca que um dos principais vetores da transformação produtiva que possibilitaram a economia capixaba sair do isolamento e da estagnação econômica, nas décadas de 1950, 1960 e 1970, foram:

[...] 1) a crise na produção do café, consequência da queda do seu preço internacional, mas principalmente dos limites internos da cafeicultura tradicional no estado; 2) política industrial, com intervenção do governo federal, no sentido de incentivar especialmente os setores básicos que se localizaram no Espírito Santo; 3) a construção de infraestrutura com características específicas, atraindo iniciativas industriais para o Estado; 4) o transbordamento da economia brasileira que a partir do Plano de Metas encontraria na periferias alternativas para expansão; 5) a montagem do sistema estadual de incentivos fiscais e financeiros para atração de investimentos; 6) a expansão do mercado consumidor urbano no Espírito Santo; 7) o esgotamento da estrutura de produção familiar na cultura cafeeira; 8) a política nacional de erradicação dos cafezais na década de 1960; e 9) a construção de uma institucionalidade estadual que permitiria a implantação de políticas de apoio à indústria. Todos estes vetores agiram no sentido de aumentar, direta ou indiretamente, a concentração na RMGV (MACEDO, 2013, p. 40).

Ocorreu, no estado, um processo de transição de uma economia agrária, centrada na cafeicultura familiar, para uma economia urbano-industrial, no período entre 1960 a 1980. Nesta época, a característica mais marcante era o crescimento liderado por empresas locais de pequeno e médio portes. Crescimento este que, em grande parte, era promovido por políticas públicas e por investimentos realizados pelo sistema de fomento GERES³²/BANDES³³ e pelo Fundo de Recuperação Econômica do Espírito Santo (FUNRES) (GOMES, 2008).

Neste sentido, é importante ressaltar que o sistema de incentivos fiscais administrados, pelo GERES, teve o papel de viabilizar investimentos industriais tradicionais que, associado aos investimentos do governo federal e de grupos internacionais, promoveram a implantação de grandes plantas industriais no Espírito Santo (ROCHA; MORANDI, 2012). Consequentemente, a economia capixaba se tornou um novo espaço de reprodução do grande capital, integrando-se, de modo definitivo, à dinâmica de acumulação da economia brasileira e assumindo um caráter complementar, sobretudo no setor industrial.

³² Grupo Executivo para a Recuperação Econômica do Espírito Santo (GERES). Tinha a função de disciplinar a aplicação dos recursos dos incentivos fiscais depositados no Bandedes, inclusive aprovando projetos, planos, pesquisas e estudos relativos à recuperação econômica do estado (MACEDO, 2013).

³³ Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A.

Este movimento se concretizou a partir dos anos de 1970, e foi acompanhado pelas significativas mudanças que ocorreram na economia estadual. Neste período, os instrumentos ligados à política de desenvolvimento capixaba, constituídos no governo Cristiano Dias Lopes Filho (1967/1971), atuaram decisivamente sobre a estrutura produtiva e reforçou o processo de crescimento industrial e a urbanização acelerada da RMGV. Neste segundo ciclo econômico, o Espírito Santo passou a integrar o mercado nacional, ao receber importantes investimentos industriais voltados para a produção de semielaborados e para a exportação.

Temos que ressaltar que o papel do estado na estimulação destes grandes empreendimentos, que, de forma direta ou indiretamente, tanto em nível federal - sobretudo no bojo do II PND - como estadual, foram fundamentais para sua materialização. Claro que a presença da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e de toda a sua estrutura ferro-portuária, que se formaram em prol do escoamento da produção de minério, foram essenciais para consolidação dos “grandes projetos” (GOMES, 2008).

Mas foi por meio do sistema GERES/BANDES que a indústria capixaba e os investimentos de grande porte industrial receberam incentivos que culminaram na implantação da indústria siderúrgica, de celulose, mineradora, bem como nos investimentos de expansão da CVRD (MACEDO, 2002).

Cabe apontar que os investimentos realizados em torno dos “grandes projetos” resultaram num movimento de especialização da economia capixaba, com a produção industrial de semielaborados, de baixo valor agregado, voltados para o mercado externo. As atividades econômicas estavam fortemente apoiadas na produção de *commodities*, na infraestrutura portuária e na atualização tecnológica para assegurar uma competitividade internacional (MACEDO, 2002).

Embora o mercado externo se apresentasse como alternativa ao baixo dinamismo do mercado interno nos anos de 1980, tais especificidades tornaram as empresas capixabas bastante suscetíveis ao movimento do comércio internacional. Como essas empresas nasciam voltadas para o comércio internacional, e sendo o mercado interno

- mesmo numa fase de recuperação econômica - insuficiente para absorver toda a produção, aquelas ficaram sujeitas ao movimento “cíclico” das economias centrais.

Outro ponto a se destacar era a incapacidade de ação das políticas internas sobre o setor exportador. Já que, ao mesmo tempo em que as condições de política econômica, sobretudo a cambial, influenciavam a capacidade de acumulação e financiamento dos setores voltados ao mercado externo, ao longo dos anos reforçaram o papel de uma economia subdesenvolvida e dependente, uma vez que seu desenvolvimento foi, e ainda é, guiado pelas necessidades de importação das economias desenvolvidas (MACEDO 2002).

Considerarmos a indústria capixaba dentro do contexto nacional, chama-se atenção dois fatores. O primeiro que se refere ao fato de que a política desenvolvida em torno do sistema Geres/Bandes não proporcionou diversificação da indústria de transformação estadual, visto que os principais ramos que receberam incentivos foram os mais tradicionais. Em segundo lugar, observa-se a ocorrência de vazios na estrutura industrial, na qual se percebe claramente a ausência das indústrias mais dinâmicas – aquelas ligadas aos bens de consumo duráveis e de capital -, fato que se deve à situação de economia periférica, portanto, marcada por especialização produtiva que se caracterizaria, instalado o parque industrial no centro dinâmico do país, pela predominância de empresas de bens intermediários e bens de consumo não duráveis [...] (MACEDO, 2013, p. 65).

Assim, o crescimento econômico liderado pelo setor industrial, entre os anos de 1960-90, gerou quatro resultados marcantes. O primeiro foi a alteração na estrutura produtiva agrário-exportadora para uma estrutura urbano-industrial. Em segundo, houve uma mudança na distribuição espacial do PIB capixaba, que passou a ter uma concentração maior na RMGV.

Em terceiro lugar, ocorreu um movimento migratório da população do meio rural para o meio urbano, evidenciado pelo aumento da taxa de urbanização do estado. E, por fim, uma mudança na relação entre mercado interno e externo e sua integração ao mercado nacional (CAÇADOR, 2008). Estes resultados são características de uma estrutura heterogênea, com desequilíbrios setoriais e populacionais, e que apresenta uma concentração industrial e urbana e porta disparidades entre zonas urbanas e rurais, características estas apresentadas no capítulo II no que se refere ao modelo de desenvolvimento econômico instituído no Brasil.

Já a partir da década de 1990, com a diversificação das atividades econômicas no Espírito Santo e o predomínio dos segmentos produtores de *commodities*, instaurou-se o terceiro ciclo econômico de desenvolvimento³⁴.

Ocorreu, neste período, uma evolução qualitativa das atividades econômicas e uma ampliação dos serviços ligados ao comércio exterior, setores de alimentos e bebidas, metalomecânico, móveis, rochas ornamentais, vestuário, construção civil e serviços imobiliários, assim como ocorreu o renascimento da indústria petrolífera. Somado a este movimento, ocorreu também a ampliação dos “grandes projetos”, que proporcionou uma estrutura diversificada, mas que não foi capaz de desvincular-se da produção de *commodities* para o mercado externo. Condição esta reforçada com a ampliação da exploração do petróleo que avança nos anos 2000 (Caçador, 2008).

O que os anos 90 vão assistir, além da total desconsideração com o planejamento regional e sua problemática mais premente, é uma concepção de desenvolvimento centrada numa abertura comercial imposta pelos ditames da “globalização” que vai ameaçando a soldagem do mercado interno e colocando limites para a continuidade do crescimento industrial, tanto do país como, principalmente, de sua periferia. Isso em um contexto de reestruturação produtiva, que tende a beneficiar as regiões mais desenvolvidas, e de predomínio ideológico da velha ortodoxia no comando da política de controle de preços; está muito mais comprometida com a financeirização da riqueza privada do que com as necessidades de uma efetiva política econômica para um país continental e federativo. O resultado é uma tendência a maior diferenciação inter e intrarregional (MACEDO, 2002, p 8-9).

Cabe ressaltar, também, que a ascensão de grupos de interesses ligados ao comércio externo no estado, que, ao encontrar novas formas de valorização de seus patrimônios para além da esfera produtiva, impôs, ideologicamente, a visão de que os benefícios da globalização para o estado encontravam na sua “vocação para o comércio exterior”, o que acelerou o desmonte dos instrumentos da política industrial que, por 15 anos, entre os anos de 1970-85, estimularam a modernização e expansão da pequena e média indústria capixaba (MACEDO, 2002).

Neste terceiro ciclo de desenvolvimento, houve a expansão de outras atividades econômicas que ganharam importância no contexto econômico local, mas que, no

³⁴Caçador e Grassi (2009) denominam este período de “diversificação concentrada”. Ou seja, o modelo de desenvolvimento industrial implantado no Espírito Santo, apesar de apresentar uma diversificação das atividades, é cada vez mais concentrado em segmentos produtores de *commodities* e, em menor grau, de produtos tradicionais.

entanto, permaneceram dependentes dos “grandes projetos” e, por consequência, da produção de *commodities*. Este processo aumentou e ampliou ainda mais com a intensificação das atividades petrolíferas, principalmente a partir dos anos 2000, e com a instalação de nova siderúrgica (CAÇADOR, 2008).

4.2.1 A economia capixaba nos anos 2000: a configuração do terceiro ciclo econômico

Ao longo da primeira década do século XXI, a economia espírito-santense apresentou um desempenho positivo, com resultados superiores aos registrados nacionalmente, embora parte deste crescimento estivesse atrelada à produção e à exportação das *commodities* (minério de ferro, aço, celulose, e, mais recentemente, petróleo e gás). Segundo o IJSN (2012), enquanto que o PIB brasileiro registrava uma taxa média de crescimento de 3,6%, o PIB capixaba cresceu a uma taxa média de 4,8%, nos anos 2000, uma participação no PIB nacional em torno de 2,2%, em 2010, o que representou a 11ª posição entre as economias estaduais.

Mas este movimento não se restringiu exclusivamente aos últimos anos. Conforme a tabela 21, a taxa média de crescimento do PIB capixaba apresentou uma média bem acima da observada para o Brasil. Apesar de uma queda no PIB, nos anos de 1980, o estado manteve um crescimento relativamente superior à média nacional, movimento este que continuou na década de 1990, no qual a economia atingiu um crescimento em torno de 3,9%.

Tabela 21 - Taxa média anual de crescimento do PIB, Espírito Santo e Brasil (1960-1990)

Variáveis	1960-1970		1970-1980		1980-1990		1990-2000	
	ES	BR	ES	BR	ES	BR	ES	BR
Agricultura	1,5	-0,5	9,3	8,1	-5,1	-0,5	6,1	0,7
Indústria	17,4	11,5	22,3	13,6	3,0	1,7	2,7	1,8
Terciário	10,6	8,8	7,5	7,5	1,5	2,5	4,3	1,1
Total	8,1	7,7	11,5	10,3	2,9	2	3,9	2,4

Fonte: Caçador (2008). Adaptado pelo autor.

Temos que ressaltar que, entre os anos de 1960 a 1990, o setor industrial capixaba cresceu a taxas superiores às da agricultura e ao setor terciário. No entanto, nos anos de 1990, houve uma inversão na lógica de crescimento entre os setores, tendo a agricultura uma taxa média de 6,1% e o setor terciário 4,3%, percentuais estes

superiores aos 2,7% da indústria. Assim, o que chama atenção foi a participação do setor agrícola, que saiu de uma taxa negativa de 5,1%, na década de 1980, para uma taxa positiva de 6,1%, na década de 1990.

Macedo (2002) salienta que o Espírito Santo deixou de crescer como vinha ocorrendo nos anos 1970, mantendo um crescimento médio nos anos 1990 bem próximo ao do observado na década anterior. No entanto, o autor esclarece que o desempenho da indústria extrativa capixaba, no período entre 1992 a 2000, ficou em segundo lugar em nível nacional, abaixo somente do Rio de Janeiro, que teve um bom desempenho e atingiu um expressivo crescimento - 140,3% - impulsionado pelo petróleo.

Enquanto que a exploração das jazidas de rochas ornamentais (mármore e granito), localizadas principalmente em Cachoeiro do Itapemirim, cresceram e se expandiram com a instalação de novas serrarias, inclusive no Sul do estado, a extração de petróleo caiu para 4% do total do valor da transformação industrial (VTI). Durante a década de 1990, o petróleo capixaba perdeu espaço no total da produção brasileira, passando de 2,1%, em 1991, para 1%, em 2000, em relação ao total da produção nacional (MACEDO, 2002). Situação esta que somente foi alterada nos anos 2000, quando aumentou a participação do Espírito Santo na extração de petróleo, proveniente da descoberta de novos campos de extração³⁵.

Ao passarmos para a análise do PIB capixaba, nos anos 2000, observamos que o estado teve grande destaque por apresentar uma taxa de crescimento acima da média nacional. Em termos médios, o período de 2002 a 2009 teve um crescimento médio de 4%, enquanto que a média nacional foi de 3,6%. Na tabela 22, percebe-se que a taxa anual de crescimento do estado saltou de 1,51% para 7,80%. No entanto, em

³⁵Campo marítimo de Jubarte (2001), com início da produção em 2002; campo de Cachalote (2002); os campos marítimos do Parque das Baleias (2002), denominados Baleia Franca, Anã, Azul e Jubarte, que iniciaram a produção de óleo leve em 2006; campo terrestre de Inhambu (2005); campo marítimo de Canapu (2005); descoberta de petróleo leve “pré-sal” no campo de Caxaréu (2006). Em 2006, houve a inauguração de diversos empreendimentos de infraestrutura, como a Estação de Fazenda Alegre, o Terminal Norte Capixaba, a Unidade de Tratamento de Gás de Cacimbas e a Plataforma de Peroá. Houve o lançamento do Plano de Antecipação da Produção de Gás (Plangás), favorecendo os projetos de produção e de logística de gás natural nas Bacias do Espírito Santo, Santos e Campos. Em 2007, entrou em operação o gasoduto Cacimbas-Vitória, assim como o navio-plataforma FPSO Cidade de Vitória, no campo de Golfinho. Em 2008, foram confirmadas duas novas descobertas nos reservatórios do pré-sal, com reservas estimadas entre 1,5 bilhão e 2 bilhões de barris de petróleo leve e gás natural no Parque das Baleias (PIRES, 2010).

2009 houve uma taxa negativa de 6,73%, que pode ser atrelada à crise econômica internacional e seus impactos no mercado interno capixaba. O que demonstra que a dependência no comércio internacional impacta diretamente na lógica de produção capixaba.

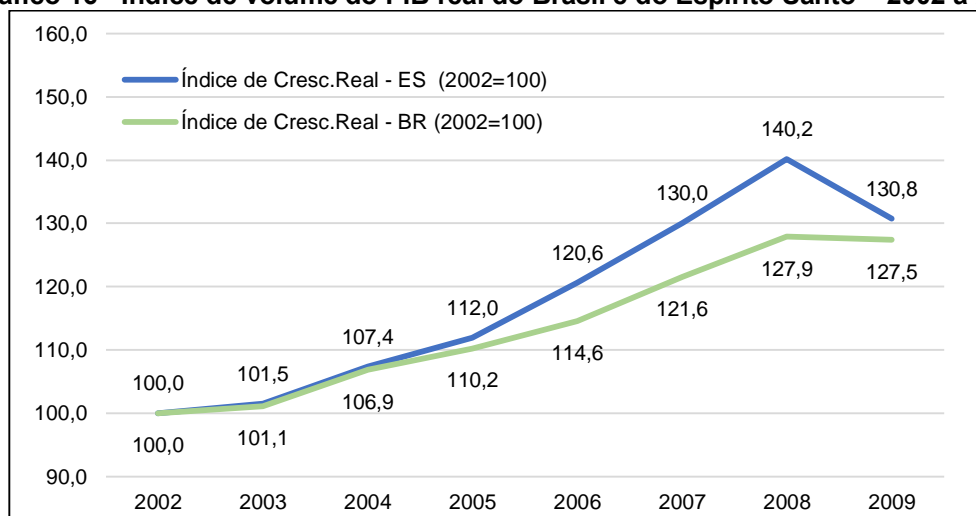
Tabela 22 - Relações entre o Produto Interno Bruto, a preços de mercado, no Espírito Santo e Brasil - 2002-2009

Ano	PIB ES (R\$ bilhões)	PIB Brasil (R\$ bilhões)	Taxa Anual Cresc. Real - ES %	Taxa Anual Cresc. Real - BR %
2002	26,76	1.477,82	-	-
2003	31,06	1.699,95	1,51	1,15
2004	40,22	1.941,50	5,77	5,66
2005	47,22	2.147,24	4,29	3,16
2006	52,78	2.369,48	7,70	3,96
2007	60,34	2.661,34	7,84	6,09
2008	69,87	3.032,20	7,80	5,17
2009	66,76	3.239,40	-6,73	-0,33

Fonte: IBGE. IJSN. Adaptado pelo Autor.

Para ilustrar este bom desempenho local, o gráfico 16 apresenta uma comparação entre o índice de crescimento real do PIB nacional e estadual. O desempenho capixaba foi acima do índice nacional para o período de 2002 a 2009, no entanto, em 2009, tanto a economia estadual como a nacional sofreram uma queda em relação a 2008, reflexo da crise econômica dos *subprimes* vivenciada pelas economias centrais. Mesmo diante deste cenário, a economia capixaba obteve um resultado superior (130,8), se compararmos ao índice nacional (127,5).

Gráfico 16 - Índice de volume do PIB real do Brasil e do Espírito Santo – 2002 a 2009



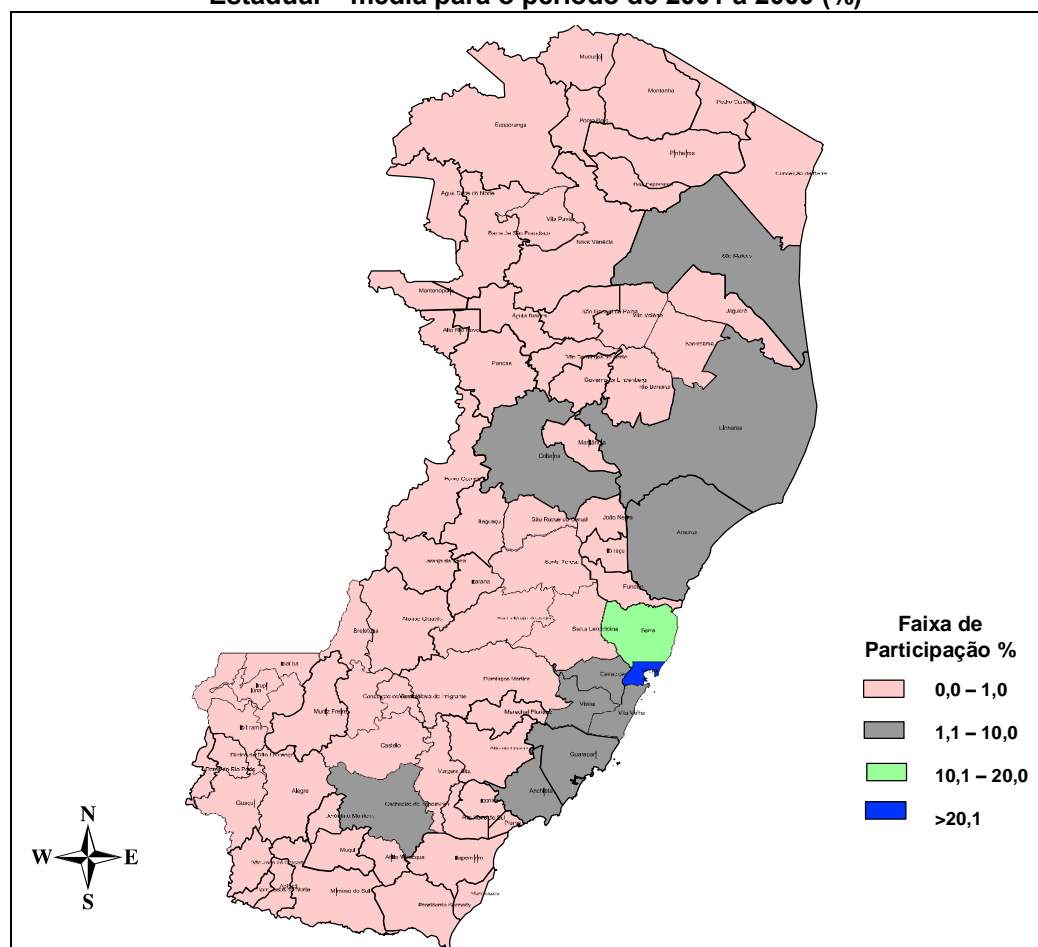
Fonte: IJSN. Adaptado pelo Autor.

A participação dos municípios capixabas no PIB estadual, portanto, demonstra uma desigualdade entre as regiões e a concentração da produção em determinadas localidades, principalmente nos municípios litorâneos. Na figura 2, por exemplo, observamos que 67 dos 78 municípios do Espírito Santo tinham uma participação em até 1% no PIB, o que representou 85,9% das localidades estaduais.

Outros 9 municípios (11,5%) expressaram uma participação na faixa de 1,1% a 10% no PIB estadual, enquanto que 1 cidade (1,3%) representou entre 10% a 20% e 1 cidade participou com uma média acima dos 20%. Assim, fica mais que evidente a heterogeneidade entre as regiões do estado, bem como seu caráter concentrador da produção e da riqueza, características estas de uma modelo de desenvolvimento desigual e de uma economia periférica, questões estas abordadas no capítulo II.

Mesmo apresentando um bom desempenho econômico, estes estavam concentrados principalmente nas regiões de Vitória (30,8%), Serra (16,3%) e Vila Velha (8,5%), que se constituíram ao longo dos tempos os principais centros econômicos do estado. Isso demonstra o poder de concentração da economia, que tinha em torno de 55,6% do PIB aglutinado em três cidades. Cabe ressaltar, ainda, que houve também uma centralização espacial das atividades produtivas nas localidades litorâneas do Espírito Santo, conforme a figura 2.

Figura 2 - Distribuição dos municípios do Espírito Santo, segundo participação no PIB Estadual – média para o período de 2001 a 2009 (%)



Fonte: IJSN. Elaboração do Autor.

Ao analisarmos o PIB capixaba em termos de sua divisão entre os setores econômicos, nos anos 2000, o que se percebe é que o setor primário³⁶ apresentou uma queda na participação, saindo de 8,2%, em 2002, para 6,8%, em 2009. No entanto, esse movimento teve variações ao longo do período, alcançando 9,5%, em 2006, e 6,8%, em 2008 e 2009, respectivamente. Porém, o que ficou evidente foi a baixa participação deste segmento, se compararmos aos demais setores econômicos.

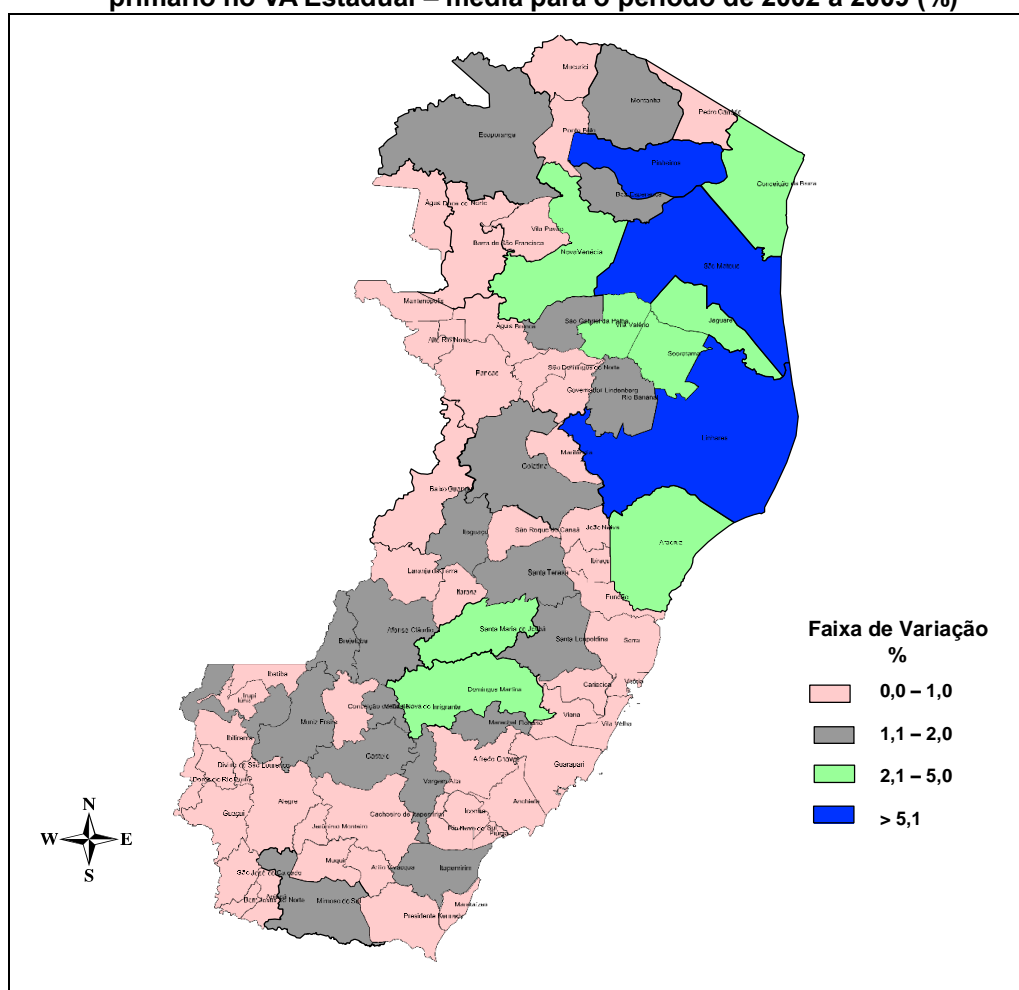
Para tanto, conforme a figura 3, houve uma concentração do valor adicionado (VA) do setor primário capixaba, no período analisado, em três regiões: Nordeste (25,6%), Rio Doce (15,6%) e Central Serrana (10,1%), o que representou uma média em torno de 51,3%. Em outras palavras, a produção primária espírito-santense, nos anos 2000, se

³⁶ Este setor engloba as atividades agrícolas, pecuária, pesca e extrativa vegetal (IJSN, acesso em 10 de fevereiro de 2015).

concentrou em aproximadamente 30 municípios, que tiveram uma representação média acima de 1%.

Ao se considerar a participação do setor primário no PIB estadual, este número se reduziu ainda mais entre os municípios com média acima dos 5% - para apenas 3 municípios -, no qual teve destaque os municípios de São Mateus (6,6%), Pinheiros (6,0%) e Linhares (5,6%).

Figura 3 - Distribuição dos municípios do Espírito Santo, segundo participação do setor primário no VA Estadual – média para o período de 2002 a 2009 (%)



Fonte: IJSN. Elaboração do Autor.

A participação do setor secundário³⁷ no PIB estadual teve uma média de 32,9%, com destaque para a indústria extrativa e de transformação (25,2%) e a construção (6,7%), que, juntas, representaram um percentual de 31,9% no setor econômico.

³⁷ Engloba as atividades da indústria extrativa, de transformação, construção civil e de prestação de serviços de utilidade pública (IJSN, acesso em 10 fev. 2015).

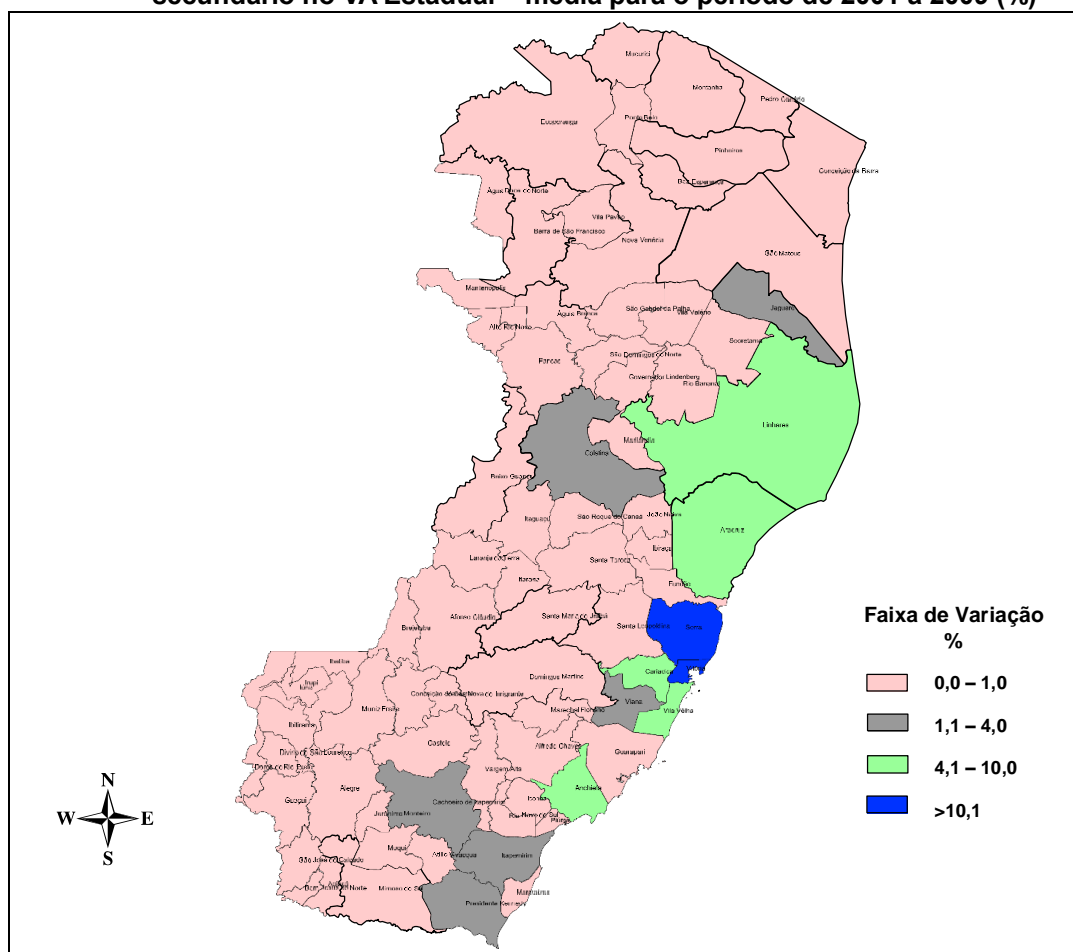
Entre os anos de 2000 e 2010, [...] pode-se observar que o setor secundário capixaba (Indústria Extrativa, Indústria de Transformação, Construção Civil e Serviços Industriais de Utilidade Pública – SIUP) experimentou um expressivo crescimento. Enquanto no início da série o setor respondia por +28,2% do VAB estadual, no ano 2010, o setor passou a responder por +36,0%. Por sua vez, a evolução do setor nacional em termos de participação no agregado nacional atingiu o maior valor em 2004 (+30,1%), retornando em 2010 a um patamar próximo ao verificado no início do período. O setor Agropecuário perdeu participação tanto em âmbito nacional quanto estadual, enquanto o setor de serviços manteve-se praticamente estável nas duas regiões (IJSN, 2012, p. 7).

Em termos da distribuição das atividades econômicas do setor secundário, conforme a figura 4, o Espírito Santo teve um alto grau de concentração, uma vez que a microrregião Metropolitana deteve 60,1% do total das atividades. De modo geral, apenas 13 municípios apresentaram uma participação média acima de 1%, estando estes, em sua maioria, localizados nas regiões litorâneas do estado, em virtude do perfil da produção.

Mesmo com a desvalorização cambial, surgida em meados de 1999, que elevou o preço das *commodities* internacionais e a alta demanda internacional por estes bens, a partir de 2002, não foram capazes de promover um crescimento que abarcasse o Espírito Santo em sua plenitude. Pelo contrário, os aumentos das exportações nacionais e capixabas contribuíram para que as empresas de grande porte - produtoras de *commodities* - ampliassem sua capacidade produtiva, sem, no entanto, promover uma pulverização destes investimentos nas demais localidades, muito menos numa diversificação setorial.

Desse modo, os investimentos ficaram centrados na ampliação das plantas produtivas já existentes e na instalação de atividades que atendessem às necessidades das mesmas. Esses aspectos foram essenciais, conforme argumenta Gomes (2008), para a especialização da economia capixaba na fabricação de bens intermediários e o seu bom resultado na taxa de crescimento dos anos 2000. Logo, isso demonstra o poder de concentração das atividades secundários em determinados municípios, entre eles: Serra (23,7%), seguido de Vitória (21,4%), Aracruz (8,7%) e Vila Velha (7,3%), que representaram, juntos, uma média de 61,7% do VA do estado.

Figura 4 - Distribuição dos municípios do Espírito Santo, segundo participação do setor secundário no VA Estadual – média para o período de 2001 a 2009 (%)

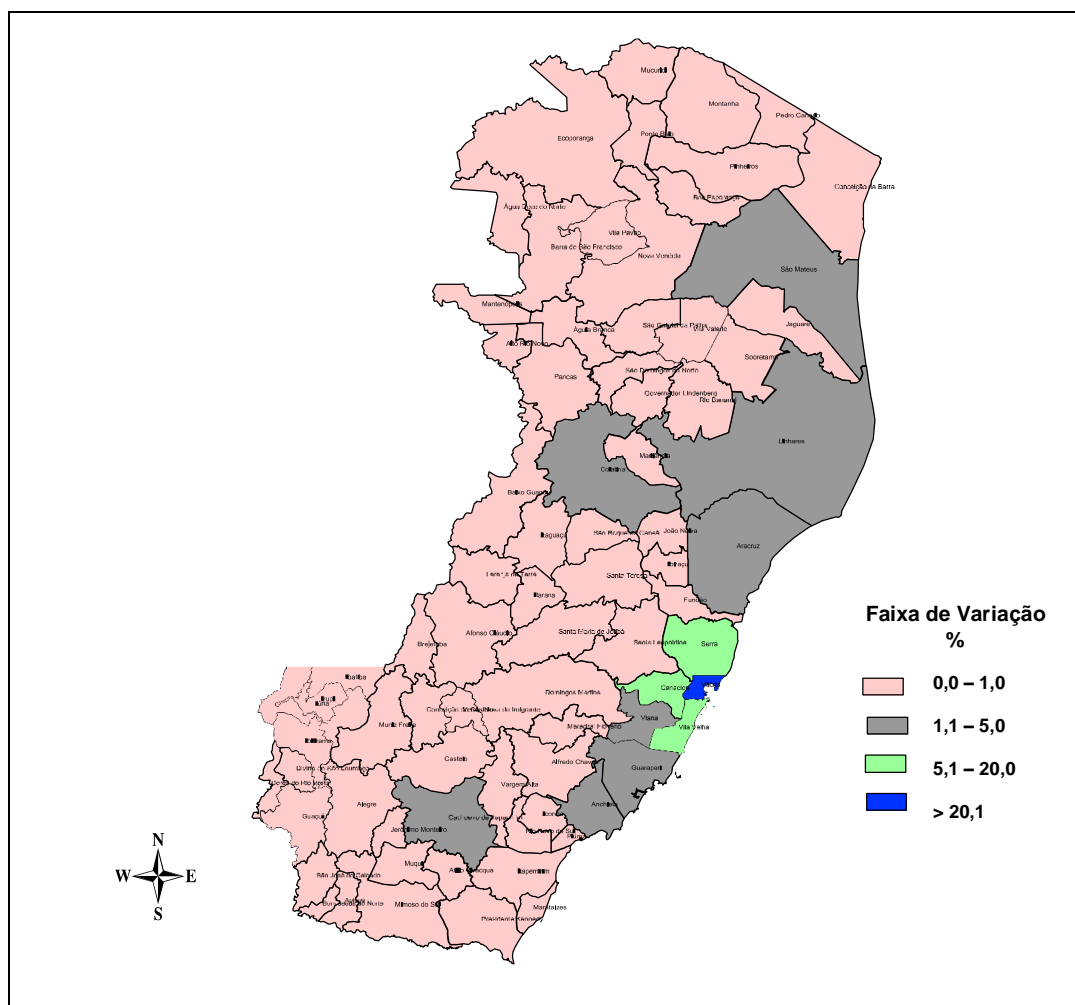


Fonte: IJSN. Elaboração do Autor.

Já o peso do setor terciário³⁸ na economia capixaba foi considerável, e constituiu um importante segmento de produção. Para o período de 2002 a 2009, o setor teve uma participação no VA entre 56% a 61%, saltando de 60,1%, em 2002, para 63,5%, em 2009. Entre as atividades com maiores destaques, estavam a administração, saúde e educação pública (12,9%), seguidas do comércio e de serviços de reparação e manutenção (14,1%), transporte, armazenagem e correio (14,1%) e atividades imobiliárias e aluguel (7,2%). Se somadas, essas quatro atividades representaram uma média de 42% de um total médio de 58,6%, para o setor terciário.

³⁸ Engloba as atividades de comércio, serviços de reparação e manutenção, serviços de alojamento e alimentação, transporte, armazenagem, correios, serviços de informação, intermediação financeira, seguros e previdência complementar, serviços prestados a empresas, atividades imobiliárias e aluguel, administração pública, saúde e educação mercantis (IJSN, acesso em 10 fev. 2015).

Figura 5 - Distribuição dos municípios do Espírito Santo, segundo participação do setor terciário no VA Estadual – média para o período de 2001 a 2009 (%)



Fonte: IJSN. Elaboração do Autor.

Outro ponto importante a se ressaltar foi a concentração das atividades na microrregião Metropolitana, que representaram 66,5% de um percentual médio de 58,6% do VA para o setor. Conforme a figura acima, em torno de 66 municípios capixabas participaram com um percentual médio de até 1% no VA. Enquanto isso, 11 municípios contribuíram com uma média entre 1% a 20% no VA, e apenas um município (Vitória) participou com um percentual acima dos 20%, com um percentual em torno de 31,8%.

Assim, percebemos que o terceiro ciclo de desenvolvimento econômico capixaba vem se consolidando na produção e exportação de *commodities*. Neste período, a grande novidade foi o crescimento econômico comandado pelo setor terciário, e não somente pelas atividades industriais, como em períodos anteriores (CAÇADOR, 2009).

Este caráter da economia estadual promoveu uma diversificação na estrutura produtiva, ao mesmo tempo em que ampliou a heterogeneidade interna do estado e a dualidade entre mercado externo – segmentos que possuem sua dinâmica subordinada ao comércio internacional – e o mercado interno – pequenas e médias empresas atreladas ao mercado interno (MACEDO, 2002).

Desse modo, prevalece a estrutura de uma economia desigual, dependente e subdesenvolvida, aspectos estes abordados no capítulo II e que reforçam as análises estruturalistas em relação ao modelo de desenvolvimento implementado no Brasil, e consequentemente no Espírito Santo. Ou seja, há uma sofisticação das estruturas produtivas, sem, contudo, romper com as características de uma economia periférica, com grande concentração de renda e dependente do comércio internacional.

4.3 A população ocupada no Espírito Santo, segundo a intensidade tecnológica

Passemos, a partir de agora, à inserção da população capixaba ocupada na indústria de transformação, segundo a classificação tecnológica da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)³⁹. Cabe destacar, ainda, que a classificação tecnológica da OCDE agrupa os setores da indústria de transformação conforme sua intensidade tecnológica: alta, média-alta, média-baixa e baixa (CAVALCANTI; DE NEGRI, 2014).

- **Alta intensidade tecnológica:** setores aeroespaciais; farmacêutico; de informática; eletrônica e telecomunicações; instrumentos;
- **Média-alta intensidade tecnológica:** setores de material elétrico; veículos automotores; química, excluído o setor farmacêutico; ferroviário e de equipamentos de transporte; máquinas e equipamentos;
- **Média-baixa intensidade tecnológica:** setores de construção naval; borracha e produtos plásticos; coque, produtos refinados de petróleo e de combustíveis

³⁹ A classificação tecnológica da OCDE foi registrada por Hatzichronoglou (1997), e corresponde a uma espécie de agregação dos setores econômicos em quartis de acordo com dados objetivos coletados sobre as empresas que os compõem (CAVALCANTI; DE NEGRI, 2014).

nucleares; outros produtos não metálicos; metalurgia básica e produtos metálicos;

- **Baixa intensidade tecnológica:** outros setores e de reciclagem, madeira, papel e celulose; editorial e gráfica; alimentos, bebidas e fumo; têxtil e de confecção, couro e calçados.

Esta forma de classificar a indústria de transformação, conforme o seu padrão tecnológico, nos permite observar a estrutura produtiva em um número relativamente reduzido de categorias, o que facilita a análise de um volume extenso de informações (CAVALCANTI; DE NEGRI, 2014).

A classificação por intensidade tecnológica é interessante para identificar algumas diferenças estruturais entre o padrão de esforços inovativos e de mudança tecnológica de países desenvolvidos e a daqueles em desenvolvimento. Nas nações desenvolvidas, a intensidade tecnológica descreve em geral a velocidade de deslocamento da fronteira tecnológica internacional. Nos países em desenvolvimento, essa intensidade descreve os esforços relativos aos que devem ser realizados no processo de transferência internacional de tecnologia (FURTADO; CARVALHO, 2005, p. 73).

No entanto, temos que frisar que a classificação da OCDE reflete o comportamento da indústria de transformação dos países centrais, o que seria, de alguma forma, o padrão de comportamento, para a indústria nacional, no que se refere à inserção tecnológica (FURTADO; CARVALHO, 2005). Esse aspecto não oculta, entretanto, as importantes diferenças estruturais com o padrão tecnológico do Brasil e, especificamente, do Espírito Santo.

Assim, Furtado e Carvalho (2005) propõem uma classificação alternativa para a indústria brasileira, para que sirva de ponto de partida para uma reflexão mais sistemática sobre as características estruturais que se diferem das trajetórias tecnológicas dos países centrais. Para os autores, a classificação tecnológica possui significados distintos em um país desenvolvido daqueles assumidos nas nações em desenvolvimento⁴⁰.

⁴⁰ A classificação proposta para o caso brasileiro se apoia nas cifras de intensidade em P&D como as da OCDE. As diferenças de intensidade intersetoriais que existem entre os quatro grandes grupos são muito menos acentuadas do que nos países desenvolvidos porque uma das características básicas dos esforços tecnológicos dos países em desenvolvimento é a sua maior homogeneidade (FURTADO; CARVALHO, 2005, p. 80).

[...] a classificação usada pela OCDE está apoiada no comportamento médio da indústria. Ela representa a dinâmica geral da fronteira tecnológica internacional. No entanto, [...], cada país desenvolvido se especializa em um pequeno número de indústrias, que variam caso a caso. Os países grandes possuem um maior número de setores em que se especializam do que os menores [...]. No caso de um país em desenvolvimento, deve-se esperar um menor nível médio de esforço tecnológico e um comportamento muito mais homogêneo entre os setores (FURTADO; CARVALHO, 2005, p. 80).

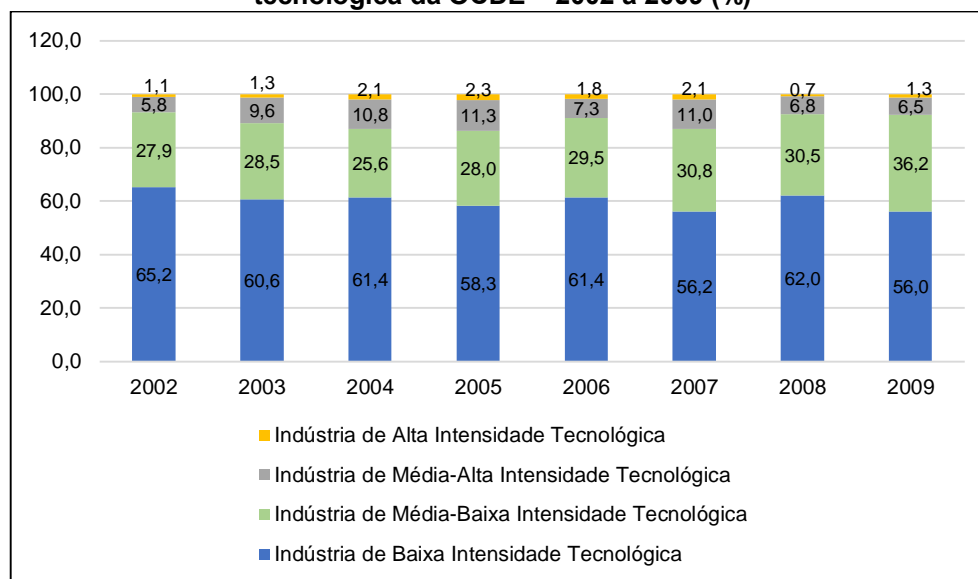
Desse modo, mesmo diante da problemática apresentada por Furtado e Carvalho (2005), optamos por utilizar a classificação tecnológica da OCDE com o objetivo de avaliar o grau tecnológico da indústria capixaba e, assim, observar a inserção da mão de obra no setor industrial.

Com base na Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), na associação entre classificações tecnológicas e setoriais proposta por Cavalcanti (2014) e nos dados da PNAD, estipulamos a PO na indústria de transformação do Espírito Santo, segundo a intensidade tecnológica da OCDE.

Nesse sentido, conforme o gráfico 17, observamos que uns percentuais significativos de trabalhadores no estado estavam inseridos na categoria de média-baixa e baixa intensidade tecnológica, com um percentual que variou entre 87% a 93% para os anos de 2002 a 2009. Quando analisamos as categorias de média-alta e alta intensidade tecnológica, o percentual de PO reduziu. Para o período de 2002 a 2009, a ocupação esteve entre 6% a 14%, bem abaixo das atividades classificadas como média-baixa e baixa intensidade tecnológica.

Mesmo apresentando um crescimento – 1,4%, na categoria de média-alta, e 2,4%, na alta -, este movimento não indica um deslocamento de trabalhadores dos setores de baixa inserção tecnológica para os setores de alta inserção tecnológica, dado que esse foi muito mais um reflexo da expansão econômica no estado e do aumento da PO verificado para o período.

Gráfico 17 - PO na indústria de transformação do Espírito Santo, segundo classificação tecnológica da OCDE – 2002 a 2009 (%)



Fonte: Microdados da PNAD. Elaboração do Autor.

Destarte, fica evidente que a heterogeneidade no Espírito Santo não foi alterada nos anos 2000, principalmente no que se refere à indústria de transformação e sua capacidade de inserção tecnológica. Mesmo com a ampliação das plantas dos “grandes projetos”, o estado não alterou o padrão de produção pautado em *commodities*, bem como manteve a grande demandante de mão de obra, na indústria de baixa intensidade tecnológica. Um outro aspecto a ser pontuado foi a inserção dos trabalhadores em ocupações de baixa remuneração.

Ao destacar a heterogeneidade entre países, percebe-se que as maiores diferenças ocorrem em alguns setores de média e alta intensidades tecnológicas (como as indústrias farmacêutica, de instrumentação, de computação e automobilística), que são atribuídas à especialização produtiva. A maior intensidade tecnológica indica a existência de uma sólida indústria que se apoia em importantes grupos locais. O caso contrário sinaliza uma indústria local menos forte e, em certos casos, com presença marcante de filiais de empresas multinacionais (FURTADO; CARVALHO, 2005, p. 73).

No entanto, temos que ressaltar que estes aspectos não significaram uma estagnação da economia capixaba, porém, dentro do debate de desenvolvimento apresentado no capítulo II, esse crescimento não conseguiu romper com a heterogeneidade estrutural, uma vez que, ao perpetuar a lógica produtiva vigente até os anos de 1990, o estado permaneceu num modelo de industrialização dependente, e que tende a repor a si mesmo sob novas formas. Conforme argumenta Zullo (2014, p.13), “[...] O próprio desenrolar desse processo, associado às mudanças que se processam no âmbito

mundial do capitalismo, reproduz e coloca em novos termos a heterogeneidade estrutural”.

[...] Essas diferenças se refletem em rendimentos muito desiguais entre os trabalhadores e entre o capital e o trabalho. Como consequência, a permanência de uma elevada proporção de ocupados em atividades de produtividade muito baixa constitui o principal obstáculo para a superação da pobreza, dado que seus rendimentos são insuficientes para satisfazer as necessidades básicas, ao mesmo tempo que possuem um reduzido acesso às redes de proteção social. Assim sendo, a HE pode ser considerada como elemento constituidor da base das marcantes desigualdades de produtividade, da renda e do tipo de relações de trabalho que caracterizam o funcionamento do mercado de trabalho (NOGUEIRA; INFANTE; MUSSI, p. 340).

Ao compararmos a indústria de transformação capixaba com a paulista, em termos de inserção tecnológica, o que se percebeu é que, em São Paulo, o percentual de ocupados na faixa de média-alta e alta inserção tecnológica foi superior à capixaba, com uma média de 30% da PO inserida nestes setores industriais. Portanto, houve um crescimento médio de 2,7% na categoria de média-alta intensidade tecnológica, enquanto que a faixa de alta tecnologia apresentou uma queda de 2,6%.

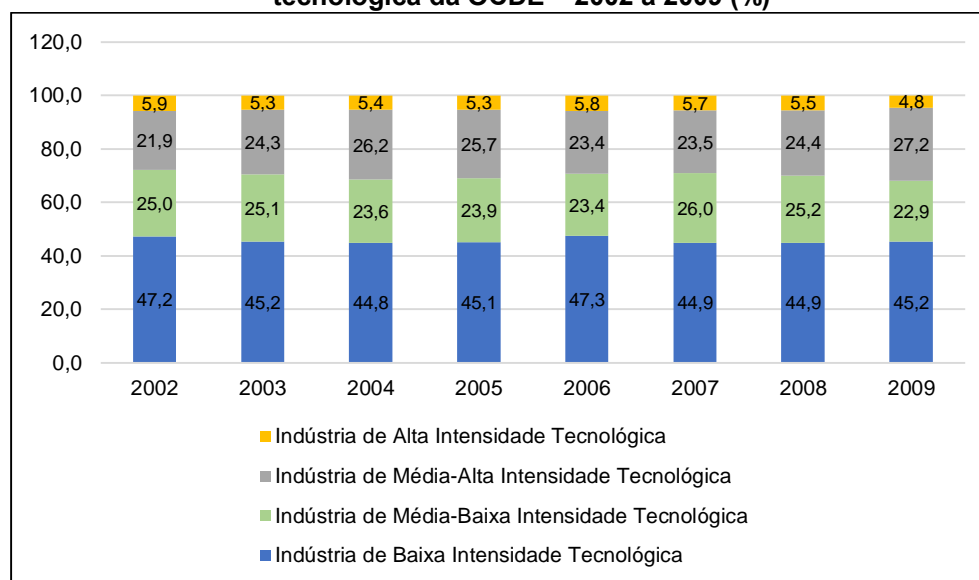
Entretanto, pelos dados apresentados, em torno de 45,6% da PO estavam inseridas na indústria de baixa intensidade tecnológica, segundo o gráfico 18. Ou seja, mesmo apresentando um percentual considerável de pessoas inseridas em setores que demandam maiores tecnologias, o estado manteve a heterogeneidade no que se refere à inserção tecnológica, característica esta de uma economia periférica e dependente.

Nesse sentido, ao observarmos a desigualdade estrutural em São Paulo, principal centro econômico do nosso país, percebe-se que o Espírito Santo detém uma estrutura muito mais desigual e calcada na indústria de baixa inserção tecnológica e na especialização de *commodities*. Logo, mesmo num processo de ampliação das plantas industriais existentes, e estando naquilo que Cacador (2008) denomina de terceiro ciclo econômico, o Espírito Santo - e o Brasil, como um todo -, manteve uma estrutura distinta dos países centrais, no que se concerne à intensidade tecnológica.

Apesar do seu porte, os esforços tecnológicos da indústria brasileira seguem um padrão sensivelmente distinto daquele dos países desenvolvidos. Os setores de alta tecnologia, pela classificação da OCDE, têm menor expressão nesse quesito, em comparação com os dos países centrais. Eles formam um

conjunto que não se destaca significativamente nem em termos proporcionais nem em intensidade tecnológica com relação aos demais setores da indústria (FURTADO; CARVALHO, 2005, p. 80).

Gráfico 18 - PO na indústria de transformação do São Paulo, segundo classificação tecnológica da OCDE – 2002 a 2009 (%)



Fonte: Microdados da PNAD. Elaboração do Autor.

Ao passarmos para os dados referentes ao rendimento do trabalhador capixaba na indústria de transformação, segundo a intensidade tecnológica, o que se observou foi a concentração dos trabalhadores na faixa de até três salários-mínimos nas seguintes três categorias: média-alta, média-baixa e baixa intensidades tecnológicas.

Em relação à categoria de alta intensidade tecnológica, devido ao tamanho da amostra, não foi possível estabelecer a divisão por rendimentos, mas podemos perceber que o percentual de ocupados foi baixo, se comparamos aos demais setores. Outrossim, o que chama atenção é o fato de que quanto menor a intensidade tecnológica maior será a concentração na faixa de rendimento mais baixo, tornando-se um aspecto característico de uma economia periférica, pautada na produção de *commodities*.

Desse modo, ao analisarmos a indústria de transformação, podemos dizer que a mão de obra capixaba estava inserida nos ramos de baixa intensidade tecnológica e, conseqüentemente, nas faixas de rendas mais baixas, conforme aponta a tabela 23. Temos que ressaltar, ainda, que a indústria de transformação é apenas um recorte da

economia capixaba, mas que já nos serve de termômetro para a compreensão da estrutura econômica, principalmente por de ter sido, a partir dos anos de 1960, o grande dinamizador da economia local, enfim.

Por isso, ainda que a economia brasileira e, especificamente, a capixaba tenham se constituído de forma mais complexa na atualidade, podemos pensar numa heterogeneidade que classifica, de um lado, uma grande concentração de PO em trabalhos cujas faixas de rendimentos são baixas e, de outro, setores de altas intensidades tecnológicas relacionadas à produção para os mercados interno e externo e que empregam uma quantidade menor de trabalhadores e melhor remunerados (ZULLO, 2014). Estrutura econômica apontada no capítulo II, ao tratarmos dos projetos de desenvolvimento implementados no Brasil com vista à industrialização.

Tabela 23 - PO na indústria de transformação do Espírito Santo, segundo classificação tecnológica da OCDE e rendimento mensal – 2002 a 2009 (%)

Categoria	Classes	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Indústria de Alta Intensidade Tecnológica	Até 3 salários mínimos	X	X	X	X	X	X	X	X
	Entre 3 a 5 salários mínimos	X	X	X	X	X	X	X	X
	Mais de 5 salários mínimos	X	X	X	X	X	X	X	X
	Total	0	0	0	0	0	0	0	0
Indústria de Média-Alta Intensidade Tecnológica	Até 3 salários mínimos	61,9	75,7	58,7	61,2	84,8	77,1	67,9	82,8
	Entre 3 a 5 salários mínimos	X	X	28,3	X	X	X	X	X
	Mais de 5 salários mínimos	X	X	X	X	X	X	X	X
	Total	61,9	75,7	87,0	61,2	84,8	77,1	67,9	82,8
Indústria de Média-Baixa Intensidade Tecnológica	Até 3 salários mínimos	78,2	70,0	82,6	75,2	72,9	74,1	74,4	80,2
	Entre 3 a 5 salários mínimos	11,9	10,9	X	11,6	15,0	14,1	14,4	10,5
	Mais de 5 salários mínimos	X	18,2	12,8	12,4	11,3	X	10,4	8,6
	Total	90,1	99,1	95,4	99,2	99,2	88,1	99,2	99,4
Indústria de Baixa Intensidade Tecnológica	Até 3 salários mínimos	83,5	81,6	84,7	87,7	88,8	85,8	84,6	89,6
	Entre 3 a 5 salários mínimos	7,2	4,7	6,5	6,0	4,3	6,1	5,1	5,6
	Mais de 5 salários mínimos	5,5	6,8	5,0	4,8	4,7	X	5,5	X
	Total	96,2	93,2	96,2	98,4	97,8	91,9	95,3	95,2

Nota 1: (X) dados restritos devido ao pequeno número de observações na amostra.

Nota 2: Valor do rendimento mensal em dinheiro expresso em classes do salário mínimo vigente no mês de referência da pesquisa da PNAD.

Fonte: Microdados da PNAD. Elaboração do Autor.

No caso da indústria capixaba, esta característica permaneceu e não se rompeu com o modelo de desenvolvimento instituído. Assim, para além de uma estrutura produtiva dual, o estado apresentou uma concentração espacial da produção e, também, populacional principalmente na Região Metropolitana, como já apresentado no tópico acima.

Outro ponto a ser considerado foi a concentração de setores modernos em algumas poucas regiões dos territórios nacional e estadual, dado que esta condição estrutural se configura numa desigualdade regional muito grande, na qual a concentração da renda se torna um elemento motivador das migrações internas nas UFs e entres as diversas regiões do país (ZULLO, 2014). Estes movimentos migratórios, entre os estados brasileiros, foram observados no capítulo III, principalmente, quando abordamos o IEM e demonstramos que persiste no país um movimento populacional constante e no qual a maior parte dos estados se concentram na área de rotatividade migratória.

Se observarmos a ocupação na indústria de transformação em São Paulo - principal centro econômico do país - e o rendimento, segundo a classificação tecnológica, denota-se que a maior parte dos trabalhadores estava inserida na faixa salarial de até três salários mínimos, conforme tabela 24. Porém, diferentemente do Espírito Santo, aquele estado apresentou um movimento de ocupação nas maiores faixas de renda dos setores de média-alta até alta intensidade tecnológica. Logo, quanto maior a intensidade tecnológica maior foi a PO nas faixas acima de cinco salários mínimos, configurando um movimento inverso ao observado no Espírito Santo.

Tabela 24 - PO na indústria de transformação do São Paulo, segundo classificação tecnológica da OCDE e rendimento mensal – 2002 a 2009 (%)

Categoria	Classes	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Indústria de Alta Intensidade Tecnológica	Até 3 salários mínimos	42,3	42,5	40,3	57,2	50,2	53,7	59,2	61,4
	Entre 3 a 5 salários mínimos	15,4	21,2	25,7	16,5	17,0	18,5	16,4	14,4
	Mais de 5 salários mínimos	42,3	36,2	34,0	26,3	32,8	27,8	24,3	24,2
	Total	100	100	100	100	100	100	100	100
Indústria de Média-Alta Intensidade Tecnológica	Até 3 salários mínimos	46,3	47,1	45,3	53,1	56,8	56,9	58,0	61,9
	Entre 3 a 5 salários mínimos	23,3	25,5	28,9	23,1	20,9	21,1	21,7	21,0
	Mais de 5 salários mínimos	30,4	27,4	25,8	23,8	22,3	22,0	20,4	17,1
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Indústria de Média-Baixa Intensidade Tecnológica	Até 3 salários mínimos	57,9	62,4	61,7	66,6	73,4	70,6	71,6	73,6
	Entre 3 a 5 salários mínimos	22,9	22,0	22,8	18,2	13,6	15,6	18,4	16,2
	Mais de 5 salários mínimos	19,1	15,6	15,5	15,2	13,0	13,8	9,9	10,3
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Indústria de Baixa Intensidade Tecnológica	Até 3 salários mínimos	73,7	73,0	73,3	81,3	81,5	81,1	81,1	82,2
	Entre 3 a 5 salários mínimos	13,3	14,6	17,1	11,1	9,3	11,0	10,8	11,2
	Mais de 5 salários mínimos	13,1	12,5	9,6	7,7	9,3	7,8	8,2	6,7
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Nota 1: Valor do rendimento mensal em dinheiro expresso em classes do salário mínimo vigente no mês de referência da pesquisa da PNAD.

Fonte: Microdados da PNAD. Elaboração do Autor.

Se levarmos em consideração que a indústria de transformação capixaba agrega a maior parte dos trabalhadores nas faixas mais baixas de rendimentos e nas atividades de baixa intensidade tecnológica, que a economia tem suas bases na produção e exportação de *commodities* e que persistiu a concentração industrial e do PIB em determinadas regiões, podemos dizer que a estrutura capixaba é heterogênea e segue um modelo de desenvolvimento que foi determinado pela divisão internacional do trabalho aos países periféricos.

A maior parte dos países da América Latina e do Caribe tem uma estrutura econômica marcada pela heterogeneidade produtiva, na qual coexistem atividades produtivas de ponta, que se encontram na fronteira tecnológica mundial, com outras que utilizam práticas e tecnologias atrasadas e que, com seus níveis de produtividade do trabalho extremamente baixos, concentram a maior parte do emprego. Essas grandes diferenças de produtividade se manifestam entre setores e no interior deles, assim como entre distintos tamanhos de empresas e de regiões dentro dos países. Assim, a HE se reflete não somente na desigualdade de produtividades entre setores e empresas de diferentes dimensões, mas também na distinta capacidade de ação e reação dos agentes produtivos em diferentes mercados e nas assimetrias desses diversos agentes em suas respostas, diante da instabilidade da atividade econômica e dos macropreços (NOGUEIRA; INFANTE; MUSSI, 2014, p. 340).

4.4 Exportação e importação no Espírito Santo, segundo a intensidade tecnológica

A abertura comercial e financeira e a valorização cambial que ocorreu nos anos 1990 impactaram diretamente no comportamento das importações brasileiras, elevando-as a um patamar superior às exportações, o que resultou em sucessivos déficits comerciais⁴¹. No entanto, a desvalorização do Real, em 1999, associado à aceleração do comércio internacional a partir de 2002 e a demanda chinesa por *commodities*, elevaram as exportações brasileiras, como um todo, e estimulou, especialmente, as regiões nas quais a produção estava especializada em semielaborados, como foi o caso do Espírito Santo (GOMES, 2008).

Nesse sentido, o Espírito Santo apresentou uma performance no comércio internacional superior à do Brasil, nos anos 1990. Neste período, as exportações do

⁴¹ Entre 1989 e 2006, as exportações brasileiras saltaram de um nível de pouco mais de US\$ 30 bilhões para mais de 130 bilhões de dólares (valores correntes). As importações tiveram o mesmo comportamento, no entanto, cresceram, inicialmente, a um compasso bem mais acelerado (GOMES, 2008, p. 75).

estado cresceram 1,6% e as importações, 4,1%, ao ano, enquanto que, no Brasil, elas apresentaram um crescimento médio de 1,3% e 2,4%, respectivamente (CAÇADOR, 2008).

O Espírito Santo aumentou progressivamente sua participação no total das exportações e importações brasileiras. As exportações cresceram em função dos *Grandes Projetos*, produtores de semielaborados para o mercado externo, principalmente nos anos 80. As importações, sobretudo nos anos 90, graças à abertura comercial e às condições operacionais de seus portos e do instrumento FUNDAP (MACEDO, 2002, p. 99).

A forte ligação da economia capixaba com o exterior imprimiu uma trajetória progressivamente menos dependente da dinâmica nacional, o que foi estabelecido, fundamentalmente, por dois pilares: uma plataforma de exportação de semielaborados e um sistema logístico e de infraestrutura, localizado principalmente na RMGV, e especializados na importação e, na maioria das vezes, na revenda de bens as demais regiões brasileiras (GOMES, 2008).

Contudo, devemos ressaltar que a pauta de exportações não reflete apenas os produtos oriundos das empresas capixabas, pois, como bem ressalta Gomes (2008), os investimentos realizados em infraestrutura, especialmente na logística e no transporte, permitiram ao estado escoar por meio de seus portos, os bens produzidos por todo o corredor Centro-Leste, que engloba o Centro-Oeste, Bahia e Minas Gerais.

Ratificamos estas informações, pois o estudo do conteúdo tecnológico dos produtos exportados e importados⁴² implica não somente a economia capixaba, mas a de outras regiões do país que se utilizaram da estrutura logística estadual para o comércio internacional.

[...] há um “saldo” considerável entre as exportações realizadas pelos portos capixabas e as exportações de suas empresas. Esse “saldo” representa, portanto, os produtos escoados pelos portos espírito-santenses cuja origem advém de outras regiões do Brasil. Entretanto, fazendo-se a relação “B/A” (ou seja, exportações das empresas capixabas / exportações dos portos capixabas), foi possível perceber o aumento de participação das empresas capixabas no total exportado pelos portos do estado, de 47,2% para 53,4%, indicando, portanto, o crescimento das exportações estaduais e a importância

⁴² Quanto às importações espírito-santenses, há que se fazer uma importante ressalva. Devido à concessão do benefício fiscal do FUNDAP, a entrada de mercadorias pelo porto de Vitória foi estimulada [...] o que superestimou as importações totais efetivamente feitas pelo estado, pois, na realidade, a maior parte delas tinha como destino final outros estados e regiões, e não propriamente o território capixaba (GOMES, 2008, p. 90).

crescente de sua infraestrutura logística e portuária no comércio exterior brasileiro (GOMES, 2008, p. 84).

Mesmo considerando que o total dos produtos exportados e importados não se restringiu à economia capixaba, julgamos ser fundamental a análise do conteúdo tecnológico destes produtos como forma de confirmar, ou não, o diagnóstico inicial de que o estado do Espírito Santo estrutura sua economia numa desigualdade entre os setores de alto e baixo graus tecnológicos.

Assim, tendo como base a classificação de setores industriais em categorias de intensidade tecnológica, fornecida pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), foi-se possível classificar as exportações e importações capixabas, já que ela discrimina os produtos exportados por um país ou região em dois grandes grupos: produtos industrializados⁴³ e produtos não industrializados (MAGALHÃES; TOSCANO, 2012).

[...] Esta classificação é elaborada de acordo com o nível relativo de dispêndio dos setores em atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico (P&D). No caso da classificação da OCDE, os produtos são relacionados à classificação internacional de setores econômicos denominada “Classificação Padrão Industrial Internacional de Atividades Econômicas” (MAGALHÃES; TOSCANO, 2012, p. 14).

No entanto, temos que ressaltar que as classificações das atividades econômicas, elaboradas internacionalmente, possuem diferenças com relação à classificação nacional, na qual se predomina a CNAE. Assim, conforme apresentam Magalhães e Toscano (2012), foi necessário um procedimento de compatibilização entre os setores das economias nacional e internacional.

Esta adaptação só foi possível a partir de tradutores disponibilizados pela Comissão Nacional de Classificação (CONCLA), o que, segundo Magalhães e Toscano (2012), torna possível relacionar as classificações dos setores de atividade econômica internacional (ISIC-Rev.3) e nacional (CNAE). Dessa maneira, foi possível relacionar a classificação tecnológica baseando-se na Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) à CNAE e, conseqüentemente, à classificação internacional de intensidade tecnológica, uma vez que tais informações que estão disponíveis no IBGE.

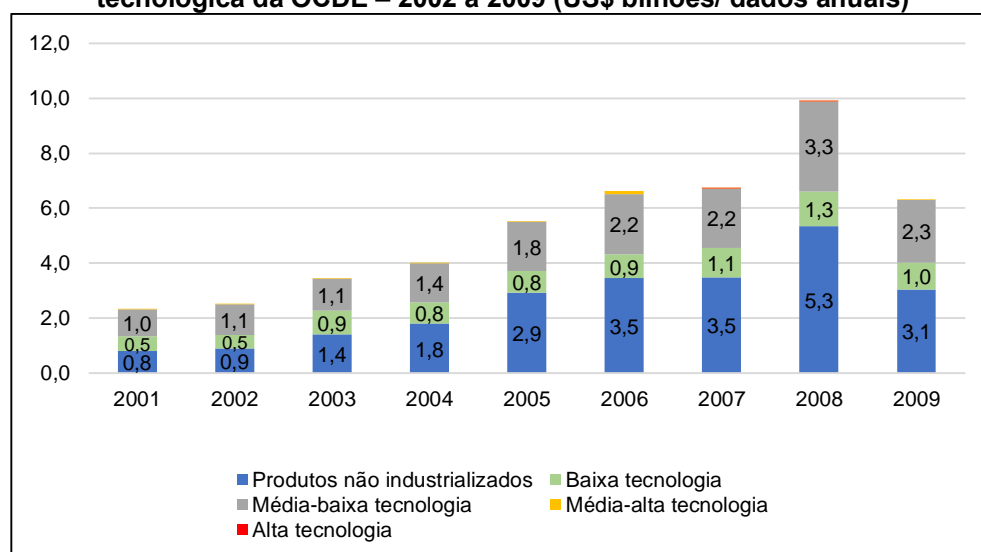
⁴³ Os produtos industrializados, se distinguem em quatro classes de produtos, segundo a intensidade tecnológica: “alta”, “média-alta”, “média-baixa” e “baixa”.

Partindo desse pressuposto, ao observarmos a dinâmica da exportação capixaba nos anos 2000, à primeira vista, salta-nos aos olhos uma predominância de produtos não industrializados - média de 45,2% - ou com média-baixa tecnologia - média de 34,9% -, o que representaram juntas um total parcial em torno de 80,1% das exportações ao longo do período de 2001 a 2009, segundo o gráfico 19.

Adicionalmente, notou-se um aumento da participação de produtos sem conteúdo tecnológico nas exportações estaduais, que passaram de 33,8%, no ano de 2001, para 46,9%, em 2009, com uma taxa média de crescimento de 3,7% no período. Portanto, os produtos com baixa tecnologia representaram um total de 17,1% no período, o que reforça nosso argumento de que uma economia especializada na produção de *commodities* e com baixa inserção tecnológica se faz crível.

Outro ponto a ser mencionado é a quase inexistência de produtos exportados com média-alta tecnologia, cuja participação na pauta de exportações não passou de 0,01%, se observados nos anos de 2007 e 2008. Porém, houve um crescimento médio em torno de 6,4% nas exportações de produtos classificados com a categoria média-alta tecnologia, mas que representaram um percentual médio de 0,3% das exportações no período; percentual este muito baixo, se compararmos com o total das exportações capixabas.

Gráfico 19 - Principais produtos exportados pelo Espírito Santo segundo classificação tecnológica da OCDE – 2002 a 2009 (US\$ bilhões/ dados anuais)

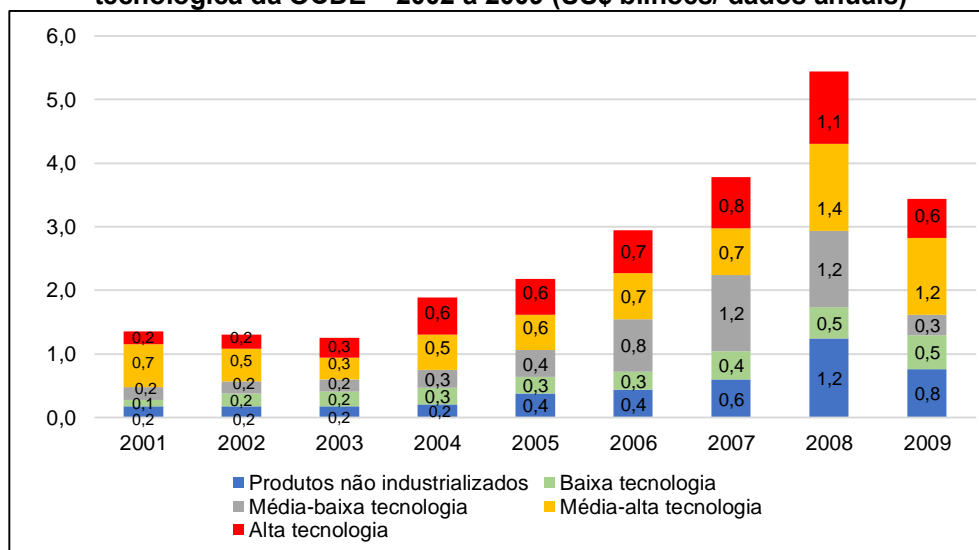


Fonte: IBGE; SECEX/MDIC; Magalhães e Toscano (2012). Elaboração do Autor.

Ressaltamos que, os dados sobre a exportação e importação corresponderam aos cem principais produtos da pauta comercial. Assim, destacamos que os dados sobre a exportação representam uma média em torno de 98% do total de produtos exportados, enquanto que as importações representaram uma média em torno de 47% do total de produtos importados. Porém, esse percentual, nas importações, não inviabiliza a análise de sua composição, já que os dados mostram o peso que os produtos com média-alta tecnologia e alta tecnologia tem na pauta de importação.

Desse modo, no gráfico 20, apresentamos a composição tecnológica das importações capixabas. Percebe-se que, ao contrário das exportações, os produtos com alta tecnologia (média de 13%) e média-alta tecnologia (média de 18%), representaram um total médio em torno de 31,3% das importações nos anos 2000. Ou seja, exportamos bens com baixa inserção tecnológica e importamos produtos com alto grau tecnológico. Somente em termos de importação de produtos com alta tecnologia, entre 2001 a 2009, houve um crescimento médio de 3,6%.

Gráfico 20 - Principais produtos importados pelo Espírito Santo segundo classificação tecnológica da OCDE – 2002 a 2009 (US\$ bilhões/ dados anuais)



Fonte: IBGE; SECEX/MDIC; Magalhães e Toscano (2012). Elaboração do Autor.

Ao longo do período analisado, houve um crescimento tanto dos produtos de baixa tecnológica - média de 9,5% - como dos produtos não industrializados – média de 7,9%. Todavia, este movimento não significou uma mudança estrutural na econômica; pelo menos é o que podemos concluir aos analisarmos a balança comercial capixaba, nos anos 2000, dentro da qual ainda se persiste a lógica na produção de bens voltados

para o mercado externo e com baixa inserção tecnológica, o que nos remete ao debate cepalino, no capítulo II, sobre o modelo de desenvolvimento brasileiro e o grau de dependência às economias centrais.

[...] apreende-se a importância do estado como porta de entrada para parcela considerável das importações dos demais estados, uma vez que esses produtos são, em sua maioria, de média ou alta intensidade de tecnologia e não constam de modo expressivo da produção de sua estrutura industrial. Isso demonstra, portanto, a abertura dessa economia ao exterior, justificada pelo volume significativo das exportações e importações em relação ao PIB estadual, confirmando-se, assim, o peso dessas atividades nessa economia (GOMES, 2008, p. 92).

Desse modo, as elevadas diferenças de produtividade que existem entre setores, dentro dos setores e entre as empresas, se combinadas com a concentração do emprego em estratos de produtividade relativamente baixas, caracterizam a heterogeneidade estrutural. Enquanto que as economias centrais inovam e difundem tecnologia em seu processo produtivo, as economias periféricas não são capazes de absorver, imitar, adaptar e inovar a partir das melhores práticas internacionais os setores produtivos, ficando à mercê dos centros econômicos (GRAMKOW, 2013).

Dada a especificidade das exportações capixabas, a dependência econômica no comércio internacional e o tipo de inserção externa, podemos, então, compreender o modelo de desenvolvimento econômico atual que impede o avanço e a distribuição de renda. Como já mencionado, o tipo de inserção da economia capixaba - nos mercados nacional e internacional - foi constituído numa condição subordinada e periférica, não rompendo os laços de uma estrutura desigual que se constituiu aos longos dos anos.

Isso posto,

Pelo lado das importações, tem-se uma economia essencialmente dependente da obtenção de bens e serviços com alto teor tecnológico no mercado externo. Ainda, se se tem em mente o pressuposto de que o progresso técnico é mais intenso na indústria do que nas atividades primárias (e, mais do que isso, ele é mais intenso quanto maior a sofisticação tecnológica e organizacional do ramo da indústria, onde em geral os países latino-americanos não têm condições de operar), resulta que a periferia padece de uma desvantagem com relação à geração e incorporação de progresso técnico. Assim, o tipo de inserção externa latino-americano é distinguido por características estruturais da pauta de exportação e da pauta de importação. Por um lado, detém-se uma pauta de exportação fortemente concentrada em bens cuja elasticidade-renda da demanda é reduzida, cujo dinamismo tecnológico é baixo e cuja capacidade de estabelecer preços é pequena. Por outro lado, a pauta de importação está concentrada em bens cuja elasticidade-renda da demanda é elevada, cujo dinamismo tecnológico

é alto e cuja capacidade de estabelecer preços é grande. (GRAMKOW, 2013, p. 3).

De acordo com os resultados contidos na tabela 25, nota-se que, entre os principais produtos da pauta de exportação, são destacáveis o minério de ferro (39,4%), os produtos semimanufaturados de ferro/aço (16,7%), a pasta química de madeira (13,8%) e o café em grãos (6%). Já os demais produtos da pauta exportadora apresentaram uma participação relativamente pequena, pois variaram entre 1% e 6%.

Tabela 25 - Principais produtos exportados pelo Espírito Santo – 1996 a 2010

Ranking	Mercadoria	Valores (US\$ bilhões)	Participação (%)
1	Minério de ferro aglomerado (pellets)	28,9	39,4
2	Outros produtos semimanufaturados de ferro/aço	12,2	16,7
3	Pasta química de madeira (celulose)	10,1	13,8
4	Café em grão	4,4	6,0
5	Outros granitos trabalhados (mármore e granito)	3,3	4,6
6	Produtos semimanufaturados de outras ligas de aço	1,8	2,5
7	Outros laminados de ferro/aço	1,1	1,5
8	Minérios de ferro não aglomerados e seus concentrados	1	1,3
9	Outros tubos flexíveis de ferro ou aço	0,9	1,3
10	Óleos brutos de petróleo	0,9	1,2
11	Outros	8,7	11,8
Total		73,3	100,0

Fonte: Magalhães e Toscano (2012).

Conforme Gomes (2008), a evolução das principais cargas exportadas pelos portos e terminais capixabas, no período de 1997 a 2003, foram:

[...] celulose (principalmente pelo porto de Barra do Riacho – Portocel, chegando a 2003 a quase 3 milhões de toneladas), madeiras, produtos siderúrgicos, minério-de-ferro (em pó), e também em pellets (principalmente Terminal de Tubarão, Praia Mole e Terminal de Ponta de Ubu), carvão, coque, ferro gusa e mármore/granito em blocos (basicamente por meio do Porto de Vitória). Pelo Terminal de Tubarão, foram exportados outros produtos: soja em grãos e em farelo, fertilizantes e trigo, provenientes do corredor Centro Leste cujos estados escoaram parcialmente sua produção pela infraestrutura rodo-ferro-portuária estadual (GOMES, 2008, p. 95).

Em relação à evolução dos principais produtos importados pelos portos e terminais capixabas, no período 1997 a 2003, destacaram-se:

[...] os fertilizantes (tanto pelo porto de Tubarão quanto pelo de Vitória, no qual a soma de ambos totalizou em 1998 mais de 500 mil toneladas e em 2003 essa quantidade quase se duplicou), carvão e coque, pelo porto da Praia Mole, e trigo e automóveis por Vitória, caracterizando, a relevância desse estado na importação de suas mercadorias, que, em razão da valorização do câmbio após 2002, fora perdendo participação, principalmente nesses dois últimos bens (GOMES, 2008, p. 95).

Assim, Magalhães e Toscano (2012), apontam que a pauta de exportação do Espírito Santo se caracterizou principalmente em exportar produtos básicos e intermediários. Desse modo, os autores destacam que existem consideráveis diferenças entre as exportações e importações estaduais em termos de conteúdo tecnológico, o que pode vir a comprometer o desempenho do setor externo a longo prazo.

No entanto, consideramos que estas características são resultados do modelo de desenvolvimento instituído no estado. Desse modo, a heterogeneidade estrutural, a especialização e a exportação de bens menos elaborados tecnologicamente constituem a base de uma estrutura econômica com poucas condições de um modelo de desenvolvimento homogêneo a longo prazo. Neste sentido, a interpretação cepalina para o modelo de desenvolvimento na América Latina, persiste, principalmente no caso do Brasil e do Espírito Santo. Esta condição promove ao longo dos anos, a reprodução das condições históricas de subdesenvolvimento e dependência.

Deve-se insistir que as exportações capixabas se concentraram em bens intensivos em matérias-primas, industriais semielaborados ou tradicionais, como café e rochas ornamentais. Em 2000, as de *ferro, ferro fundido e aço*, em valor, responderam por 35,6% do total, seguidas pelos *minérios* (25, 1%)1 e *celulose 1* (20,9%). *Café solúvel* e *em grão* e *mármore e granito*, com 7,4% e 3,6% respectivamente, completam os principais produtos. Juntos, foram responsáveis por 92,8% das exportações do Espírito Santo (MACEDO, 2002, p. 100).

Os dados da tabela 26 corroboram com a nossa afirmação, pois demonstram que, ao longo dos anos 2000, em torno de 47% das exportações correspondiam aos produtos básicos, o que representou um crescimento médio de 3,9%. A exportação dos produtos semimanufaturados – média de 35,4% - apresentou uma queda de 7% e a participação dos manufaturados apresentou um crescimento de 8,2%, porém, o seu peso na pauta comercial foi em média de 15,8%; bem abaixo dos produtos básicos.

Tabela 26 - Participações percentuais de Bens (por fator agregado) nas exportações do Estado do Espírito Santo – 2002 a 2009

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Produtos Básicos	34,8	40,5	44,8	52,5	51,7	51,2	53,1	47,3
Produtos Semimanufaturados	50,3	45,7	38,6	31,5	27,0	29,4	32,4	28,2
Produtos Manufaturados	11,7	11,9	15,3	14,7	19,9	18,0	12,6	21,9
Consumo de Bordo	3,2	1,9	1,3	1,2	1,3	1,5	2,0	2,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IJSN. Elaboração do Autor.

Do ponto de vista do desenvolvimento da CEPAL (2010), as atividades econômicas baseadas em produtos de alta tecnologia gerariam conhecimento que favoreceriam ao aumento da produtividade em toda a estrutura industrial. A transformação estrutural estaria associada a um aumento geral na produtividade da economia e a uma melhora na renda dos trabalhadores.

No entanto, na atualidade, isso não acontece com a economia do Espírito Santo, pois a produção está voltada para o comércio externo, e apresentou uma pauta comercial baseada na exportação de produtos de baixa inserção tecnológica e na importação de produtos de alta inserção tecnológica. Desse modo, temos, como consequência, um setor externo cambaleante, incapaz de sustentar processos de crescimento econômico. Mas que atraiu um contingente populacional nos anos 2000, como observado no capítulo III, se apresentando como uma região de baixa contenção migratória, movimento que associamos ao bom desempenho econômico.

Conforme aponta Gramkow (2013), uma estrutura baseada neste modelo de crescimento econômico, periférico e dependente, fica suscetível aos movimentos cíclicos da demanda do mercado internacional por produtos de baixo teor tecnológico, o que impede o avanço e o desenvolvimento econômico.

5 A INSERÇÃO DO IMIGRANTE NO MERCADO DE TRABALHO DO ESPÍRITO SANTO NOS ANOS 2000

Definido o critério para estimação dos imigrantes e emigrantes, passaremos, agora, para a análise das variáveis que relacionam a inserção dos imigrantes no mercado de trabalho capixaba. Para tanto, a nossa fonte de dados foi constituída pelas informações da PNAD, e o período estudado foi o de 2001 a 2009. Cabe ressaltar que, a ferramenta que deu suporte à tabulação dos dados da PNAD foi o BME - o mesmo instrumento utilizado para a determinação dos imigrantes e emigrantes do estado, conforme apresentado no capítulo III.

Contudo, o nosso foco neste capítulo foi: o trabalhador imigrante e sua inserção na economia capixaba, não abordando, nesta parte, a inserção dos emigrantes no mercado de trabalho, por compreendermos que esta temática foge aos objetivos propostos.

Assim, procuramos apresentar um panorama da inserção do imigrante no mercado de trabalho capixaba nos anos 2000, considerando que o bom desempenho da economia proporcionou a geração de empregos e melhores renda; pelo menos é o que se poderia esperar de uma economia com bons resultados econômicos. No entanto, ao considerarmos a condição periferia da economia brasileira, esta afirmação pode apresentar inconsistências para o caso capixaba.

Para a análise do mercado de trabalho capixaba, é necessário ressaltar o entendimento do IBGE para a categoria *trabalho em atividade econômica*, que consiste em agrupar os indivíduos de 10 anos ou mais, que, durante a semana de referência da pesquisa, tinham trabalho durante todo o período ou parte dele e exerciam: trabalho remunerado, trabalho não remunerado, trabalho na produção para o próprio consumo ou trabalho na construção para o próprio uso, conforme a descrição abaixo (BME, acesso em 09 de março de 2015):

- **Trabalho remunerado:** Ocupação remunerada em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas etc.) na produção de bens, serviços e no trabalho doméstico;

- **Trabalho não remunerado:** Ocupação sem remuneração na produção de bens e serviços, desenvolvida pelo menos uma hora na semana, tais como: na ajuda a membros da unidade domiciliar que tivesse trabalho como empregado na produção de bens primários (que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal ou mineral, caça, pesca e piscicultura), conta própria ou empregador; ou na ajuda a instituição religiosa, beneficente ou de cooperativismo; ou como aprendiz/estagiário;
- **Trabalho na produção para o próprio consumo ou na construção para o próprio uso:** Ocupação desenvolvida, durante, pelo menos, uma hora na semana na produção de bens (as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura destinados à própria alimentação de, pelo menos, um membro da unidade domiciliar); ou na construção de edificações, estradas privadas, poços e outras benfeitorias (exceto as obras destinadas unicamente à reforma) para o próprio uso de, pelo menos, um membro da unidade domiciliar.

Outro ponto importante é o conceito de *semana de referência da pesquisa*. A PNAD identifica as variáveis relacionadas ao mercado de trabalho com esta conceituação temporal, que corresponde à semana – de domingo a sábado –, que precede a semana em que são realizadas as entrevistas e que definirá seu recorte temporal (RAMOS, 2007). Assim, ao abordarmos as informações sobre o imigrante no mercado de trabalho, estamos considerando a pessoa ocupada na semana de referência da coleta de dados da PNAD, para cada ano do período de 2001 a 2009.

Feitas estas considerações, destacamos que os dados dos imigrantes que compõem a População Economicamente Ativa (PEA)⁴⁴ foram analisados considerando as Pessoas Ocupadas (PO)⁴⁵, que, no período de referência da pesquisa, tinham trabalho durante todo ou parte do período. Isso significa que, além da metodologia

⁴⁴ Pessoa que, no período de referência, exerceu trabalho remunerado, trabalho não remunerado, trabalho na produção para o próprio consumo ou tomou alguma providência para conseguir trabalho (BME, acesso em 09 de março de 2015).

⁴⁵ Pessoas que, no período de referência, tinham trabalho durante todo ou parte do período, incluindo-se as pessoas que exerceram trabalho remunerado, trabalho não remunerado, trabalho na produção para o próprio consumo ou trabalho na construção para o próprio uso (BME, acesso em 09 de março de 2015).

utilizada para estimar o imigrante, definido no capítulo III, foi adicionado a variável *ocupado*, que representou as pessoas que tinham trabalho na semana de referência.

Cabe ressaltar, também, que os dados foram referentes ao trabalho principal e que desconsideramos as situações em que o indivíduo apresentava uma outra ocupação. Assim, no caso de a pessoa ter mais de um trabalho, a PNAD considerou como trabalho principal aquele:

- Em que o indivíduo teve maior tempo de permanência no período de referência de 365 dias;
- Em que houve, no caso, igualdade de tempo de permanência foi priorizado o trabalho remunerado sobre o não-remunerado;
- Em que, dentre os trabalhos remunerados com o mesmo tempo de permanência no período de referência de 365 dias, se priorizou aquele com maior número de horas semanais - o mesmo critério foi aplicado quando o imigrante somente tinha trabalhos não remunerados e com o mesmo tempo de permanência;
- Em que, no caso de igualdade nos critérios anteriores, foi priorizado o trabalho que proporcionava maior rendimento.

Desse modo, ao utilizarmos dos critérios supraestabelecidos, foi-se possível estimar os imigrantes que compõem a População em Idade Ativa (PIA), a População Economicamente Ativa (PEA), a População Não Economicamente Ativa (PNEA), a População Ocupada (PO) e a População Desocupada (PD) nos anos 2000. Estas informações foram referentes às pessoas com idade igual a 10 anos ou mais e que, na semana de referência da pesquisa, estavam ocupadas, procuravam emprego, nunca trabalharam e nem procuravam emprego.

Neste ponto, é necessário destacarmos que a legislação vigente no Brasil⁴⁶ proíbe o trabalho de menores de 16 anos, salvo em condição específica como o “menor aprendiz”, que se dá a partir dos 14 anos de idade. No entanto, as pesquisas do IBGE investigam e publicam os resultados para PIA, PEA e PNEA considerando os

⁴⁶ Artigo 403 da CLT, com redação dada pela Lei 10.097, de 2000.

indivíduos a partir dos 10 anos de idade, devido ao fato de que o trabalho infantil ainda não foi erradicado e ainda compõe a dinâmica do mercado de trabalho brasileiro.

Pode-se parecer paradoxal, isso de um órgão de pesquisa considerar o trabalho de menores de 16 anos em sua análise, mas, na realidade, a incorporação destes dados permite um estudo mais condizente com a realidade do mercado de trabalho brasileiro. O mesmo ocorre com o trabalho informal e não regulamentado pelas leis trabalhistas do país, que aparecem nas pesquisas e ajudam na compreensão do sistema econômico na íntegra (Ramos, 2007).

Dessa forma, adotamos, em nossa pesquisa sobre o mercado de trabalho capixaba, a metodologia utilizada pelo IBGE, agrupando os imigrantes que compõem a PIA em idade maior ou igual a 10 anos e que, durante a semana de referência da pesquisa, exerciam alguma atividade. Conforme apresenta o gráfico 21, percebemos que há uma diferença no quantitativo de imigrantes em idade ativa⁴⁷, entre a faixa etária acima de 10 anos e acima dos 16 anos. Diferença essa que se encontra entre a população imigrante não economicamente ativa, uma média de 11.564 imigrantes para o período analisado.

Assim, ao olharmos o comportamento da PIA, o que fica evidente foi a queda ao longo dos anos 2000, nas duas formas de estimativas, tanto para a população imigrante acima dos 10 anos como para os imigrantes acima dos 16 anos. No período em questão, a taxa de crescimento médio geométrico⁴⁸ foi negativa tanto para os imigrantes acima de 10 anos (-0,4%) como para aqueles que estão acima de 16 anos (-0,6%) - tendências estas próximas e que não invalidam a opção feita neste trabalho: a de considerar a PIA acima dos 10 anos.

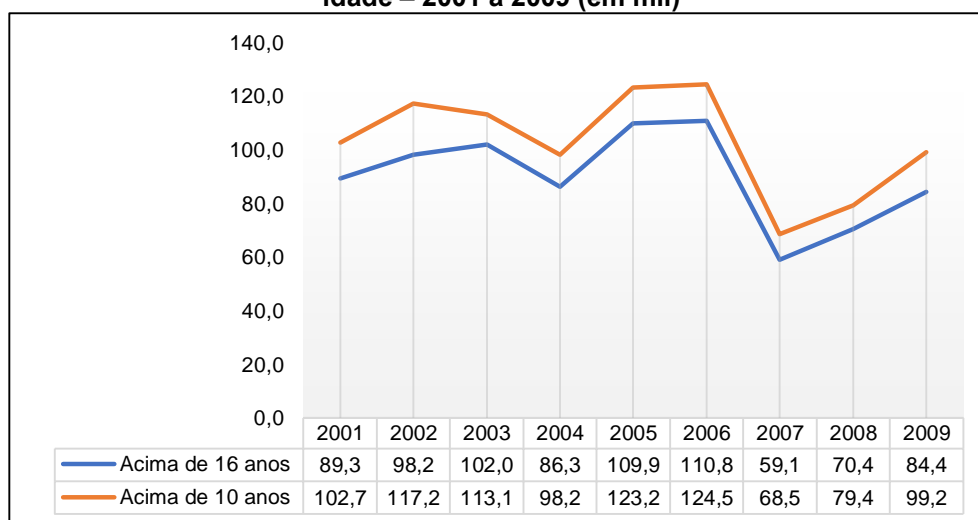
⁴⁷ Compreende-se a população economicamente ativa e a população não economicamente ativa.

⁴⁸ As estimativas de crescimento da população são realizadas pelo método geométrico. Para se obter a taxa de crescimento (r), subtrai-se 1 da raiz enésima do quociente entre a população final (Pt) e a população no começo do período considerado (PO), multiplicando-se o resultado por 100, sendo "n" igual ao número de anos no período (RIPSA, acesso em 01 de junho de 2015).

$$r = \left[\left(\sqrt[n]{\frac{Pt}{PO}} \right) - 1 \right] * 100$$

Observamos, também, que o percentual médio da PIA para o período foi em torno de 89% do total dos imigrantes com idade acima ou igual a 10 anos, uma porcentagem elevada e que representou uma disponibilidade de mão de obra imigrante para o mercado de trabalho capixaba. Este movimento esteve de forma direta ou indiretamente atrelado ao desempenho econômico estadual. Claro que outras questões incidem sobre este fenômeno, como a fecundidade e o envelhecimento da população brasileira, que também explicam o alto percentual da PIA entre os imigrantes no Espírito Santo.

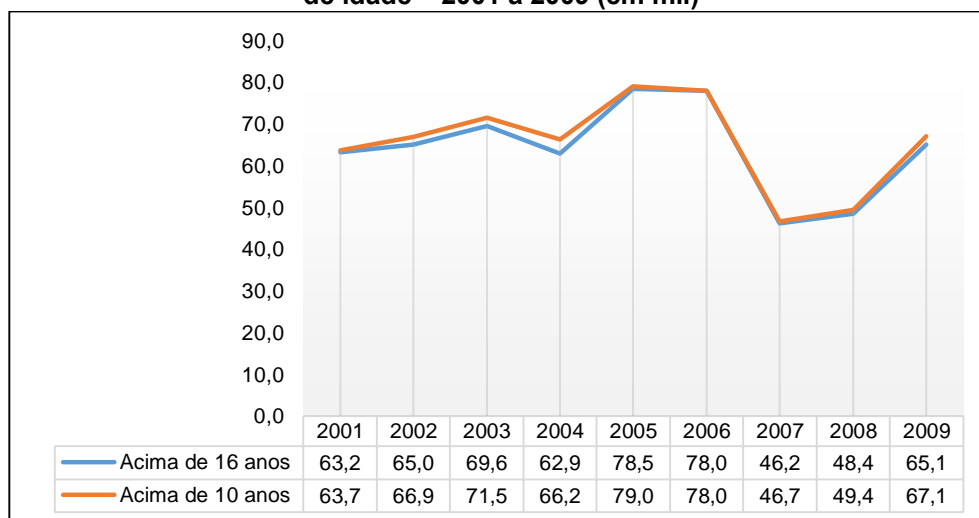
Gráfico 21 - População imigrante em idade ativa (PIA) no Espírito Santo, segundo faixa de idade – 2001 a 2009 (em mil)



Fonte: Microdados da PNAD. Elaboração do Autor.

Outro fator que corrobora com nossa classificação é a comparação da PEA para as duas faixas etárias - acima dos 10 ou 16 anos. Pelo gráfico 22, percebemos que a diferença entre as duas categorias é relativamente baixa, e ainda apresenta uma evolução igual para o período. Entre os anos de 2001 a 2009, a parcela de imigrantes com idade acima ou igual a 10 anos aumentou de 63.693 para 67.092, com uma taxa de crescimento de 0,6%. No entanto, houve uma queda na PEA do ano de 2006 para 2007, o que pode estar atrelado ao desempenho positivo da economia nacional, já que esta queda no fluxo migratório também foi observada na maior parte das UFs do país.

Gráfico 22- População imigrante economicamente ativa (PEA) no Espírito Santo, segundo faixa de idade – 2001 a 2009 (em mil)

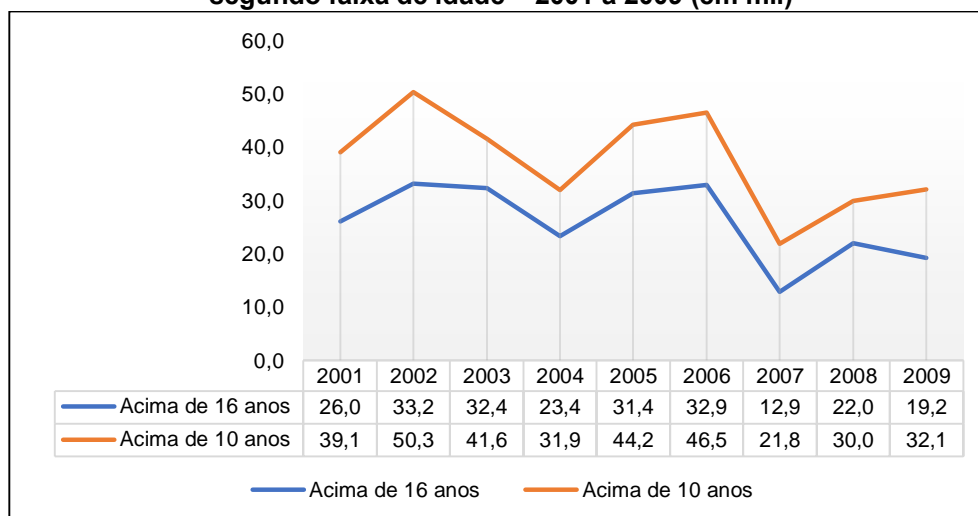


Fonte: Microdados da PNAD. Elaboração do Autor.

Em contrapartida, o grupo dos imigrantes não economicamente ativo representou um percentual médio em torno de 32%, com uma queda de 2,2% para a faixa de idade acima de 10 anos, como consta no gráfico 23. Para a categoria acima dos 16 anos, a média foi de 25,9% e apresentou uma queda na taxa de crescimento de 3,3%.

Ao compararmos estes dados - da PNEA com a PEA -, percebe-se que houve um crescimento na disponibilidade da mão de obra imigrante no mercado de trabalho capixaba. Isto se dá pelo fato de que a PNEA indica a proporção de imigrantes que não exerciam nenhum tipo de trabalho remunerado, trabalho não remunerado ou trabalho na produção para o próprio consumo e que não tomou nenhuma providência para conseguir trabalho. Cabe ressaltar que os imigrantes que compõem a PNEA não serão abordados, já que nos focamos exclusivamente nos imigrantes que compõem a PEA, pois o nosso objetivo é analisar a inserção destes trabalhadores nas atividades econômicas do Espírito Santo.

Gráfico 23 - População imigrante não economicamente ativa (PNEA) no Espírito Santo, segundo faixa de idade – 2001 a 2009 (em mil)



Fonte: Microdados da PNAD. Elaboração do Autor.

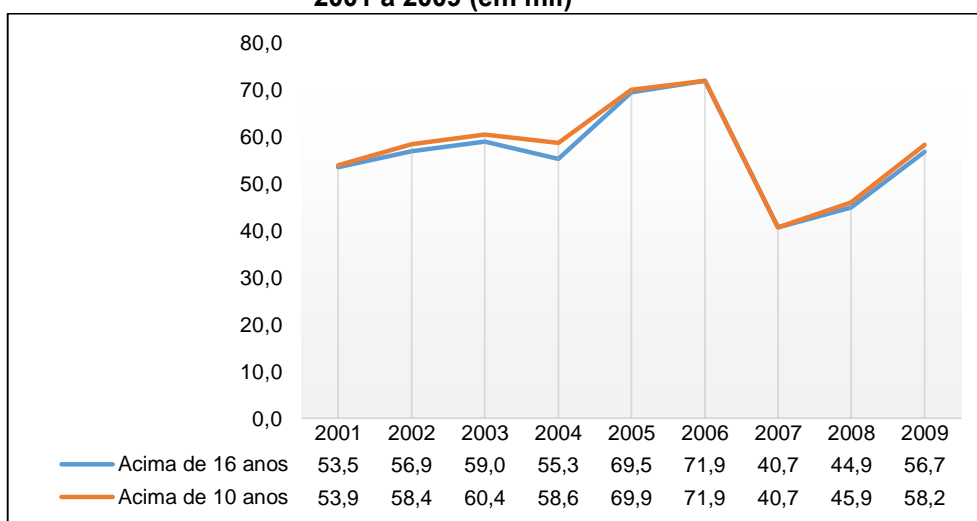
Quando comparamos a população imigrante ocupada nas duas faixas etárias, o que temos é uma tendência próxima, situação esta que contribuiu para a opção de analisarmos os dados da PNAD, a partir dos imigrantes com 10 anos ou mais. O interessante em abordar a PO nesta faixa etária é que aparece o trabalho infantil, que, mesmo sendo um percentual baixo, esteve presente na economia capixaba nos anos 2000, como podemos perceber nas diferenças entre as duas categorias no gráfico 24.

Assim, em termos médios, a presença de jovens imigrantes entre 10 a 16 anos de idade foi em torno de 1.069, nos anos 2000, um número relativamente baixo, e que não interferiu significativamente nos resultados deste estudo. No entanto, estes jovens, ao comporem o mercado de trabalho capixaba, levantam questões sobre a distribuição de renda estadual e a necessidade de sua inserção no mundo do trabalho tão precocemente - aspectos estes que ultrapassam o escopo desta pesquisa, por envolver não somente aspectos econômicos, mas sociais, culturais, de direito e de proteção social, mas que são importantes a serem analisados em pesquisas futuras.

Para os imigrantes ocupados, o gráfico abaixo mostra uma taxa média de crescimento de 0,9%, na faixa etária acima de 10 anos, e de 0,7%, para os imigrantes acima de 16 anos. É interessante notar que, entre 2001 a 2006, houve uma ascensão da taxa de ocupação, ocorrendo uma queda brusca em 2007. O que nos chama atenção, já que, somente em 2008, com a crise internacional, é que a economia capixaba sentirá os efeitos negativos.

Este fenômeno teve relação com a queda observada na imigração para o Espírito Santo, conforme os dados do capítulo III, o que pode estar vinculado ao bom desempenho econômico das regiões brasileiras, já que houve uma retenção do movimento populacional interestadual, no ano de 2007, na maior parte do país. Nos anos seguintes, o movimento foi o de crescimento tanto em termos de imigração como de ocupação.

Gráfico 24 - População imigrante ocupada (PO) no Espírito Santo, segundo faixa de idade – 2001 a 2009 (em mil)



Fonte: Microdados da PNAD. Elaboração do Autor.

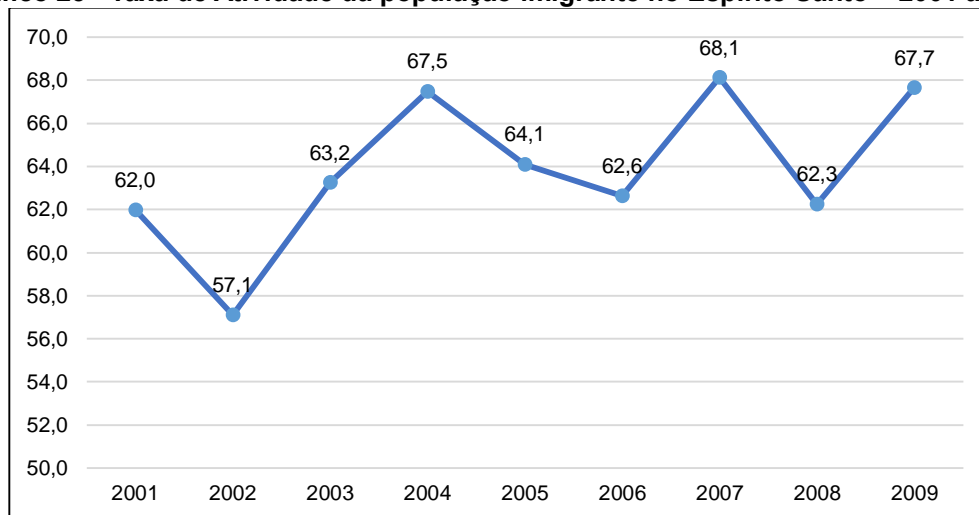
Uma outra informação importante é a taxa de atividade da população imigrante no Espírito Santo. Essa taxa é a relação entre a PEA dividido pela PIA num determinado período de referência. Para Amaral (acesso em 03 de março de 2015), este indicador possibilita a avaliação do envolvimento dos indivíduos para geração de renda, bem como a disseminação de valores com relação ao papel da mulher na sociedade⁴⁹.

Claro que esta taxa também poderia ser em relação à faixa etária ou mesmo à escolaridade, mas nossa opção foi trabalhar com a totalidade dos imigrantes, pois o tamanho da amostra dos imigrantes no Espírito Santo, disponível pela PNAD, inviabiliza a construção de determinadas estruturas pelo BME, conforme mencionado no capítulo III.

⁴⁹ Em sociedades menos desenvolvidas, a taxa de participação masculina é elevada e a taxa de participação das mulheres é artificialmente baixa (donas de casa). Em sociedades desenvolvidas, as taxas masculinas tendem a ser mais baixas e as femininas, mais elevadas (AMARAL, acesso em 03 de março de 2015).

Assim, no intuito de identificarmos o peso da população imigrante economicamente ativa em relação ao total dos imigrantes em idade ativa, apresentamos, no gráfico 25, a taxa de atividade para o Espírito Santo. Percebe-se que ela aumentou ao longo dos anos, com um crescimento médio de 1%, no período em questão, e uma média de 63,8% de participação do imigrante.

Gráfico 25 - Taxa de Atividade da população imigrante no Espírito Santo – 2001 a 2009



Fonte: Microdados da PNAD. Elaboração do Autor.

Este indicador demonstra o peso que o mercado de trabalho teve sobre a decisão de migrar, ou seja, como a PNAD não fornece informações a respeito dos motivos dos deslocamentos interestadual, estamos trabalhando com a hipótese de que o fenômeno migratório está relacionado diretamente às questões econômicas e à estrutura desigual entre as diversas UF's do Brasil.

Dessa maneira, observamos que, na composição da PEA⁵⁰, houve um aumento de 45%, em 2001, para cerca de 53%, em 2009, dos imigrantes ocupados para faixa etária acima de 10 anos. Ao mesmo tempo, percebe-se que a porcentagem de desocupados⁵¹ - vide gráfico 26 - chegou a 8,9% entre a população imigrante, no ano de 2003, e apresentou uma trajetória de queda, até 2008, para os imigrantes acima de 10 anos. Para o período, houve uma leve redução da taxa de desemprego em torno de 0,2%, o que demonstrou um incremento de imigrantes empregados em detrimentos

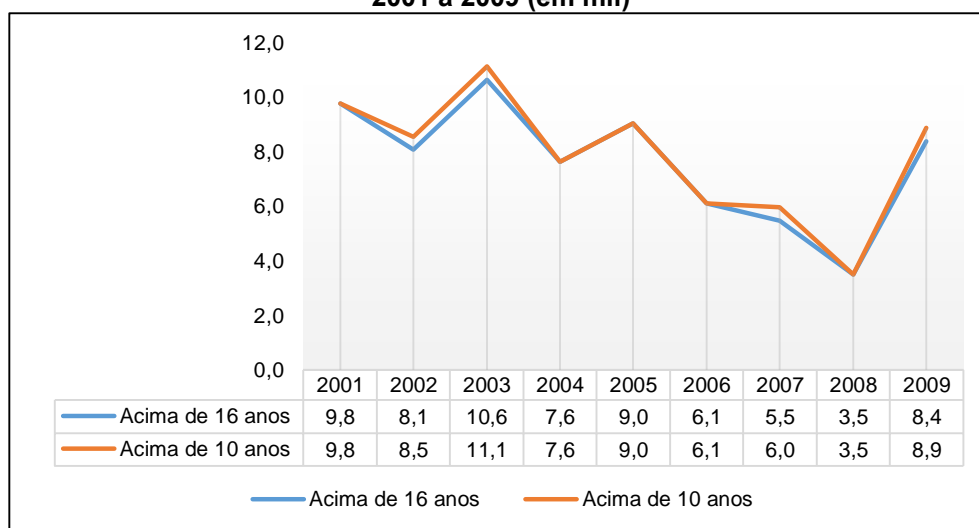
⁵⁰ É composta pelas pessoas de 10 a 65 anos de idade que foram classificadas como ocupadas ou desocupadas na semana de referência da pesquisa (IBGE, acesso em 01 jun. 2015).

⁵¹ Pessoas sem trabalho que, no período de referência, tomaram alguma providência efetiva de procura trabalho.

da faixa de desempregados, uma variável importante que apresenta a incorporação da mão de obra imigrante nas atividades produtivas estadual.

Pelo gráfico abaixo, fica evidente que, independente da faixa etária para se estimar os imigrantes desempregados, a tendência é a mesma e os valores apresentados são bem próximos, coincidindo em alguns períodos. Este comportamento se justifica pelo fato de que a legislação veda a inserção no mercado de trabalho de menores de 16 anos, salvo em condição de menores aprendizes.

Gráfico 26 - População imigrante desocupada (PD) no Espírito Santo, segundo faixa de idade – 2001 a 2009 (em mil)



Fonte: Microdados da PNAD. Elaboração do Autor.

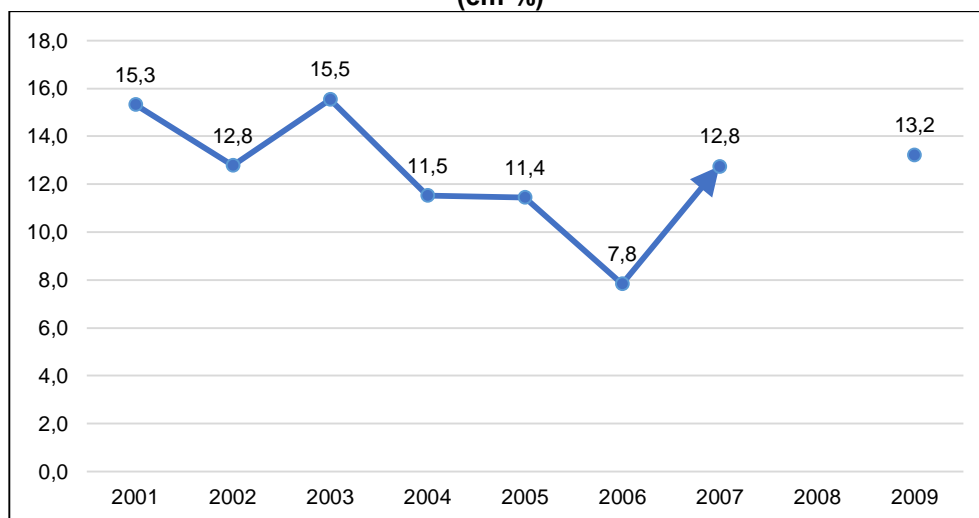
Um outro dado importante a se destacar foi a taxa de desocupação, ou desemprego aberto, que estabelece a relação entre a população com idade igual ou maior a 10 anos que estavam desocupadas, com a população economicamente ativa. Ramos (2007) salienta que este indicador, apesar de relevante e ser utilizado como uma espécie de termômetro do mercado de trabalho, deve ser analisado conjuntamente com outras variáveis, como, por exemplo, a PO e PEA.

O autor argumenta que, ao sintetizar o comportamento da oferta e da demanda por trabalho, ele não apresenta todas as informações necessárias para uma leitura mais apurada sobre o mercado de trabalho. Em nossa pesquisa, este aspecto não foi um impedimento, já que apresentamos os dados referente às PO e PEA dos imigrantes.

Desse modo, observamos uma queda a partir de 2003, saindo de 15,5% para 7,8, em 2006, o que representou uma redução de 15,7%. No entanto, nos anos seguintes, os dados mostram um crescimento na taxa de desemprego, algo em torno de 14%, entre 2006 a 2009. Um movimento oposto foi observando para a PO, no período entre 2003 a 2006, no qual apresentou um crescimento das ocupações, conforme gráfico 27. Mesmo assim, a partir de 2007, houve uma queda no número de imigrantes ocupados. Logo, isto demonstra a interligação entre estes dois indicadores do mercado de trabalho, que foram influenciados pelo desempenho da economia capixaba ao longo dos anos 2000.

Mesmo com uma trajetória de crescimento a partir de 2006, o desemprego entre a população imigrante no estado teve uma leve queda de 1,6%, o que demonstrou o poder de absorção da mão de obra pelo mercado capixaba.

Gráfico 27 - Taxa de Desocupação da população imigrante no Espírito Santo – 2001 a 2009 (em %)



Nota 1: Dados para 2008 não disponível devido ao pequeno número de observações na amostra.

Fonte: Microdados da PNAD. Elaboração do Autor.

5.1 Atributos e correlação com a inserção ocupacional do imigrante no Espírito Santo

Dado o panorama do imigrante no mercado de trabalho capixaba, passemos agora à observação de algumas desagregações do contingente de imigrantes ocupados que são importantes para avaliar o perfil destes trabalhadores no mercado de trabalho

capixaba. Entre as subdivisões destacaremos a divisão por gênero, raça/cor, idade e escolaridade dos imigrantes ocupados.

Assim, ao considerarmos a divisão por gênero, o que se percebe é que a maior parte dos imigrantes que compunham a PEA eram constituídos por homens, numa variação média entre 28% e 42% do total da população imigrante; percentual bem acima das mulheres, que apresentou uma variação média entre 19% e 27%.

Apesar da crescente participação feminina no mercado de trabalho capixaba, a proporção de mulheres imigrantes em idade ativa, ocupadas ou que buscavam ocupar-se, ainda foi inferior à masculina. Em 2007, a diferença de gênero na PEA chegou a quase o dobro, em torno de 20% de diferença, segundo a tabela 27.

Esta realidade não é diferente se observamos o Brasil como um todo, no qual as desigualdades de gênero, no que diz respeito à inserção ocupacional, se faz presente. Entretanto, chama atenção que a taxa de crescimento da mulher imigrante na PEA, no período indicado, foi de 2,1%, algo bem acima do crescimento observado para os homens - 1%. Mesmo com este saldo positivo, a discrepância entre os sexos é gritante, ainda mais se considerarmos que a maior parte da população imigrante é composta por mulheres, conforme demonstramos no capítulo III.

Em relação aos imigrantes inseridos na PNEA, fica ainda mais evidente a desigualdade de gêneros. Enquanto que a média para o período foi de 9,9% para os homens, a proporção de mulheres foi em torno de 22,3%, ou seja, mais que o dobro do sexo masculino. Mesmo com a redução de 2,5% de mulheres imigrantes não economicamente ativa, fica-se perceptível a discrepância e a inserção do homem no mercado de trabalho em detrimento ao da mulher. Na contramão deste movimento, percebemos um crescimento na taxa da PNEA entre os imigrantes do sexo masculino na ordem de 2,1%, mas que ficou bem abaixo se compararmos ao sexo feminino.

Tabela 27 - População imigrante economicamente ativa (PEA) e não economicamente ativa (PNEA) no Espírito Santo, segundo sexo – 2001 a 2009 (em %)

Condição de atividade	Sexo	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
PEA	Masculino	31,4	28,4	35,5	34,8	29,7	36,2	41,2	34,7	34,2
	Feminino	21,7	22,3	21,6	26,4	23,9	19,9	22,3	21,6	26,2
	Total	53,1	50,7	57,1	61,2	53,6	56,1	63,5	56,2	60,4
PNEA	Masculino	7,0	11,2	13,5	7,9	9,4	10,1	7,4	14,2	8,4
	Feminino	25,6	27,0	19,7	21,6	20,6	23,3	22,3	19,9	20,4
	Total	32,6	38,1	33,2	29,5	30,0	33,4	29,7	34,1	28,9
Total		85,7	88,8	90,4	90,7	83,5	89,5	93,2	90,3	89,3

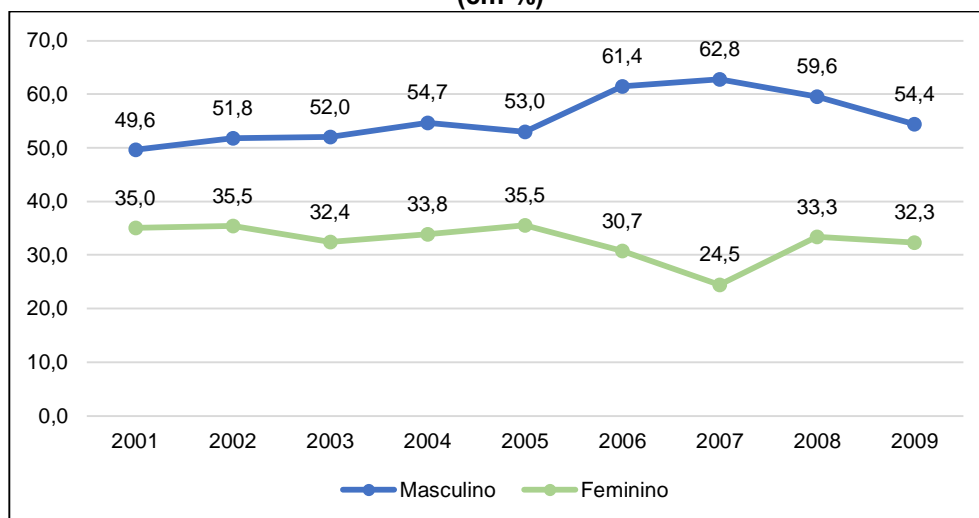
Fonte: Microdados da PNAD. Elaboração do Autor.

Mas esta não é uma realidade exclusiva do Espírito Santo, já que a participação da mulher no mercado de trabalho brasileiro também é marcada por uma forte diferença em relação à taxa de participação dos homens. Abramo (2006) aponta que existe ainda uma desigualdade entre as mulheres no que se refere à sua inserção no mercado de trabalho, com uma participação maior das mulheres mais escolarizadas em detrimento das mulheres pobres, o que incide também sobre a renda. Questões essas que ficam para futuras análises sobre a inserção da mulher no mercado de trabalho capixaba.

Entretanto, devido à restrição da amostra, não abordaremos a divisão por sexo em relação à escolaridade, mas isso não impede de se constatar que a condição de ocupação da mulher no mercado de trabalho foi inferior à do homem, conforme o gráfico 28. Podemos induzir que a desigualdade entre gênero também ocorre no estado entre os imigrantes, já que a média de ocupação feminina para o período foi em torno de 32,6%, enquanto a masculina, de 55,5% da PEA.

O que nos toma a atenção é que, entre 2001 a 2007, houve uma queda na ocupação da mulher (5%), o que não é observado para os homens que teve um crescimento médio de 3,4%. Somente a partir de 2008 é que houve um crescimento, seguido de uma pequena queda, mas que resultou numa taxa de crescimento médio de 9,8%, para o período de 2007 a 2008. Em relação aos homens, houve uma retração da participação de ocupados em média de -4,7%, nos anos 2000, como aponta o gráfico abaixo.

Gráfico 28 - População imigrante ocupada no Espírito Santo, segundo sexo – 2001 a 2009 (em %)



Fonte: Microdados da PNAD. Elaboração do Autor.

Ao traçarmos a divisão por sexo entre os setores de atividades econômicas, o que percebemos é a grande inserção do sexo masculino no mercado de trabalho. Na tabela 28, o que se evidencia é que, no setor secundário, em média 83% dos imigrantes ocupados corresponderam ao sexo masculino, nos anos de 2002 a 2009. Já a inserção da mulher apresentou uma média de 17% para o período.

Quando olhamos para o setor primário, este movimento de inserção masculina também ocorreu. Para os anos de 2003 a 2009, a média de imigrantes ocupados do sexo masculino foi em torno de 74,3% enquanto que as mulheres tiveram uma participação em torno de 25,7%. Já no setor terciário, esta proporção entre homens e mulheres imigrantes foi equilibrada, com uma média de 53,3% de inserção masculina e de 46,7% da feminina.

Estes dados evidenciam a desigualdade entre os sexos no que se refere ao mercado de trabalho. Mesmo apresentado uma porcentagem relativamente superior de imigrantes do sexo feminino, conforme capítulo III, ao depararmos com as informações sobre o mercado de trabalho, esta lógica é invertida, tendo a mão de obra masculina maior acesso em relação à feminina.

Tabela 28 - População imigrante ocupada no Espírito Santo por setor econômico, segundo sexo– 2002 a 2009 (em %)

Setor	Sexo	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Primário	Masculino	X	82,3	75,0	84,6	75,0	82,3	66,7	54,2
	Feminino	X	17,7	25,0	15,4	25,0	17,7	33,3	45,8
	Total	0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Secundário	Masculino	82,8	76,7	75,0	77,5	87,5	94,1	84,0	85,7
	Feminino	17,2	23,3	25,0	22,5	12,5	5,9	16,0	14,3
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Terciário	Masculino	50,6	51,3	53,3	48,9	52,9	60,4	53,1	56,1
	Feminino	49,4	48,7	46,7	51,1	47,1	39,6	46,9	43,9
	Total	100	100	100	100	100	100	100	100

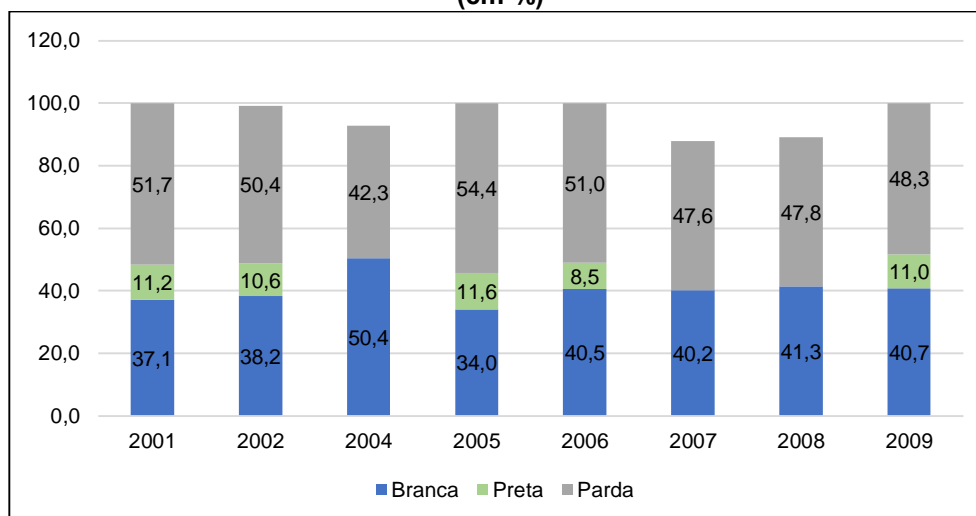
Nota 1: (X) dados restritos devido ao pequeno número de observações na amostra.

Fonte: Microdados da PNAD. Elaboração do Autor.

No Brasil, as desigualdades entre gêneros e raça são pilares estruturantes da desigualdade social, que, por sua vez, está no cerne da reprodução das condições de pobreza e exclusão social. Enfrentar esses aspectos sociais, significa combater uma característica estrutural da sociedade brasileira e capixaba, que se faz presente nos dias atuais. Segundo Abramo (2006), os negros possuem rendimentos inferiores aos dos brancos, ainda que com mesmo nível de escolaridade, eles recebem cerca de 30% a menos. Outra desigualdade ocorre na taxa de desemprego que, para a população negra é maior em comparação aos brancos.

Logo, na divisão segundo raça/cor dos imigrantes que compõem a PO – vide o gráfico 29 -, observamos que houve maior participação dos imigrantes pardos, uma variação em torno de 42% a 55% sobre o total de ocupados. Em seguida, temos os imigrantes brancos, uma variação percentual entre 34% a 50%. A população negra apresentou um percentual baixo, com uma média de 10,3% para o período. Para tanto, a composição está próxima à apresentada no capítulo III para a população total de imigrantes. Entretanto não traçamos uma divisão por cor/raça segundo rendimentos, devido ao tamanho da amostra, mas é um traço importante de ser analisado.

Gráfico 29 - População imigrante ocupada no Espírito Santo, segundo cor/raça – 2001 a 2009 (em %)



Nota 1: Dados para 2002, 2007 e 2008 para imigrantes que declararam cor/raça preta, não disponíveis devido ao pequeno número de observações na amostra.

Nota 2: Para os imigrantes que se declararam como indígenas e amarelos, dados não disponíveis para esta amostra. Fonte: Microdados da PNAD. Elaboração do Autor.

A questão da escolaridade é um outro ponto importante que incide sobre a migração e tem impacto sobre a empregabilidade do indivíduo. A carência educacional do trabalhador brasileiro diante dos novos requisitos produtivos, associada à necessidade de reversão desse quadro, é um tema presente em trabalhos que estudam a qualificação da mão de obra.

Letelier G. (1999) ressalta que, desde os anos sessenta, ocorre uma expansão educacional na América Latina como um todo, e este movimento ocorreu com certa autonomia do sistema produtivo, o que gerou processo de subutilização da mão de obra qualificada, e na superação do ideário de que a elevação dos níveis educacionais resultaria em melhores postos de trabalho.

Apesar de existir o argumento de que quanto maior a escolaridade, maior será a aptidão para lidar com os novos padrões produtivos, é necessário ressaltar que não apenas a oferta de trabalho deve ser analisada, mas também a demanda por trabalho. Demanda essa, dentre outros fatores, que está em função do nível de atividade econômica do país⁵² (IJSN, 2011).

⁵² Este argumento pode ir contra o senso comum de que níveis de escolaridade mais elevados implicam maiores chances de ocupação. As empresas, ao contratarem, também levam em consideração fatores como experiência profissional adquirida em atividades específicas. Além disso, pode haver

[...] a mão de obra precisa cada vez mais de maiores graus de escolaridades, não porque sejam necessários para desempenhar as funções demandadas pelo posto de trabalho, mas, principalmente, para competirem em melhores condições por um emprego. A educação passa a ter valor como fator de competição também no mercado de trabalho do próprio país (LETELIER G. 1999, p.137).

Ou seja, o discurso de que o mercado está demandando uma mão de obra mais escolarizada para o desempenho das atividades não é uma verdade absoluta e cabe algumas considerações, já que muitas vezes o alto nível educacional se torna simplesmente um requisito, e não uma necessidade real, para competir no restrito mercado de trabalho e obter os melhores rendimentos. Ainda mais considerando-se uma economia heterogênea no que se refere à intensidade tecnológica no setor de produção, ponto este abordado nos capítulos II e IV.

Desse modo, ao observarmos a tabela 29, o que chama atenção é que a parcela dos imigrantes economicamente ativo e com 11 anos ou mais de estudo foi a que mais cresceu entre 2001 e 2009, com uma taxa de 6,5%, passando de 16.740 para 29.600 imigrantes, o que mostra uma inserção do trabalhador imigrante nas faixas mais elevadas de ensino. Claro que temos que considerar o processo de expansão educacional, bem como as facilidades de acesso ao ensino superior, o que propiciou um aumento da escolaridade da população brasileira.

Tabela 29 - População imigrante economicamente ativa (PEA) no Espírito Santo, segundo anos de estudo – 2001 a 2009 (em %)

Classes	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Sem Instrução / Menos de 1 ano	10,2	7,1	X	8,6	7,2	5,4	X	X	8,1
De 1 a 3 anos	8,0	13,5	X	11,5	7,2	10,2	X	15,2	11,0
De 4 a 7 anos	32,1	29,1	29,1	20,9	22,9	22,3	20,2	22,2	18,4
De 8 a 10 anos	22,6	22,0	19,6	17,3	14,5	16,9	19,2	16,2	17,6
De 11 a 14 anos	19,0	19,2	27,7	26,6	34,9	33,1	34,0	27,3	29,4
15 ou mais anos	8,0	9,2	9,5	15,1	13,3	12,0	14,9	X	14,7
Total	100,0	100,0	85,8	100,0	100,0	100,0	88,3	80,8	99,3

Nota 1: (X) dados restritos devido ao pequeno número de observações na amostra.

Fonte: Microdados da PNAD. Elaboração do Autor.

Em contrapartida, os imigrantes menos escolarizados vêm perdendo espaço na PEA. Em 2001, a participação dos imigrantes na faixa de 04 a 07 anos de estudo era de 32,1%, reduzindo-se para 18,4%, em 2009, o que representou uma retração de 5,5%, nos anos 2000. Também houve uma redução do percentual de imigrantes economicamente ativo que se encontravam na faixa de 08 a 10 anos de estudo,

discriminação no momento da seleção do trabalhador, em razão de gênero, cor ou outra característica (IJSN, 2011, p. 13).

portando uma queda de 22,6%, em 2001, para 17,6%, em 2009, numa contração de 2,2%.

Mas somente quando analisamos os imigrantes em termos de PO é que se percebe a influência dos anos de escolaridades. Contudo, devido ao número restrito de dados, não conseguimos apurar os anos de estudos dos imigrantes desocupados para uma comparação com a PO. No entanto, as informações da tabela 30 nos auxilia na compreensão do fenômeno da migração que está ligado à busca por melhores empregos e renda.

Tabela 30 - População imigrante ocupada, segundo anos de estudo – 2001 a 2009 (em %)

Classes	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Sem Instrução / Menos de 1 ano	10,3	7,3	X	8,1	8,2	5,9	X	X	8,5
De 1 a 3 anos	X	14,6	X	12,2	8,2	10,5	X	15,2	10,2
De 4 a 7 anos	33,6	29,3	28,0	21,9	23,1	22,9	19,5	21,7	19,5
De 8 a 10 anos	19,0	22,0	19,2	14,6	14,3	15,7	20,7	16,3	19,5
De 11 a 14 anos	19,8	17,9	27,2	26,8	33,3	32,7	31,7	26,1	27,1
15 ou mais anos	X	8,9	11,2	16,3	12,9	12,4	15,8	X	15,3
Total	82,8	100,0	85,6	100,0	100,0	100,0	87,8	79,3	100,0

Nota 1: (X) dados restritos devido ao pequeno número de observações na amostra.

Fonte: Microdados da PNAD. Elaboração do Autor.

Assim, houve um crescimento no nível de escolaridade dos imigrantes ocupados acima de 11 anos, saltando de 27,6%, em 2001, para 42,4%, em 2009, com uma taxa média de crescimento de 5,8%. Para os imigrantes entre 08 a 10 anos de estudo, a taxa de crescimento foi de 1,2%. Em contrapartida, o nível de escolaridade na faixa entre 04 e 07 anos decresceu de 33,6%, em 2001, para 19,5%, em 2009, com uma redução de 5,1%.

Estes bons resultados demonstraram uma maior qualificação do trabalhador e a vinda de imigrantes para o Espírito Santo com maiores níveis de escolaridade ou que buscaram uma maior qualificação. Entretanto, ao nos depararmos com os dados, o que fica claro é que não houve uma atração, em sua totalidade, de imigrantes com maiores níveis educacionais. Pelo contrário: houve a vinda de imigrantes com diferentes níveis educacionais e que se inseriram na economia de forma desigual, no que se refere a ocupação e rendimentos.

Conforme a tabela 31, em média 42,2% dos imigrantes ocupados com 11 anos ou mais de estudos tinham rendimento mensal de até 03 salários mínimos, enquanto que

para a classe entre 03 e 05 salários mínimos foi observado uma porcentagem média de 24,8% e para a faixa acima de 05 salários mínimos, 32%. Ou seja, não houve uma homogeneidade salarial, e sim uma disparidade nos rendimentos mensais.

Tabela 31 - População imigrante ocupada com 11 anos ou mais de estudos, segundo rendimento mensal do trabalho principal– 2001 a 2009 (em %)

Classes	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Até 3 salários mínimos	50,0	27,5	41,8	36,2	50,0	46,7	37,0	46,0	45,0
De 3 a 5 salários mínimos	X	33	27,3	24,1	13,8	25,3	30,4	X	20,0
Maior que 5 salários mínimos	X	40,0	30,9	39,6	17,5	28,0	32,6	X	35,0
Total	50,0	100,0	100,0	100,0	81,3	100,0	100,0	46,0	100,0

Nota 1: (X) dados restritos devido ao pequeno número de observações na amostra.

Fonte: Microdados da PNAD. Elaboração do Autor.

Isto nos leva a pensar que a relação entre os altos níveis de escolaridade e a inserção no mercado de trabalho está determinada muito mais pelo perfil educacional alcançado pela sociedade do que pela demanda de qualificação dos setores produtivos (LETELIER G., 1999). Isso posto, um maior nível escolar não traduziu em maiores rendimentos, como observado na tabela acima.

5.2 O imigrante no mercado de trabalho capixaba

Ao pensarmos a dinâmica do mercado de trabalho, no que concerne ao cenário nacional e estadual, podemos dizer que esta é a manifestação mais evidente do modelo de desenvolvimento econômico e social. Pois, parte significativa das desigualdades entre as regiões são resultados direto da dinâmica produtiva instituída no país, principalmente no caso do Espírito Santo.

A capacidade de o mercado absorver a PEA em condições adequadas, em relação a mobilidade social, remuneração, jornada de trabalho, direitos laborais e contrato de trabalho formal, são aspectos cruciais, que possibilitam a promoção de um padrão de crescimento econômico com efeito positivo sobre a distribuição de renda e do emprego (CEPAL, 2010).

Conforme aponta a Cepal (2010), o mercado de trabalho se tornou uma parte essencial de um processo que visa ampliar a igualdade social, ao mesmo tempo em

que tem por objetivo reduzir as distorções numa sociedade estruturalmente heterogênea. Este mecanismo ocorre a partir do momento em que se permite criar condições de se absorver os aumentos de produtividade, gerados por um novo paradigma tecnológico, e traduzi-los em aumentos dos salários reais, da redução da jornada de trabalho, proporcionando acesso à proteção social, questões estas abordadas no capítulo II quando analisamos os aspectos teóricos do (sub)desenvolvimento.

Entretanto, temos que destacar que, desde a constituição da economia brasileira e capixaba, um conjunto de características estruturais se mantém, o que resultou em desigualdade de renda e na exclusão social que persiste nos dias atuais. Assim, marcadas pela heterogeneidade e pelo desemprego, foi-se consolidado um modelo de desenvolvimento pautado no desequilíbrio entre os setores produtivos e na incapacidade de ofertar trabalho para todo o contingente de mão de obra disponível. Estes aspectos se transformaram em um dos principais desafios ao longo dos anos e foram intensificados pelos impactos das crises internacionais e pela subordinação e dependência da política econômica em relação às economias centrais (DUARTE, 2014).

Desse modo, ao examinarmos a inserção do trabalhador imigrante nas atividades ou ramo do empreendimento do trabalho principal no Espírito Santo, percebeu-se que as seguintes atividades: construção; comércio e reparação; alojamento e alimentação; e o transporte, armazenagem e comunicação foram as ocupações que mais demandaram a mão de obra imigrante, com uma média de 39,2% para o período, conforme a tabela 32⁵³.

As atividades relacionadas à esfera pública, educacional, da área de saúde, de serviços sociais e domésticos tiveram um peso significativo na inserção do trabalho imigrante, com uma média de 30,5%. Mesmo apresentando uma queda de 35,8%, em 2002, para 28%, em 2009, estas atividades tiveram uma participação importante no mercado de trabalho estadual. Seu desempenho foi superior às atividades industriais

⁵³ Cabe ressaltar que a relação de atividades sofreu alteração metodológica a partir de 2002. Assim, optamos por trabalhar os dados referente ao período de 2002 a 2009, não incluindo informação para o ano de 2001.

que captaram, em média, 14,9% do trabalho imigrante e apresentou uma redução de 1% na contratação de trabalhadores imigrante.

Tabela 32 - População imigrante ocupada no Espírito Santo, segundo atividade/ramo de trabalho – 2002 a 2009 (em %)

Atividades	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Agrícola	10,6	13,6	16,3	8,8	13,1	20,7	19,6	20,3
Outras atividades industriais								
Indústria de transformação	13,8	11,2	21,1	21,8	17,0	8,5	13,0	12,7
Construção								
Comércio e reparação								
Alojamento e alimentação	39,8	48,0	27,6	37,4	42,5	37,8	41,3	39,0
Transporte, armazenagem e comunicação								
Administração pública								
Educação, saúde e serviços sociais								
Serviços domésticos								
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	35,8	27,2	35,0	32,0	27,5	32,9	26,1	28,0
Outras atividades								
Atividades mal definidas ou não declaradas								
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Microdados da PNAD. Elaboração do Autor.

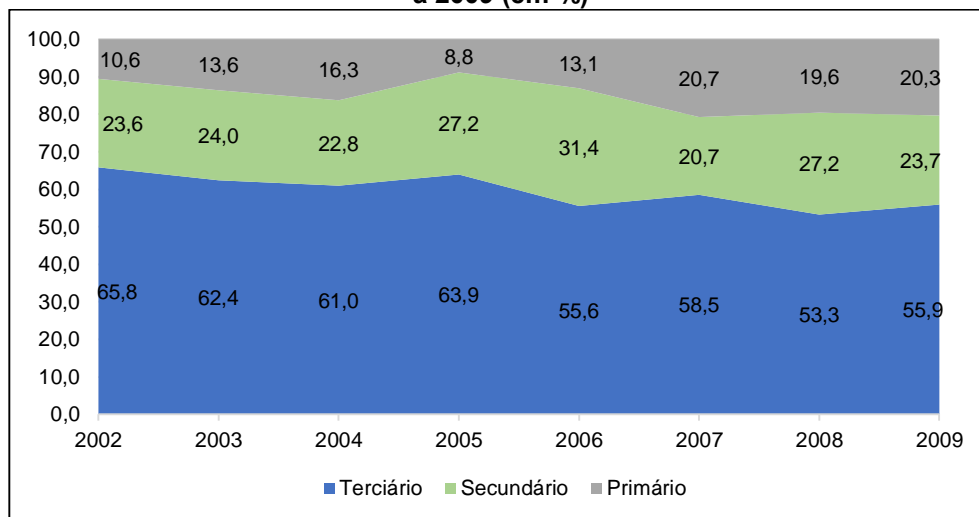
Em contrapartida, as atividades agrícolas tiveram um crescimento médio positivo de 8,5%, o que demonstra a importância deste setor para a economia capixaba, tanto no que se refere à demanda por trabalho como na produção estadual. Estes dados apresentaram a composição dos imigrantes ocupados em relação às atividades e expõe a concentração do trabalho em determinadas ramos, principalmente na prestação de serviços.

Ao qualificarmos a distribuição do trabalhador imigrante entre as atividades que compõem o PIB, como consta no gráfico 30, o que se percebe foi a grande participação do setor terciário na alocação da mão de obra, o que representou uma média, para o período de 2002 a 2009, de 59,6% dos empregos para os imigrantes no Espírito Santo. Embora tenha ocorrido uma queda na taxa de crescimento, em torno de 2%, sua participação ao longo da década foi importante para o mercado de trabalho capixaba.

Na realidade, o grande destaque foi o crescimento da participação da mão de obra imigrante no setor primário, que teve uma taxa média de crescimento de 8,5%, para o período. Sua participação saltou de 10,6%, em 2002, para 20,3%, em 2009, crescimento este bem acima se compararmos aos demais setores da economia capixaba. Ao relacionarmos o quantitativo de trabalhadores imigrantes no setor

primário e secundário, nos anos de 2007 e 2009, temos uma proximidade no que se refere à ocupação de postos de trabalho.

Gráfico 30 - Proporção de imigrantes ocupados por setor econômico no Espírito Santo – 2001 a 2009 (em %)



Fonte: Microdados da PNAD. Elaboração do Autor.

Já o setor secundário, que engloba em seu escopo as grandes indústrias, houve um crescimento médio em torno de 0,1% para o período e manteve uma média de ocupação em torno dos 25%. O que se auferi é que não houve um incremento significativo de imigrantes neste setor, ao longo dos anos 2000, mas sim um deslocamento dos postos de ocupação do setor terciário para o setor primário, que engloba, no Espírito Santo, as atividades agrícolas, pecuária, pesca e extrativa.

Um outro aspecto a se destacar foi que no setor industrial⁵⁴, ao contrário do setor terciário que foi o grande empregador da força de trabalho no estado, apresentou baixas taxas de ocupação da força de trabalho, conforme informações apresentadas acima. E esse resultado não é surpreendente, haja vista o processo de reestruturação da estrutura produtiva industrial e o enxugamento da mão de obra para a obtenção de maiores produtividade e competitividade internacional.

⁵⁴ Setor tradicionalmente encarado como segmento líder e indutor do processo de desenvolvimento econômico (RAMOS, 2007).

No que se refere ao número de trabalho na semana de referência⁵⁵, verifica-se que dentre os imigrantes ocupados, a média foi em torno de 96% dos trabalhadores com um vínculo de trabalho, enquanto que 4% possuía dois ou mais vínculos trabalhistas. Percentual este que chegou a 98%, em 2005, dos imigrantes ocupados, enquanto que, em 2009, atingiu o percentual mais baixo (91,5%), conforme a tabela 33. Esta variável demonstrar que a maior parte dos imigrantes possuíam apenas um vínculo empregatício, o que pode estar relacionado à duração da jornada de trabalho, à condição de estudante, ou mesmo à condição familiar.

Tabela 33 - População imigrante no Espírito Santo ocupada, segundo a quantidade de trabalho – 2001 a 2009 (em %)

Número de trabalho	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Um trabalho	95,7	95,1	96	97,6	98	95,4	93,9	96,7	91,5
Dois ou mais trabalhos	4,3	4,9	4,0	2,4	2,0	4,6	6,1	3,3	8,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Microdados da PNAD. Elaboração do Autor.

Assim, diante deste resultado, optamos por analisar a classe de horas semanais somente do trabalho principal, excluindo os dados referentes aos imigrantes com mais de um emprego. A metodologia utilizada pela PNAD consiste em considerar o registro de horas inteiras (30 minutos ou mais como uma hora) e exclui os períodos inferiores a 30 minutos e destinados à refeição. Foram consideradas, também, as horas ocupadas fora do local de trabalho e que estavam relacionadas com a atividade principal, como, por exemplo, as horas habitualmente despendidas por um professor, em sua residência, no preparo de aulas ou na correção de exercícios e provas (BME, acesso em 09 de março de 2015).

Tabela 34 - População imigrante no Espírito Santo ocupada, segundo a horas semanais de trabalho – 2001 a 2009 (em %)

Classe de horas	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Até 14 horas	8,6	6,6	3,2	7,2	6,7	4,5	6,1	13,0	9,3
De 15 a 39 horas	19,0	21,1	16,8	17,9	15,7	17,7	21,9	10,9	23,7
De 40 a 44 horas	24,1	30,9	32,0	40,7	38,1	38,6	37,8	37,0	34,8
De 45 a 48 horas	27,6	20,3	27,2	17,9	23,8	19,6	15,9	17,4	18,6
Mais de 48 horas	20,7	21,1	20,8	16,3	15,7	19,6	18,3	21,7	13,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Microdados da PNAD. Elaboração do Autor.

⁵⁵ A PNAD considerou o trabalho remunerado: o empregado, permanente ou temporário, em empreendimento do ramo que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura ou dos seus serviços auxiliares. Também foi considerado a existência de contrato direto com a pessoa responsável pelo estabelecimento onde manteve contrato de trabalho temporário (BME, acesso em 09 de março de 2015).

Sob este prisma, observa-se que a maior parte da população imigrante estava inserida na faixa de mais de 40 horas semanais. No entanto, a grande concentração estava na faixa entre 40 a 44 horas semanais, saltando de 24,1%, em 2001, para 34,8%, em 2009. Movimento este que também ocorreu na faixa entre 15 a 39 horas semanais, que saltou de 19% para 23,7% dos imigrantes ocupados, segundo a tabela 34.

Em contrapartida, houve uma redução na faixa entre 45 a 48 horas, caindo de 27,6%, em 2001, para 18,6%, em 2009. O que também foi observado na faixa acima de 48 horas, dado que teve uma queda de 20,7% para 13,6% nos mesmos anos.

5.3 A inserção do imigrante no mercado de trabalho formal e informal capixaba

Ao passarmos à observação das condições de inserção do imigrante no mercado de trabalho, no que se refere ao emprego formal e informal⁵⁶, temos que destacar que este ponto merece uma atenção especial, tendo em vista que a natureza do vínculo está diretamente relacionada à qualidade da ocupação.

Cabe ressaltar que o termo *mercado de trabalho informal* surgiu a partir dos estudos realizados pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) nos marcos do Programa Mundial de Emprego, e tinha o objetivo de realizar estudos e a proposição de estratégias de desenvolvimento econômicos focados na geração de empregos.

Nos termos desse programa, o *setor informal* era compreendido como um fenômeno específico dos países subdesenvolvidos, no qual o modelo de desenvolvimento não permitia a incorporação expressiva de trabalhadores no mercado de trabalho, de modo que, a alternativa a essa parcela da população - a sua sobrevivência - estava nas denominadas atividades informais.

⁵⁶ O debate acerca da conceituação, ou do entendimento, do que vem a ser a *informalidade* foi historicamente permeado por polêmicas e, em certo sentido, de ausência de convergência entre distintas correntes de pensamento, dada a complexidade de se reunir, num único termo, um universo de relações produtivas, sociais e de trabalho que, na esteira do próprio desenvolvimento das forças capitalistas, foi ganhando novas formas e roupagens. Não estranhamente, ao contrário da existência de um único termo, foi elaborado um conjunto de definições – setor informal, economia informal, relações de trabalho informais, informalidade – no intuito de conseguir abarcar, da maneira mais ampla possível, todo esse conjunto de relações (DUARTE, 2014).

Para a Organização das Nações Unidas (ONU), o emprego de *informal* está ligado à qualificação dos postos de trabalho, pois corresponde aos trabalhadores assalariados sem carteira assinada e trabalhadores autônomos, que se dividem entre os trabalhadores por conta própria, trabalhadores não remunerados e empregadores informais. Já o emprego de *formal* abarca os trabalhadores assalariados com carteira assinada, os funcionários públicos estatutários, os militares e os empregadores (sócios e proprietários) de empresas formalmente constituídas (SQUEFF, 2015).

Tendo claros os objetivos deste trabalho e as diferentes correntes que buscam compreender a informalidade, ao longo das últimas décadas, o esforço aqui foi tão somente o de buscar uma classificação para o mercado de trabalho a partir de órgãos oficiais, não sendo nossa intenção aprofundar este ponto, mas que merece uma análise aprofundada a respeito da conceituação teórica e os impactos deste fenômeno na economia capixaba.

Temos claro que este debate é mais complexo, dado as mudanças que ocorreram no mundo do trabalho, principalmente com o advento do neoliberalismo e o contexto de permanente heterogeneidade estrutural. Assim, a compreensão do que venha a ser trabalho informal está em constante redefinição diante das modificações das relações socioeconômicas operadas na periferia do sistema capitalista.

Destarte, ao analisarmos as formas de inserção dos imigrantes no mercado de trabalho capixaba, nos apoiaremos na conceituação de Ramos (2007), para classificar o trabalhador imigrante enquanto emprego formal e informal, pois o autor considera que as principais formas de inserção ocupacional consistem no trabalho assalariado com emprego protegido, no trabalho sem carteira assinada, no trabalho por conta própria, nos empregadores e no trabalho não remunerado.

Entende-se por trabalhadores protegidos os empregados com carteira de trabalho assinada, os trabalhadores domésticos também com carteira de trabalho assinada, os militares e os estatutários, que estão, por assim dizer, *ao abrigo* – ou proteção – de alguma forma de legislação trabalhista. Como trabalhadores sem carteira foram considerados os empregados e trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada, e como trabalhadores por conta própria aqueles que trabalhavam explorando o seu próprio empreendimento, sozinhos ou com sócio (s), sem ter empregado, e contando ou não com a ajuda de trabalhador não remunerado (RAMOS, 2007, p. 13-14).

Nesse sentido, ao utilizarmos do conceito apresentado por Ramos (2007) para classificar o trabalho formal e informal e as informações da PNAD, conseguimos estipular os imigrantes inseridos no mercado de trabalho conforme sua posição na ocupação. Dessa maneira, para o imigrante ocupado no trabalho formal, foram considerados os empregados com carteira de trabalho assinada, os militares, os funcionários públicos estatutários, o trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada e o empregador⁵⁷.

Para os imigrantes ocupados no trabalho informal, foram considerados os empregados sem carteira de trabalho assinada, os trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada, os trabalhadores por conta própria⁵⁸, os trabalhadores na produção para o próprio consumo, os trabalhadores na construção para o próprio uso e os trabalhadores não remunerados⁵⁹.

Desse modo, ao observarmos o gráfico 31, percebe-se que houve uma queda na informalidade do imigrante no Espírito Santo, saindo de 57,8%, em 2001, para 47,5%, em 2009, com uma redução média de 1,3%. Constatamos, ainda, que nos anos de 2001, 2002 e 2007, a informalidade estava bem acima do percentual observado para o trabalho formal. Porém, houve uma melhora na inserção do imigrante no trabalho formal, saltando de 42,2%, em 2001, para 52,9%, em 2009, com uma taxa média de crescimento de 3,3% no período.

Apesar de o grau de informalidade ter ficado levemente constante, em torno de 47,9%, este comportamento é preocupante, pois a persistência deste fenômeno na economia capixaba, pelo menos no que se refere aos imigrantes, revela a gravidade do funcionamento do mercado de trabalho estadual, principalmente num período no qual a economia apresentou bons resultados em termos da participação do PIB nacional, como apresentado no capítulo IV. A manutenção dos empregos informais revela a

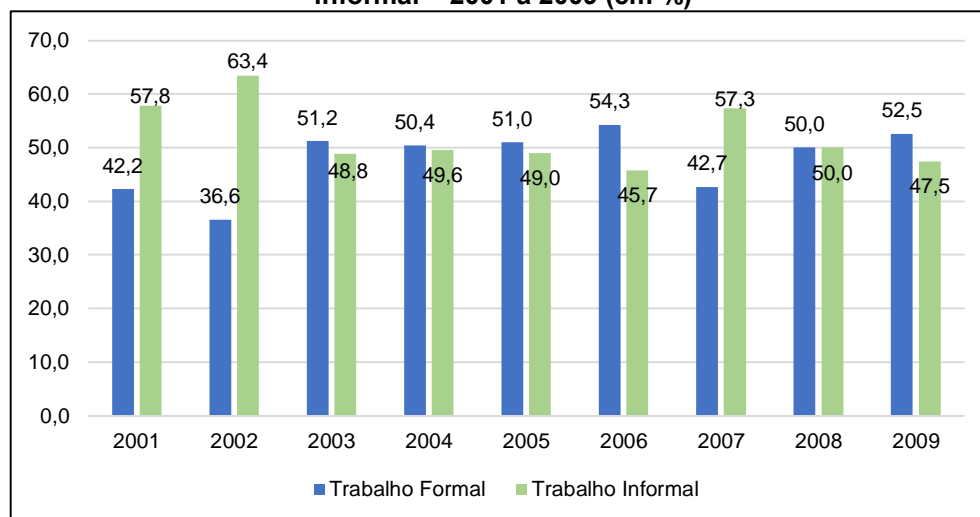
⁵⁷ A PNAD considerou a pessoa que trabalhava explorando o seu próprio empreendimento, com pelo menos um empregado (BME, acesso em 09 de março de 2015).

⁵⁸ A PNAD considerou as pessoas que trabalhavam explorando o seu próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado e contando, ou não, com a ajuda de trabalhador não remunerado (BME, acesso em 09 de março de 2015).

⁵⁹ A PNAD considerou as pessoas que trabalhavam sem remuneração, durante pelo menos uma hora na semana, como aprendiz ou estagiário ou em ajuda a instituição religiosa, beneficente ou de cooperativismo (BME, acesso em 09 de março de 2015).

desigualdade na inserção da força de trabalho no mercado capixaba, bem como a discrepância dos rendimentos e garantias sociais. Estes aspectos, reforçam os argumentos de que a economia capixaba possui uma estrutura heterogênea.

Gráfico 31 - População imigrante ocupada no Espírito Santo, segundo trabalho formal e informal – 2001 a 2009 (em %)



Fonte: Microdados da PNAD. Elaboração do Autor.

Desse modo, ao pensarmos o mercado de trabalho do Espírito Santo, vem à tona um modelo de desenvolvimento marcado pelo crescimento desequilibrado entre os setores econômicos, resultado este da heterogeneidade estrutural. Este elemento, ao determinar os diferentes rendimentos e salários, que, combinados a relações distintas de trabalho, constitui características de uma determinada estrutural social que cria entraves ao desenvolvimento econômico (DUARTE, 2014). A elevada incidência de trabalhadores imigrantes na informalidade é um aspecto que está diretamente relacionado à estrutura dual da economia capixaba.

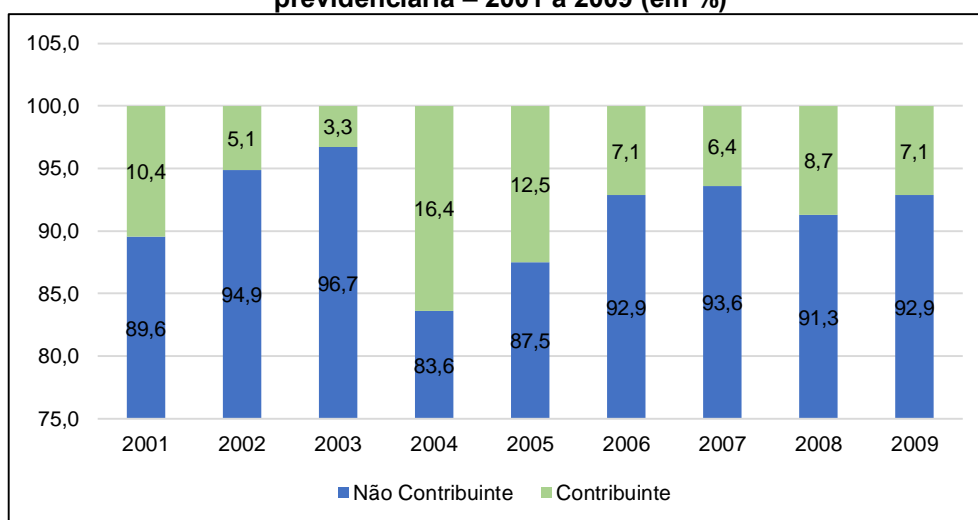
Para o posicionamento estruturalista - ou cepalino - a informalidade é decorrente da especialização do comércio internacional e das imperfeições no mercado formal. Tal informalidade se representa como uma estratégia de subsistência dos indivíduos marginalizados pelo mercado de trabalho formal, condição esta que reforça a exclusão social e evidencia uma elevada desigualdade e uma baixa produtividade das atividades econômicas (SQUEFF, 2015).

Conforme aponta Ramos (2007), é importante ter clareza da informalidade, pois algumas vezes ela é defendida como uma “solução, e não um problema”. O autor

ressalta a necessidade de compreendermos o trabalho informal e seu caráter ilegal, no que se refere ao não pagamento de encargos. O trabalho autônomo, outra faceta da informalidade, é sinônimo de trabalho precário e resulta de uma estratégia de sobrevivência dos indivíduos que não são absorvidos nos empregos formais.

Com o gráfico 32, apresentamos dados que corroboram com nossa argumentação, porque apresenta a participação dos imigrantes, classificados na informalidade, no sistema previdenciário do país. A participação dos não contribuintes ao sistema previdenciário aumentou de 89,6%, em 2001, para 92,9%, em 2009, enquanto que houve uma queda dos contribuintes de 10,4% para 7,1%. Logo, este cenário se torna altamente preocupante, principalmente por colocar parte dos trabalhadores imigrantes na ilegalidade e a margem de um sistema de proteção social.

Gráfico 32 - População imigrante no mercado informal capixaba, segundo contribuição previdenciária – 2001 a 2009 (em %)



Fonte: Microdados da PNAD. Elaboração do Autor.

5.4 Rendimento do trabalhador imigrante no Espírito Santo

Para analisarmos o rendimento do trabalhador imigrante no estado, consideramos a classe de valores próximas ao salário mínimo para cada ano de referência da PNAD, conforme a tabela 35. Assim, distribuimos os imigrantes ocupados em três classes salariais para observarmos o rendimento ao longo dos anos 2000.

Tabela 35 - Salário mínimo na data de referência da PNAD – 2001 a 2009

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Unidade Monetária	R\$ (real)	R\$ (real)	R\$ (real)	R\$ (real)	R\$ (real)	R\$ (real)	R\$ (real)	R\$ (real)	R\$ (real)
Data de Referência da Pesquisa	29/09/01	28/09/02	27/09/03	25/09/04	27/09/05	30/09/06	29/09/07	27/09/08	26/09/09
Valor do Salário Mínimo	180	200	240	260	300	350	380	415	465

Fonte: Microdados da PNAD. Elaboração do Autor.

Num primeiro momento, tabulamos os dados da PNAD, referentes ao valor do rendimento mensal em dinheiro recebido pelo imigrante no trabalho principal remunerado, que tinha na semana de referência. Para a pessoa que recebeu um rendimento fixo, este valor foi a remuneração bruta ou a retirada normalmente recebida, ou então o que ela ganharia naquele mês, se houvesse trabalhado o mês completo (BME, acesso em 09 de março de 2015).

Para a pessoa licenciada por instituto de previdência (federal, estadual ou municipal), o rendimento bruto normalmente recebido é o benefício (auxílio-doença, auxílio por acidente de trabalho, entre outros) recebido no mês de referência. Para quem recebeu um rendimento variável, o valor do rendimento mensal em dinheiro foi o valor médio da remuneração bruta ou da retirada no mês de referência⁶⁰ (BME, acesso em 09 de março de 2015).

Dessa forma, com relação aos rendimentos dos imigrantes no trabalho principal, os dados da PNAD mostram que o ganho da maior parte ficou na faixa entre 01 e 03 salários mínimos, o que representou uma média de 42,2% do total dos imigrantes ocupados. O que pleiteia atenção é que em torno de 68% dos imigrantes se encontravam com rendimento até 03 salários mínimos, um percentual elevado e que demonstra a inserção do imigrante em ocupações de baixa remuneração, ou mesmo o pagamento de baixos salários. Quando observamos as classes mais elevadas de rendimento, a porcentagem de imigrantes foi-se reduzindo, apesar do crescimento

⁶⁰ A **remuneração bruta** da pessoa empregada é formada pela remuneração mensal e pelo salário família, excluindo-se outras parcelas como o décimo terceiro salário (décimo quarto, décimo quinto etc.), participação nos lucros paga pelo empreendimento ao empregado e o pagamento efetuado em benefícios (moradia, alimentação, roupas, vales alimentação, refeição ou transporte etc.). **Retirada** é o ganho (rendimento bruto menos as despesas efetuadas com o empreendimento, como, por exemplo, pagamento de empregados, matéria-prima, energia elétrica, telefone etc.) da pessoa que explorava um empreendimento como conta-própria ou empregadora (BME, acesso em 09 de março de 2015).

percentual de 15,4%, em 2002, para 20,7%, em 2007, no que se refere aos rendimentos acima de 05 salários mínimos.

Tabela 36 - Rendimento mensal em dinheiro, da população imigrante no Espírito Santo ocupada – 2001 a 2009 (em %)

Classes	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Até 1 salário mínimo	26,7	30,1	25,6	25,2	29,3	22,2	14,6	30,4	26,3
Entre 1 a 3 salários mínimos	46,6	38,2	40,8	35,8	45,6	44,4	48,8	37,0	42,4
Entre 3 a 5 salários mínimos	9,5	X	X	11,4	10,9	9,8	X	13,0	11,0
Mais de 5 salários mínimos	9,5	15,4	16,0	20,3	10,2	15,0	20,7	X	X
Total	92,2	83,7	82,4	92,7	95,9	91,5	84,1	80,4	79,7

Nota 1: (X) dados restritos devido ao pequeno número de observações na amostra.

Nota 2: Valor do rendimento mensal em dinheiro expresso em classes do salário mínimo vigente no mês de referência da pesquisa da PNAD.

Fonte: Microdados da PNAD. Elaboração do Autor.

Quando observamos os rendimentos mensais recebidos pelo trabalho principal⁶¹ - tabela 37 -, percebe-se a mesma trajetória da tabela acima. Ou seja, uma concentração dos trabalhadores imigrantes na classe de até 03 salários mínimos. Sendo assim, esses dados demonstram a heterogeneidade das ocupações no que tange ao rendimento mensal do trabalhador.

Tabela 37 - Total do rendimento mensal, da população imigrante no Espírito Santo ocupada – 2001 a 2009 (em %)

Classes	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Até 1 salário mínimo	30,2	29,3	31,2	24,4	23,8	24,2	13,4	28,3	30,5
Entre 1 a 3 salários mínimos	35,3	27,6	32,0	26,8	32,0	37,9	41,5	28,3	29,7
Entre 3 a 5 salários mínimos	X	X	X	8,9	X	9,2	X	X	X
Mais de 5 salários mínimos	X	10,6	13,6	17,9	9,5	10,5	17,1	X	X
Total	65,5	67,5	76,8	78,0	65,3	81,7	72,0	56,5	60,2

Nota 1: (X) dados restritos devido ao pequeno número de observações na amostra.

Nota 2: Valor do rendimento mensal em dinheiro expresso em classes do salário mínimo vigente no mês de referência da pesquisa da PNAD.

Fonte: Microdados da PNAD. Elaboração do Autor.

Mesmo os setores mais dinâmicos e modernos da economia, que compõem o setor secundário, apresentaram uma inserção do trabalhador imigrante nas faixas salariais mais baixas. Como demonstra a tabela 38, tanto no setor primário quanto nos setores secundário e terciário, a maior parte da mão de obra estava inserida nas atividades de baixa renumeração.

Desse modo, percebe-se que a grande massa dos trabalhadores migrou para o Espírito Santo e inseriu-se em atividades que proporcionaram baixos salários. Assim,

⁶¹ A PNAD considerou a soma do valor do rendimento mensal em dinheiro com o valor do rendimento mensal em produtos ou mercadorias.

a ideia de um desenvolvimento com vistas à homogeneização da renda, no caso do Espírito Santo, não ocorreu, pelo menos é o que podemos observar para os imigrantes nos anos 2000. Isso se explica pelo caráter da economia local, que segue a lógica de exportação de *commodities* e importação de bens industrializados, conforme informações sobre a exportação e importação capixaba, abordados no capítulo anterior.

Tabela 38 - População imigrante ocupada por setor econômico no Espírito Santo, segundo rendimento mensal – 2002 a 2009 (em %)

Setor	Classes	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Primário	Até 3 salários mínimos	X	100,0	65,0	92,3	60,0	64,7	66,7	58,3
	Entre 3 a 5 salários mínimos	-	-	X	-	-	-	-	-
	Mais de 5 salários mínimos	-	-	X	-	X	-	-	-
	Total	0	100,0	65,0	92,3	60,0	64,7	66,7	58,3
Secundário	Até 3 salários mínimos	72,4	66,7	64,3	75,0	66,7	X	76,0	82,2
	Entre 3 a 5 salários mínimos	X	X	X	X	X	-	X	-
	Mais de 5 salários mínimos	X	X	X	X	X	X	X	X
	Total	72,4	66,7	64,3	75,0	66,7	0,0	76,0	82,2
Terciário	Até 3 salários mínimos	69,1	66,7	58,7	72,3	69,4	66,7	63,3	66,7
	Entre 3 a 5 salários mínimos	X	X	X	12,8	12,9	X	X	19,7
	Mais de 5 salários mínimos	16,1	19,2	26,7	X	14,1	22,9	X	X
	Total	85,2	85,9	85,3	85,1	96,5	89,6	63,3	86,4

Nota 1: (X) dados restritos devido ao pequeno número de observações na amostra.

Nota 2: (-) dados numéricos não disponíveis.

Nota 3: Valor do rendimento mensal em dinheiro expresso em classes do salário mínimo vigente no mês de referência da pesquisa da PNAD.

Fonte: Microdados da PNAD. Elaboração do Autor.

No que concerne aos rendimentos mensais do imigrante em termos de trabalho formal e informal, o que se destacou foi a concentração na faixa de até três salários mínimos, conforme a tabela 39. No entanto, ao compararmos as classes salariais, o que se sobressaiu foi o fato de que o trabalho informal apresentou uma distribuição salarial bem próxima a dos imigrantes na formalidade.

Este ponto é interessante, pois acredita-se que os trabalhadores informais recebem os piores salários, se compararmos com os trabalhadores formais. Ressaltamos que, ao incluirmos os benefícios sociais e os direitos trabalhistas, os trabalhadores informais encontram-se em situação aquém dos trabalhadores formais, uma vez que muitos não contam com a proteção social e estão desprovidos de direitos trabalhistas.

Nesta leitura, a informalidade se constitui numa condição de precarização do trabalho, por desprovê-los de direitos, mas que se tornou parte fundamental para a sobrevivência do indivíduo no capitalismo atual e dentro de uma estrutura econômica

desigual. Esta forma de ocupação demonstra a heterogeneidade do mercado de trabalho capixaba que não foi - e ainda não é - capaz de absorver a oferta de mão de obra em atividades formais da economia e com altos salários.

Tabela 39 - População imigrante ocupada em atividades formal e informal no Espírito Santo, segundo rendimento mensal – 2001 a 2009 (em %)

Classes		2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Trabalho Formal	Até 3 salários mínimos	79,6	60,0	65,6	61,3	70,7	61,4	60,0	63,0	72,6
	Entre 3 a 5 salários mínimos	X	6,7	12,5	12,9	12,0	15,7	-	X	X
	Mais de 5 salários mínimos	X	33,3	21,9	25,8	17,3	22,9	40,0	X	X
	Total	79,6	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	63,0	72,6
Trabalho Informal	Até 3 salários mínimos	69	73	67	61	79	73	66	72	64
	Entre 3 a 5 salários mínimos	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Mais de 5 salários mínimos	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Total	69	73	67	61	79	73	66	72	64

Nota 1: (X) dados restritos devido ao pequeno número de observações na amostra.

Nota 2: (-) dados numéricos não disponíveis.

Nota 3: Valor do rendimento mensal em dinheiro expresso em classes do salário mínimo vigente no mês de referência da pesquisa da PNAD.

Fonte: Microdados da PNAD. Elaboração do Autor.

Assim, a elevada heterogeneidade estrutural do aparelho produtivo, fez surgir acentuadas diferenças nas formas de inserção do trabalhador entre os diversos setores econômicos. Pessoas com características pessoais similares podem ter empregos muito diferente em termos de renda, ao acesso à segurança social e à estabilidade no trabalho. Além disso, tem ocorrido um fenômeno de concorrência entre os diversos países devido as assimetrias de direitos e condições de trabalho, o que contribui ainda mais para a informalidade da economia brasileira e os baixos rendimentos salariais (CEPAL, 2010).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Feito a explanação da nossa pesquisa, buscaremos, a partir de agora, organizar os principais apontamentos relacionados ao objeto de estudo, bem como apontar algumas especificidades do fenômeno da migração no Espírito Santo, nos anos 2000, sobre os quais discorreremos nos capítulos anteriores.

Inicialmente, temos que destacar que as desigualdades estruturais de uma economia periférica foram - e ainda são - o grande impulsionador das migrações internas no Brasil. Desse modo, a concentração industrial e urbana em determinadas regiões do país, bem como as disparidades entre as zonas rurais e urbanas, acentuaram a rotatividade interna, movimento este contrário ao de outros períodos históricos, nos quais os fluxos eram rurais-urbanos e os centros aglutinadores eram, principalmente, São Paulo e Rio de Janeiro. Na atualidade, estes movimentos ocorrem para as regiões que oferecem empregabilidade e acontecem entre as zonas urbanas do nosso país.

Como nos ensinou Singer (2012), os movimentos populacionais acontecem em consequência de causas estruturais, que, na maior parte das vezes, estão relacionadas a questões econômicas, ou seja, relacionam-se ao deslocamento das atividades produtivas, do crescimento diferenciado entre as regiões e à possibilidade de emprego e melhores rendimentos.

Outro ponto importante a se ressaltar é que o conceito de heterogeneidade estrutural associado ao método histórico-estrutural foi fundamental para a compreensão da migração no Espírito Santo. Nesse sentido, a motivação econômica ganhou destaque em relação a outros determinantes e a acentuada concentração de riquezas em algumas regiões do país, em detrimento de outras regiões estagnadas e pobres, transformaram-se, juntas, num grande motivador dos movimentos populacionais entre as diversas UF's do Brasil.

Desse modo, compreendemos que a heterogeneidade estrutural, em suas dimensões regional, setorial e ocupacional, é uma característica marcante do modelo de desenvolvimento brasileiro e capixaba e incide diretamente sobre a migração, uma vez que ela está na base da concentração da renda, nas disparidades regionais e,

também, na concentração populacional das áreas urbanas.

Logo, consideramos que as migrações internas no Brasil, e também no Espírito Santo, estão condicionadas historicamente a um processo global de mudanças. Nesse contexto, o processo de industrialização não se consistiu apenas numa alteração das técnicas de produção e na diversificação das atividades produtivas, mas também numa profunda alteração da divisão social e espacial do trabalho e na rotatividade populacional, na busca por empregos. Consequentemente, as migrações se engendram num fenômeno historicamente atrelado às mudanças da estrutura econômica.

Outrossim, é necessário enfatizar que, ao abordamos a heterogeneidade estrutural e o modelo de desenvolvimento capixaba, o nosso objetivo foi o de perceber o seu impacto no movimento migratório do Espírito Santo nos anos 2000; aspectos estes já trabalhados no capítulo II, referente aos aspectos teóricos do (sub)desenvolvimento, e no capítulo IV, referente ao atual contexto econômico capixaba.

Embasado pela percepção cepalina e na interpretação de Caçador (2008), Gomes (2008) e Macedo (2002 e 2013), consideramos que a estrutura econômica capixaba é especializada, primordialmente, em *commodities* para exportação, estando, assim, marcada por uma concentração na produção e em diferentes níveis salariais e tecnológicos, o que refletiu na inserção ocupacional da população imigrante no estado nos anos 2000.

Desse modo, conforme já assinalamos, a economia capixaba se caracteriza pela existência de uma dualidade entre atividades de alta e baixa inserção tecnológica, tanto na desigualdade dos rendimentos salariais quanto numa concentração populacional. Questões estas que, ao longo do estudo, procuramos caracterizar teoricamente por meio das concepções cepalina e, principalmente, furtadiana, embasando-nos dos dados da PNAD e do Censo Demográfico.

A partir dos dados sobre a migração no estado, do mercado de trabalho, das importações e exportações, da participação do PIB municipal e da intensidade tecnológica da indústria de transformação, foi possível observar a estrutura econômica

do Espírito Santo, e, assim, relacionar ao debate teórico a respeito do modelo de desenvolvimento e da heterogeneidade estrutural e suas implicações no fenômeno migratório. Ou seja, constatamos que o estado mantém uma estrutura econômica híbrida, na qual se convivem velhas e novas formas de produção.

Mais do que nunca, faz-se presente aos dias de hoje as concepções cepalina e furtadiana de um modelo de desenvolvimento desigual, o que condiciona a economia nacional e também capixaba numa estrutura desigual, periférica e subordinada aos grandes centros econômicos.

Com tal característica, mesmo o Espírito Santo apresentando um crescimento econômico acima da média nacional, e também um aumento na taxa de emprego nos anos 2000 - principalmente entre a população imigrante -, estes fatores não foram capazes de resolver as disparidades regionais e nem os problemas da distribuição de renda e ganhos salariais. Logo, isso aponta para questões já apresentadas em nossa pesquisa, quando abordamos os rendimentos salariais dos imigrantes e a participação municipal no PIB estadual.

Diante deste cenário, identificar os imigrantes e emigrantes no Espírito Santo foi uma tarefa de extrema importância para a compreensão deste fenômeno no estado. Assim, com base nas técnicas de tabulação dos dados da PNAD e do Censo, estabelecidas no capítulo III, foi possível compreender o perfil da população imigrante e emigrante, no que diz respeito a: sexo; anos de estudo; faixa etária; cor/raça; situação de domicílio; local de nascimento; e última UF de residência.

Portanto, ao analisarmos os objetivos propostos, consideramos que, mesmo diante das dificuldades apresentadas ao longo do estudo, tornou-se crível identificar a população imigrante e emigrante no estado. Tal empreitada teve o suporte de uma ferramenta específica o BME, que auxiliou na tabulação dos microdados da PNAD e do Censo, possibilitando-nos, assim, o manuseio e cruzamento das variáveis disponíveis nestas pesquisas.

Estes aspectos apontam que, em grande parte, os imigrantes eram constituídos por uma população jovem, entre os 10 a 29 anos, que, em sua maioria, era composta pelo

sexo feminino e se declarava como pardos. Com relação à escolaridade, os imigrantes se encontravam, majoritariamente, na classe de 4 a 7 anos de estudos e que possuíam uma faixa salarial que variava entre 1 e 3 salários mínimos. Outro dado importante foi a respeito da naturalidade dos imigrantes, dado que uma parcela significativa advinha efetivamente dos estados da Bahia e de Minas Gerais, concentrando-se prioritariamente na microrregião Metropolitana.

Para os emigrantes do Espírito Santo, observamos que se destacou a população jovem entre os 10 e 29 anos, composta, em sua maioria, pelo sexo feminino e que também se declarava como pardos. A maioria residia em áreas urbanas do Espírito Santo e se encontravam na classe de 4 a 7 anos de estudos. A naturalidade era, principalmente, dos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo e a principal região de destino foi, de fato, o Sudeste.

Claro que, ao traçarmos este perfil, não estamos desconsiderando as demais variáveis e condições dos imigrantes e emigrantes apresentados pelos dados. Em tempo: apenas apontamos os traços marcantes da nossa análise, que nos ajudaram a compreender que o fenômeno migratório no período estipulado não ocorreu por conta de um aspecto social ou político específico, mas sim em virtude de uma brutal desigualdade regional e de busca por emprego.

Com base no IEM proposto por Baeninger (1999, 2000 e 2008), também foi considerável observar a capacidade de atração e “expulsão” populacional das UFs no Brasil e verificar o padrão migratório no Espírito Santo, bem como as mudanças que ocorreram nos anos 2000. Desse modo, o estado teve um ganho populacional, com um movimento contrário às demais UFs da região sudeste, e se configurou numa região de baixa retenção migratória, condição esta contrária à de outros períodos históricos.

Ao compararmos estas características com a inserção dos imigrantes nas atividades econômicas do estado, o que chamou atenção foi a reprodução das desigualdades existentes na sociedade atual, seja em termos de gênero, raça/cor, nível de escolaridade e renda.

Em termos absolutos, a população imigrante economicamente ativa masculina representou uma parcela superior em relação à feminina. Situação esta contrária à observada na imigração absoluta, no qual a população feminina foi relativamente maior. No entanto, em termos de população imigrante não economicamente ativa, a parcela de mulheres foi superior à masculina, o que demonstrou a desigualdade de gêneros no que se refere à sua inserção no mercado de trabalho.

Outro argumento que corrobora com a nossa análise foi a observação da população imigrante ocupada, que teve a inserção masculina bem acima da feminina. Neste ponto, é importante destacar que, ao traçarmos a divisão por sexo, em relação às atividades econômicas, o que observamos foi o fato de a grande maioria das mulheres estarem inseridas nas atividades econômicas do setor terciário. Em virtude do tamanho da amostra da PNAD, não foi possível estipular as atividades que as mulheres ocupavam no setor terciário, o que demanda uma pesquisa mais aprofundada a respeito desta temática.

Outro ponto que os dados da PNAD evidenciaram para o período de estudo foi que a maior parte da população imigrante ocupada se encontrava nas seguintes atividades: administração pública; educação, saúde e serviços sociais; serviços domésticos; outros serviços coletivos, sociais e pessoais; outras atividades, atividades maldefinidas ou não declaradas. Ou seja, a grande parte dos imigrantes estavam inseridos nas atividades do setor terciário, sejam eles do sexo feminino como do masculino.

Temos que ressaltar que a grande parte da população imigrante ocupada estava inserida em apenas um emprego e com uma jornada de trabalho entre 40 e 48 horas semanais. Outro ponto que nos chamou a atenção foi a incidência de imigrantes ocupados na informalidade, que se constituiu numa estratégia de subsistência, mas que reforçou a exclusão social, principalmente em termos da proteção social instituída pelo sistema previdenciário. Isso posto, uma parcela significativa dos imigrantes ocupados no trabalho informal não contribuía com o sistema previdenciário e estavam desprovidos de um sistema de proteção social.

Uma observação interessante foi constatar que, entre os imigrantes ocupados com 11

anos ou mais de estudo, a grande maioria encontrava-se com um rendimento mensal de até 3 salários mínimos, no que se refere ao trabalho principal da época. Esta é uma característica que chama atenção, uma vez que reforça nosso argumento de uma economia periférica e com baixos salários, apontando para uma estrutura heterogênea.

Logo, o movimento migratório no Espírito Santo, nos anos 2000, teve como fator preponderante a inserção dos os imigrantes em ocupações de baixa remuneração, ou seja, até 3 salários mínimos. Tal situação está constatada tanto para a totalidade dos imigrantes ocupados nos anos 2000, como na divisão por setores econômicos. Uma outra característica foi que tanto o trabalho formal como o informal obtiveram a faixa salarial preponderante de até 3 salários mínimos.

Nesse sentido, o modelo de desenvolvimento instituído no estado foi baseado na desigualdade e na concentração de renda, aspectos esses que explicam a inserção dos imigrantes em ocupações de baixos rendimentos. Desse modo, não há como desassociar a compreensão do modelo de desenvolvimento econômico dos movimentos migratórios, já que estes últimos são resultados direto da dinâmica econômica instituída no Brasil – e, claro, no Espírito Santo também.

Como bem argumenta Furtado (1975), não podemos cair na armadilha de pensar que uma condição periférica e dependente seria superada com o advento da industrialização. Assim, no caso capixaba, o processo de industrialização não rompeu com as relações rurais de produção. Não houve uma superação de uma etapa, agrária e periférica, para outra etapa moderna e de alta inserção industrial e tecnológica. Pelo contrário, ocorreu um processo de sofisticação das relações econômicas e sociais, ou seja, a consolidação de uma estrutura híbrida que comporta velhas e novas formas de produção.

O modelo de desenvolvimento abarcou uma parcela das atividades econômicas, principalmente nos denominados “grandes projetos”, sem, no entanto, abarcar a totalidade da cadeia produtiva e muito menos abranger o estado como um todo. Ocorreu uma diversificação das atividades econômicas, mas que não foram capazes de proporcionar altos ganhos aos trabalhadores.

Como observado no tópico sobre a participação dos municípios no PIB estadual, perpetuou-se, nos anos 2000, a concentração da produção e o modelo exportador de *commodities* e importador de bens industriais de alta intensidade tecnológica. Neste mecanismo, que também se aplica à realidade brasileira, a saída para uma parcela da população foi migrar para as regiões que oferecessem oportunidades de emprego.

Assim, o Espírito Santo se apresentou como uma alternativa, tendo em vista seu bom desempenho nos últimos anos, mas que não foi capaz de ofertar empregos com altos salários à população imigrante, muito menos em atividades atreladas aos produtos de alta intensidade tecnológica. O que foi possível observar nos dados a respeito dos rendimentos da população imigrantes no estado e na pauta de exportação e importação segundo a intensidade tecnológica.

Isso posto, persiste-se, na atualidade, uma estrutura economia concentrada, especializada em *commodities*, com baixa inserção tecnológica e que proporciona baixos salários. Fatores que, ao longo dos anos, estimulou estudiosos da Cepal a compreender a dinâmica dos países latinos americanos e também da realidade brasileira. Portanto, ao analisarmos o modelo de desenvolvimento no Espírito Santo, o que percebemos é que não houve um rompimento das condições de subordinação; pelo contrário, houve uma sofisticação das relações econômicas e de dependências interna e externa.

Por conseguinte, o nosso grande desafio ao estudar a migração foi o de compreender uma estrutura desigual e, ao mesmo tempo, o de estipular o imigrante e emigrante a partir de dados da PNAD e do Censo. Dois aspectos distintos a princípio, mas que estão associados diretamente, já que a migração é resultado das desigualdades estruturais, num círculo que não se rompe e que vem se perpetuando ao longo dos anos, enfim.

Ao analisarmos a dinâmica da economia capixaba nos anos 2000, a partir do que Caçador (2008) denomina de terceiro ciclo de desenvolvimento econômico, foi permitido compreender a estrutura econômica do nosso estado, principalmente no que se refere à concentração da produção e da riqueza produzida. Outro fator importante neste estudo foi a compreensão de uma estrutura especializada em *commodities* e

com uma pauta de exportação em produtos com baixa intensidade tecnológica e a importação de produtos com alta intensidade tecnológica.

Logo, estes aspectos reforçam nossos argumentos de uma economia periférica e dependente, ou seja, por mais que se tenha avançado no processo de industrialização e na diversificação das atividades econômicas, o estado do Espírito Santo continua atrelado a um modelo de desenvolvimento no qual persiste-se a condição periférica e dependente, tanto interna, por constituir um corredor de escoamento da produção, quanto externa, por comercializar produtos de baixa inserção tecnológica e comprar mercadorias de alta intensidade tecnológica. Ou seja, em vias de regra, mantém-se a tradicional divisão internacional do trabalho, instituída em novas roupagem e relações comerciais.

Então, diante do exposto, consideramos que a importância desse trabalho consiste em apresentar uma leitura do fenômeno migratório que abarca os conceitos essenciais para a compreensão das economias local e nacional. Enfim, isso se mostra como um grande desafio, em termos de investigação, seleção e organização de dados e bibliografia, já que consiste em duas áreas de estudos distintos, mas que se entrelaçam no momento quando se buscam respostas para os constantes movimentos populacionais.

7 REFERÊNCIA

ABRAMO, L. Desigualdade de Gênero e Raça no Mercado de Trabalho Brasileiro. In: **Revista Ciência e Cultura**. São Paulo, v. 58, n. 4, Mai 2006. Disponível em: <<http://www.cinterfor.org.uy/public/spanish/region/ampro/cinterfor/temas/gender/doc/cinter/emprego.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2015.

AMARAL, E. F. L. **Indicadores sociais (aula 4)**. Disponível em: <<http://www.ernestoamaral.com/docs/indsoc-122/Aula4.pdf>>. Acesso em: 03 mar. 2015.

BAENINGER, R. **Região, metrópole e interior: espaços ganhadores e espaços perdedores nas migrações recentes - Brasil, 1980-1996**. 1999. 234f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000175309>>. Acesso em: 24 fev. 2015.

_____. **Região, metrópole e interior: espaços ganhadores e espaços perdedores nas migrações recentes: Brasil, 1980-1996**. In: **Redistribuição da população e meio ambiente**: São Paulo e Centro-Oeste. Campinas: Unicamp, Núcleo de Estudos de População, v. 3, 2000. Disponível em: <http://www.nepo.unicamp.br/textos/publicacoes/textos_nepo/textos_nepo_35.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2015.

_____. **Rotatividade Migratória: um novo olhar para as migrações no século XXI**. XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, ABEP. Caxambu, setembro/outubro de 2008. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docsPDF/ABEP2008_1254.pdf>. Acesso em: 1 fev. 2014.

BECKER, G. S. **Investment in human capital: a theoretical analysis**. The Journal of Political Economy, v. 70, n.5, part 2 – Investment in Human Beings, p. 9-49, oct. 1962.

BIELSCHOWSKY, R. Introdução. In: BIELSCHOWSKY, R (Org.). **Cinquenta anos de pensamento da CEPAL**. v. 1. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.

BITTENCOURT, G. A. M. **A formação econômica do Espírito Santo: o roteiro da industrialização, do engenho às grandes indústrias (1535-1980)**. Rio de Janeiro: Cátedra; Vitória, ES: Departamento Estadual de Cultura, 1987.

BRANDÃO, C. Celso Furtado: Subdesenvolvimento, dependência, cultura e criatividade. In: D'AGUIAR, R. F. (Org.). **Celso Furtado e a dimensão cultural do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: E-papers: Centro Internacional Celso Furtado, 2013.

BME. **Banco Multidimensional de Estatísticas**. Disponível em: <<https://www.bme.ibge.gov.br/app/index.jsp>>. Acesso em: 09 mar. 2015.

BRITO, F. R. A.; CARVALHO, J. A. M. As migrações internas no Brasil: as novidades sugeridas pelos censos demográficos de 1991 e 2000 e pelas PNADs recentes. In: **Revista Parcerias Estratégicas**. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. n. 22. jun. 2006. Disponível em: <http://www.cgee.org.br/arquivos/pe_22.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2015.

BRITO, F. **As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, set. 2009. 20 p. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/6EncNacSobreMigracoes/ST3/FaustoBrito.pdf>>. Acesso em: 2 jun. 2013.

_____. Brasil, final de século: a transição para um novo padrão migratório ?. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS DA ABEP, 12., 2000, Caxambu. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/Brasil,%20Final%20de%20S%C3%A9culo%20-%20A%20Transi%C3%A7%C3%A3o%20Para%20Um....pdf>>. Acesso em: 02 jul. 2013.

CAÇADOR, S. B. **Um olhar crítico sobre a evolução da economia capixaba nas últimas décadas: uma análise a partir das teorias de desenvolvimento regional e de estatística de inovação**. 2008. 175f. Dissertação (Mestrado em economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

CAÇADOR, S. B.; GRASSI, A. R. A Economia Capixaba no Período Pós-1990: O Processo de “Diversificação Concentradora”. In: **Revista Economia Ensaios**. v. 23. n. 2. 2009. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/revistaeconomiaensaios/article/view/3740/2745>>. Acesso em: 3 jan. 2015.

CAMPOLINA, B.; SILVEIRA, F. G. A heterogeneidade estrutural e o consumo de massa no Brasil. In: CASTRO, I. S. B (org.). **Novas interpretações desenvolvimentista**. Rio de Janeiro: E-papers: Centro Internacional Celso Furtado, p. 249-288. 2013.

CANO, W. **Desconcentração produtiva regional no Brasil 1970-2005**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

_____. (Des)Industrialização e (Sub)Desenvolvimento. In: Congresso Internacional do Centro Celso Furtado: Um novo desenvolvimento para uma nova democracia, 2. 2014. Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <<http://centrocelsofurtado.org.br/congresso2014/arquivos/file/Artigo%20Wilson%20Cano.pdf>>. Acesso em: 02 set. 2013.

CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. Dependência e desenvolvimento na América Latina. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). **Cinquenta anos de pensamento da CEPAL**. v. 2. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.

CARVALHO, J. A. M.; RIGOTTI, J. I. R. Os dados censitários brasileiros sobre migrações internas: algumas sugestões para análise. In: **Revista Brasileira de Estudos de População**. ABEP, Brasília, v. 15, n. 2, p. 7-17, jul./dez. 1998. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev_inf/vol15_n2_1998/vol15_n2_1998_2artigo_7_17.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2015.

CARVALHO, J. A. M. Migrações Internas: mensuração direta e indireta. In: **Revista Brasileira de Estatística**. Rio de Janeiro. v. 43. n. 171. P. 549-583. jul./set. 1982. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/1980/T80V01A11.pdf>>. Acesso em: 24 fev. 2015.

CASTRO, M. W.; ROCHA, A. F.; COSTA, J.; TRINDADE, L. Z.; FERRARI, T. K. **Nota técnica 21: Demografia – Indicadores socioeconômicos do Espírito Santo. PNAD 2009.** Vitória: IJSN, 2011. Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/Sitio/attachments/851_ijsn_nt21.pdf>. Acesso em: 2 mar. 2015.

CAVALCANTI, L. R. **Classificação tecnológica: uma sistematização.** Nota técnica n. 17, Brasília: IPEA, mar. 2014. Disponível em: <http://www.en.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/nota_tecnica/140326_notatecnica17.pdf>. Acesso em: 04 fev. 2015.

CAVALCANTE, L. R.; DE NEGRI, F. Evolução recente dos indicadores de produtividade no Brasil. In: CAVALCANTE, L. R.; DE NEGRI, F (org.). **Produtividade no Brasil: desempenho e determinantes.** Brasília: ABDI: IPEA, 2014. Disponível em: <http://ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_produtividade_no_brasil.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2015.

CELIN, J. L. **Migração europeia, expansão cafeeira e o nascimento da pequena propriedade no Espírito Santo.** 1984. 330 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: Rio Grande do Sul, 1984a.

_____. Contribuição ao estudo da pequena produção na cafeicultura brasileira: o caso do Espírito Santo. In: **Análise econômica.** Porto Alegre, n. 4, p. 67-75, nov. 1984b. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/AnaliseEconomica/article/view/10231/5958>>. Acesso em: 26 dez. 2014.

CEPAL. **La hora de la igualdad: brechas por cerrar, caminos por abrir.** Trigésimo tercer período de sesiones de la CEPAL. Brasília, 2010. Disponível em: <http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/13309/S2010986_es.pdf?sequence=1>. Acesso em: 4 jun. 2015.

COSTA, E. **A política salarial no Brasil 1964-1985: 21 anos de arrocho salarial e acumulação predatória.** São Paulo: Boitempo Editorial, 1997.

CUNHA, J. M. P. O uso das PNADs na análise do fenômeno migratório: Possibilidades, lacunas e desafios metodológicos. **Texto para discussão - IPEA.** n. 875. Rio de Janeiro, abr. 2002. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0875.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2015.

CUNHA, J. M. A migração no Brasil no começo do século 21: continuidades e novidades trazidas pela PNAD 2004. In: **Taller Nacional sobre “Migración interna y desarrollo en Brasil: diagnóstico, perspectivas y políticas”**. Brasília, Brasil, 2007. Disponível em: <<http://www.cepal.org/celade/noticias/paginas/4/28454/mpinto.pdf>>. Acesso em: 2 mar. 2015.

CUNHA, A. S. **O Índice de Eficácia Migratória: suas raízes e o seu uso na análise e interpretação dos movimentos migratórios**. Disponível em <https://www.academia.edu/9033942/O_%C3%8Dndice_de_Efic%C3%A1cia_Migrat%C3%B3ria_suas_ra%C3%ADzes_e_o_seu_uso_na_an%C3%A1lise_e_interpreta%C3%A7%C3%A3o_dos_movimentos_migrat%C3%B3rios>. Acesso em: 24 fev. 2015.

CUNHA, T. A. Mapeando Fluxos Metropolitanos: Considerações acerca da dinâmica migratória intrametropolitana da RM de Campinas e a utilização de Sistemas de informação Geográfica na espacialização de seus fluxos populacionais. In: **Revista de Desenvolvimento Econômico**. Ano XIV. n. 25. Salvador. 2012. pp. 93-107. Disponível em: <<http://www.revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/1618/1614>>. Acesso em: 24 fev. 2015.

DOMENACH, H.; PICOUET, M. El carácter de reversibilidad en el estudio de la migración. **Notas de Población**. Santiago de Chile, CELADE, n.49, 1990.

DUARTE, P. H. E. Relações de trabalho no capitalismo brasileiro: uma análise da informalidade como componente do desemprego estrutural. In: Encontro Nacional de Economia Política, 19., 2014, Florianópolis. **Anais eletrônicos....** Disponível em: <<http://www.sep.org.br/artigos/download?id=2633>>. Acesso em: 10 mai. 2015.

FALEIROS, R. N. **História e extraterritorialidade do complexo cafeeiro capixaba: uma proposta de interpretação**. In: Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada. Juiz de Fora, v. 5, n. 8, p. 17-40, jan/jun. 2010. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/heera/files/2009/11/Artigo-HEERA-faleiros-aprovado-para-pdf.pdf>>. Acesso em: 1 nov. 2014.

FERREIRA, R. N. **Dinâmica do mercado de trabalho formal, migrações no emprego e o processo de reestruturação territorial no Brasil contemporâneo**. 2006. 152 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação de Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/MPBB-752N5M>>. Acesso em: 2 jun. 2013.

FLETCHER, P. R.; RIBEIRO, S. C. **A educação na estatística nacional**. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/outraspub/pnadsemfoco/fletcher.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

FURTADO, C. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura S. A., 1963.

_____. **O mito do desenvolvimento econômico**. 2ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

_____. **Análise do “modelo” brasileiro**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

_____. **Introdução ao desenvolvimento**: enfoque histórico estrutural. 3ª ed., São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 9-40.

_____. **Raízes do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FURTADO, A. T.; CARVALHO, R. Q. Padrões de intensidade tecnológica da indústria brasileira: um estudo comparativo com os países centrais. In: **São Paulo em Perspectiva**. v. 19, n. 1, p. 70-84, jan./mar. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v19n1/v19n1a06.pdf>>. Acesso em: 10 mai. 2015.

GOLGHER, A. B. Fundamentos da migração. In: **Textos para discussão n. 231**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2004. Disponível em: <<http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20231.pdf>>. Acesso em: 3 mar. 2015.

GOMES, E. C. F. **Desconcentração produtiva regional no Brasil: O Estado do Espírito Santo (1990 a 2005)**. 2008. 194 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) - Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008. Disponível em: <<http://cutter.unicamp.br/document/?code=000436965>>. Acesso em: 2 jun. 2013.

GONÇALVES, O. **Migrações e Desenvolvimento**. Porto: Fronteira do Caos Editores, 2009. Disponível em: <<http://www.cepese.pt/portal/investigacao/livro-migracoes-e-desenvolvimento>>. Acesso em: 2 jun. 2013.

GRAMKOW, C. Heterogeneidade estrutural e da inserção externa no Brasil: uma análise empírica para o período de 1990 a 2008. In: Encontro Nacional de Economia Política, 18., 2013, Belo Horizonte. **Anais eletrônicos....** Disponível em: <<http://www.sep.org.br/artigos/download?id=2283>>. Acesso em: 10 mai. 2015.

GUSSO, D. A; NOGUEIRA, M. O; VASCONCELOS, L. F. Heterogeneidade estrutural: uma retomada conceitual. In: **Radar: tecnologia, produção e comércio exterior** / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Diretoria de Estudos e Políticas Setoriais, de Inovação, Regulação e Infra-estrutura. N. 1. Brasília. 2009. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/radar/110727_radar14.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2014.

IBGE. **O que é BME ?** Disponível em: <https://www.bme.ibge.gov.br/apoio/produto_bme.html>. Acesso em: 3 mar. 2015.

_____. **Censo Demográfico 2010: Resultados preliminares da amostra**. Rio de Janeiro. 2011. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados_preliminares_amostra/notas_resultados_preliminares_amostra.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2015.

_____. **Metodologia**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad98/saude/metodologia.shtm>>. Acesso em: 3 mar. 2015b.

_____. **SIDRA**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/diseminacao/eventos/workshop/sidra.shtm>>. Acesso em: 11 mar. 2015.

_____. **Conceitos.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/conceitos.shtm>>. Acesso em: 01 jun. 2015.

IJSN. **Movimentos migratórios no estado do Espírito Santo – 1986-1991.** Vitória, 2003. Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20120829_movimentosmigratoriosdoes_1986_1991.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2015.

_____. **Análise da ocupação formal x informal, segundo características pessoais:** Espírito Santo 2001-2009. Texto para discussão, n. 43. Vitória, 2011. Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20120821_1124_ijsn_td43.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2015.

IJSN. **Síntese de indicadores sociais no Espírito Santo.** Vitória, 2012. Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/Sitio/index.php?option=com_content&view=article&id=3807:sintese-dos-indicadores-sociais-do-espírito-santo-2013&catid=11&Itemid=201>. Acesso em: 5 jan. 2014.

IJSN. **A Indústria de transformação capixaba:** mudanças estruturais entre os anos 2000 e 2010. Nota técnica, n. 42. Vitória, 2012. Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/Sitio/index.php?option=com_content&view=article&id=3923:nt-42-a-industria-de-transformacao-capixaba-mudancas-estruturais-entre-os-anos-2000-e-2010&catid=109&Itemid=203>. Acesso em: 10 fev. 2015.

IJSN. **PIB Estadual.** Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/Sitio/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=52&Itemid=252>. Acesso em: 10 fev. 2015.

LETELIER G., M. E. Escolaridade e inserção no mercado de trabalho. In: **Cadernos de Pesquisa.** n. 107, p. 133-148, 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n107/n107a05.pdf>>. Acesso em: 3 jul. 2015.

MACEDO, F. C. **Integração e dinâmica regional:** o caso capixaba (1960-2000). 2002. 161 f. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000249024>>. Acesso em: 2 jun. 2013.

MACEDO, F. C. **História econômica e organização espacial: o caso capixaba**. Goiânia: Gráfica e Editora América, 2013.

MAGALHÃES, M. A.; TOSCANO, V. N. Abertura, Concentração e Volatilidade Uma análise do comércio exterior do Espírito Santo ao longo do período 1996-2010. In: MAGALHÃES, M. A.; TOSCANO, V. N. (Org.). **A economia do Espírito Santo: novas visões**. Vitória: IJSN, 2012. Disponível em: <<http://www.encontroeconomias.com/a-economia-do-espiacuterito-santo-novas-visotildees.html>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

MARTINS, J. S. **Expropriação & Violência**. A questão política no campo. v. 5. São Paulo: Expressão Popular, 1982.

MATOS, P. O. **Análise dos planos de desenvolvimento elaborados no Brasil após o II PND**. 2002. 184 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. Disponível em: <<http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CB8QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.teses.usp.br%2Fteses%2Fdisponiveis%2F11%2F11132%2Ftde-08012003-110722%2Fpublico%2Fpatricia.pdf&ei=SiYrVlzCA86lsQTnjICQAg&usg=AFQjCNELbYNoWRC2hCqS7b7C2E6JoLAq7w&bvm=bv.76477589,d.cWc>>. Acesso em: 01 ago. 2014.

MEDEIROS, C. A. **Desenvolvimento econômico, heterogeneidade estrutural e distribuição de renda no Brasil**. Economia e Sociedade. Campinas. v. 13, n. 2 (23), p. 169-174, jul./dez. 2004. Disponível em: <http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CB8QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.eco.unicamp.br%2Fdocprod%2Fdownarq.php%3Fid%3D575%26tp%3Da&ei=As0oVMPcKJLzgwSI5oGwBQ&usg=AFQjCNECEGgNWBxTdhuqxmGXaC8s_pDBwQ&bvm=bv.76247554,d.eXY>. Acesso em: 01 ago. 2014.

MELLO, J. M. C; NOVAIS, F. **Capitalismo tardio e sociabilidade moderna**. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

MOREIRA, R.; SABADINI, M. S. Migração e trabalho no Brasil recente. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 16., 2011, Uberlândia. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <<http://www.sep.org.br/artigos/download?id=1770>>. Acesso em: 10 jun. 2013.

NAKATANI, P.; FALEIROS, R. N.; VARGAS, N. C. Histórico e os limites da reforma agrária na contemporaneidade brasileira. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, n.110, p. 213-240, abr./jun. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n110/a02n110.pdf>>. Acesso em: 02 jul. 2013.

NABUCO, P. Hukou e migração na China: alguns apontamentos sobre divisão do trabalho. **Revista de Economia Contemporânea**. Rio de Janeiro. v. 16, n. 2, p. 237-258, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rec/v16n2/a04v16n2.pdf>>. Acesso em: 01 out. 2015.

NOGUEIRA, M. O.; INFANTE, R.; MUSSI, C. **Produtividade do trabalho e heterogeneidade estrutural no brasil contemporâneo**. In: CAVALCANTE, L. R.; DE NEGRI, F (org.). **Produtividade no Brasil**: desempenho e determinantes. Brasília: ABDI: IPEA, 2014. Disponível em: <http://ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_produtividade_no_brasil.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2015.

OLIVEIRA, A. T. R.; ERVATTI, L. R.; O'NEILL, M. M. V. C. O panorama dos deslocamentos populacionais no Brasil: PNADs e Censos Demográficos. In: Oliveira, L. A. P. de; Oliveira, A. T. R. de (Org.). **Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil**: Estudos e análises. Informação demográfica e socioeconômica, n. 1. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/reflexoes_deslocamentos/de_slocamentos.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2015.

OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista**: o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo. 2003.

PIRES, A. A indústria do petróleo e o caso do Espírito Santo. In: IJSN. **Espírito Santo**: instituições, desenvolvimento e inclusão social. Vitória, 2010. Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/Sitio/images/flippingbook/Crescimento_es/PDF/IJSN_Determinantes_Cresc_ES.pdf>. Acesso em: 9 jun. 2015.

PELIANO, J. C. **Acumulação de trabalho e mobilidade do capital**. Distrito Federal: Ed. UNB, 1990.

PORTUGAL JÚNIOR, J. G. **Padrões de Heterogeneidade Estrutural no Brasil**. 2012. 457 f. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas, Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000901624>>. Acesso em: 23 jun. 2014.

PREBISCH, R. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de sus problemas principais. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). **Cinquenta anos de pensamento da CEPAL**. v. 1. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.

RAMOS, L. **O desempenho recente do mercado de trabalho brasileiro: tendências, fatos estilizados e padrões espaciais**. Textos de discussão n. 1255. Rio de Janeiro: IPEA, jan. 2007. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1255.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2015.

RIGOTTI, J. I. R. **Técnicas de mensuração das migrações, a partir de dados censitários**: aplicação aos casos de Minas Gerais e São Paulo. 1999. Tese (Doutorado em Demografia) – Programa de pós-graduação em Demografia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1999. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/MCCR-7RQNTT/tese.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 24 fev. 2015.

RIPSA. **Taxa de Crescimento da População**. Disponível em: <http://www.ripsa.org.br/fichasIDB/pdf/ficha_A.3.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2015.

ROCHA, H. C; MORANDI, A. M. **Cafeicultura e grande indústria**: a transição no Espírito Santo 1955-1985. 2. ed. Vitória: Espírito Santo em Ação, 2012.

RODRIGUES, M. B. F.; DADALTO, M. C. Movimentos migratórios, criminalidade e direitos civis no Espírito Santo. **Revista Sinais**. Vitória. n. 14, p. 1-47, 2013. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufes.br/sinais/article/view/8589/6041>>. Acesso em: 01 out. 2015.

ROMERO, J. P. **Desenvolvimento econômico e mudança estrutural: Teoria e evidência a partir de um enfoque multisetorial**. 2011. 142 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011. Disponível em: <<http://web.face.ufmg.br/cedeplar/site/economia/dissertacoes/2011/JoaoRomero.pdf>>. Acesso em: 01 ago. 2014.

SAMPAIO JUNIOR, P. A. **A atualidade da teoria do subdesenvolvimento de Celso Furtado**. In: D'AGUIAR, R. F. (Org.). Celso Furtado e a dimensão cultural do desenvolvimento. Rio de Janeiro: E-papers: Centro Internacional Celso Furtado, p. 69-85. 2013.

_____. **Entre a nação e a barbárie: os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

SANTOS, M. A. et al. **Migração: Uma revisão sobre algumas das principais teorias**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, ago. 2010. 18 p. Disponível em: <<http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20398.pdf>>. Acesso em: 4 ago. 2013.

SILVA, P. L. N.; PESSOA, D. G. C.; LILA, M. F. **Análise estatística de dados da PNAD: incorporando a estrutura do plano amostral**. In: Revista Ciência & Saúde Coletiva. Rio de Janeiro, v. 7, n. 4, p. 659-670, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232002000400005>. Acesso em: 03 mar. 2015.

SILVA, E. Y.; PORCILE, G. **Heterogeneidade estrutural na produtividade das firmas brasileiras**. In: Textos para Discussão CEPAL-IPEA. n. 55. Brasília: Escritório no Brasil, 2013. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs_Ipea_Cepal/tdcepal_055.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2014.

SINGER, P. **Economia política da urbanização**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

SJAASTAD, L. A. The costs and returns of human migration. **The Journal of Political Economy**, v. 70, n. 5, Part 2: Investment in human beings, p. 80-93, oct. 1962.

SOUZA, R. B. **Dinâmica intergeracional educacional no Brasil**: Um estudo sobre as famílias migrantes, seletividade e efeitos do ambiente. 2012. 59 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012. Disponível em: <http://bdtd.biblioteca.ufpb.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2396>. Acesso em: 3 mar. 2015.

SQUEFF, G. C. **Produtividade do trabalho nos setores formal e informal no Brasil**: uma avaliação do período recente. Texto para discussão. n. 2084. Rio de Janeiro: IPEA, 2015. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_2084.pdf>. Acesso em: 3 jul. 2015.

STARK, O.; LEVHARI, D. On migration and risk in LDCs. **Economic Development and Cultural Change**. v. 31, n. 1, p. 191-196, Oct. 1982.

RAVENSTEIN, E. G. The laws of migration. **Journal of the Statistical Society of London**. v. 48, n. 2, p. 167-235, jun. 1885.

TAVARES, M. C. **Acumulação de capital e industrialização no Brasil**. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1986.

TAVARES, M. C. **Império, território e dinheiro**. In: FIORI, J.L (ORG). Estado e moedas no desenvolvimento das nações. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

TODARO, M. P. A model of labor migration and urban unemployment in the less developed countries. **American Economic Review**. v. 59, n. 1, p. 136-148, mar. 1969.

ZULLO, G. J. D. Bloqueios à elevação salarial: crise estrutural do capital e heterogeneidade estrutural. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 19., 2014, Florianópolis. **Anais eletrônicos....** Disponível em: <<http://www.sep.org.br/artigos/download?id=2552>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

ANEXOS

Tabela 40 - Classificação tecnológica OCDE, segundo divisão das atividades da indústria de transformação no Brasil

Classificação Tecnológica OCDE	Código e denominação da atividade
Industria de Alta Intensidade Tecnológica - AT	24020 - Fabricação de produtos farmacêuticos
	30000 - Fabricação de máquinas de escritório e equipamentos de informática
	32000 - Fabricação de material eletrônico e de aparelhos e equipamentos de comunicação
	33001 - Fabricação de aparelhos e equipamentos médico-hospitalares
	33002 - Fabricação de aparelhos e instrumentos de medida, teste e controle - exclusive para controle de processos industriais
	33004 - Fabricação de aparelhos, instrumentos e materiais ópticos, fotográficos e cinematográficos
	33005 - Fabricação de cronômetros e relógios
	35030 - Construção, montagem e reparação de aeronaves
Industria de Média-Alta Intensidade Tecnológica - MAT	24010 - Fabricação de tintas, vernizes, esmaltes e lacas
	24030 - Fabricação de sabões, detergentes, produtos de limpeza e perfumaria
	24090 - Fabricação de produtos químicos diversos
	29001 - Fabricação de máquinas e equipamentos - exclusive eletrodomésticos
	29002 - Fabricação de eletrodomésticos
	31001 - Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos diversos - exclusive para veículos
	31002 - Fabricação de material elétrico para veículos
	33003 - Fabricação de máquinas, aparelhos e equipamentos de sistemas eletrônicos dedicados a automação industrial e controle do processo produtivo
	34001 - Fabricação e montagem de veículos automotores
	34002 - Fabricação de cabines, carrocerias, reboques e peças para veículos automotores
	34003 - Recondicionamento ou recuperação de motores de veículos automotores
Industria de Média-Baixa Intensidade Tecnológica - MBT	35020 - Construção e montagem de locomotivas, vagões e outros materiais rodantes
	35090 - Fabricação de equipamentos de transporte diversos
	23010 - Coquerias
	23020 - Fabricação de produtos do refino do petróleo
	23030 - Elaboração de combustíveis nucleares
	23400 - Produção de álcool
	25010 - Fabricação de produtos de borracha
	25020 - Fabricação de produtos de plástico
	26010 - Fabricação de vidro e produtos de vidro
	26091 - Fabricação de produtos cerâmicos
	26092 - Fabricação de produtos diversos de minerais não-metálicos
	27001 - Fabricação de produtos siderúrgicos
	27002 - Metalurgia dos metais não-ferrosos
	27003 - Fundição
Industria de Baixa Intensidade Tecnológica - BT	28001 - Fabricação de produtos de metal - exclusive máquinas e equipamentos
	28002 - Forjaria, estamparia, metalurgia do pó e serviços de tratamento de metais
	35010 - Construção e reparação de embarcações
	36090 - Fabricação de produtos diversos
	15010 - Abate e preparação de carne e pescado
	15021 - Produção de conservas de frutas, legumes e outros vegetais
	15022 - Produção de gorduras e óleos vegetais
	15030 - Fabricação de produtos do laticínio
	15041 - Fabricação e refino do açúcar
	15042 - Torrefação e moagem de café
	15043 - Fabricação de outros produtos alimentícios
	15055 - Fabricação de bebidas
	16000 - Fabricação de produtos do fumo
	17001 - Beneficiamento de fibras, fiação e tecelagem
	17002 - Fabricação de artefatos têxteis a partir de tecidos - exclusive vestuário
	18001 - Confeção de artigos do vestuário e acessórios - exclusive sob medida,
	18002 - Confeção sob medida de artigos do vestuário e acessórios

19011 - Curtimento e outras preparações de couro
 19012 - Fabricação de artefatos de couro
 19020 - Fabricação de calçados
 20000 - Fabricação de produtos de madeira
 21001 - Fabricação de celulose, papel e papelão liso, cartolina e cartão
 21002 - Fabricação de papelão corrugado e de embalagens e artefatos de papel e papelão
 22000 - Edição, impressão e reprodução de gravações
 36010 - Fabricação de artigos do mobiliário
 37000 - Reciclagem

Fonte: IBGE, BME, CAVALCANTI (2014). Elaboração do Autor.

Tabela 41 - Classificação das atividades econômicas, segundo setor econômico

Setor Econômico	Categorias das atividades
Primário	Cultivo de arroz, Cultivo de milho, Cultivo de outros cereais para grãos, Cultivo de algodão herbáceo, Cultivo de cana-de-açúcar, Cultivo de fumo, Cultivo de soja, Cultivo de mandioca, Cultivo de outros produtos de lavoura temporária, Cultivo de hortaliças, legumes e outros produtos de horticultura, Cultivo de flores, plantas ornamentais e produtos de viveiros, Cultivo de frutas cítricas, Cultivo de café, Cultivo de cacau, Cultivo de uva, Cultivo de banana, Cultivo de outros produtos de lavoura permanente, Cultivos agrícolas mal especificados, Criação de bovinos, Criação de outros animais de grande porte, Criação de ovinos, Criação de suínos, Criação de aves, Apicultura, Sericicultura, Criação de outros animais, Criação de animais mal especificados, Produção mista: lavoura e pecuária, Atividades de serviços relacionados com a agricultura, Atividades de serviços relacionados com a pecuária - exclusive atividades veterinárias, Atividades da caça, Silvicultura e exploração florestal, Atividades dos serviços relacionados com a silvicultura e exploração florestal, Pesca e serviços relacionados, Aquicultura e serviços relacionados.
Secundário	Extração de carvão mineral, Extração de petróleo e gás natural e serviços correlatos, Extração de minerais radioativos, Extração de minérios de metais preciosos, Extração de minerais metálicos - exclusive metais preciosos e radioativos, Extração de pedras e outros materiais para construção, Extração de pedras preciosas e semipreciosas, Extração de outros minerais não-metálicos, Extração de minerais mal especificados, Abate e preparação de carne e pescado, Produção de conservas de frutas, legumes e outros vegetais, Produção de gorduras e óleos vegetais, Fabricação de produtos do laticínio, Fabricação e refino do açúcar, Torrefação e moagem de café, Fabricação de outros produtos alimentícios, Fabricação de bebidas, Fabricação de produtos do fumo, Beneficiamento de fibras, fiação e tecelagem, Fabricação de artefatos têxteis a partir de tecidos - exclusive vestuário, Confecção de artigos do vestuário e acessórios - exclusive sob medida, Confecção sob medida de artigos do vestuário e acessórios, Curtimento e outras preparações de couro, Fabricação de artefatos de couro, Fabricação de calçados, Fabricação de produtos de madeira, Fabricação de celulose, papel e papelão liso, cartolina e cartão, Fabricação de papelão corrugado e de embalagens e artefatos de papel e papelão, Edição, impressão e reprodução de gravações, Coquerias, Fabricação de produtos do refino do petróleo, Elaboração de combustíveis nucleares, Produção de álcool, Fabricação de tintas, vernizes, esmaltes e lacas, Fabricação de produtos farmacêuticos, Fabricação de sabões, detergentes, produtos de limpeza e perfumaria, Fabricação de produtos químicos diversos, Fabricação de produtos de borracha, Fabricação de produtos de plástico, Fabricação de vidro e produtos de vidro, Fabricação de produtos cerâmicos, Fabricação de produtos diversos de minerais não-metálicos, Fabricação de produtos siderúrgicos, Metalurgia dos metais não-ferrosos, Fundição, Fabricação de produtos de metal - exclusive máquinas e equipamentos, Forjaria, estamparia, metalurgia do pó e serviços de tratamento de metais, Fabricação de máquinas e equipamentos - exclusive eletrodomésticos, Fabricação de eletrodomésticos, Fabricação de máquinas de escritório e equipamentos de informática, Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos diversos - exclusive para veículos, Fabricação de material elétrico para veículos, Fabricação de material eletrônico e de aparelhos e equipamentos de comunicação, Fabricação de aparelhos e equipamentos médico-hospitalares, Fabricação de aparelhos e instrumentos de medida, teste e controle - exclusive para controle de processos industriais, Fabricação de máquinas, aparelhos e equipamentos de sistemas eletrônicos dedicados a automação industrial e controle do processo produtivo, Fabricação de aparelhos, instrumentos e materiais ópticos, fotográficos e cinematográficos, Fabricação de cronômetros e relógios, Fabricação e montagem de veículos automotores, Fabricação de cabines, carrocerias, reboques e peças para veículos automotores, Recondicionamento ou recuperação de motores de veículos automotores, Construção e reparação de embarcações, Construção e montagem de locomotivas, vagões e outros materiais rodantes, Construção, montagem e reparação de aeronaves, Fabricação de equipamentos de transporte diversos, Fabricação de artigos do mobiliário, Fabricação de produtos diversos, Reciclagem, Produção e distribuição de energia elétrica, Produção e distribuição de gás através de tubulações, Captação, tratamento e distribuição de água, Construção civil, Limpeza urbana e esgoto; e atividades conexas.

Terciário

Aluguel de equipamentos de construção e demolição com operários, Comércio de veículos automotores, Serviços de reparação e manutenção de veículos automotores, Comércio de peças e acessórios para veículos automotores, Comércio, manutenção e reparação de motocicletas, Posto de combustíveis, Representantes comerciais e agentes do comércio, Comércio de produtos agropecuários, Comércio de produtos alimentícios, bebidas e fumo, Comércio de fios têxteis, tecidos, artefatos de tecidos e armarinho, Comércio de artigos do vestuário, complementos e calçados, Comércio de madeira, material de construção, ferragens e ferramentas, Comércio de eletrodomésticos, móveis e outros artigos de residência, Comércio de livros, jornais, revistas e papelaria, Comércio de produtos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, odontológicos e de cosméticos e perfumaria, Comércio de máquinas, aparelhos e equipamentos - exclusive eletrodomésticos, Comércio de combustíveis - exclusive posto de combustíveis, Comércio de resíduos e sucatas, Comércio de produtos extrativos de origem mineral, Comércio de mercadorias em geral - inclusive mercadorias usadas, Supermercado e Hipermercado, Lojas de departamento e outros comércios não especializados, sem predominância produtos alimentícios, Comércio varejista de artigos em geral, por catálogo, televisão, internet e outros meios de comunicação, Comércio varejista realizado em postos móveis, instalados em vias públicas ou em mercados, Outros tipos de comércio varejista, não realizado em lojas - exclusive feira de artesanato e comércio ambulante, Reparação e manutenção de eletrodomésticos, Reparação de calçados, Reparação de objetos pessoais e domésticos - exclusive eletrodomésticos e calçados, Alojamento, Ambulantes de alimentação, Outros serviços de alimentação - exclusive ambulantes, Transporte ferroviário, Transporte metroviário, Transporte rodoviário de cargas - exclusive mudanças, Transporte rodoviário de mudanças, Transporte rodoviário de passageiros, Transporte em bondes, funiculares, teleféricos ou trens próprios para exploração de pontos turísticos, Transporte dutoviário, Transporte aquaviário, Transporte aéreo, Carga e descarga, armazenamento e depósitos, Atividades auxiliares aos transportes, Organização do transporte de cargas, Agências de viagens e organizadores de viagens, Atividades de correio, Telecomunicações, Intermediação financeira, Seguros e previdência privada, Atividades auxiliares da intermediação financeira, Atividades auxiliares dos seguros e da previdência privada, Atividades imobiliárias - exclusive condomínios prediais, Condomínios prediais, Aluguel de veículos, Aluguel de máquinas e equipamentos, Aluguel de objetos pessoais e domésticos, Atividades de informática - exclusive manutenção e reparação de máquinas de escritório e informática, Manutenção de máquinas de escritório e informática, Pesquisa e desenvolvimento, Atividades jurídicas; de contabilidade; e de pesquisas de mercado e opinião pública, Atividades de assessoria em gestão empresarial, Serviços de arquitetura e engenharia e de assessoramento técnico especializado, Ensaio de materiais e de produtos; análise de qualidade, Publicidade, Seleção, agenciamento e locação de mão-de-obra, Investigação, vigilância e segurança, Limpeza de prédios e domicílios, Outros serviços prestados às empresas, Administração do Estado e da política econômica e social - Federal, Administração do Estado e da política econômica e social - Estadual, Administração do Estado e da política econômica e social - Municipal, Forças Armadas, Outros serviços coletivos prestados pela administração pública - Federal, Outros serviços coletivos prestados pela administração pública - Estadual, Outros serviços coletivos prestados pela administração pública - Municipal, Seguridade social, Educação regular, supletiva e especial - pública, Educação regular, supletiva e especial - particular, Outras atividades de ensino, Saúde pública, Saúde particular, Outras atividades de saúde, Serviços veterinários, Serviços sociais, Atividades de organizações sindicais, Atividades de organizações empresariais, patronais e profissionais, Atividades de organizações religiosas e filosóficas, Outras atividades associativas, Produção de filmes cinematográficos e fitas de vídeo, Distribuição e projeção de filmes e de vídeos, Radiodifusão, Televisão, Outras atividades artísticas e de espetáculos, Agência de notícias, Bibliotecas, arquivos, museus e outras atividades culturais, Atividades desportivas e outras relacionadas ao lazer, Lavanderias e tinturarias, Cabeleireiros e outros tratamentos de beleza, Atividades funerárias, Atividades de manutenção do físico corporal, Outras atividades de serviços pessoais, Serviços domésticos, Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais, Outras atividades ou atividades mal definidas.

Fonte: IBGE, BME. Elaboração do Autor.